



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

REINALDO ANTONIO DO AMOR DIVINO DE SOUZA

Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA)/Ser Educacional

S.A: do auge ao declínio.

Belém/PA
2019

REINALDO ANTONIO DO AMOR DIVINO DE SOUZA

**Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA)/Ser Educacional
S.A: do auge ao declínio.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Política pública educacional

Orientadora: Prof.^a Dra. Fabíola Bouth Grello Kato

Belém/PA
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S719m Souza, Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza
Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia
(UNAMA)/Ser Educacional S.A : do auge ao declínio / Reinaldo
Antonio do Amor Divino de Souza. — 2019.
227 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação,
Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém,
2019.

1. Movimento estudantil. 2. Diretório Central dos Estudantes. 3.
Universidade da Amazônia. 4. Grupo Ser Educacional. 5.
Financeirização. I. Título.

CDD 379.118

REINALDO ANTONIO DO AMOR DIVINO DE SOUZA

Movimento Estudantil (ME) na Universidade da Amazônia (UNAMA)/Ser Educacional

S.A: do auge ao declínio.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Política pública educacional.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Fabíola Bouth Grello Kato (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dra. Vera Lucia Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dra. Janete Luzia Leite
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A Deus pela força em todos os momentos de
minha vida, por meio da fé para enfrentarmos
o desafio de alcançar um sonho;

A todos os meus familiares que direta e
indiretamente ajudaram nessa labuta pela
conclusão de mais uma etapa de minha
formação profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sempre ter guiado minha vida e me proporcionado saúde, discernimento e harmonia para ultrapassar os obstáculos da existência, pois acredito que Ele é o princípio e fim dos que têm fé.

Aos meus pais, Jacirema do Amor Divino e Reinaldo Augusto de Souza, por terem me educado no caminho do bem e da dignidade. Sem deixarem, em nenhum momento, de me apoiar, incentivando-me na procura difícil e interminável do saber.

À minha esposa, Elaine Gonçalves de Melo de Souza, pela imensa paciência que desprende em nosso casamento de tantos anos e que proporcionou tranquilidade e forças na construção desta trajetória acadêmica, a qual se encontra seguindo com grande luta. Atento ao fato de que nossa caminhada, juntos, representa conquistas crescentes tanto no trabalho quanto na aquisição de conhecimento pela educação, e de vida.

À minha linda filha, Laura Beatriz Melo de Souza, pela tranquilidade desde os primeiros anos de vida, se transformando em uma menina que prioriza o convívio com os avós e com seus pais. Por ela sou tomado de orgulho, pela sua dedicação com os estudos. Para tal, contribuí imensamente com a rotina que ela vivencia em nossa casa, vendo a mãe e o pai na batalha interminável da academia.

À minha única irmã Jacianny do Amor Divino, pelo apoio e proteção que sempre teve por mim. Assim como dei muito trabalho para minha mãe, da mesma forma, dei para minha irmã. Ela que resolvia todas minhas “brincadeiras” nas escolas por onde passei em minha vida.

A academia e aos professores, principalmente, a minha orientadora Fabiola Kato, que desempenham funções heroicas no ensino e na pesquisa, os quais cientes da situação desanimadora que se encontra a educação nacional não medem esforços em possibilitar um bom ensino aos alunos.

As minhas amigas e amigos do GEPES e do “ANEXO” que foram também essenciais para a construção diária desta Dissertação de mestrado, nas rodas de conversas em que tratamos de diversas temáticas que circundam os temas políticos, econômicos e sociais, com uma perspectiva revolucionária de compreensão das forças que nos aprisionam. Importante nomear para o registro, em ordem alfabética: Ana Paula, Abelcio (Abel), Leila, Lennon, José, Pania, Samantha, Sandy, Tarcísio.

As minhas amigas e amigos da Corrente política CST/PSOL, que também são essenciais para o entendimento destas forças das contradições entre as classes sociais, que nos

infringem negativamente, mas também faz com que consigamos adquirir forças para o enfrentamento contra as mazelas que somos constantemente atacados por conta deste sistema capitalista que respira por meio da desigualdade social e material. Da mesma forma, irei nomeá-los para que se tenha o registro: Zila Camarão, Felipe Melo dos Santos, Joaozinho, Elenice, Katia, Eziel, Serginho e Afonso.

Aos estudantes entrevistados que se dispuseram em participar da pesquisa e contribuíram com seu tempo para trazer informações primordiais para a compreensão dos fatos que ocorreram para o declínio do DCE/UNAMA: Felipe Melo dos Santos, C. G. J., Luís Lucivaldo e Eduardo Rodrigues.

São muitos a agradecer e poucas linhas disponíveis para esta finalidade. Uma imensidão de amigos e familiares que, diretamente e indiretamente, contribuíram para esta vitória. Pois as conquistas nunca são efetivadas unilateralmente, sempre ocorrem através das conspirações coletivas, como já anunciava Aristóteles: “o homem não existe isoladamente, é sempre parte de um todo do qual pertence inteiramente” (Aristóteles).

E para finalizar verdadeiramente, mesmo compreendendo que o paragrafo anterior representaria o ponto final, e intencionalmente desejo que não seja, retomo ao último agradecimento e um possível desejo entranhado no meu espirito: a vontade maior do mundo de me encontrar novamente com meu sobrinho/afilhado/filho Ricardo Augusto.

Somente Deus sabe como você faz falta em nossas vidas. Tornou-se difícil caminhar na existência longe de sua presença material. A presença deste ser de luz que nos deixou com poucos anos de vida representou uma perda que me colocou em confronto perante as decisões divinas. Mas, estamos seguindo com o pensamento de que um dia nos veremos, e será em breve meu menino, em breve!

Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza

EPIGRAFE

Eu acredito
É na rapaziada
Que segue em frente
E segura o rojão
Eu ponho fé
É na fé da moçada
Que não foge da fera
E enfrenta o leão
Eu vou à luta
É com essa juventude
Que não corre da raia
À troco de nada
Eu vou no bloco
Dessa mocidade
Que não tá na saudade
E constrói
A manhã desejada...

(Trecho da música “E vamos à luta”
de Gonzaguinha).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Matrículas de graduação presenciais e a distância, por cor/raça, nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas – 2016..... 63
- Gráfico 2** – Resultados da Ser Educacional de 2009 a 2013, referente aos índices da Receita Líquida e Lucro Líquido Ajustado..... 134

IMAGENS

- Imagem 1** – Memórias da fundação da UNE..... 74
- Imagem 2** – Prédio do Clube Germânia. À esquerda, já ocupado pela UNE em 1942. À direita, o mesmo prédio, ainda em posses da UNE, incendiado em 1964... 76
- Imagem 3** – Tanques do Exército nas ruas do Rio de Janeiro – 1964..... 81
- Imagem 4** – Diretas já! (1984) – Fora Collor! (1992)..... 90
- Imagem 5** – Mutirão de Limpeza e Pintura na Sede do DCE-UNAMA, Gestão 2013-2014 - "A Luta Não Pára: Quem Sabe Faz a Hora!" 96
- Imagem 6** – Marcha pelo centro de Belém/PA em 28/01/2011 dos estudantes da UNAMA em conjunto com diversas entidades e movimentos populares contra o aumento da passagem de ônibus..... 107
- Imagem 7** – Cartaz representativo da campanha do DCE/UNAMA em 2010 contra o aumento da taxa de estacionamento na instituição..... 108
- Imagem 8** – Panfleto elaborado pela Direção do DCE/UNAMA propondo campanha contra qualquer tipo de opressão..... 111
- Imagem 9** – Assembleia dos estudantes organizada pelo DCE/UNAMA e Centros Acadêmicos no hall de entrada do campus da Alcindo Cacela, próximo à reitoria da UNAMA..... 113
- Imagem 10** – Manifestação do Fórum Estadual de Lutas/Pará pelas ruas de Belém/PA em 11/07/2013..... 115
- Imagem 11** – Chamada geral e assembleia no hall de entrada da UNAMA Alcindo Cacela no dia 04/09/2013..... 118

Imagem 12 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA, agendada na assembleia geral do dia 04/09/2013 com o propósito de apresentar pauta dos estudantes à reitoria.....	119
Imagem 13 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA no dia 18/09/2013, semana seguinte após a negativa da Reitora Ana Célia Bahia em receber a comitiva dos estudantes composta por representantes dos CA's e DCE/UNAMA..	121
Imagem 14 – Prédio do campus da BR 316 na região metropolitana de Belém/PA.....	126
Imagem 15 – Protesto da direção do DCE/UNAMA em frente ao Procon/PA contra o aumento da mensalidade proposto pela administração da UNAMA e demais IES privadas. Destaque da reunião entre entidades patronais, representantes da UNE e UBES para firmarem acordo da taxa de reajuste.....	128
Imagem 16 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA em 26/01/2015, contra a tentativa do aumento de mensalidade nas IES privadas do Pará. Ato em frente e dentro do prédio da Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).....	147
Imagem 17 – Mobilização estudantil organizada pelo DCE/UNAMA chamando para assembleia geral dos estudantes de todos os campi da Universidade da Amazônia.....	149
Imagem 18 – Participação do DCE/UNAMA em reunião com professores, técnicos educacionais, Coordenadores de cursos e representantes da reitoria, para tratar a respeito da Universidade da Amazônia.....	152
Imagem 19 – Fotos do Evento “O Financiamento do ensino privado no Brasil”, realizado pelo Centro Acadêmico de História (CAHIS) em 21 de novembro de 2017 no Auditório Salomão Mufarrej na Universidade da Amazônia, campus da Alcindo Cacela.....	157
Imagem 20 – Fotos representativas dos eventos envolvendo estudantes representantes de turmas que compõem o Conselho de Representantes de Turmas da UNAMA.....	171

QUADROS

Quadro 1 – Resultados da pesquisa “Financeirização do ensino superior privado-mercantil e suas consequências para a organização do Movimento Estudantil: um Estado da arte referente ao período de 2010 a 2017”	19
Quadro 2 – Disposição da Estrutura do Diretório Central dos estudantes – Comissão Executiva e Diretoria (Cargos/Quantidade de membros).....	99

Quadro 3 – Relação das principais atividades do DCE/UNAMA, realizadas entre o período de 2006 a 2013.....	100
Quadro 4 – Relação das principais atividades do DCE/UNAMA, realizadas no ano de 2015.....	144
Quadro 5 – Exposição de informações básicas dos entrevistados utilizados nesta pesquisadas: nome, idade, período no DCE, formação e detalhes da entrevista.....	161

LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior
ABRAFI	Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas
ADUFPA	Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará
AI	Ato Institucional
ALN	Associação Libertadora Nacional
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
APML	Ação Popular Marxista Leninista
BM	Banco Mundial
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
CA	Centro Acadêmico
CACS	Centro Acadêmico de Ciências Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAHIS	Centro Acadêmico de História
CCG	Cartesian Capital Group
CESEP	Centro de Serviços Educacionais do Pará
CEO	Chief Executive Officer
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSUN	Conselho Superior Universitário
CONUNE	Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes
CONEB	Conselho Nacional de Entidades de Base
CONEG	Conselho Nacional de Entidades Gerais
CPC	Centro Popular de Cultura
CRT	Conselho dos Representantes de Turma
CSP-Conlutas	Central Sindical Popular Conlutas
CST	Corrente Socialista dos Trabalhadores
CVM	Comissão de Valores Mobiliários

DCE	Diretório Central dos Estudantes
EAD	Ensino à Distância
FBE	Federação Brasileira dos Estudantes
FDM	Frente Democrática da Mocidade
FERESP	Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FIT	Faculdade do Tapajós
FUND	Federação Universitária de Córdoba
FVE	Federação Vermelha dos Estudantes
GC	Governança Corporativa
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ICJ	Instituto de Ciências Jurídicas
ICES	Instituto Campinense de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
IESAM	Instituto de Ensino Superior da Amazônia
IFC	Corporação Financeira Internacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPO	Oferta Pública Inicial
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTTS	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Simpatizantes
LLA	Lucro Líquido Ajustado
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
ME	Movimento Estudantil
MS	Movimento Social
NATB	Núcleo Amigos da Terra Brasil
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPS	Partido Popular Socialista
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SINDTIFES	Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará
SINPRO	Sindicato dos Professores da Rede Privada
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDE	União Democrática Estudantil
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESPA	União de Ensino Superior do Pará
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNINASSAU	Universidade Mauricio de Nassau
UNIVERISTAS	Universidade Universus Veristas
USAID	Agencia dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

RESUMO

Este estudo tem como objeto de investigação o Movimento Estudantil da Universidade da Amazônia (UNAMA), representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade máxima de composição estudantil fundada em 1996. Suas ações se desenvolvem em uma universidade privada, adquirida pelo Grupo Ser Educacional em 2014, empresa com fins lucrativos de capital aberto. Mesmo nestas condições de atuação, sua práxis ultrapassa as pautas estudantis, alcança o conteúdo unitário da classe trabalhadora e reconhece que os conflitos na sociedade são oriundos das contradições entre as classes sociais. O objetivo geral do estudo conduziu-se em examinar as repercussões do processo de aquisição da UNAMA na atuação deste movimento estudantil. Trata-se de pesquisa documental, crítico descritivo, com emprego de entrevistas semiestruturadas a estudantes participantes desta entidade no período de 2006 a 2018. Constatou-se que esta empresa, pelo seu *modus operandi*, determinado por interesses de acionistas, e por intermédio da Governança Corporativa, influenciou nas orientações que repercutiram no declínio deste movimento estudantil. Ações como: eliminação do “repasso” (recurso destinado ao DCE pela Instituição); criação do Conselho dos Representantes de Turma (CRT); instauração da censura, vigilância e da cultura do medo; supressão da representação estudantil em Conselhos Superiores e órgãos colegiados; figura do reitor profissional; reconfiguração estrutural dos espaços físicos da universidade etc., comportaram-se, em conjunto, para o declínio organizativo e estrutural do DCE/UNAMA. Consideramos que empresas educacionais mercantis, negociadoras do ensino superior no mercado de capitais, como o Grupo Ser Educacional, recorrem a múltiplas medidas autoritárias e antidemocráticas, com intuito de sufocar qualquer organização estudantil crítica que questione suas ações financeiras. Contudo, mesmo com as dificuldades de construir novamente o DCE/UNAMA, identificamos que os estudantes conseguem ainda desenvolver suas ações por meio dos Centros Acadêmicos, um sinal de resistência que se expressa latente naquela Universidade.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Diretório Central dos Estudantes, Universidade da Amazônia, Grupo Ser Educacional, Financeirização e Mercantilização.

ABSTRACT

This study aims to investigate the Student Movement of the University of Amazonia (UNAMA), represented by the Central Student Directory (DCE), the highest student body founded in 1996. Its actions are developed in a private university, acquired by Grupo Ser Educational in 2014, a publicly traded for-profit company. Even under these conditions, its praxis goes beyond student agendas, reaches the unitary content of the working class, and recognizes that conflicts in society stem from contradictions between social classes. The general objective of the study was to examine the repercussions of the UNAMA acquisition process on the performance of this student movement. This is a documentary research, descriptive critic, using semi-structured interviews with students participating in this entity from 2006 to 2018. It was found that this company, by its modus operandi, determined by shareholder interests, and through Governance Corporate, influenced the orientations that reflected in the decline of this student movement. Actions such as: elimination of “transfer” (appeal destined to the DCE by the Institution); creation of the Class Representatives Council (CRT); establishment of censorship, vigilance and the culture of fear; suppression of student representation in higher councils and collegiate bodies; figure of the professional rector; structural reconfiguration of the university's physical spaces, etc., acted together towards the organizational and structural decline of the DCE / UNAMA. We consider that commercial educational companies, capital market trading traders, such as the Ser Educacional Group, resort to multiple authoritarian and undemocratic measures in order to stifle any critical student organization that questions their financial actions. However, even with the difficulties of rebuilding DCE / UNAMA, we found that students can still develop their actions through the Academic Centers, a sign of resistance that is latent in that University.

Keywords: Student Movement, Central Directory of Students, University of the Amazon, Group Being Educational, Financialization and Merchanization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RESGATES CONCEITUAIS, TEÓRICOS E PRÁTICOS	36
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS (MS) E SEU DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL	36
2.1.1 Novos Movimentos Sociais (NMS): a fragmentação do coletivo, das ações e das lutas.....	51
2.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL (ME): DO DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL À BUSCA DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS.	57
2.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NOS PRINCIPAIS MOMENTOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XX.	70
3 MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA): A PRÁXIS DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) DE 2006 A 2014..	94
3.1 O DCE/UNAMA DE 2006 A 2013: O AUGÉ.....	95
3.2 DO BOATO À VENDA: OS NOVOS DESAFIOS AO DCE/UNAMA.....	124
3.3 SER EDUCACIONAL S.A E SUA TRAJETÓRIA AO MERCADO FINANCEIRO. ..	130
4 O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO DCE: “EM VERDADE QUEM PERDE NÃO É O DCE/UNAMA, MAS TODOS OS ESTUDANTES DESTA UNIVERSIDADE!”.....	143
4.1 O DCE/UNAMA DE 2015 A 2018: O DECLÍNIO	144
4.2 PRINCIPAIS REPERCUSÕES PARA O DECLÍNIO DO DCE/UNAMA	160
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	220
APÊNDICE B – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO FELIPE MELO DOS SANTOS	222
APÊNDICE C – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO LUÍS LUCIVALDO	224
APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO EDUARDO RODRIGUES.....	226

1 INTRODUÇÃO

A Dissertação em tela pretende examinar o Movimento Estudantil (ME) da Universidade da Amazônia (UNAMA) com intuito de verificar a organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia deste ME em meio às mudanças que ocorreram na Universidade a partir da venda de sua mantenedora – União de Ensino Superior do Pará (UNESPA) – à Ser Educacional S.A, em fins do ano de 2013, com a efetivação do negócio em 2014 (SER EDUCACIONAL, 2014a). A delimitação temporal do exame será fixada entre os anos de 2006 a 2018, representa assim, o período do antes, durante e depois da respectiva negociação.

A abordagem sobre o movimento estudantil da UNAMA justifica-se pela proximidade com a temática e minha vivência política na Universidade Federal do Pará (UFPA), seja como estudante, na atuação no Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS), ou mesmo, na prática sindical desenvolvida nesta instituição, enquanto servidor público desde 2011 e representante do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará (SINDTIFES).

Por intermédio da militância sindical, desfruto da oportunidade de contactar diversas pessoas atuantes politicamente, da mesma forma aproveito o acesso a espaços que além de permitir a realização de debates a respeito do contexto dos movimentos sociais, admite a disposição para a execução na prática. Tais circunstâncias, por exemplo, facilitaram a aproximação com o ME da UNAMA, circunstância que cooperou para a tomada de ciência sobre as dificuldades atuais de composição do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

As motivações determinantes do debruçar na referida matéria explicam-se por duas condições centrais: (1) A insipiente investigação das Pós-graduações referentes à pesquisa sobre a condição dos estudantes organizados, menos ainda quando estes estão inseridos em espaço pensado de forma empresarial, tecnicista e gerencial, como o caso UNAMA/Ser Educacional; (2) Compreender a situação do estudante inserido neste ambiente caracterizado pelo comércio educacional com viés estritamente lucrativo, ações que representam a alma dos oligopólios¹ educacionais com capital aberto na bolsa de valores, circunstâncias do Grupo Ser Educacional S.A.

¹ Utilizamos Chesnais (1996) para compreender a dinâmica do oligopólio. O entendimento desta corporação remete aos aspectos de mercado concorrencial, livre iniciativa e liberdade de atuação. São características de funcionamento do capitalismo financeirizado atual, em bases neoliberais, que fundamentam a formação de oligopólios, pois permitem a aglutinação de diversas firmas e o surgimento de blocos empresariais gigantesco, de ordem mundial, os quais inviabilizam a permanência e entrada de empresas menores no mercado. Entendemos que os oligopólios concentram e negociam no mercado em dois movimentos: (1) De maneira oligopolizada, na rivalidade entre os próprios grupos; (2) e na inviabilização da atuação de companhias menores.

Ainda quanto ao fato insipiente, detectou-se, por meio da utilização do “Estado da arte”², a inexistência de trabalhos acadêmicos – Artigos, Dissertações e Teses – que abordem as categorias: Financeirização, Ensino Superior privado mercantil, Movimento Estudantil e Estudantes, todas elas dialogando entre si na perspectiva analítica voltada à categoria estudantil, principalmente, ao ME em uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada e mercantil³.

Desse modo, por via do artigo de nossa autoria, intitulado “Financeirização do ensino superior privado-mercantil e suas consequências para a organização do Movimento Estudantil: um Estado da arte referente ao período de 2010 a 2017” (SOUZA; KATO, 2018), objetivamos averiguar quais trabalhos acadêmicos se aproximavam das categorias previamente anunciadas.

As fontes de buscas foram as seguintes: Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/UFGPA); Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os Anais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Com base do exame detalhado das plataformas indicadas, foi possível mapear 11 (onze) trabalhos acadêmicos. No “Quadro 1”, são demonstrados os trabalhos selecionados segundo o critério de procura por palavras-chave. Sua ordenação segue a sequência da plataforma de buscas apresentada em parágrafo anterior.

Quadro 1 – Resultados da pesquisa “Financeirização do ensino superior privado-mercantil e suas consequências para a organização do Movimento Estudantil: um Estado da arte referente ao período de 2010 a 2017”.

Ano	Autor/Tipo de trabalho	Título	Plataforma de buscas
2013	Valéria Silva de Moraes/Dissertação	A Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> da UFPA no contexto da mercantilização da Educação Superior.	PPGED/UFGPA
2014	Raimundo Sérgio de Farias Junior/Tese	A precarização do trabalho e adoecimento docente em Instituições de Ensino Superior privadas/mercantis.	
2016	João Ribeiro dos	Financiamento da Educação Superior privado-	

² O “Estado da arte”, conhecido também por “estado do conhecimento” (MULLER, 2015), propicia descrever o “estado atual de uma área de pesquisa, de modo a identificar as principais lacunas e entraves teóricos” (LUNA, 2002, p. 82); rastrear o que já foi construído, orientando o pesquisador em sua construção bibliográfica, e na definição de seu objeto de pesquisa (FERREIRA, 2002).

³ Salienta-se que a inexistência de trabalhos acadêmicos, segundo os parâmetros estabelecidos, é resultado da própria delimitação metodológica utilizada no estudo. Contudo, conseguimos por meio deste estado da arte alcançar estudos que dialogavam com os objetivos desta investigação, estudo importante para a construção do referencial teórico desta Dissertação, mesmo ao identificar que o debate não aportou na discussão referente ao movimento estudantil.

	Santos Filho/Tese	mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais.	
2014	Charlini Contarato Sebim/Tese	A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Estado do Espírito Santo.	CAPES/MEC
2014	Pedro Henrique de Sousa Tavares/ Dissertação	Fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	
2015	Claudia Mara Stapani Ruas/Tese	Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do Grupo Anhanguera Educacional (2007-2012).	
2015	Andrea Luciana Harada Sousa/ Dissertação	Mercantilização da educação e precarização das relações de trabalho docente: o ensino superior privado e a atuação do Sindicato dos Professores em Guarulhos.	
2016	Fabio Luciano Oliveira Costa/Tese	Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012).	
2017	Rodrigo Medeiros da Silva/Dissertação	O processo de mercantilização de novo tipo do Ensino Superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton Educacional.	
2013	Sueli de Fatima O. de Avila/Artigo	A expansão da educação superior privada no Estado do Rio de Janeiro	ANPED
2015	Deise Mancebo/ Artigo	Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos bancos de dados: PPGED/UFPA, CAPES/MEC e ANPED.

Os resultados auferidos informaram que o caminho percorrido pelas produções, as quais tratam da financeirização do ensino superior privado, concentraram-se em investigar as condições do trabalho docente, sua autonomia e participação sindical. Outras pesquisas exploraram o sistema capitalista atualizado de preponderância financeira. Análises a respeito da economia e das políticas de financiamento, incentivos públicos e estruturação dos grupos educacionais representaram temas, também, presentes.

Neste foco, destaca-se a Tese de João Ribeiro dos Santos Filho (2016) em que qual propõem-se analisar o financiamento e a expansão do setor educacional privado mercantil do Brasil (SANTOS FILHO, 2016). O autor discorre a respeito dos mecanismos políticos de incentivo oportunizados pelo governo às entidades privadas, mediante os contratos de financiamento estudantil – Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – e renúncia fiscal, na tentativa de identificar a participação destes fundos públicos na expansão da financeirização da educação superior, bem como, na formação de oligopólios educacionais (Ibidem, 2016).

Nesta mesma linha de contribuição ao referencial teórico desta Dissertação, é significativo o documento de Deise Mancebo (2015). A autora propõe uma interpelação histórica sobre a financeirização do ensino superior, explora a totalidade expansionista do capital financeiro na ordem mundial a começar de 1990. Sua visão é discorrer sobre o processo de influência e expansão da financeirização na educação superior brasileira (MANCEBO, 2015).

Para a autora, a mercantilização da educação superior no país é consequência das mudanças ocorridas no capitalismo na década de 1970 em escala mundial, mesmo que “as mudanças implementadas na educação superior só tenham adquirido visibilidade, no Brasil, a partir dos anos de 1990” (MANCEBO, 2015, p. 02).

Esse processo de implementação e domínio do capital financeiro exigiu o acompanhamento de uma nova gestão empresarial estritamente ligada a fins lucrativos, à lógica do mercado. Isto posto, o contingenciamento de gastos, a precarização das condições de trabalho, a introdução de metas incompatíveis com um ensino de qualidade, tornaram-se o aporte lógico destas IES privada-mercantis (MANCEBO, 2015). O que antes ainda se conseguia uma qualidade razoável do ensino superior privado no país, no sentido da formação emancipadora e crítica do estudante, hoje, com a entrada em cena das Companhias educacionais, tem-se empreendido uma formação massificadora voltada à *trabalhabilidade*⁴.

Contudo, quanto ao objetivo do “Estado da arte”, em detectar pesquisas que dialogassem no sentido da “financeirização do ensino superior privado, e suas consequências para a organização do Movimento Estudantil no seio das IES privadas”, não identificamos discussões. Ou seja, não se constatou nas fontes de buscas – PPGED/UFPA, CAPES e ANPED – qualquer produção que abordasse, minimamente, a questão estudantil nestas condições anunciadas. Assim como, não se obteve resultados a respeito de sua coletividade frente à financeirização do ensino superior privado mercantil.

⁴ O conceito de trabalhabilidade é algo recente no mercado de trabalho. As análises sobre o tema ainda estão condicionadas a área econômica, com o enfoque apenas explicativo e pouco crítico. Em sites como Valor Econômico e o Blog de Janguê Diniz – proprietário e acionista majoritário da Ser Educacional S.A – encontraremos a caracterização de trabalhabilidade apenas no espectro da aparência, não revela as evidências a respeito da questão de classes, alienação, exploração, fetichismo, enfim, categorias centrais que ainda explicam a sociedade burguesa e este capitalismo atualizado e financeiro, mesmo tendo sido constituídas por Karl Marx (1818-1883) no século XIX. Apenas como exemplo, Janguê Diniz propagandeia com otimismo a trabalhabilidade como “sendo a capacidade de adaptação e de geração de renda a partir de habilidades pessoais”. E complementa dizendo que “as pessoas precisam mudar o foco e descobrir outras formas de gerar renda além do emprego com carteira assinada” (DINIZ, 2018, p. 1). Estas orientações e explicações demonstram o enfoque do sucesso e fracasso dirigido ao indivíduo, assim como a possibilidade da flexibilização das leis trabalhistas. Ou seja, existe a defesa aberta de princípios estritamente liberais, algo presente nas instituições mantidas pela Ser Educacional S.A.

Por outro lado, não consideramos o alcance desse resultado como algo negativo. Pelo contrário, denota a insipiência dos trabalhos acadêmicos que tratam sobre financeirização e mercantilização do ensino superior privado mercantil relacionado com as categorias: estudantes, movimento estudantil e movimentos sociais, um vácuo de desconhecimento acadêmico que contribui para a valorização desta pesquisa.

O debate alcançado nestas produções aprofundou o conjuntural da financeirização e as questões que envolvem as empresas educacionais de capital aberto, assim como suas operações empresariais no ensino superior privado, tendo a premissa de transformar a educação de bem público para uma mercadoria comercializável (SILVA JUNIOR, SGUISSARDI, 2005; SGUISSARDI, 2008; CHAVES, 2010)⁵.

Com expressiva relevância, o movimento estudantil brasileiro possui decisivos momentos históricos em que a posição dos estudantes se caracterizou com destacado protagonismo em diversos seguimentos sociais, representativos nas mudanças políticas do país, na perpetuação da garantia de direitos fundamentais e pela defesa da educação democrática, crítica e emancipatória (FORACCHI, 1977; POERNER, 1979; ARAUJO, 2007; MESQUITA, 2003; LUCIANI, 2011).

Segundo Martins e Ruiz (2015), além da participação conjuntural do ME, tem-se como atribuição fundamental a colaboração para a “formação política, democrática e de mudanças, tanto para pessoas específicas como também em relação à sociedade” (MARTINS; RUIZ, 2015, p. 182). Estas Características foram evidenciadas por Marialice Foracchi nas décadas de 1960 e 1970, quando a autora observava com simpatia a organicidade que os movimentos estudantis reuniam em conjunto com os partidos políticos, de forma a estimular a politização em suas mobilizações e atuações (FORACCHI, 1977). No entanto, as relações não devem representar perdas de características de ambos os movimentos, por exemplo, a autonomia. Tampouco confluir em aparelhamento do movimento estudantil por partidos políticos.

As questões que envolvem o significado do ME representam a expressão mais próxima da participação democrática nas decisões de uma categoria. Suas pautas não se fixam somente em questões ligadas à política educacional, elas alinham-se a demandas mais gerais da classe trabalhadora, ou mesmo às decisões políticas nacionais em sua totalidade: educação, saúde, trabalho, legislação etc.

⁵ Em (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2005; CHAVES, 2010; SGUISSARDI, 2015; SANTOS FILHO, 2016) temos uma abordagem pormenorizada sobre as transformações ocorridas nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas mercantis, situação considerada pelos autores como algo estratégico do mercado financeiro que transforma direitos sociais, como a educação, em mercadoria.

Certamente, existem movimentos estudantis que possuem repertórios de atuação diversificados, distinguindo-se, em grande parte, pela abrangência de suas atividades e por uma estruturação que os demarcam. Marcos Ribeiro Mesquita (2003) detecta, por meio das falas de alguns estudantes militantes, as experiências dos tipos de desempenhos vinculados na organização dos movimentos estudantis. Segundo a pesquisa deste autor, os estudantes entrevistados detectaram formas cristalizadas no dinamismo prático de um coletivo estudantil: burocratizados, hierarquizados, centralizador, partidarizados, ultrapassados (MESQUITA, 2003). Tendo em determinados coletivos estudantis a somatória de todas estas características, e em outros, englobam partes deste conjunto.

Com uma diversidade de olhares, os militantes entrevistados explicavam o distanciamento dos estudantes, ora a partir de aspectos externos (crise dos movimentos sociais, individualismo etc.), ora a partir de aspectos internos (burocracia e aparelhamento das entidades, por exemplo). No discurso de cada um deles, evidencia-se o esgotamento de suas práticas políticas, a necessidade de realizar uma reestruturação das formas tradicionais de fazer política, apesar da dificuldade de fazê-la (Ibidem, 2003, p. 122).

Contudo, algo central deverá ser observado pelo movimento estudantil, assim como por qualquer movimento social: a questão do conflito de classes como idiossincrasia fundamental de seu movimento.

A diversidade de olhares, como apresentado na citação de Mesquita (2003), uma forma de estruturação do movimento estudantil voltado para abarcar outros temas e pautas (feminismo, negritude, racismo, quilombola, cotas, meio ambiente etc.), central com os Novos Movimentos Sociais (NMS), não deve negligenciar, tampouco desconsiderar as lutas de classes, as quais são pano de fundo de qualquer tensão na sociedade moderna. Da mesma forma, é errôneo refletir a respeito dos movimentos estudantis, os que congregam em sua estrutura ordenada pautas direcionadas a temáticas identitárias, como pertencentes aos NMS. No Estatuto do DCE/UNAMA encontram-se previstas coordenações que tratam de pautas identitárias e culturais: Coordenação Socioculturais, Coordenação de Humanas, Coordenação Sócio-Esportivo etc. (BELÉM, 1996), sem que, com isso, este coletivo estudantil seja julgado como um representante dos novos movimentos sociais. Além disso, a previsão de temas diversificados revela a possibilidade da inclusão de outros atores sociais na composição da entidade dos estudantes da Universidade da Amazônia.

Mesmo com esta configuração de incorporação da diversidade, o DCE/UNAMA não negligencia as relações contraditórias do capital e trabalho, como podemos observar no Estatuto da Entidade no Artigo 2º, inciso I: “As finalidades estatutárias e atribuições do

DCE/UNAMA: I – Representar e defender os interesses da comunidade discente junto à UNAMA [...] visando à formação de profissionais capazes de atender às exigências do mercado de trabalho” (BELÉM, 1996).

Para Helen Meiksins Wood (1999), os NMS rejeitam as relações modernas de classe, desconsideram o conflito entre capital e trabalho, da mesma forma que acreditam em uma visão pós-moderna que despreza a possibilidade de um projeto de transformação social (WOOD, 1999).

Por esse ângulo, o debate proposto pelos NMS concretizasse em um patamar alheio às relações de classes, pois para eles, sequer existem as classes sociais. A modernidade e as lutas de classes, e outros apontamentos marxianos, se revelam ultrapassados, no lugar, surgiram novas relações com a pós-modernidade⁶. No entanto, em *Democracia contra capitalismo: a renovação do Materialismo Histórico*, Helen Wood (2003) irá pontuar que:

Não devemos confundir respeito pela pluralidade das experiências humanas e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana (WOOD, 2003, p. 225).

A partir desta perspectiva, pondera-se que o movimento estudantil da UNAMA, na figura do seu DCE, desenvolve a práxis na defesa de sua base representativa, a categoria estudantil. Por outro lado, o atrelamento deste coletivo ao segmento estudantil não ignora as lutas das classes sociais como propulsoras das contradições modernas. Esta ocorrência é notória em sua mobilização e, portanto, seu movimento não simboliza qualquer vínculo estreito a significância dos novos movimentos sociais.

⁶ A Pós-modernidade é a falência da racionalidade moderna na explicação dos fenômenos. Sua crítica à modernidade resulta na dissolução da racionalidade e não mais nas explicações totalizantes. Para os pós-modernos, o mundo é plural com muitas culturas, valores, identidades, cosmovisões e, por tal fato, não podem ter a pretensão de deter a verdade. Portanto, neste mundo plural, a verdade é relativa. Para Wood (1999, p. 10) os pensadores pós-modernos “acreditam que o projeto do iluminismo está morto, que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, que os princípios da racionalidade não mais se aplicam”. Assim, a defesa que se pretende é na elevação do pluralismo frente à pluralidade das lutas contra os diversos tipos de opressão. Nesta corrente, apreende-se, em primeiro plano, a busca do imediato em substituição do mediato. Isto implica na construção de pequenas lutas, fragmentadas, sem base de solidariedade unificadora, permite que as concepções individuais sobrepujem os projetos coletivos. E como assevera Wood (1999), este pensamento pós-moderno, com todas suas características, não são concebidos em uma perspectiva classista, longe disso. Eles encontram-se em um patamar que valoriza as lutas de indivíduos fragmentados (Ibidem, 1999). A opressão que a classe trabalhadora sofre a todo instante, sua relação de dominação e exploração, não é respondida apenas por questões de cor, cultura, sexo, como aponta a autora: “A diferença que define uma classe como identidade é por definição uma relação de desigualdade e poder, de uma forma que não é necessariamente a das “diferenças” sexual ou cultural” (Ibid., Op. Cit., p. 221).

A atuação do movimento estudantil da UNAMA, no período antes da compra da Universidade pelo Grupo Ser Educacional, caracterizou-se por um coletivo estudantil organizado; organicamente estruturado em suas relações com outros segmentos sociais; com forte unidade em sua base representativa e altamente autônomo. Quando se altera o foco da lente de análise, e o direciona ao período depois da compra, em meados de 2014, observa-se, *a priori*, um movimento estudantil com dificuldades de mobilização, por vezes não consegue sustentar as características de um movimento social: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia. Questão principal que devemos investigar, com o intento de apresentar as repercussões determinadoras do declínio da ação deste coletivo.

A influência registrada no movimento estudantil da UNAMA, assim como de grande parte dos movimentos estudantis pelo Brasil, iniciasse, principalmente, a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Araujo (2007), a UNE, em seus momentos iniciais de atividade, caracterizava-se por uma multiplicidade de pensamentos políticos e ideológicos que facilitava sua organicidade por todo o território brasileiro:

A UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade (ARAUJO, 2007, p. 21).

Com efeito, é a partir da criação da UNE, em 11 de agosto de 1937 (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, [2019a]), que a coordenação estudantil de caráter nacional fora possível. Da mesma forma, possibilitou a mobilização política dos estudantes em defesa de suas pautas amplas, envolvendo tanto questões estudantis, quanto a diversidade do movimento social (MARTINS; CZERNISZ, 2017).

Em 1960, a UNE se dispôs em seu primeiro grande enfrentamento, com o golpe de estado dos militares em 1964. O referido momento é detalhado por Laura Luciani (2011) em artigo de sua autoria, por meio do qual apresenta tanto a crise organizativa da UNE, como o refluxo da entidade pela repressão: “Fue en 1968 cuando el movimiento estudiantil brasileño alcanzó el punto más significativo en la lucha contra la dictadura; fue también el inicio de su fin” (LUCIANI, 2011, p. 80). E completa:

El gobierno de Costa Silva endureció su posición y como corolario, en 1968 se decretó el AI n° 5. Con ello se disolvió el Congreso, se suspendieron las garantías individuales. Con un movimiento estudiantil que ya evidenciaba su crisis se reorganizó la estructura de la enseñanza universitaria. Entre fines de 1968 y principios del 1969 se dictaron diversas leyes en ese sentido; un ejemplo es la Ley 477 que implicaba la sanción de aquello que se considerara delito político en la universidad. Se iniciaban entonces los

sumarios a docentes que si eran considerados culpables no podrían ejercer como tales y a los estudiantes se les impedía matricularse. El movimiento estudiantil entró en una fase de reflujo, la UNE se disolvió en 1969 y solo una década después pudo convocarse un nuevo congreso (Ibidem, 2011, p. 85).

Após o período ditatorial, que perdurou até 1985, a UNE, e outros movimentos estudantis, saíram da clandestinidade, e iniciaram o processo de reorganização e lutas democráticas. A primeira medida dirigida pelo movimento estudantil, no período de redemocratização, foi a “Legalização da UNE”, em 1985 (ARAÚJO, 2007).

Assim, mediante o Projeto de Lei nº 5.192 de 15/04/1985, elaborado pelo deputado federal Aldo Arantes (BRASIL, 1985a), engendrou-se a Lei nº 7.395 de 31/10/1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior (BRASIL, 1985b). Em seus poucos artigos, a respectiva Lei, além de legalizar o exercício da UNE no âmbito nacional (Artigo 1º), reconheceu também a organização dos movimentos estudantis dos Estados (Artigo 2º), das Instituições de Ensino Superior (Artigo 3º) e dos cursos superiores (Artigo 4º). Da mesma forma, revogou todas as disposições contrárias do período ditatorial que limitava o exercício do movimento estudantil.

Esta constituição histórica do ME no Brasil é objeto importante para se compreender não somente o movimento ordenado que se apresenta em uma empresa de ensino superior, como há na Universidade da Amazônia (UNAMA), comprada pelo Grupo Ser Educacional, o qual possui capital aberto na bolsa de valores, e negocia participação em seus ativos na venda de ações⁷. Propõe da mesma forma, ponderar a respeito do dinamismo nacional do movimento estudantil, de maneira a caracterizar os seus elementos (organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia) no percurso histórico, com a proposta de indicar que tais atributos são significativos em qualquer movimento estudantil com força de movimento social.

Neste sentido, é com esta perspectiva que adentraremos na análise do DCE/UNAMA, com a premissa de indicar se este movimento estudantil se configurou como um representante dos movimentos sociais, e até que momento esta funcionalidade se manteve intacta.

⁷ É a partir de 2013 que o Grupo Ser Educacional, mediante oferta pública inicial de ações (IPO), passou a negociar suas ações na bolsa de valores mobiliários brasileira, B3 – Código que significa a bolsa oficial do Brasil, em referência às letras iniciais: Brasil, Bolsa e Balcão – no segmento de listagem “Novo Mercado”. Os segmentos de listagem da B3 - Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1 – seguem padrões diferenciados de Governança Corporativa, com o intuito em atrair investidores. Cada segmento possui regras que visam assegurar direitos aos acionistas, bem como dispor sobre a divulgação de informações aos participantes do mercado (Ver em: BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, [2019b]).

O DCE é entidade máxima de representação estudantil dentro da Universidade da Amazônia. Possui como proposta central, operacionalizar organicamente, de forma organizada e democrática, as lutas de sua base estudantil, por conquistas e manutenção de direitos, com a finalidade de ampliar sua zona de desempenho (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, [2019]). Os documentos disponibilizados em seu site, *blog* e redes sociais, demonstram que a atuação deste coletivo ultrapassa os muros da UNAMA, alcançam outras lutas resultantes do próprio sistema capitalista. Consideramos seu desempenho em três campos de ações: (1) questões de amplitude nacional; (2) demandas situacionais, locais; e (3) contextos internos de sua Universidade, por pautas de mensalidades; cobrança de taxas, dentre outros pontos.

Conjuntamente, as debilidades enfrentadas pelos movimentos sociais no Brasil se mostram permanentes, com nova roupagem, principalmente, em inícios da década de 1990. Ocasão em que os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em diante, encamparam projetos de modernização no país, de viés neoliberal, acontecimentos que atingiram frontalmente a disposição e mobilização destes movimentos. Soma-se a isso, a entrada em cena de novas configurações de movimentos sociais que não mais refletem, por exemplo, a respeito dos conflitos sociais como oriundos das contradições entre as classes sociais. Para estes coletivos, representados pelos NMS, os enfrentamentos se configuram em outra dimensão, não mais orbitados no antagonismo entre as classes sociais.

Nesta linha de entendimento, os movimentos estudantis se apresentam como coletivos sociais que são atingidos em sua organização pelos conflitos ocorridos no seio da sociedade. Em referência ao DCE/UNAMA, essa configuração das forças sociais e históricas determinantes de sua configuração, não se revelam diferentes. Influenciam, demasiadamente, na práxis estudantil e em suas relações internas na Universidade. Neste sentido, tendo em vista estes elementos conjunturais e locais, a investigação principal desta pesquisa expressa o pressuposto de questionar: Quais foram os fatores concretos que repercutiram para o declínio do movimento estudantil da UNAMA, representado pelo seu DCE, nas lutas estudantis por direitos dentro e fora da universidade?

Aventa-se a hipótese de que as problematizações repercutidas na atuação e organização do movimento estudantil da Universidade da Amazônia remetem aos episódios resultantes de todo o processo de compra/venda da UNESPA, mantenedora da UNAMA, pelo Grupo Ser Educacional, em 2014.

Todavia, compreendemos que este episódio hipotético não resulta em um determinismo finalístico. Existem, na conjuntura, outras questões impactantes na estruturação

do DCE/UNAMA, da mesma forma que influenciaram no desempenho de diversos movimentos sociais pelo país. Condições como: a mercantilização de serviços públicos, no caso o ensino superior privado, negociados como se fossem mercadoria; a intensa financeirização deste setor, com a finalidade da obtenção de lucros no mercado de capitais; as políticas públicas que em ritmo acelerado estimularam o projeto neoliberal para este país, com a contribuição dos organismos internacionais; a fragmentação da coletividade, dos movimentos sociais, substituída por pautas individualizadas da pós-modernidade, são também motivos que afetam a operação do DCE/UNAMA, e serão fontes de análise.

Por visar primordialmente ao lucro, a estratégia do Grupo Ser Educacional é oferecer ao público uma formação compatível com o mercado de trabalho e os preceitos da “trabalhabilidade”, constantemente propagandeados pela Ser Educacional S.A. Esta configuração se apresenta insatisfatória e descolada dos anseios da composição acadêmica de uma universidade: de pensar o mundo e os acontecimentos que o rodeiam, de forma emancipatória, crítica e humanitária.

Segundo escritos de autores nas revistas eletrônicas Leia Já, vinculada ao Grupo Ser Educacional, e a Revista Exame, o conceito de trabalhabilidade é desenvolvido como a capacidade de gerar renda a partir de talentos pessoais, independente do vínculo com carteira assinada. O indivíduo é valorizado por aquilo que realiza de mais adequado individualmente, de forma empreendedora, assim como quando inserido em empresas, agir de maneira flexível, maleável, resistente, adaptável. Em suma, sua finalidade é atender a um mercado que necessita de profissionais resilientes, criativos, talentosos e aptos a qualquer modificação social (SABINO, 2018; BRASILEIRO, 2017; SOUTO, 2015).

Portanto, fundado nestas considerações, a ideia que norteia as condições de trabalho, nas premissas da trabalhabilidade, vai além de possuir apenas um emprego e renda fixos; é atuar de forma autônoma e empreendedora, objetivar a geração constante e ininterrupta de capital no emprego dos seus próprios conhecimentos e habilidades criativas.

Desse modo, a formação que segue os parâmetros da “trabalhabilidade”, proporcionada pelas instituições de ensino privadas mercantis – Grupo Ser Educacional como uma das representantes – é condizente, por exemplo, com a Reforma Trabalhista de julho de 2017⁸. Esta, por sua parte, regulamenta o trabalho intermitente⁹, situação em que a prestação de serviços será de forma continuada, com alternância de períodos entre inatividade e atividade empregatícia (BRASIL, 2017). Isto implica, dentre outros fatores, em insegurança

⁸ Lei 13.467/2017 (Lei Ordinária) 13/07/2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

⁹ Artigo 443 da CLT em seu parágrafo 3º, incluída pela Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017.

ao trabalhador, permite submeter-se às transformações do mercado de trabalho com a obrigação de adaptar-se a quaisquer condições de trabalho.

A configuração apresentada na estrutura gerencial e administrativa do Grupo Ser Educacional é resultado de determinações mais gerais, mais exteriores, que condicionam suas tomadas de decisões. Estes decretórios são oriundos do próprio movimento dinâmico do sistema capitalista, o qual se reconfigurou majoritariamente na ordem financeira em meados do século XX.

Para José Paulo Netto (2012), as bases teóricas e práticas do liberalismo clássico foram ressignificadas em fins século XIX com o ingresso de uma ordem repousada no monopólio: “Em resumidas contas, o velho liberalismo entrava para o museu das antiguidades: tanto no plano econômico, entronizando o mercado como a instância societal mediadora por excelência, quanto no plano político, sacralizando o Estado *mínimo*” (NETTO, 2012, p. 82).

Com base nesta análise histórica, Netto (2012) assinala que em meados da década de 1950, ergueu-se outra vertente do liberalismo, estágio nomeado pelo autor como “ofensiva neoliberal” (Ibidem, p. 83), fase apoiada especialmente em dois autores: Friedrich Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006). A respectiva ofensiva, em oposição ao liberalismo clássico, somente foi possível em decorrência da crise do Welfare State e, em seguida, a do socialismo real.

Esta pareceu oferecer a comprovação definitiva do fundo último da programática neoliberal, vale dizer, a insustentabilidade de uma economia planejada; a crise do Welfare State forneceu-lhe o combustível para colocar em xeque as funções estatais como indutoras de crescimento econômico e promotoras de bem-estar (NETTO, 2012, p. 85).

O resultado alcançado com estas reconfigurações do liberalismo, que perpassa por todo o século XX, chega aos nossos dias em movimento intenso rumo à barbárie (NETTO, 2012), apresenta novas configurações e características: (1) desregulamentação, liberalização e hipertrofia das atividades financeiras; (2) hegemonia dos organismos financeiros; (3) transferência da riqueza produtiva para a esfera financeira; (4) disseminação do *capital especulativo parasitário*¹⁰; (5) geração fraudulenta de recursos financeiros; (CHESNAIS, 1996, 1998; FATTORELLI, 2013; CARCANHOLO; SABADINI, 2009).

¹⁰ Termo utilizado por Carcanholo e Sabadini (2009, p. 40), em seu artigo “Capital fictício e lucros fictícios”. Para o autor, a categoria “Capital fictício” é central na obra de Karl Marx, imprescindível na compreensão da atual configuração do capitalismo. A valoração do lucro a partir da comercialização de títulos é a representação legal do Capital fictício (CARCANHOLO; SABADINI, 2009).

Nesta lógica, tais características e princípios foram pautados como metas nas relações macroeconômicas entre nações mundiais, com o feitio de conceber um atual arranjo de correlação de forças que, além de asseverar as contradições clássicas do capitalismo, impõe estratégias e moldes novos na figura do capital financeiro.

Na compreensão de François Chesnais (1996), na obra *Mundialização do capital*, as configurações atuais, diferentemente do passado, do conjunto de relações internacionais, que de certa maneira modelam a vida social, não se encontram prostradas apenas no plano econômico, mas interferem em todas as dimensões (CHESNAIS, 1996). E completa: “o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta” (Ibidem, 1996, p. 14).

À vista disso, para que ocorra o resultado esperado pelas propostas de modificações econômicas e sociais recomendadas pelos dogmas do neoliberalismo, as políticas globais devem sofrer de intensa desregulamentação e liberalização do capital financeiro, de forma a permitir tudo. A permissividade, propalada por esta atualizada organização econômica de abrangência planetária, contribui para a configuração de grandes empresas e a criação de oligopólios que se multiplicam e dominam o mercado mundial. Nesse turno, é notável a teoria de “*mundialização do capital*”,¹¹ pronunciada por Chesnais, por intermédio da qual o autor apresenta a ideia da mundialização econômica no sentido da financeirização¹² de todas as coisas (Ibidem, 1996).

É nesse cenário que a materialização de reformas, aprofundamento das privatizações, liberalização das negociatas financeiras e a desregulamentação legal tornam-se instrumentos neoliberais que atuam em setores institucionais consolidados como bens públicos, transformando-os em serviços comercializados.

A esse respeito, Francisco de Oliveira (1988) em seu artigo, “O surgimento do antivalor: capital força de trabalho e fundo público”, manifesta que sem a utilização dos recursos públicos – igualmente chamados de fundos públicos – a formação do sistema capitalista, ainda mais nessa fase financeira, se torna impensável (OLIVEIRA, 1988). Este é o caso do ensino superior privado brasileiro que, na década de 1990, padece pela forte atividade do mercado financeiro, inserindo, permanentemente, um contínuo processo de expansão e

¹¹ O Pesquisador pretende marcar uma posição mais coerente ao termo “globalização”, anuncia que a palavra “mundial” possui o rigor exigido pelo momento. A globalização sugere progresso, algo benéfico. Ao passo que a “mundialização” denuncia as artimanhas do capital, a liberalização e desregulamentação totais, que excluem e marginalizam os países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996).

¹² Em Chesnais (1996; 1998) a financeirização é tratada como uma lógica de ação atualizada pelo novo contexto do sistema capitalista. Ela é sistêmica e de escopo mundial, influencia quaisquer relações econômicas internacionais. Ou seja, a financeirização é um regime de acumulação com dominação financeira (CHESNAIS, 1998).

mercantilização do setor, de modo a desnacionalizar a educação e contribuir para a consolidação de um novo mercado educativo global (CHAVES, 2016). A entrada do segmento empresarial/mercantil não ocorre apartada da utilização dos recursos públicos, a exemplo temos as políticas públicas de financiamento estudantil que, de maneira escamoteada, transferem-se fundos públicos para empresas educacionais com a obrigação, do pagamento desta dívida, direcionada aos próprios estudantes.

A estruturação deste ensino superior privado, apoiado em bases mercantis e financeiras, repercute na consolidação de grandes empresas educacionais, verdadeiros oligopólios que utilizam o ensino como mercadoria negociável em bolsas de valores, ambiente contraditório com os pressupostos norteadores do processo educativo. Portanto, essa descrição conjuntural impõe designações objetivas nas ações mercadológicas da Ser Educacional e, por tabela, influencia a organização, operação e abrangência do DCE/UNAMA.

O objetivo geral do estudo é examinar as repercussões do processo de aquisição da UNAMA pelo Grupo Ser Educacional na atuação do movimento estudantil desta Universidade, representado pelo DCE.

Por seu turno, os objetivos específicos colaboram para identificar as possíveis determinações práticas desse oligopólio educacional, com sua gestão pragmática e tecnicista, que impactou na ação do movimento estudantil da UNAMA, em sua organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia. Desse modo, traçamos alguns pontos importantes que a pesquisa deve abarcar e alcançar:

- Analisar as categorias Movimento Social (MS) e Movimento Estudantil (ME), identificar suas características centrais e sua presença na história do movimento estudantil brasileiro. Observar o dinamismo destas características nos principais momentos históricos do século XX, em que o movimento estudantil esteve frente às questões políticas, sociais e econômicas do país.
- Analisar e apresentar a construção e constituição do movimento estudantil da UNAMA, por meio do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UNAMA), de modo a compreender a práxis deste coletivo estudantil no período de 2006 a 2018. Intervalo temporal que indica as etapas do antes, durante e depois da compra da Universidade da Amazônia pelo Grupo Ser Educacional.
- Examinar o processo constitutivo do Grupo Ser Educacional, assim como sua laboração no mercado educacional brasileiro: processo de aquisições e fusões, movimentação no

mercado de ações, Governança Corporativa, relações com investidores etc. Investigar as tomadas de decisões desta empresa, e as resoluções do Conselho Superior da UNAMA que se direcionam ao movimento estudantil do DCE.

Com o enfoque em alcançar o objetivo principal desta Dissertação, da mesma forma abranger os pontos específicos apresentados, a estruturação metodológica irá pautar-se em pesquisa documental crítico-descritiva, articulada por abordagens quantitativas e qualitativas, utilizaremos de entrevistas semiestruturadas com estudantes que compuseram a Direção do DCE/UNAMA no período de 2006 a 2018.

De certo, o percurso metodológico tenciona em identificar e revelar os múltiplos determinantes que repercutiram no movimento estudantil da UNAMA, ao ponto de seu declínio, tão abrupto, alcançar o estágio, no atual momento, de não constar sequer a composição de sua Direção e coordenações.

O desenvolvimento metodológico da pesquisa seguirá em dois caminhos complementares: (1) pesquisa bibliográfica exploratória; consulta de caráter documental a fontes primárias e secundárias: normatizações, resoluções, publicações, comunicados, jornais eletrônicos e físicos, relacionados tanto a entidade estudantil do DCE, como ao Grupo Ser Educacional; (2) pesquisa empírica, na aplicação de entrevistas semiestruturadas. Consideramos a respectiva técnica metodológica como importante meio de adquirir respostas a nossa problemática central, da mesma forma que possibilita a compreensão dialógica do ente social investigado.

As publicações analisadas neste trabalho foram selecionadas em plataformas específicas que tangenciam a pesquisa: publicações e documentação do DCE/UNAMA, Ser Educacional S.A, Instituições reguladoras do mercado financeiro, referenciais teóricos que cercam a temática, normas do ensino superior privado brasileiro, documentos dos organismos internacionais que sugerem orientações educacionais para o país, índices quantitativos do governo sobre a situação do ensino superior privado no país etc.

Adquirimos o acervo documental referente ao DCE/UNAMA em seu blog eletrônico no ciberespaço. Além disso, o Estatuto da entidade, registros fotográficos, vídeos de suas manifestações e mobilizações, material jornalístico que retratam o DCE/UNAMA – reiteramos a condição de manter o exame entre o recorte temporal desta pesquisa, previamente informado: período de 2006 a 2018 –, constituíram-se, da mesma forma, como material de arguição.

Registra-se a circunstância da impossibilidade do acesso aos documentos mais internos do DCE/UNAMA, aqueles de ordem diária da organização, como: atas de

assembleias e reuniões; decisões dos diretores; composição de coordenações e alterações entre estudantes; atividades das diretorias; pautas aprovadas etc. Segundo explicações do sucedido, realizado pelo entrevistado C. G. J., em momento posterior a compra da Universidade, o estabelecimento ocupado pela Direção do DCE/UNAMA, desde a década de 1990, representou objeto de retenção pela nova gestão, de maneira autoritária e ilegal:

Não existe mais o espaço em domínio do DCE, ou mesmo de algum ME lá da UNAMA. O espaço foi arrombado! O que a UNAMA fez? Ela arrombou o cadeado e colocou o cadeado dela. Pintou a frente para tirar o nome do DCE, e deu fim em todos os pertences do Diretório que estava no local (C.G.J., 2018).¹³

Quanto aos documentos do Grupo Ser Educacional, conseguimos adquiri-los no site eletrônico “Ser Educacional – Relação com investidores”. Plataforma que permite acesso a copiosos registros setorizados, como: manual de identidade, estrutura acionário, mapa de aquisições, atas, regulamentos, estatutos, relatórios do Conselho Administrativo e da Direção Executiva, decisões tomadas, estrutura da governança corporativa, relatórios trimestrais de desempenho dos anos de 2010 a 2018.

Soma-se a parte documental da empresa, registros de plataformas institucionais e empresariais que orientam as ações do Grupo Ser Educacional. Podemos citar as principais: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BMF&BOVESPA); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); UNAMA institucional; Ministério da Educação (MEC); Revista eletrônica Leia Já; Livros autorais de Janguê Diniz; Instituto Janguê Diniz – UNINASSAU; empresa Cenário Inteligência; Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI).

Por ser uma empresa de capital aberto, com negócios realizados no mercado de ações, e com vistas a assegurar a confiança e segurança dos investidores acionistas, a observância pela prática da transparência é norma fundamental neste segmento. Inclusive, a transparência é incluída pelas entidades governamentais, que tratam da GC, como princípio a ser observado pelas empresas mercantis. Algo necessário para se conseguir tanto as boas práticas de governança corporativa, como a garantia de capital no mercado financeiro¹⁴.

¹³ Trecho de entrevista realizada com o estudante C.G.J., na cidade de Belém (PA), no dia 20 de setembro de 2018.

¹⁴ Polizel e Steinberg (2013) transportam em sua obra os princípios fundamentais para que empresas pratiquem uma boa governança corporativa, são eles: transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa (POLIZEL, STEINBERG, 2013, p. 18).

O segundo caminho metodológico da pesquisa, abordará o desenvolvimento da empiria pelo emprego de entrevistas semiestruturadas. Este instrumento de coleta de dados, com a perspectiva do aprimoramento da investigação e qualidade da produção, conserva a intencionalidade de evidenciar as falas dos estudantes que atuaram, como membros da Direção do DCE/UNAMA, no período de 2006 a 2018.

Consideramos a entrevista meio coerente para a aquisição de informações em uma pesquisa das ciências humanas e sociais. Por seu intermédio, consegue-se ampliar o leque de possibilidades em lograr mais dados informativos, contribui na mediação com outros documentos para se alcançar a essência das explicações ao nosso problema central. Em suma, a entrevista é um instrumento acessório, pondera a relação entre o objeto central e os objetivos da pesquisa, seus resultados fluem para as conclusões necessárias.

As entrevistas centrar-se-ão nos estudantes que atuaram no DCE/UNAMA, entre 2006 a 2018 (sujeitos da pesquisa). Esta limitação temporal expressa nossa proposta de abarcar o momento antes, durante e depois da venda da universidade para o Grupo Ser Educacional. Entrevistamos 04 (quatro) estudantes participantes deste movimento estudantil entre o período indicado. A proposta não é entrevistar todos os estudantes militantes, mas escolher uma amostragem de indivíduos que contemple a totalidade temporal do intervalo apresentado.

A Dissertação encontra-se estruturada em três capítulos de análise, além da parte introdutória e das considerações finais. No primeiro capítulo, anunciado com o título **“MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RESGATES CONCEITUAIS, TEÓRICOS E PRÁTICOS”**, com divisão em três seções, analisamos as categorias: Movimento Estudantil e Movimento Social, com a perspectiva de fundamentá-las e abstrair de suas análises as características mais fundamentais que as representam. Asseveramos que tais categorias sustentam o objeto central desta pesquisa, o “movimento estudantil da UNAMA”.

Além disso, tratamos da historicidade do movimento estudantil no Brasil a começar do século XX, destacamos os principais momentos do trabalho da UNE como entidade organizativa dos estudantes em âmbito nacional. Por outro lado, esta seção não resolve-se em apenas expor o trajeto da UNE, ou da UBES. Analisaremos as características do movimento estudantil pela história, assim como sua estruturação e princípios determinantes.

No segundo capítulo, **“MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA): A PRÁXIS DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) DE 2006 A 2014”**, dividido em três seções, realizamos o exame da práxis do DCE/UNAMA no período anterior e contemporâneo a compra da Universidade pelo

Grupo Ser Educacional. Utilizamos, como base de dados, documentos e publicações do DCE/UNAMA.

Compõe ainda este capítulo, a investigação da constituição do Grupo Ser Educacional S.A como empreendimento nacional no setor educacional, e sua trajetória no mercado financeiro. Análises sobre aquisições, fusões, redes de proteção – ABMES, ABRAFI –, acordos com financeiras e acionistas – Cartesian Capital Group (CCG) e Corporação Financeira Internacional (IFC), pertencente ao Grupo Banco Mundial (BM) – ligações com consultorias, preparação para a abertura de seu capital, implementação e verificação da Governança Corporativa, dentre outras questões, estamparam como pontos percorridos nesta fase.

No último capítulo, com a denominação **“PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO DCE: “EM VERDADE QUEM PERDE NÃO É O DCE/UNAMA, MAS TODOS OS ESTUDANTES DESTA UNIVERSIDADE”**, dividido em duas seções, discorreremos a respeito do DCE/UNAMA no momento posterior à venda da instituição, ocasião em que a gestão do Grupo Ser Educacional se encontrava estruturada. Nossa intenção é acompanhar os movimentos deste coletivo estudantil, suas mobilizações e lutas principais, e as tomadas de decisões da Governança Corporativa deste oligopólio educacional. Nesse debate, apresenta-se a essência das falas dos entrevistados, os quais recontam sobre o período.

Por meio da análise das categorias trazidas pelos entrevistados em suas falas, dialogando com os dados e resultados conseguidos por toda a Dissertação, alcançamos a resposta da nossa pergunta central: Quais foram as repercussões concretas que determinaram o declínio da organização e participação do movimento estudantil da UNAMA nas lutas estudantis por direitos dentro e fora da universidade?

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RESGATES CONCEITUAIS, TEÓRICOS E PRÁTICOS

Neste capítulo, será exposta análise sobre as categorias Movimento Social (MS) e Movimento Estudantil (ME), com a perspectiva em apontar a multiplicidade das concepções conceituais e teóricas, assim como em mediar historicamente a dinâmica dessas categorias em seu movimento na sociedade.

O trabalho teórico em cima dessas categorias possui o objetivo de buscar em suas bases constitutivas algumas características fundamentais que possam ser verificadas no processo histórico do movimento estudantil brasileiro, nos principais momentos históricos do século XX. Esse exercício de busca dos elementos principais da categoria MS e, depois, a observação deles na estrutura conceitual do movimento estudantil, da mesma forma que em sua sociabilidade no Brasil, permitem contribuir para o entendimento da dinâmica das ações e das atuações do coletivo estudantil da UNAMA, análise que será realizada no segundo e em parte do terceiro capítulo desta Dissertação.

Distante da pretensão em esgotar a temática do ME em suas compreensões conceituais e no detalhamento histórico de sua constituição, atitude não condizente com o objetivo principal desta pesquisa, tal empreitada será conduzida no sentido de pontuar a dinâmica do movimento estudantil brasileiro. A teorização se apresenta necessária, no sentido de não tratar esta categoria descolada de sua historicidade e sua materialidade.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS (MS) E SEU DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL

No Brasil, as revoltas sociais ocuparam destaque em todos os seus períodos históricos. Desde a época colonial, a sociedade brasileira é marcada por lutas e movimentos sociais contrários à dominação de uma elite e à exclusão social resultante dela (GOHN, 2000).

Gilberto Freyre demonstra, em boa parte de sua obra *Casa Grande e Senzala*, que a formação da sociedade brasileira ocorreu em bases paternalistas, aristocráticas e escravocratas. Em primeiro momento, utilizando mão de obra cativa e, por bastante tempo, trabalho escravo (FREYRE, 1992). Mesmo não sendo central em suas análises, Freyre expôs alguns registros de revoltas indígenas e de negros, resultantes das agressões que esses povos sofriam, principalmente as realizadas nas casas grandes.

Júlio Chiavenato, em *As lutas do povo brasileiro*, é mais taxativo contra a historiografia nacional em esconder as lutas sociais que estiveram sempre presentes no Brasil.

Ele critica a ideia propagandeada – do período colonial até meados da década de XX – de que os revoltosos eram multidões de ignorantes fanáticos e desordeiros (CHIAVENATO, 1988). Para o autor, as massas sempre reagiram à opressão política e de exploração do trabalho, constantemente houve movimentos revoltosos contrários à dominação de uma elite detentora de poder (CHIAVENATO, 1988).

Eis algumas lutas no país conforme a surgência: Confederação dos Tamoios (1562), Insurreição Pernambucana (1645), Inconfidência Mineira (1789), Revolta dos Alfaiates (1796), Confederação do Equador (1824), Cabanagem (1835), Balaiada (1838), Revolução Praieira (1845), Canudos (1896) etc. (GOHN, 2000; CHIAVENATO, 1988; CHAUI, 2000).

Na virada para o século XX, nas duas décadas iniciais, as revoltas populacionais, os protestos e os levantes formaram as cenas regionais do país. Essas sublevações não tinham um caráter de universalidade pela conquista de direitos, e também não se mostravam como lutas permanentes. Algumas, como a Revolta da Vacina¹⁵, desenvolveram-se em seis dias de protestos radicalizados no Rio de Janeiro, entre 10 e 16 de novembro de 1904.

Uma premissa interessante do passado é que as revoltas não eram institucionalizadas, dizemos, não se tinha a composição do comportamento coletivo vinculado à instituição. Hoje, os movimentos sociais se mostram tanto institucionalizados como não institucionalizados¹⁶. A União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual será tratada em momento oportuno, portou-se nos dois lados em seu período histórico. Havia situações em que sua organização se colocava não institucionalizada e outras em que aparecia institucionalizada, situações próximas de governos, como ocorreram no governo Luiz Inácio (2003-2011).

O período do Estado Novo (1937-1946) inseriu no cenário dos movimentos sociais as lutas dos trabalhadores assalariados. Nessa época, existia uma permanência nas mobilizações com o sentido de contestar a ordem capitalista, de sorte a reivindicar melhorias nas condições de vida e de trabalho, e início da construção de pautas revolucionárias na direção de derrubar a ordem vigente.

¹⁵ Ver artigo de Galvão (2008), o qual informa momentos de conflitos: “[...] para destruir os mosquitos, a Polícia Sanitária instituída por Oswaldo Cruz teve que intervir nos domicílios sem o consentimento dos moradores, deflagrando grande resistência por parte das camadas populares urbanas” (GALVÃO, 2008, p. 23).

¹⁶ Trazemos as considerações de Maria da Glória Gohn sobre a definição das ações não institucionalizadas do movimento social. Segundo a autora: “é aquela não guiada por normas sociais existentes, mas formada pelo encontro de situações indefinidas ou desestruturadas, entendidas como quebras da ordem vigente. Estes processos ocorreriam antes que os órgãos de controle social, ou de integração normativa adequada, atuassem, restaurando a ordem antiga ou criando uma nova, que absorveria os reclames contidos nas agitações coletivas. Durante todo o processo o que se observava eram tensões, descontentamentos, frustrações e agressões dos indivíduos que participavam das ações coletivas” (GOHN, 1997, p. 24).

Prestes (2006) explica que tal situação foi resultado do êxodo rural ocorrido naqueles anos. Com a urbanização desse contingente humano, o Estado normatizou e mediou as relações de trabalho, atuou de forma incisiva nos litígios. Contudo, a presença do governo nas questões trabalhistas não resolveu as relações de conflitos, ensejo que possibilitou as primeiras revoltas contra o sistema econômico.

Afonso Celso Scocuglia enfatiza que “as questões do processo produtivo, as relações de trabalho, as condições de bem-estar da população, a jornada de trabalho, repouso remunerado” (SCOCUGLIA, 2006, p. 37) exprimiram demandas que moveram grupos sociais, na defesa de seus direitos, a se organizarem politicamente em movimentos sociais. Nesse momento, segundo Gohn (1997, p. 11), “ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência”.

No período da Ditadura militar (1964-1984), os movimentos sociais e suas ações até o momento cristalizadas sofreram refluxo devido à opressão, mas mantiveram as manifestações. Destaque à vanguarda do movimento estudantil, que, mesmo perseguido, manteve-se esquematizado em “ilhas” de resistência. Nas palavras de Gohn (2000, p. 18):

O golpe militar de 1964 pôs fim a um ciclo de mobilização e organização popular. Entre 1964 e 1969 os movimentos de resistência foram poucos. No meio industrial ficaram famosas as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP). Os estudantes, influenciados pela conjuntura nacional e internacional [...] entraram para a história como novos atores em cena.

Com o processo da restauração da democracia, houve a retomada de mobilizações da população em movimentos sociais que tinham o propósito de colocar em movimento ações e mecanismos na busca de direitos retirados nos anos do autoritarismo militar. Pode-se dizer que a expressão maior da retomada dos movimentos sociais foi com a elaboração e a discussão da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). A liberdade do pensamento, a organização dos coletivos e um retorno do espírito de solidariedade são bases garantidas que possibilitaram a expansão dos movimentos sociais, agora não mais de forma clandestina.

A década de 1990 trouxe aos movimentos sociais outras questões conflitivas, resultado das correlações de forças na sociedade. Novas lutas surgiram e houveram de ser adaptadas ao novo contexto que o país atravessava com as Reformas estruturantes implantadas, em parte, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE) é exemplo de política que buscava

instituir, entre outras medidas, a administração gerencial na estrutura pública do Estado (BRASIL, 1995)¹⁷.

O PDRAE é uma forma de administração que perpassou os momentos históricos seguintes e alcançou ao período atual com o mesmo penhor de enxugar a máquina pública destinada à manutenção de serviços básicos à população, modelo aproximado das empresas educacionais privadas brasileiras de capital aberto que se utiliza de meios pragmáticos e técnicos para economizar com o ensino e transferir dividendos aos seus acionistas.

Frente a essa situação, os movimentos sociais tiveram que mudar suas estratégias de reivindicação, os trabalhadores, por exemplo, não tinham mais como pauta a melhoria salarial, eles centravam em lutar pela manutenção dos empregos, por mercado de trabalho. Contudo, tal tática de ação para conquista e manutenção de objetivos imediatos não representou o abandono de sua estratégia fundamental e histórica: enfrentar a ordem capitalista por sua superação.

Isto posto, todo esse passado histórico brasileiro, do período colonial até os tempos atuais, demonstra que este país esteve mais tempo em conflitos do que em calmaria, passividade (CHIAVENATO, 1988; GOHN, 1997, 2000). Isso se explica pela própria lógica das contradições inerentes ao capitalismo, que impõe, parafraseando Marx e Engels, uma luta permanente entre as classes sociais (MARX; ENGELS, 2005). Em absoluto, o contexto ininterrupto do conflito representou um dos combustíveis dos movimentos sociais.

Na complexidade histórica de constituição dos movimentos sociais, resumidamente exposta, impõem-se problemáticas em sua definição enquanto categoria analítica. Para Gohn (1997), a conceituação dos movimentos sociais infere a apresentação de diversas compreensões sobre a estrutura e o caminhar dessa categoria. Em suas palavras, “seria um despropósito querer finalizá-lo com alguma síntese única ou com a proposta de um modelo de teoria geral e universal” (GOHN, 1997, p. 327).

Abordar a categoria MS é, pois, alcançar a conclusão de que não existe teoria única, uma determinada concepção de entendimento: “não há um conceito sobre movimento social, mas vários conforme o paradigma utilizado” (GOHN, 2000, p. 13). Além disso, existem inúmeras lacunas na teorização ocasionada pelo desentendimento dos autores que se debruçam sobre o tema (GOHN, 1997 *apud* Wilkinson, 1971, p. 38).

¹⁷ O PDRAE foi elaborado pelo Ministro José Carlos Bresser-Pereira, do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21/09/1995, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como meta principal de ajuste fiscal e estabelecimento de reformas em todas as áreas da administração pública brasileira (BRASIL, 1995). Em linhas gerais, é um alinhamento concreto da economia brasileira com a do mercado externo, situação enfatizada e recomendada pelo Consenso de Washington (BATISTA, 1994).

Assim sendo, discorrer de alguns conceitos se torna fundamental na compreensão das características dos movimentos sociais e dos seus ciclos de mudanças que decorreram pelo tempo histórico. São fundamentações conceituais sobre as quais iremos nos debruçar na sequência.

Luiz Bernardo Pericás define a categoria dos movimentos sociais como “todo o conjunto de ações e mecanismos colocados em andamento para manter uma determinada situação” (PERICÁS, 2010, p. 29). Ou seja, essas ações colocadas em mobilização ultrapassam o corpus estático quando sofrem o contraponto, em resposta a uma situação objetiva que infringe o setor popular. Em outra passagem, o autor apresenta o entendimento de movimentos sociais relacionado intimamente com a dinâmica da luta de classe¹⁸, razão que permite mostrar as situações da disputa, assim como fornece as bases para a organização correta do enfrentamento dos movimentos sociais.

Esse movimento social se definiria como as manifestações das contradições geradas dentro de uma sociedade, a partir dos interesses e disputas entre as classes e grupos que a conformam, sendo, assim, uma realidade permanente e latente inserida na própria estrutura, mudando de intensidade e de formas de luta dependendo da situação (PERICÁS, 2010, p. 31).

Contudo, Pericás (2010) oferece algo novo ao debate. Em sua análise, cessados os fatores resultantes da situação conflituosa que move os movimentos sociais, a correlação de forças, a qual é inserida nas bases da sociedade capitalista, não se dissipará. Ela, em certo grau, irá se reconstituir de elementos novos, derivados do resultado do embate da correlação de forças anterior, irrompendo em uma roupagem mais atualizada (PERICÁS, 2010). Todavia, sua análise foi algo já considerado por Gohn (2000) de forma metafórica:

As lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Eles são como as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou da reposição/conservação do velho. Esses fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo (GOHN, 2000, p. 13).

¹⁸ Retomamos novamente a obra de Marx e Engels (2005, p. 40) agora para compreender a luta de classes, no seguinte trecho: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada”. E completa: “A sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Portanto, as lutas de classes se apresentam como algo histórico, dialético e demonstram as contradições latentes nos diversos momentos das sociedades mais antigas à moderna.

Pericás conclui que a **organização**¹⁹ dos movimentos sociais detém papel fundamental em sua constituição, designa o sucesso ou o insucesso do movimento. Para Gohn (1997), as reflexões sobre os movimentos sociais carecem atentar aos tipos e espécies desses movimentos, algo às vezes não considerado por alguns estudiosos da temática que tratam os movimentos da mesma forma. Gohn (1997, p. 13) entende que “lutas, protestos, revoltas, revoluções, quebra-quebras, insurreições e outras formas de ações coletivas” devem ser analisadas cada qual em seu conjunto, respeitando as contradições geradas dentro da sociedade, como ressaltou Pericás (2010).

Isto posto, as ponderações dos autores demonstram que os movimentos sociais em sua atuação enfrentam condições subjetivas, de maneira a necessitar de seus atores posturas plásticas e moldantes frente aos litígios sociais que os abarcam.

Nesse sentido, a partir da compreensão dos conflitos entre as forças sociais opostas, imprime-se a conceituação sobre os movimentos sociais operados por Maria da Glória Gohn. A autora entende que os movimentos sociais envolvem as ações coletivas destinadas a um fim, ação racionalizada de acordo com cada tipo de movimento e luta que são construídos na teia social alicerçada nas demandas conflituosas. Tal circunstância permite a criação de um laço identitário entre os atores sociais que se encontram em ação. Nas palavras da autora, o movimento social seria:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva do movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

Com suporte na citação, pode-se abstrair que, para Gohn (2000), os movimentos sociais partem objetivamente de ações coletivas com caráter político em sua abordagem.

¹⁹ Primeira característica fundamental dos movimentos sociais e, por sua parte, como braço operante desta categoria, dos movimentos estudantis. Em “Cadernos Sociais”, a organização é compreendida como “coordenação de forças com um objetivo comum” (CADERNOS SOCIAIS, 2009, p. 65). Normalmente, é conduzido com intuito de obter resultados favoráveis ao coletivo em suas ações. Como ocorre nas empresas, a organização se pauta em planos estratégicos imediatos e mediatos. Ou seja, organizar as táticas mais objetivas para se conseguir alcançar a totalidade estratégica. Por exemplo, no caso das lutas de classes, o proletariado almeja, como estratégia fundamental, abolir o “Estado como Estado” e extinguir todas as distinções e antagonismos de classes, tomando os meios de produção em nome da sociedade (LÊNIN, 1983, p. 23). Para tal, deverá organizar-se em seu coletivo.

Sendo assim, esse movimento é um empreendimento **coletivo**²⁰, que surge da inquietação e de insatisfações sociais, e busca na mobilização a resolução de seus litígios. Algo ainda importante do trecho destacado é a referência à **solidariedade**²¹ entre o grupo como uma das características centrais, em conjunto com o coletivo e a organização.

Em artigo mais recente, Gohn (2011) introduz dois aspectos que compõem o movimento estudantil: a característica da **organicidade**²² e seu caráter educativo para a criticidade. Em suas palavras, os movimentos sociais são “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. [...] não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana” (GOHN, 2011, p. 333).

Em conformidade com Gohn (1997, 2000), Axel Honneth (2003) considera também as características coletividade, organicidade e solidariedade como fundamentais aos movimentos sociais. Segundo o autor, eles dependem de uma coletividade, uma “semântica coletiva”, algo além do “eu individual, envolvendo um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003, p. 258). A solidariedade dentro desse coletivo e sua avizinhança orgânica com outros coletivos possibilitam a formação da sociabilidade humana.

²⁰ Segunda característica dos movimentos sociais. No *Dicionário do pensamento marxista*, o conceito de coletivo, ou coletivismo, expressa, como elemento básico, ser o inverso do individualismo. Nesse sentido, os objetivos construídos pelo grupo são mais importantes que os objetivos individualizados (BOTTOMORE, 1988). Na ótica liberal, o coletivo tende a sufocar as individualidades e a diversidade cultural. Uma posição coerente com os interesses de uma pequena fração dos capitalistas financeiros, atualmente, que almejam constantemente a fragmentação social, dos movimentos sociais, de forma a não conseguir aglutinar forças transnacionais contrárias ao sistema.

²¹ Terceira característica dos movimentos sociais. Para Gohn (2000, p. 14) a solidariedade “é o princípio que costura as diferenças internas fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro seja coerente e articulada em proposta que encobrem essas diferenças”. A solidariedade não indica que os movimentos são harmoniosos ou homogêneos. Apenas informa que no coletivo existe uma pauta objetiva defendida por todos, mesmo que, em questões mais específicas, estejam em divergências. A própria discordância, nestes termos, não permite ser interpretada como comprometimento da coletividade do movimento.

²² Esta é a quarta característica dos movimentos sociais. Lembremos, a ação do conjunto delas é o que fundamenta a representatividade e o caminhar adequado de um movimento social e, pela sequência, como um representante dele, de um movimento estudantil. Ao buscarmos o entendimento básico de organicidade, em uma pesquisa descompromissada de fundamentação, teremos o resultado de ser algo ligado ao orgânico, uma qualidade de ligações e junções. No dicionário organizado por Tom Bottomore (1988), em uma das passagens, a organicidade tem ação importante no sistema capitalista. Informa, segundo a teoria marxista, que “a propriedade dos meios de produção é o princípio orgânico que determina tanto as relações de produção como as relações de distribuição” (BOTTOMORE, 1988, p. 479). Se existe uma funcionalidade do termo organicidade aos proprietários dos meios de produção, também terá à classe trabalhadora. Nesse sentido, a partir da sua organização e de suas relações com outros movimentos revolucionários, a classe trabalhadora permite criar uma nova sociedade (BOTTOMORE, 1988). Na obra de Emile Durkheim (1858-1917), *A divisão do trabalho social*, o autor pauta a divisão do trabalho na sociedade moderna como cimento de sua coesão. A divisão do trabalho não é algo que faça perpetuar a individualidade, mas, ao contrário, permite a convergência entre os indivíduos (DURKHEIM, 1984). Para o autor, “A vida social, em vez de se concentrar numa infinidade de pequenos focos distintos e semelhantes, generaliza-se. As relações sociais tornam-se por consequência mais numerosa, pois que de todos os lados elas se estendem para além os seus limites primitivos” (DURKHEIM, 1984, p. 36). Para nossas considerações a respeito da organicidade, compreendemos que é uma forma importante de articulação, aproximações, ligações entre os movimentos sociais, como se fossem órgãos dependentes.

Segundo Gohn (1997), com o tempo, os movimentos sociais se moldam de acordo com a conjuntura social de cada período, contudo, suas bases estruturais de significado não se alteram facilmente. Na década de 1950, os movimentos sociais apresentam-se definidos, genericamente, como coletivos de consciência grupal, com sentimento de pertença grupal, cimentada na solidariedade, definição não muito diferente do tratado até aqui.

Cabe recordar, o período em tela foi caracterizado pela “Guerra fria”, enfrentamento entre duas ideologias antagônicas que buscavam a hegemonia no planeta: socialismo e capitalismo. Desse modo, a partir do entendimento de alguns autores, Gohn (1997) aponta que o contexto do debate em cima dos movimentos sociais não poderia centrar-se exclusivamente na perspectiva das lutas sociais de premissas marxistas. Em outros termos, os movimentos sociais não deveriam mais ser restringidos exclusivamente ao universo da classe operária, ou mesmo ao movimento proletário da sociedade industrial (GOHN, 1997).

Este momento faz compreender que a conceituação sobre os movimentos sociais se torna expansiva, de aplicabilidade ampla. São introduzidas outras coletividades abrangentes, não somente os movimentos operários, mas consideram-se as expressões identitárias e culturais de grupos minoritários que se desprendem da questão do conflito entre as classes sociais por suas próprias iniciativas enquanto coletivo. Eles negam que suas mazelas são produtos ainda dos conflitos entre as classes sociais. Essa compreensão dos movimentos sociais teoriza-se em fins da década de 1950, perpassa por todo o lapso das décadas seguintes, para ser colocada em prática nos anos 1980, nos chamados Novos Movimentos Sociais (NMS).

Em fins da década de 1970, Alain Touraine (1978), além de identificar elementos básicos dos movimentos sociais, estruturou-os em mecanismos interdependentes, sem os quais não se pode considerá-los como movimentos sociais. Para esse teórico, os movimentos sociais são definidos como espaços de conflitos entre atores com interesses divergentes e antagônicos:

Um movimento social define-se através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento. Um movimento social combina, pois, o que chamei de um **princípio de identidade**, de um **princípio de oposição** e um **princípio de totalidade**, quer dizer, a definição de um campo de disputa de interesses (TOURAINÉ, 1978, p. 233, grifos nossos).

Com base no trecho destacado, as expressões do autor “princípio de identidade”, “princípio de oposição” e “princípio de totalidade” sugerem as partes constitutivas e

estruturantes de um movimento social. Caso um movimento não tenha em seu conjunto a somatória destas três combinações – identitária, oposição e totalidade –, ele não se define como um movimento social.

Para o autor, os movimentos sociais pertencem a um processo de ação social histórica e dialética (princípio da totalidade), necessitam de um coletivo unitário, de identidade única (princípio da identidade), ou mesmo, como diz Gohn (2000), de uma solidariedade que mobilize o conjunto de ideias e motive à ação nas lutas do interesse desse coletivo (práxis²³). Na base disso, a questão da oposição (princípio da oposição) se denota como motor que impulsiona o litígio, os conflitos. Se algo precisa ser resolvido, é por causa da existência de interesses em oposição.

A postura de Touraine (1978) em resolver o conceito dos movimentos sociais estruturando-o em identidade, oposição e totalidade não se anuncia adequadamente frente à dinâmica histórica que cerca essa categoria. É nítida, no autor, sua oposição à concepção marxista, a qual deverá ser substituída por uma nova abordagem de aspectos culturalistas e identitários, algo próximo, como informa Gohn (1997), aos paradigmas dos NMS. Ou seja, sua posição não é considerar o movimento social como um movimento de classes²⁴ ou como resultado das contradições e conflitos dessas classes. Seu entendimento é que essa questão já foi ultrapassada e de que existem razões novas que fogem marginalmente dos conflitos classistas. Quanto a estes, para os novos movimentos sociais, as classes sequer existem.

Vera Lucia J. Chaves (2009) informa que, para Karl Marx (1818-1883), o processo que constitui um movimento social encontra-se estritamente ligado às lutas históricas entre as classes sociais (CHAVES, 2009). O *status quo* dos movimentos sociais encontra-se em bases de conflito permanente, em luta contra a exploração em bases capitalistas.

Essas postulações abordadas por Chaves (2009), e igualmente por Gohn (1997, 2000), são coerentes com a atuação do movimento estudantil da UNAMA, a partir da práxis da sua entidade, o DCE. O que se observa é uma ação coletiva para a realização de objetivos previamente organizados, sob a orientação consciente de princípios valorativos comuns,

²³ Segundo o *Dicionário do pensamento marxista*, a práxis refere-se, “em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres” (BOTTOMORE, 1988, p. 460).

²⁴ Utilizamos o conceito de classes em Marx e Engels, na obra *O Manifesto do Partido Comunista*, por meio da qual se apresentam de forma simplificada os antagonismos em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado. E, nas palavras dos autores, são caracterizadas da seguinte maneira: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força para sobreviver” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

mantendo em suas bases o entendimento de que os conflitos e as contradições da sociedade advêm do antagonismo entre as classes sociais.

Todavia, algo necessário deve ser pontuado com atenção: a diferenciação entre os movimentos sociais quanto às suas especificidades e seus repertórios criados sobre situações de conflito. Como assevera Gohn (1997), ao tentar construir “tipos” de movimento sociais, poderemos correr o risco de simplificar demais, em termos de modelos ideais, até em generalizações amplas de movimentos sociais onde tudo seria acatado como pertencente.

Ao refletir sob tal aspecto, procederemos em uma divisão que dialoga com a estruturação construída por Gohn (1997)²⁵, levaremos em conta a dinâmica da categoria e os determinantes dos conflitos entre as classes sociais. Isto posto, separamos em duas condições: (1) Movimentos sociais policlassistas e (2) Movimentos de classes sociais.

Ressaltamos que não incluímos neste momento os Novos Movimentos Sociais, por causa das diretrizes limitadoras admitidas. Nesse sentido, como afirma Helen Meiksisn Wood (1999), os NMS rejeitam as relações modernas que caracterizam as classes sociais como fundamentais no contexto do sistema capitalista. De certo, desconsideram o conflito entre capital e trabalho, assim como acreditam em uma visão pós-moderna que despreza a possibilidade de um projeto de transformação social (WOOD, 1999).

Nildo Viana (2016) identifica que os movimentos sociais policlassistas são constituídos por grupos sociais portadores, em certos casos, de interesses mais fragmentados. Mas este motivo não possibilita excluir o coletivo, a solidariedade, a organização e a **autonomia**²⁶, características também presentes nos movimentos de classes sociais.

²⁵ Gohn, na tentativa de construir modos de descrição do social de forma a apreender os movimentos sociais de uma maneira ampla, que contemplasse sua diversidade e respeitasse as singularidades, elaborou as seguintes categorias: (1^a) Movimentos sociais constituídos com base da origem social da instituição que apoia ou obriga seus demandatários, conformados em igrejas, partidos, sindicatos, escolas etc.; (2^a) constituídos em respeito as características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; (3^a) ordenados por determinações dos problemas sociais: ecológicos, pacifistas etc.; (4^a) estruturados em função da conjuntura política; (5^a) criado em consequência de ideologias: anarquismo, marxismo, cristianismo etc. (GOHN, 1997). Por fim, a autora explícita que essa separação considera a questão das classes sociais, algo negado pelos NMS.

²⁶ Última característica apresentada. Etimologicamente, autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei). Vicente Zatti (2007) interpela a categoria autonomia em confrontação ao individualismo, à massificação do pensamento acrítico e às diferentes maneiras de agir no mundo com aspectos homogeneizados, não autênticos (ZATTI, 2007). Em conformidade com esta Dissertação, o autor utiliza a autonomia em consoante com a educação, na formação estudantil. Segundo ele, a perpetuação de modelos educacionais elaborados a partir de um pensamento tecnicista-instrumental não permite alcançar a educação em sua totalidade formativa, algo insuficiente ao estudante enquanto ser social. Dito isso, tal fato resulta em uma formação que descola o estudante de sua materialidade mais objetiva, tornando-o incapaz de formular juízos próprios e autônomos: “Permanecem as pessoas, então, dependentes e determinadas por pensamentos, normas de conduta, ideais, projetos que não são seus, normalmente “impostos” pelos meios de comunicação ou pelo senso comum vigente” (ZATTI, 2007, p. 09). Contrário a isso, o autor defende a autonomia no sentido de sua conscientização o sujeito. Deve levá-lo à tomada de consciência da própria condição social e, por meio de sua conscientização reflexiva, possibilitar-lhe a ação através da práxis em sociedade. Paulo Freire, no livro *Pedagogia da autonomia*,

Os grupos sociais que constituem os movimentos sociais possuem outra dinâmica e interesses. O movimento negro, por exemplo, combate o racismo, que é um problema específico dos negros. Sem dúvida, ele pode, em alguns de seus setores, para combater o racismo, entrar na luta pela repartição do mais-valor. Ao exigir políticas de ação afirmativa, que significa dispêndio estatal, exige uma parte do mais-valor global. A justificativa para tal exigência, no entanto, não é o atendimento de necessidades de uma classe social e nem a divisão social do trabalho, e sim o passado histórico e/ou a situação racial (VIANA, 2016, p. 127).

O movimento estudantil do DCE/UNAMA, de configuração policlassista, possui em sua estrutura a defesa de pautas identitárias como a do negro, contra o racismo e por direitos, acesso e permanência na universidade. Contudo, essa luta designada identitária não afasta a objetividade do coletivo em se reconhecer enquanto estudante e, desse modo, atuar em pautas que comunguem com sua totalidade representativa.

Da mesma forma, não afasta as considerações mais básicas de reconhecer que seus conflitos e lutas encontram-se alicerçados em contradições classistas do sistema capitalista, o qual necessita ser superado, e, no mais, de maneira indireta, atuam para esse fim²⁷. Mesmo porque a grande parte dos estudantes são constituídos por trabalhadores, e suas relações de trabalho são determinadas pelos conflitos entre as classes.

Sem dúvida, setores do movimento negro podem colocar como objetivo a revolução socialista ou apoiar determinada candidatura ao governo ou defendê-lo, mas isso é derivado de como os indivíduos dos grupos sociais que atuam nos movimentos sociais compreendem a sociedade (VIANA, 2016, p. 128).

Enquanto que os movimentos de classe social, representados pelos movimentos operários, camponeses etc., comungam de interesses de classe, sejam eles imediatos ou fundamentais²⁸. O conjunto desses indivíduos possui modo de vida, interesses e lutas em comum que ultrapassam as barreiras nacionais de cada país, permite ser relativamente idênticos aos elementos geradores – como a relação de produção –, sejam ocorridos aqui no

compreende a autonomia como condição sócio-histórica de um povo, ou coletividade, pretendentes a liberdade frente às opressões que restrinjam ou anulem suas ações. Para o autor, a autonomia é o “ser para si” (FREIRE, 2000, p. 108).

²⁷ Mesmo que os estudantes em suas mobilizações revelassem a pauta de superação do sistema capitalista, suas ações se tornam algo utópico, descolado das bases materiais e objetivas para essa finalidade. É necessário, entre outros fatores, que sua atuação seja orgânica com movimentos da classe social, especialmente a do proletariado. Somente com esta classe o processo de transposição positiva do sistema capitalista pode ocorrer (VIANA, 2016).

²⁸ Os interesses imediatos dos movimentos da classe social referem-se aos seus anseios urgentes para a sobrevivência dessa classe dentro do sistema capitalista, a luta por questões mais objetivas que atingem os indivíduos: conquistas salariais, melhorias das condições de trabalho, redução da jornada etc. Os interesses fundamentais, por seu turno, representam sua estratégia-fim. Condição que alcançada, resolverá os seus problemas enquanto classe explorada, nesse caso, a abolição do sistema capitalista e a tomada de poder pela classe do proletariado.

Brasil ou mesmo na China: “As lutas e os interesses das classes sociais remetem para a totalidade da sociedade, tanto nas relações de produção quanto nas formas sociais (superestrutura), pois as classes são relacionais e só existem em suas relações e lutas” (VIANA, 2016, 126).

Outra diferenciação que aceita ser apontada a respeito desses tipos e espécies de movimentos sociais (GOHN, 1997) – movimentos sociais policlassistas e movimentos de classes sociais – é quanto aos seus objetivos, estratégias, táticas e procedimentos de mobilização, os quais podem ser reformistas ou revolucionários.

Karl Marx (2007), em *Ideologia Alemã*, apresenta-nos ideias básicas sobre aspectos revolucionários, os quais seriam um salto cataclísmico de um modo de produção para o seguinte. Esse salto seria resultado de conflitos no seio da sociedade entre classes opostas, as dominantes e as dominadas, dentro da velha ordem.

Desse modo, a atuação dos movimentos sociais de objetivos revolucionários visaria “aniquilar toda a podridão do velho sistema e tornar-se apta a fundar a sociedade sobre bases novas” (MARX, 2007, p. 52). Por seu turno, os movimentos sociais de objetivos reformistas buscam mudanças em pontos específicos, não se empenham em alterar as instituições da superestrutura.

Manifestadas as diferenças entre esses “tipos/espécies” (GOHN, 1997) de movimentos sociais trazidos por Viana (2016) ao debate, consideramos algo verdadeiro a seguinte afirmação realizada por esse autor – que dialoga com Gohn (1997, 2000), Pericás (2010), Chaves (2009) e Honneth (2003): “Nenhum grupo social está fora da sociedade ou existe sem ligação com as lutas de classes” (VIANA, 2016, p. 128). Tanto os movimentos sociais da causa operária, marxistas, socialistas, comunistas, como os movimentos negro, estudantil, do campo, feminista, ambientalista etc. coexistem por causa das contradições entre as classes sociais que afetam o conjunto da sociedade.

Os interesses burgueses pelo lucro, que resultaram na greve geral dos operários metalúrgicos do ABC Paulista em 1979, por melhoria salarial e condições de trabalho, propulsionaram da mesma forma o movimento social ambientalista Núcleo Amigos da Terra Brasil (NATB), a se mobilizar pela defesa ambiental e utilização social da terra. Ambos coexistem, tendo as suas causas sido geradas pelas contradições do sistema capitalista, mesmo com pautas completamente diversas um do outro.

Renato da Silva Vechia (2012) aponta essa diferenciação entre movimentos sociais (amplos) e movimento de classe social, e considera a conclusão de Viana (2016) de que ambos são frutos do processo de lutas de classes. Por outro lado, sua contribuição ao debate

conceitual sobre os movimentos sociais infere em não aceitar o seu atrelamento a organismos institucionalizados, pois perde, com isso, a autonomia. Vechia (2012) expressa um exemplo relacionado ao movimento estudantil, e mostra o deslocamento do sentido caso o movimento perca a autonomia ou não vislumbre estrategicamente sua classe.

Só quando a categoria estudantil se limitasse estritamente a perseguir objetivos puramente **corporativos** é que se poderia dizer que, na verdade, ela estaria num estado de apoliticismo e não seria o veículo de um movimento de classe. Neste caso, a ação da categoria estudantil deixaria de vincular mais claramente um conteúdo de classes (VECHIA, 2012, p. 46, *apud* SAES, 1978, p. 51, grifos nossos).

A crítica ao corporativismo²⁹ – grifado na citação como algo negativo em um movimento social ou movimento estudantil – se descreve como uma predisposição à eliminação da luta de classes e, pior, contribui para a pacificação e a colaboração entre elas, condição que limita a atuação dos movimentos sociais. Exemplo disso é a proliferação do “terceiro setor”³⁰ por meio da Organização Não Governamental (ONG) nas décadas de 1980-1990, que, pela tutela do Estado e utilizando a sociedade civil, substitui os movimentos sociais por um tipo de colaboração entre empresários e trabalhadores na solução de demandas conflituosas.

Gohn (1997) designa esses movimentos sociais corporativistas como “quase movimentos sociais”, explica que eles possuem algumas características dos movimentos sociais, no entanto são institucionalizados, marcados por estabilidade, diferente do dinamismo histórico dos movimentos sociais: “[...] o movimento social é por definição, dinâmico.

²⁹ No *Dicionário Gramsciano*, “corporativismo” se apresenta como repressão dos conflitos e da liberdade de organização, colabora para o esvaziamento dos sindicatos e movimentos sociais (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 288). Gohn (2000) chama esse movimento que relaciona o “terceiro setor” com os movimentos sociais de “novo associativismo”. Segundo a autora, o novo associativismo do terceiro setor vem substituindo o associativismo encampado pelos movimentos sociais populares entre as décadas de 1960 e 1980. Enquanto esses movimentos sociais utilizaram como eixo de lutas meios desvinculados do Estado, construindo uma relação de identidade coletiva, atuando por meio de reivindicações por direitos sociais, o “novo associativismo” se integrou às políticas neoliberais conservadoras mantendo relações com o Estado (GOHN, 2000).

³⁰ Para Carlos Montaña, o Terceiro setor representa um mecanismo padronizado de resposta à questão social, inaugura um novo contrato social, com características típicas do projeto neoliberal: “desresponsabilização do Estado, desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local” (MONTAÑO, 2005, p. 185). Essa questão social significa a contradição capital-trabalho, as lutas de classe, a desigual participação na distribuição de riqueza social (MONTAÑO, 2005). Desse modo, o Terceiro setor em sua atuação não altera tais condições da questão social, o que se verifica é um novo trato dessas expressões, de maneira a esconder a desigualdade social, produto do sistema capitalista, e consentir no surgindo de “novas manifestações da velha questão social” (MONTAÑO, 2005, p. 185). Essa nova modalidade de resposta à questão social quer acabar com políticas sociais universalistas, para implantar uma política focalizada através de “assistencialismo”. Nesse sentido, o “terceiro setor, com seu linguajar ‘progressista’, ecoa como um ‘canto de sereia’, que canta e encanta, seduzindo setores da esquerda, intelectual e política, lançando-os para a adesão à mesma, fundando a ideologia do possibilismo, e afogando qualquer pretensão de transformação social estrutural” (MONTAÑO, 2014, p. 42).

Quando perde essa característica, cessa de ser um movimento social, desaparece ou torna-se uma formal social diferente” (TURNER; KILLIAN, 1957, p. 480 *apud* GOHN, 1997, p. 45).

Em outra obra, Gohn compreende que o caráter do terceiro setor, por meio das ONGs, representa o declínio nas lutas dos movimentos sociais por conquista do direito à saúde, à educação, à marcação de terras, entre outras lutas, pelas condições de que:

As ações das ONGs não se destinam a acabar com os problemas, ou resolvê-los, mas a equacioná-los de uma forma socialmente aceitável, integrando as clientelas/alvo em programas sociais de caráter compensatório. Fazem isso por meio de atuações de caráter pontual, de curta duração, e dependentes da renovação contínua dos convênios, acordos etc. Ou seja, as ações são dependentes das verbas e fundos advindos das parcerias com os governos e outras entidades [...]. Resulta disso uma teia de articulações, continuamente realimentada por objetivos/alvos que são paliativos em face dos problemas sociais em questão. Essas ações de autoajuda, quando levadas a efeito por entidades de perfil ideológico mais conservador, podem vir a alterar completamente o sentido e o caráter das ações coletivas, deslocando a responsabilidade coletiva do Estado para os indivíduos num estilo meramente assistencialista e compensatório (GOHN, 2000, p. 29-30).

Não obstante, em outra obra mais atual, Gohn (2011) pretende retificar a determinação de movimentos sociais às ONGs. Ela notou que, atualmente, existem ações coletivas não representativas dos movimentos sociais, por serem atreladas a interesses individualizados que lucram com serviços sociais à população. Dessa forma, a autora não considera mais o “quase movimentos sociais”, que designava as ONGs, como reflexo de movimento social.

Para Carlos Montaña, em inícios da década de 1990, as ONGs passaram a se relacionar intimamente com o Estado como parceiros de negócios, uma correspondência de clientelismo: “este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica” (MONTAÑO, 2005, p. 273). Essa conexão não se limitou apenas ao interior do estado brasileiro, foi além. Para o autor, com o crescimento do neoliberalismo, os governos europeus e norte-americanos, juntamente com o Banco Mundial (BM), aumentaram a destinação de recursos para esses organismos (MONTAÑO, 2005).

Antes desse acercamento entre ONGs e Estado, essas organizações serviam como instrumento articulador com os movimentos sociais, com a premissa de captar recursos para a operação destes. Sua missão, em grande parte, tracejava em “contribuir para a melhor organização interna como para articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros” (MONTAÑO, 2005, p. 271).

Com a aproximação, ocorre não mais a busca da participação coletiva, tampouco orgânica. Como afirma o autor, “passa-se à negociação (entre Fundação, ONGs e Estado), de relação de interesses conflitantes (das organizações populares), à relação clientelista” (MONTAÑO, 2005, p. 273).

De certa forma, esses fatos, entre outros, facilitaram com que os movimentos sociais se enfraquecessem, permitiu a abertura de espaços a outras tendências de movimentos mais fragmentados, mudança na forma e no conteúdo das lutas, relação não conflitiva com o capital e com o Estado, despolitização etc.

O movimento social, intermediado pela ONG na sua relação com o Estado, com menos adesão e sem recursos, tende a se reduzir em quantidade e em pacto social, deixando seu lugar para esta última. A ONG, que tem como parceiro o Estado, assume a “representatividade” das organizações sociais, carregando agora as demandas populares, só que não mais numa relação de luta, de reivindicação, mas de “pedido”, de “negociação” entre parceiros, e quase sempre relegando para segundo plano a atividade do movimento social e submetendo-o à nova “lógica da negociação”. Se aqueles movimentos tinham relativa autonomia do poder político, estas organizações agora formam “parcerias” (dependência) com os governos (MONTAÑO, 2005, p. 274).

Em colaboração com a compreensão conceitual dos movimentos sociais, o *Dicionário crítico de sociologia*, sistematizado por Raymond Boudon, apresenta um leque de fundamentação sobre tal categoria. Eles se constituem em torno de interesses coletivos a serem defendidos ou promovidos (BOUDON, 1990).

A definição centra-se na questão do interesse em contrapor os sinais de hostilidade dentre outros aspectos que incitam esses movimentos. As análises expressas no dicionário de Boudon (1990) afirmam, outrossim, a importância de outras características fundamentais aos movimentos sociais: ação coletiva, atores sociais, diversidade social, dimensões políticas, mobilização social, identidade coletiva.

Movimento social visa estabelecer uma nova ordem de vida. Marx mostrou o papel central que o movimento operário desempenhou na sociedade industrial. Nem todos os movimentos sociais se reduzem a esta única dimensão social: alguns envolvem uma dimensão mais política, como o movimento das nacionalidades no séc. XIX. Outros movimentos podem ter por finalidade resistir a um desmoronamento da ordem social: é com frequência esse o caso dos movimentos de dimensão religiosa (milénarismos, messianismos, etc.). Todo o movimento social supõe uma mobilização prévia dos atores que o compõem. Essa mobilização não implica necessariamente a criação de novos compromissos e de novas identidades coletivas; pode igualmente assentar na reativação de lealdades e identidades já constituídas (BOUDON, 1990, p. 169).

Os movimentos sociais tendem a estabelecer nova ordem de vida ao seu coletivo, como descreve Boudon (1990), algo que, no sistema capitalista, represente lutas e mobilizações permanentes, porque “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Para o capital ter vivacidade, necessita oprimir, regular, enxugar, expropriar, explorar uma classe em detrimento da outra, de forma permanente, fazendo com que os movimentos sociais tenham sempre o “princípio da oposição” (TOURAINÉ, 1978).

Compreendemos que os movimentos sociais se configuram como ações coletivas **organizadas**, construídas por diversos atores sociais que comungam de identidade única ou mesmo de **solidariedade** entre o grupo. Esse **coletivo** é incitado à mobilização, a partir de disputas de interesses gerados pelas contradições entre as classes sociais, inerentes ao sistema capitalista.

Frente ao conflito, os movimentos sociais devem manter sua **autonomia** na operação, principalmente, em relação a instituições que projetam interesses contrários, e buscar a junção de forças, **organicamente**, com outros movimentos sociais, prezando pelo fortalecimento das lutas. Esses destaques empreendidos demonstram que os movimentos sociais se constituem de características fundamentais que revestem de sentido sua práxis: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia.

A conceituação sintetizada compreende que a base dos conflitos dos movimentos sociais encontra-se inserida nas contradições históricas do sistema capitalista oriundas do embate entre as classes sociais. Contudo, existem movimentos sociais que não consideram as classes sociais ou mesmo as negam. Para eles a situação foi ultrapassada, e existem outros determinantes vindos da cultura e das identidades, os quais “operariam num âmbito individual, e no plano psicológico” (Gohn, 1997, p. 31), estes são os NMS, foco da parte seguinte.

2.1.1 Novos Movimentos Sociais (NMS): a fragmentação do coletivo, das ações e das lutas.

No debate oportunizado a respeito dos movimentos sociais, apreendeu-se que essa categoria é marcada por diferentes momentos e abordagens, condição que expressa o seu caráter histórico de um movimento definido pelo dinamismo. A dificuldade de sua conceituação (Gohn, 1997, 2000), as tentativas de estruturá-los rigidamente em princípios (Touraine, 1978) e a indicação de suas características fundamentais – organização,

organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia – evidenciam tal vivacidade disposta pela categoria.

Soma-se a essas razões, a importância dada pelos autores Gohn (1997, 2000, 2011), Montañó (2005), Wood (1999, 2003), Honneth (2003), Chaves (2009) e Boudon (1990) às lutas históricas das classes sociais como base da constituição dos movimentos sociais, assim como combustível de sua atuação no meio social.

Contudo, como assevera Marcos Ribeiro Mesquita (2006), diante do próprio movimento histórico dos coletivos que formam os movimentos sociais, as suas análises interpretativas, depois de 1968, que realçavam centralmente a classe social como mola propulsora dos conflitos sociais, começavam a ser rechaçadas.

Em perspectivas globais, esse rechaço às explicações dos conflitos a partir das classes sociais, conforme Pierre Dardot, é resultado de uma conversão de mentalidades, de uma luta ideológica contra o Estado, que tomou forma nas décadas de 1960 e 1970 e se ramificou por todas as partes do planeta nas décadas seguintes (DARDOT, 2016). Essa conversão de mentalidades apontada por Dardot foi resultado das condições históricas da crise total e mundial do paradigma marxista, fato representado “pela queda dos regimes políticos que o abraçavam em seus processos revolucionários” (GOHN, 1997, p. 78).

Tal crise, de certa forma, permitiu a entrada de um vasto conjunto de associações e círculos militantes em todos os países:

[...] permitiram lançar ao assalto aos grandes partidos de direita, apoiando-se numa imprensa dependente dos meios empresariais, e como, pouco a pouco, as “ideias modernas” do mercado e da globalização fizeram refluir e definhar os sistemas ideológicos contrários (DARDOT, 2016, p. 205-206).

Essas características, que são também resultados do crescimento de espaços para as políticas neoliberais, tiveram sua entrada na América Latina e mitigaram as políticas públicas do continente. Fragmentaram as lutas – movimentos de mulheres, negros, quilombolas, indígenas, LGBTTS, ecologistas, desempregados, caminhoneiros etc. – e contribuíram para a evolução do pensamento decolonial na perspectiva de problematizar as condições colonizadoras e subalternas que foram revigoradas nessa nova roupagem do capitalismo.

Nesse sentido, entram em cena dois movimentos complementares, bases formadoras desses intelectuais do pensamento decolonial: (1) a articulação e a valoração cultural, identitária, política, econômica etc. dos colonizados, no sentido de descolonizar os povos oprimidos; e (2) a crítica à concessão, quase absoluta, à ciência moderna do monopólio de que

o conhecimento epistemológico verdadeiro é o europeu, descartado qualquer conhecimento de outro lugar (DUSSEL, 1993; SANTOS, 2009; QUINJANO, 2005).

A contar desse pressuposto decolonial, é necessário inserir o pensamento de nossas realidades através de nossos desejos de forma emancipatória, desconsiderando, por exemplo, os pressupostos marxistas que não conseguem dar conta de nossas demandas, ainda mais neste momento com o neoliberalismo transformando tudo em mercadoria.

Dito isso, a inserção desse pensamento decolonial considerou que suas temáticas e reivindicações não poderiam ser – ou somente ser – explicadas por bases classistas. Os sujeitos e os movimentos coletivos criados por eles deixaram de ter como estratégias fundamentais a superação das classes sociais e do sistema capitalista. A órbita das lutas passou a não ter a centralidade hierárquica das classes sociais, e elas se tornaram lutas não hierarquizadas contra as discriminações.

As questões de identidade e de cultura são realçadas como fundamentais e ganham seu espaço no campo da política. Os novos atores dão visibilidade e centralidade a temas até então tidos como não políticos e os politizam sem, no entanto, enquadrá-los na condição binária esquerda/direita, que presidia, até então, à demarcação política nas sociedades do ocidente (MESQUITA, 2006, p. 99-100).

Esse posicionamento dos intelectuais decoloniais, de certa forma, não considera que as amarras históricas de opressão foram prostradas desde os primeiros momentos da invasão das Américas, por assaltantes espanhóis e portugueses, por questões econômicas. Dussel (1993) desvela tal agressão ocorrida pelo contato entre esses povos em suas obras, revela a degradação e o extermínio dos povos ameríndios por causa do ouro e da prata. Entretanto, não apresentou os reais elementos que racionalizavam a empreitada marítima, a qual Marx (1988) resolvia em sua obra *O Capital*, com a afirmação de que o negócio mercantil advinha do sistema capitalista.

O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o começo da conquista e o saqueio das Índias Orientais, a conversão do continente africano em local de caça de escravos negros: são todos feitos que assinalam os alvores da era de produção capitalista. Estes processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação original (MARX, p. 638 *apud* GALEANO, 2000, p. 21).

Além desses elementos elencados, dialogamos com as contribuições de Ellen M. Wood (1998), em artigo intitulado “As origens agrárias do capitalismo”, em que centra suas análises na associação entre o capitalismo e as cidades em tempos modernos. Mesmo em não

tratar dos NMS, a autora apresenta um comportamento comum nas cidades nos últimos tempos em naturalizar e disfarçar as características e ações do sistema capitalista (WOOD, 1998).

Isso, por um lado, é fruto do próprio projeto desse sistema atualizado em perspectivas neoliberais, que induz os indivíduos a se portarem na defesa de seus interesses mais imediatos, individualizando-os nos embates e impondo, o que Brown diz, uma “cidadania neoliberal [que] deixa o indivíduo livre para cuidar de si mesmo” (BROWN, 2018, p. 10).

Por outro lado, quando o sistema capitalista nessas bases neoliberais não consegue inviabilizar completamente a coletivização, atua para manter um coletivo fragmentado voltado para si, o qual se mobiliza em ações que não vão além dos seus objetivos estreitos e reformistas, nada que ameace a estrutura do sistema. A respeito desse projeto neoliberal, Gohn (2011) tece alguns comentários. Segundo a autora:

As políticas neoliberais desorganizaram os antigos movimentos e propiciaram arranjos para o surgimento de novos atores, organizados em ONGs, associações e organizações do terceiro setor. As reformas neoliberais deslocaram as tensões para o plano cotidiano, gerando violência, diminuição de oportunidades no mundo do trabalho formal, formas precárias de emprego, constrangimento dos direitos dos indivíduos, cobrança sobre seus deveres de um ativismo formal etc. (GOHN, 2011, p. 344).

Os coeficientes tratados acima, os quais não excluem outros possíveis advindos com o neoliberalismo, de certa forma, produziram as premissas a respeito dos Novos Movimentos Sociais. Estes reputavam a luta das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos jovens, dos idosos etc., como conflitos apartados das contradições entre as classes sociais, assim como não refletem a cerca das razões econômicas totalitárias como decisivas em seus litígios, ao contrário do ponderado por Marx, que acatava tal aspecto como “a verdadeira base de todos os processos” (MARX, 1982, p. 12). Na conceituação de Gohn (1997, p. 44), os NMS diriam respeito:

[...] aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.

Como dito, os NMS enuncia uma visão de movimento social distanciado de uma concepção ampla de classe e de um projeto global de sociedade, voltam-se para questões subjetivas e limitadas que enfatizam a cultura, a identidade, a ideologia etc., procedem de

forma reformista, longe das perspectivas revolucionárias. Vejamos a compreensão de Gohn em artigo mais atualizado, nele a autora sintetiza tais observações sobre os NMS:

[...] muitos dos chamados “novos movimentos sociais”, abrangem dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores dos grupos sociais, não compreensíveis para análise à luz apenas das explicações macro-objetivas, como usualmente é tratada a questão das carências econômicas. Trata-se de carências de outra ordem, situadas no plano dos valores culturais, da moral (GOHN, 2000, p. 13).

Para Wood (1999), além de rejeitarem e desconsiderarem as análises marxistas sobre as contradições e os conflitos da sociedade capitalista, as relações modernas de classe, assim como o conflito entre capital e trabalho, os NMS acreditam em uma visão pós-moderna que despreza a possibilidade de um projeto de transformação social.

A visão pós-moderna levantada por Wood (1999), referenciada por Dardot (2016) como uma “conversão de mentalidades”, representa justamente a ruptura com o modelo marxista e a negação da sua validade teórica de explicação da sociedade moderna, como informado por Gohn (1997). No entanto, essa visão serve aos interesses do próprio sistema capitalista, se beneficia da individualização das lutas que esse paradigma da pós-modernidade imprime. E quando as mobilizações passam a um patamar mais coletivizado, não conseguem se aglutinar organicamente, tornam-se, portanto, uma coletivização fragmentada.

Nessa lógica, os pensadores pós-modernos afirmam que “o projeto do iluminismo está morto, que todas as antigas verdades e ideologias perderam sua relevância, que os princípios da racionalidade não mais se aplicam” (WOOD, 1999, p. 10). Suas estratégias transformam os meios em fins, o que se apreende em primeiro plano é o imediato em substituição do mediato. Isto implica a construção de pequenas lutas, fragmentadas, sem base orgânica unitária, autoriza que as concepções individuais sobrepujem os projetos coletivos.

Em outro documento mais atualizado, Wood (2003) é mais taxativa a respeito do debate sobre a pós-modernidade. Segundo a autora, os NMS representam uma das extensões dessa visão que introjeta em suas ações a negação da modernidade. Para os pós-modernos e os representantes dos NMS, essa visão já foi ultrapassada. Contudo, essa cosmovisão é um erro estratégico frente ao capitalismo.

Não devemos confundir o respeito pela pluralidade das experiências humanas e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana (WOOD, 2003, p. 225).

Nessa complexidade, advindas da constituição dos movimentos sociais e não abrandada com os NMS, o posicionamento do movimento estudantil se comporta com certa variabilidade, aflige-se com a entrada em seu conjunto de características teorizadas pela pós-modernidade. Por outro lado, esse aspecto não marca o movimento estudantil como pertencente aos NMS, longe disso. No máximo podemos considera-lo, em alguns casos, com dificuldades em abarcar um conteúdo unitário de classe, como se observava em tempos passados³¹.

Atualmente, o movimento estudantil, mesmo crendo que os conflitos entre as classes sociais não sejam algo ultrapassado, como inferem as teorias pós-modernas, traz para o seu interior pautas culturais e identitárias que se descolam, em certo sentido, do seu movimento unitário, descolado de sua representação majoritariamente estudantil. Quando um Centro Acadêmico (CA), ou DCE, classifica como lutas o enfrentamento com outro coletivo, por questões raciais de constrangimento – não se entende aqui crime de racismo – atuam de forma fragmentada, aproximando-se do sentido da pós-modernidade.

O DCE/UNAMA, em seu Estatuto, prevê coordenações identitárias e sociais: Coordenação Sociocultural, Coordenação de Humanas e Coordenação Socioesportiva, possibilitam a inclusão de outras demandas. Contudo, essas coordenações na estrutura da entidade não são dirigidas unilateralmente, desenvolvidas de “si para si”, sem conexão com a totalidade do coletivo e da práxis estudantil. Elas são referenciadas como importantes, no entanto, reconhecem que seus determinantes, além do preconceito envolvido, são frutos das relações contraditórias entre capital e trabalho.

Por fim, defendemos a ideia de que os movimentos sociais, pela condição de serem resultados das contradições impostas pelo sistema capitalista, devam ser expressões de ações sociais que não rejeitem e desconsiderem, como pretende Wood (1999, 2003), as análises marxistas, tampouco as relações modernas das classes sociais. Da mesma forma, compreendemos que os movimentos sociais necessitam ampliar sua visão na perspectiva de atacar as estruturas mais macros desse sistema, como ressalta Montaña (2005, p. 270):

Tendo superado a perspectiva imediatista e reificada que perpassa na generalidade a vida cotidiana, torna-se necessário pensar nas (diversas e

³¹ O movimento estudantil da Federação Universitária de Córdoba (FUD) confrontou-se com a gestão de sua Universidade na Argentina em 1918, depondo o próprio Reitor. Tinham a disposição de ampliar suas ações no sentido de realizar “una revolución en las conciencias no puede desconocerse la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa” (CASA DE LA REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1918). Esse movimento estudantil demonstrou posturas revolucionárias que influenciaram outros movimentos pela América Latina, inclusive a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

heterogêneas) lutas que, no curto prazo, enfrentam o projeto neoliberal e procuram a superação da ordem capitalista, como processos que se desenvolvem em diversos campos e articulados e orientados nas contradições entre capital e trabalho.

Por outro lado, a ideia e o paradigma defendidos não representam abandonar as outras lutas pautadas pelos NMS, tampouco negar as questões identitárias e culturais dos diversos sujeitos, suas demandas contra as discriminações de toda ordem que lhe afetam historicamente. É necessário enfrentá-las. Concordamos com Gohn em reconhecer a pluralidade: “nós encaramos os movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335).

2.2 MOVIMENTO ESTUDANTIL (ME): DO DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL À BUSCA DE SUAS CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS.

Karl Marx (1982), em *As lutas de classes em França*, demonstra que as revoluções ocorridas na França, de 1848 a 1850, tiveram como protagonistas na derrubada da monarquia burguesa constitucional de Luís Filipe (1773-1850) – que forçaram a proclamação da segunda República francesa – os trabalhadores, artífices e estudantes franceses. Mesmo que depois a referida república não tivesse representado os ideais socialistas.

Como indica o próprio Marx nessa obra, o que se efetivou no poder naquela época, na França, foi a República burguesa, com a ajuda de uma casta menor da burguesia, proletários e estudantes (MARX, 1982). O autor não esmiúça a participação desse movimento estudantil, não representava o seu foco. Também não o faz em sua outra obra, onde remonta os acontecimentos políticos seguintes, quando descreve os eventos ligeiramente antes, durante e depois do golpe de Estado ocorrido na França pelo sobrinho de Napoleão Bonaparte (1769-1821), Carlos Luís Napoleão Bonaparte (1808-1873). Na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2000) descreve as classes opositoras, além de informar seus apoiadores. Diz o autor:

A república burguesa triunfou. A seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpem proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia se não ele próprio (MARX, 2000, p. 19).

A respeito do movimento estudantil nessas obras de Marx (1982, 2000), como dito, não se consegue abstrair registros pormenorizados, apenas uma ou outra citação sobre o movimento realizado pelos estudantes. Por outro lado, pela configuração das relações sociais divulgadas e pelo antagonismo das classes e dos apoiadores diretos, são possíveis duas deduções que acompanham o movimento estudantil em seu dinamismo histórico até os dias atuais: (1) sua disposição ao enfrentamento; e (2) aproximada relação com a classe média³² de conotação pequeno-burguesa, desprovida de consciência política e de classe.

Sobre esta última dedução, João Roberto Martins Filho (1987) identifica a presença no século XX no Brasil. Segundo esse autor, a composição social do movimento estudantil pedia “majoritariamente para a classe dominante” (MARTINS FILHO, 1987, p. 23). E depois de 1930, o movimento estava próximo à classe média: “Com as transformações sociais e políticas vividas pelo país depois dessa data, iria ocorrer aquilo que se denominou de processo de integração política à classe média” (MARTINS FILHO, 1987, p. 23).

As duas deduções ponderadas, por outro lado, não devem ser levadas à extrema redução da afirmação de que os movimentos estudantis se conformam nessas características, longe disso. Eles apresentam tais elementos em seu traçado histórico e nas mediações com o contexto social de cada sociedade, não é algo resoluto, imutável.

Na própria França dos anos de 1968, o movimento estudantil foi protagonista de revoltas e protestos pelo país, montando barricadas e enfrentando a repressão policial, próximo aos moldes ocorridos nas Revoluções de 1848 descritas por Marx. As manifestações estudantis iniciadas em Paris, além de balançar o governo do Presidente Charles De Gaulle (1890-1970), conseguiu aglutinar em sua mobilização cerca de nove milhões de pessoas, com o apoio do Partido Comunista Francês (PCF) e de diversos sindicatos que convocaram greve geral naquele ano (ARAÚJO, 2007). Desse modo, tais fatos indicam o movimento estudantil

³² No *Dicionário do pensamento marxista*, editado por Tom Bottomore, Marx e Engels usaram a expressão “classe média” de inúmeras maneiras, nem sempre coerentes: “Marx, porém, usou a expressão para designar a classe ou camada social que está entre a burguesia e a classe operária” (BOTTOMORE, 1988, p. 111). No *Dicionário Gramsciano*, o conceito de “Classe média” significa: “negativamente não povo, isto é, ‘não operários e camponeses’; significa positivamente as camadas intelectuais, os profissionais liberais, os empregados” (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 233). Para Marilena Chauí, a classe média é mediada pela classe social, esta definida pelo critério da propriedade: “quando você tem a propriedade privada dos meios de produção nas mãos de um grupo e, do outro lado, as forças de trabalho que alimentam esta propriedade privada dos meios de produção, você tem as duas classes fundamentais da sociedade capitalista, os burgueses e os trabalhadores. No meio tem uma coisa que não pertence nem um lado nem outro, essa é que Marx denominou de pequena burguesia, que é a classe média” (AS ABOMINAÇÕES da classe média, 2013, 3 min.). Assim, a classe média se posiciona de forma indecisa e não se constitui como classe unitária, tampouco solidária. Em grande parte, quando diante de algum tema de relevância classista, defende os interesses da classe burguesa, pois, às vezes, considera-se como burguesa e quase nunca como classe trabalhadora.

sendo “um potencial revolucionário, ou seja, a polarização transformadora da ação de uma camada originalmente ligada às forças tradicionais” (MARTINS FILHO, 1987, p. 28).

Esse potencial revolucionário do movimento estudantil é identificado igualmente por Eric J. Hobsbawm (1982) em sua obra intitulada *A Era das Revoluções*. Os escritos desse livro centram-se em período histórico mais amplo, de transformações e lutas ocorridas na Europa; perpassa a Revolução Francesa (1789), as Revoluções de 1848 e a revolução industrial inglesa em sua contemporaneidade. Isto posto, em consonância com a referida delimitação temporal, o autor pontuou que os estudantes, e seu proto-movimento organizativo, participaram em todos esses momentos.

A proeminência revolucionária dos estudantes no período de 1848 faz-nos esquecer que em todo o continente europeu, incluindo-se as antirrevolucionárias Ilhas Britânicas, não havia mais que 40 mil estudantes universitários ao todo. Ainda assim, estes números aumentavam. [...] Ninguém se recorda que em 1789 havia cerca de 6 mil estudantes na Universidade de Paris, já que eles não desempenharam qualquer papel independente na Revolução! Mas por volta de 1830 ninguém poderia subestimar uma tamanha quantidade de jovens acadêmicos (HOBSBAWM, 1982, p. 98).

Ainda nesses traçados históricos, Eduardo Galeano (2000), em *As veias abertas da América Latina*, discorre acerca da participação estudantil em movimentos, agora, nos países americanos. Sua proposta central é realizar um balanço histórico desde os períodos coloniais, retratar a base econômica dos países latinos e a confrontação deles com as potências mundiais. Notadamente, em suas páginas, a participação dos movimentos de estudantes estará presente, mas não de forma profunda.

Em um exemplo de mobilização do movimento estudantil, Galeano (2000) revela que, na Bolívia, em 1977, por reformas sociais e econômicas, algumas mulheres e crianças trabalhadoras das minas iniciaram greve de fome por condições melhores de trabalho. O governo boliviano, por sua parte, reagiu com grande violência. No entanto, a população soube do ocorrido e a greve que estava localizada foi geral: “A Bolívia inteira sacudiu-se e mostrou os dentes. Dez dias depois, não eram quatro mulheres e quatorze meninos: mil e quatrocentos trabalhadores e estudantes levantaram-se em greve de fome. A ditadura sentiu que o solo abria-se debaixo dos pés” (GALEANO, 2000, p. 189).

Outros exemplos de resistência estudantil podem ser vistos na Argentina, com destaque para a proposta radical de Reforma universitária feita pela entidade estudantil Federação Universitária de Córdoba (FUC); na Federação dos Estudantes no Peru (1916); na criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Brasil etc.

Para Alberto Mellucci, os estudantes contestadores desses períodos históricos constituíam-se como a categoria de ressonância das sociedades de sua época, em verdade, eram “atores-chaves do ponto de vista da questão do tempo nas sociedades complexas” (MELLUCCI, 1997, p. 5).

Para a socióloga Marialice Mencarini Foracchi (1982), em *A participação social dos excluídos*, o Movimento Estudantil (ME) representa um movimento de massa urbano que possui grande capacidade de arregimentação e organização. Em suas palavras:

[...] é o produto social, é a expressão política das tensões latentes, difusas na sociedade como um todo. Histórica e sociologicamente, sua tarefa é a de absorver e radicalizar tais tensões em direções explosivas, mas não irreversíveis [...]. O seu estilo radical de ação traduz não só os conflitos difusos realmente existentes na sociedade, como também a tensão presente nas relações que os setores emergentes e marginais da sociedade sustentam com o sistema de poder. O movimento estudantil representa, na sociedade brasileira, a radicalização do conflito que se instala entre os setores emergentes da classe média e os setores resistentes à modernização das classes dominantes. [...] É nesse nível de racionalidade que deve ser entendida a afirmação de que o movimento estudantil representa uma das únicas (para não dizer a única) forças vivas atuantes na sociedade brasileira do presente. É que nele desabrocham as contradições entre os setores emergentes e os dominantes e tal contradição é constitutiva do sistema dependente (FORACCHI, 1982, p. 42-43).

Algumas considerações devem ser feitas a partir dessa citação. Para Marialice Foracchi, o movimento estudantil, além de ser um produto social, inserido nas relações sociais latentes do sistema capitalista, representa um movimento que se exprime como importante condutor das lutas históricas, categoria disposta ao enfrentamento radicalizado, como se pôde observar tanto em Marx (2000) quanto nos estudos históricos de Hobsbawm (1982).

Todavia, mesmo o movimento estudantil se configurando como possível propulsor das lutas de classe, ou tendo em suas bases determinações da contradição dessas classes, ele representa um movimento concebido internamente na classe média. Logo, os estudantes que compõem o movimento estudantil brasileiro, principalmente o da primeira metade do século XX, demonstram comportamentos contraditórios e, muitas vezes, ambíguos, os quais representam o comportamento de sua classe majoritária, que, às vezes, é conservador e, outras, pouco revolucionário. Sobre tais aspectos, Martins Filho (1987) infere indicações a respeito do movimento estudantil e dos estudantes que os compõem:

Não se trata aqui, portanto, de um engajamento revolucionário no sentido clássico. Na realidade, estamos diante de um potencial revolucionário, ou seja, a polarização transformadora da ação de uma camada originalmente ligada às forças tradicionais (MARTINS FILHO, 1987, p. 28).

Nesse sentido, o radicalismo que surge do movimento estudantil, nomeado por Marialice Foracchi (1977, p. 241) “radicalismo pequeno-burguês”, encontra-se assentado em premissas tradicionais da classe média, a qual se mantém em uma posição conflituosa entre a classe burguesa e a proletária, situação que a coloca em constante contradição frente aos conflitos de ambos os lados. Essas condições, para o estudante comprometido com o coletivo, equivalem a viver de forma ambígua no limite dessas contradições.

Foracchi (1982) indica ainda que, alheios ao campo do movimento estudantil, por meio do qual se tem imbricado as características de um movimento social, existem os estudantes fincados fora desse coletivo. Eles não conseguem visualizar com exatidão os aspectos sociais marcados pelo sistema econômico que os cercam, sequer compreendem o conteúdo e os mecanismos que os alienam (FORACCHI, 1982).

Contudo, para Foracchi (1977, 1982), a proximidade que os estudantes universitários da primeira metade do século XX tinham com a classe média – algo apontado por Marx (1982, 2000) na França de 1848, sem muita profundidade; por Martins Filho (1987) quase um século depois no Brasil como pendente à classe dominante – não determinou um engajamento pequeno burguês de bases conservadoras, tampouco representou uma força autêntica revolucionária. Mas caracterizou ação ativa dos estudantes na sociedade, os quais, quando organizados em movimento estudantil, possuem um “potencial revolucionário” que permite ao movimento compreender tanto a fragmentação dos coletivos sociais quanto as contradições das classes sociais inerentes ao sistema capitalista.

Nesse prisma, é possível observar o movimento estudantil se distanciando ainda mais das determinações pequeno-burguesas quando se amplia o acesso às universidades públicas e privadas a estudantes das classes subalternas, insere-se indivíduos que comungam a condição não somente de estudantes, mas, similarmente, de trabalhadores. Mesquita (2006, p. 22) apresenta estudo de feito a constatar o crescimento de estudantes universitários que são trabalhadores:

A realidade do trabalho na vida dos estudantes vem crescendo progressivamente, seja por necessidade ou opção. Já em 1994, em pesquisa realizada na Grande São Paulo coordenada por Cardoso e Sampaio, descobriu-se que mais da metade dos estudantes trabalhavam (54,6%) e que destes, 63,7% estudavam em universidades privadas.

Por outro lado, antes mesmo da pesquisa revelada por Mesquita (2006), Foracchi (1982) já tinha identificado tanto o crescimento dos estudantes trabalhadores como o acesso universitário a indivíduos das camadas subalternas. Mesmo sendo estudo limitado, apenas na

Universidade³³ de São Paulo (USP), demonstrou que 76% dos estudantes entrevistados correspondem à primeira geração universitária em suas respectivas famílias. Assim como a grande maioria dos estudantes trabalha e estuda ao mesmo tempo (59%) (FORACCHI, 1982).

Os resultados da pesquisa assinalam algo distinto. As camadas superiores e tradicionais estão cedendo lugar, na universidade, à crescente predominância dos estratos médios que, estes sim, utilizam-se de expedientes educacionais para dar sequência a um projeto de ascensão social (FORACCHI, 1982, p. 52).

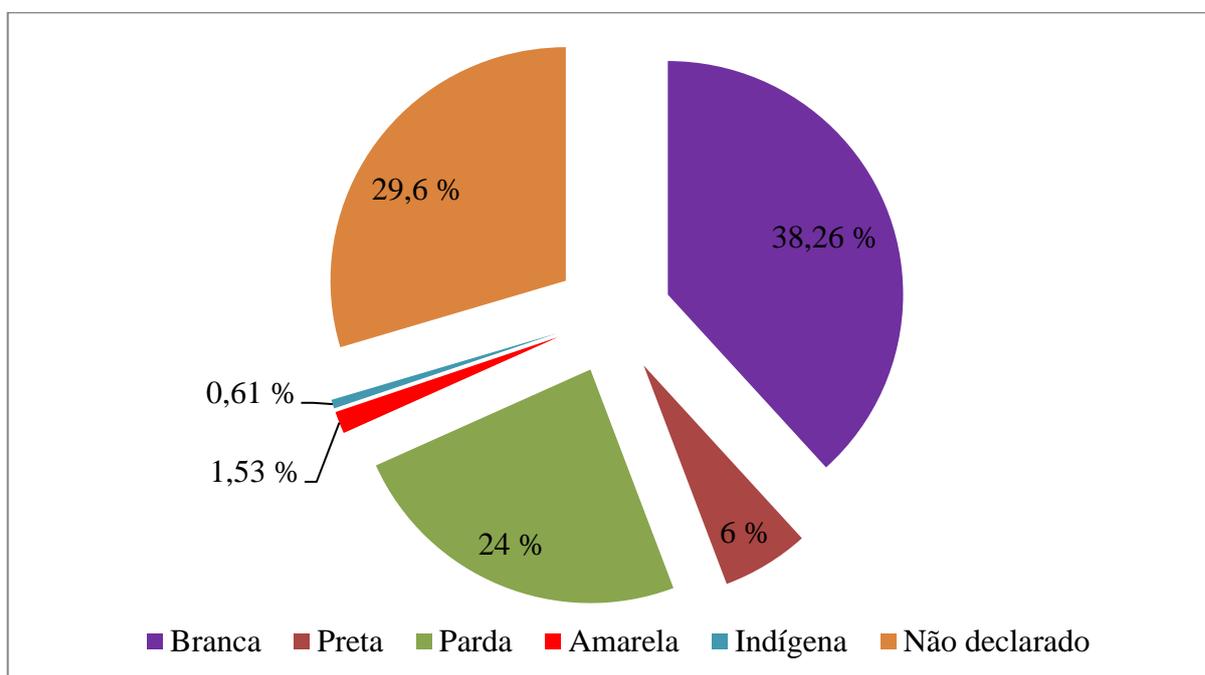
Contudo, essa pesquisa situacional de Foracchi (1982) não é capaz de representar aspectos socioeconômicos de todas as universidades brasileiras. Ela é apenas um dado **pontual** de 1960. Mediando-a com os estudos desenvolvidos por Mesquita (2006), da década de 1990, podemos almejar uma compreensão mais macro das condições do público estudantil que se encontra inserido nas universidades, sejam elas públicas ou privadas. Desse modo, segundo esses estudos, consideramos que, nas últimas décadas do século XX, o acesso ao nível superior representou uma revolução na entrada da diversidade sociocultural, política e econômica de indivíduos nunca antes vista.

Por outro lado, tais dados de Foracchi (1982) e Mesquita (2006) são estudos localizados, que inviabilizam reflexões generalizadas. Ao pensarmos nisso, elaboramos um gráfico de dados da educação superior do país, que expressa o acesso diversificado de estudantes a esse nível de ensino e expõe uma crescente democratização nas universidades.

Registre-se que os dados exibidos no Gráfico 1 foram obtidos na Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016, em seu índice “1.10 – Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Cor / Raça, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

³³ A pesquisa foi realizada em 1963, com 400 estudantes entrevistados: “A análise dos dados possibilitou um reagrupamento da população investigada em termos de uma categoria empírica relevante: a condição de manutenção do estudante – pela família, por si próprio, ou manutenção parcial” (FORACCHI, 1982, p. 51).

Gráfico 1 – Matrículas de graduação presenciais e a distância, por cor/raça, nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas – 2016



Fonte: construído pelo autor baseado nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017).

Como exposto, o Gráfico 1 exhibe a quantidade de matrículas nas IES públicas e privadas, considera o acesso por cor e raça dos estudantes no ano de 2016. Nessa perspectiva, ponderamos ainda significativa a quantidade de estudantes que se declaram brancos (38,26%). Se relacionarmos o quantitativo dessa cor com sua oposta, a preta (6%), poderemos refletir que muito pouco se conseguiu de democratização no nível superior, pois a diferença é ainda gigantesca: a quantidade de brancos é maior em seis vezes a de pretos.

Não obstante, se ponderássemos a somatória das categorias, cores preta e parda, nomeá-las como negra, em oposição à branca (WAISELFISZ, 2016)³⁴, veríamos que a democratização do acesso às universidades estaria presente. Pelo aspecto de refletir a quantificação populacional da sociedade brasileira, cindida entre negros e brancos, com a diferença de porcentagem estar no patamar de 4% entre tais categorias (WAISELFISZ, 2016). Ou seja, segundo a metodologia utilizada (Preto + Pardo = Negro), e com base nos dados do Gráfico 1, teríamos um índice de 30% de negros em contraste com pouco mais de 38% de brancos, algo próximo da divisão social brasileira pela cor.

³⁴ Utilizamos a metodologia da somatória entre as categorias preta e parda, e sua nomeação como negra, em contraste com a branca, a partir dos estudos do Mapa da Violência de 2016 realizado por Julio Jacobo Waiselfisz.

Observa-se, ainda, que o acesso tímido dos indígenas nas IES, de 0,61%, representa às etnias algo positivo, por refletir que, há pelo menos 30 anos, não se tinha sequer um indígena em instituições desse nível, segundo estudos de Gersem Baniwa (1992). Situação diferente do momento atual, em que se encontra nas graduações em IES públicas e privadas, em números, um total de 49.026 indígenas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017).

Os dados apontados no Gráfico 1 corroboram quantitativamente os estudos localizados de Foracchi (1982) e Mesquita (2006), no que tange ao crescimento da democratização e da diversificação do público que acessa o ensino superior brasileiro. Demonstra, indiretamente, a ascensão das chamadas “camadas subalternas” nas universidades e evidência uma crise positiva no modelo universitário que serviu por grande período aos bem-nascidos, a elite deste país. Na mesma medida, os estudos destes autores colaboram com a configuração dos movimentos estudantis, os quais tendem a abarcar essa diversidade em suas pautas.

Na prática, essa diversificação do público universitário resultou, entre outros avanços, no irromper de novas temáticas com teor identitário e cultural, trazidas pelos atores dessas camadas subalternas, que forçaram os movimentos estudantis a incluir em suas pautas exigências atualizadas desses estudantes ou mesmo permitiram a ampliação dos espaços de representação na estrutura do movimento. Ademais, expressam que esse movimento, diferente do passado, da década de 1960, encontra-se muito menos pautado por uma postura pequeno-burguesa, ou mesmo ligada majoritariamente à classe média.

Essa transformação visível no acesso às universidades, que configura o movimento estudantil, faz aproximar nossas observações aos apontamentos de Octávio Ianni, anunciados ainda em 1968, em sua obra intitulada *O jovem radical* (IANNI, 1968). Nesse estudo, o autor indicava a diversidade sendo aglutinada pelos movimentos estudantis, inclusive, a necessidade de considerar as temáticas trazidas por tais estudantes, todavia, sem perder o foco das questões classistas.

Para o autor, tal caracterização simboliza mais que um movimento estudantil policlassista, infere no entendimento de que os estudantes, em fins da década de 1960, já não vinham acompanhando os interesses de sua posição social: “os jovens procedentes das diversas camadas sociais desenvolvem atuações políticas geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes” (IANNI, 1968, p. 226).

Fundamentado nos aspectos dessa democratização universitária, Mesquita afirma que o movimento estudantil vem se constituindo de práticas e conteúdos novos, de modo a

orientar para a criação de uma *nova sociabilidade militante* (MESQUITA, 2001). Algo que sinaliza duas situações: “desgaste de uma forma tradicional de fazer política que não contempla a diversidade e anseios desta juventude, bem como tem demonstrado a incapacidade de constituir-se em instrumento político de discernimento” (MESQUITA, 2001, p. 162).

Atualmente, expressões emanadas pelos coletivos de estudantes negros, quilombolas, indígenas, mulheres etc. conseguem ampliar seus espaços nas estruturas dos movimentos estudantis e se fortalecem no interior dessas universidades, com o propósito de fazer valer suas demandas através de uma nova forma de intervir (MESQUITA, 2001). Nesse sentido, para esses estudantes, o movimento estudantil tradicional se apresenta como “burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado” (MESQUITA, 2003, p. 122).

Contudo, mesmo com a comprovação de “uma nova sociabilidade militante”, não indica a obrigação de reduzimos o entendimento de que o movimento estudantil esteja ligado umbilicalmente às características dos NMS, como exposto pelo autor nesta passagem: “Podemos afirmar também, que esta ‘nova sociabilidade militante’ está **intimamente** ligada ao surgimento dos Novos Movimentos Sociais e às transformações sociais ocorridas nas últimas décadas” (MESQUITA, 2001, p. 7, grifo nosso). Ao acatar o rigor teórico e o debate desenvolvido até o momento possibilita-nos argumentar que esses dois tipos de movimentos sociais são opostos em suas cosmovisões.

Para o movimento dos estudantes, os conflitos existentes na sociedade capitalista são elementos marcantes em sua práxis estudantil. Em outras palavras, o movimento estudantil ainda declara a modernidade como explicação de suas demandas, porque elas são resultado da contradição entre capital e trabalho (MONTAÑO, 2005). Em contrapartida, os NMS não somente negam a modernidade e as explicações dos conflitos pelas destinações históricas da luta de classes, mas, para eles, as classes sequer existem, este momento foi ultrapassado.

Apesar disso, ressaltamos que a confluência entre os movimentos estudantis e os NMS, em referência à diversidade de assuntos conduzidos ao debate, é algo visível. Entretanto, esse acercamento não autoriza ser creditado como “o primeiro ser pertencente ao segundo”, ou mesmo como uma aproximação íntima, como anunciou Mesquita (2001, 2003).

A mobilização dos estudantes da UNAMA por meio de sua entidade, o DCE, é exemplo desse elo entre movimento estudantil e NMS, mas, longe de ser íntimo. Mesmo com pautas identitárias e culturais no conjunto do DCE/UNAMA, sua estratégia se comporta na defesa de seu segmento, o estudantil, reconhece as contradições entre as classes sociais como

determinantes de seus conflitos, como se observa em duas publicações do Diretório estudantil. A primeira, sobre a manifestação intitulada “DCE-UNAMA contra as Opressões!”:

O DCE da UNAMA fez hoje uma manifestação no hall de entrada do campus Alcindo Cacela, distribuindo sua nota pública de repúdio aos casos recentemente denunciados pelos estudantes da Universidade e exigindo ação da Administração Superior. Este é um primeiro passo para a construção de uma grande campanha do DCE contra as Opressões (machismo, racismo, homofobia etc.). [...] O DCE se compromete em trazer os movimentos LGBTs, de Mulheres e Negros para discutir na UNAMA, criando espaços democráticos de diálogo, para que seja, de fato, construído um ambiente de conscientização e organização de luta por igualdade e respeito em nossa Universidade. O DCE convida a todos para a construção dessas atividades! Unidos Pra Lutar somos mais fortes! (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012d).

Na segunda publicação, “Vamos à luta para barrar o aumento de mensalidades nas particulares do Pará!”, apresentamos trecho da luta estudantil do DCE/UNAMA contra a proposta dos empresários educacionais em aumentar o valor das mensalidades:

Os tubarões do ensino sinalizaram na última quinta-feira (11/12) que querem mais um aumento nas mensalidades de escolas, faculdades e universidades do Pará, ou seja, atacar ainda mais o bolso das famílias paraenses para aumentar os seus lucros! [...] Os empresários propõem um aumento de 8,4% nas mensalidades para 2015. Um completo absurdo! [...] Só a mobilização nas ruas e a organização da luta dos estudantes que pode enfrentar e parar os sucessivos aumentos! [...] Declaramos o nosso total repúdio a qualquer possibilidade de aumento e exigimos o imediato congelamento das mensalidades! Os programas como PROUNI, FIES, as isenções fiscais, a financeirização do setor da educação e a total ausência de regulamentação do ensino privado patrocinadas pelo Governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB) são responsáveis pelos lucros astronômicos e a penúria da juventude e dos trabalhadores nas mãos do ensino pago! [...] Desde já, nós do DCE UNAMA convidamos os estudantes das instituições pagas, dos Centros Acadêmicos e DCEs de luta, para organizarmos conjuntamente um plano de ação contra esse ataque dos exploradores da educação! (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014b).

Algumas dessas empresas possuem capital aberto na bolsa de valores, caso da Ser Educacional, mantenedora da UNAMA, sinalizada pelos estudantes como “tubarões do ensino”, em alusão ao predador marinho. A metáfora é apropriada pelas ações que esses oligopólios realizam no mercado de ações, com o viés de garantir o mais-valor ao capital-dinheiro de seus acionistas investidores. Para tal, cortam gastos na área educacional. Na citação, é nítido o posicionamento da entidade estudantil na percepção dos conflitos entre as classes sociais que estão na base de seu litígio e o apoio do governo federal a programas que fazem crescer ainda mais os lucros desses empresários.

Nos estudos empíricos de Mesquita (2001, 2003), é central sua preocupação em explicar quais são os motivos pela falta de representatividade dos movimentos estudantis nos últimos anos do século XX. Nessa empreitada, encontraremos em suas obras diversas falas de estudantes entrevistados que referenciam o declínio do movimento estudantil às formas tradicionais, já mencionadas, de se fazer política: “burocratizado, hierarquizado, centralizador, partidarizado, ultrapassado” (MESQUITA, 2003, p. 122). E o autor ratifica tais argumentos desses estudantes, reduz a explicação do declínio do movimento estudantil ao parâmetro de eles ainda se encontrarem presos ao modo tradicional de lutas e mobilizações, conclusão que defendemos ser temerária.

Esse declínio é mais profundo do que as designações oriundas de um único agente, como enuncia Mesquita (2003). O autor não considera o conjunto de fatores, como as questões conflituosas impostas pelo sistema capitalista que determina a perspectiva organizativa e coletiva de um movimento estudantil, pois o deseja fragmentado frente ao sistema tão enraizado socialmente. Em outras palavras, favorece o modelo neoliberal que se agrada com o individualismo à mobilização coletiva em projetos globais (VECHIA, 2012), impacta, assim, na práxis estudantil e permite espaços para o terceiro setor pensar residualmente (MONTAÑO, 2005).

Outro elemento essencial para a compreensão teórico-conceitual dos movimentos estudantis é sua correspondência histórica com os partidos políticos. Longe de oferecer detalhes a respeito do tema – uma relação que necessita de um trato a parte pela sua abrangência –, torna-se mais importante demonstrar os pontos positivos e negativos de tal aproximação.

Em seus escritos, Foracchi (1977) alega significativa a inerência de um movimento estudantil com o trabalho partidário, tencionando ações à politização da massa estudantil. Para a autora, as questões políticas devem ser condicionantes dos movimentos estudantis, a partir delas, as estratégias e táticas focais de lutas podem ser ordenadas: “já vai longe o tempo em que o estudante se desinteressava das questões políticas e preocupava-se, tão somente, com ser um ‘bom estudante’, como querem os círculos tradicionalistas” (FORACCHI, 1977, p. 227).

Isto posto, as manifestações de Foracchi (1977) exprimem que a organização de um movimento estudantil, seja ele desenvolvido por DCEs, CAs, ou qualquer outra agremiação universitária, necessita atrelar suas ações com as questões do cenário político, de atuação compatíveis com o trabalho partidário. O resultado disso é uma forte politização entre os estudantes, conformação creditada pela autora de grande importância.

O significado profundo da politização, visto na perspectiva do jovem, é propiciar a formação de laços de **solidariedade interna**, que fazem com que ele perceba, com maior nitidez, as dimensões sociais da condição de jovem e de estudante (FORACCHI, 1977, p. 223, grifo nosso).

Nesses termos, a politização é vista como mecanismo eficiente de identificação do estudante como pertencente a um grupo, e se unindo a ele por laços de solidariedade. Tal questão de solidariedade é fundamental em um nível de movimento social e não pode ser diferente em um dos seus diversos representantes, como o movimento estudantil.

No período em que Foracchi (1977) escreveu, década de 1960, a convergência entre partidos políticos e movimentos estudantis se revestia com o sentido de alcançar lideranças, vanguarda estudantil para o movimento da esquerda, e não do seu fortalecimento como movimento social. Os partidos políticos, em relação ao ME, não agiam de forma orgânica, estavam preocupados em concentrar esforços em setores estratégicos do plano nacional, não direcionava atenção à renovação de suas bases (FORACCHI, 1977). Entretanto, esse acercamento descompassado entre partido político e movimento estudantil representa, ainda segundo Foracchi (1977), um desserviço ao movimento estudantil. Ou seja, ação que é contrária à solidariedade e à organicidade, bases de um MS, implicando o declínio de qualquer ação coletiva e autônoma.

Por outro lado, existem alguns pontos negativos que ocorrem com esse vínculo. O principal deles é quando a aproximação se realiza de forma interessada, por parte dos partidos políticos, de arregimentação de estudantes para suas fileiras partidárias, não levando em conta suas subjetividades (GOHN, 1997).

Além disso, tem-se forte partidarização do movimento no sentido de seu aparelhamento burocrático pelo partido. Este utiliza a estrutura do movimento estudantil em prol de suas finalidades de ampliação. Somente isto: “O partido é um espaço político que organiza, orienta e estimula os estudantes. A prática do aparelhamento da entidade estudantil pelos partidos é que condena a atuação estudantil em seu movimento” (MESQUITA, 2003, p. 127).

Contudo, ressalvados esses casos, que são presentes nos dias de hoje, temos acordo tanto com Foracchi (1977) quanto com Mesquita (2001, 2003) em considerar válida a conexão entre esses movimentos sociais. Trata-se de uma ligação de inúmeras possibilidades, mais do que somente a politização da juventude estudantil, oferece insumos estratégicos de disposição na luta por seus direitos, bem como engloba as categorias em um arranjo coletivo e

orgânico na mobilização. Essa relação precisa respeitar as características de organização, organicidade, solidariedade, coletividade e autonomia de cada um.

Todavia, quando reproduz uma lógica que se sobrepõe ao trabalho dos movimentos estudantis por suas pautas institucionais, ou mesmo quando interfere em suas ações externas, de maneira a abafar suas iniciativas e paralisando seu movimento, implicando, por assim dizer, na fratura da autonomia do movimento estudantil, torna-se o momento de repensar tal aproximação, reconfigurando urgentemente a organização desse movimento pelos estudantes. Mas esse rearranjo não implica em nova aderência.

Quando retomamos o olhar ao DCE/UNAMA, vemos que, em alguns momentos, a sua direção esteve ligada a partido político. Essa vinculação, por outro lado, não expressa subjugação do movimento estudantil ao partido, pelo menos não de forma direta. Como exemplo, apontamos a ação do DCE/UNAMA na fundação do DCE do Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESAM) (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013L). Nesse período, o Diretório da UNAMA encontrava-se composto por estudantes pertencentes ao coletivo “Vamos à Luta”, atrelado à Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), que, por sua parte, é vinculado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Essa convergência entre DCE/UNAMA e partido político acompanha, inclusive, a montagem de chapas para a disputa da entidade, como se pode registrar nas falas dos entrevistados desta pesquisa. Transcrevemos uma delas, em que percebemos os partidos políticos na retaguarda:

[...] quando eu entrei na UNAMA, estava tendo uma eleição do DCE lá. E aí eram duas chapas. Uma chapa era da galera do PSOL, e uma chapa da situação, que era do PT, PPS etc. Eu votei nessa galera do PT, PPS. Eu não era do movimento, votei neles porque foram os únicos que conversavam comigo, e aí eu votei porque queria participar do movimento estudantil, queria conhecer. Quer dizer, queria participar daquele processo, tinha uma visão crítica, mas nunca tinha me envolvido em nada assim, de política de nada. Fui entrar no movimento estudantil no outro ano, em janeiro de 2006. Em 2005, eu me filiei ao PSOL. E aí a galera falava que a nossa juventude se organizava nos movimentos estudantis e tal, e a partir disso eu comecei a atuar lá politicamente na universidade. A partir de entrar no partido. Primeiro conheci o partido, o partido direcionou a ação pra lá, para o movimento. (SANTOS, 2018)³⁵

É perceptível, no trecho da entrevista, que os partidos políticos participam da formação das chapas concorrentes ao movimento estudantil da UNAMA. Da mesma maneira, observa-se na fala do estudante a obtenção do preparo político, mediante do partido PSOL,

³⁵ Trecho da entrevista concedida por Felipe Melo dos Santos para esta pesquisa, na cidade de Belém, em 18 de setembro de 2018.

para participar da direção da entidade. Todavia, essa ligação é salutar e necessária para a construção dos movimentos, como exposto anteriormente.

Por tudo até o momento descrito, permite expressarmos que o movimento estudantil se apresenta como uma categoria social dinâmica e histórica, determinada por suas relações sociais objetivas na sociedade e influenciada sobremaneira pelas relações conflituosas entre as classes sociais. Seja nas revoluções francesas, apontadas por Marx (1982, 2000); seja no Brasil, na primeira metade do século XX; ou mesmo a partir da década de 1990, o certo é que o movimento estudantil sempre imprimiu um protagonismo radicalizado, característica não muito presente em outros movimentos sociais.

Portanto, entendemos que o movimento estudantil necessita prezar pela organização, manter sua autonomia nas lutas por suas demandas, não abandonar a representatividade de sua base, tampouco a solidariedade do grupo. As construções de suas pautas devem observar a necessidade dos estudantes como um coletivo de identidade única, assim como atentar para a conjuntura nacional e as realidades latentes. Todavia, esses elementos não podem excluir as pautas da diversidade, sejam elas identitárias ou culturais, tampouco negligenciar a inclusão de outras bandeiras de lutas.

2.3 MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NOS PRINCIPAIS MOMENTOS HISTÓRICOS DO SÉCULO XX.

O Movimento estudantil brasileiro não foi criado com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937. Autores como Poerner (1979), Martins Filho (1987)³⁶, Gohn (2000) e Araujo (2007) afirmam que, em diversos momentos históricos, anteriores ao da criação da UNE, houve no Brasil a participação de estudantes em sublevações sociais e de resistência.

Em 1710, diversos estudantes de conventos do Rio de Janeiro expulsaram invasores franceses dos colégios e das moradias que abrigavam os religiosos; em 1788, registros indicam participação na Inconfidência mineira; em 1897, estudantes da Faculdade de Direito da Bahia divulgaram as atrocidades ocorridas em Canudos, entre outras. Tais configurações demonstram que os estudantes do período colonial se posicionavam na defesa dos direitos da população.

³⁶ Em seu livro *Movimento estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*.

Arthur José Poerner (1979) argumenta que a participação de estudantes em movimentações de conturbação frente à ordem iniciou no período colonial. Contudo, as características conceituais de um ME, suas peculiaridades de organização e organicidade, a aceção da nomenclatura se torna mais coerente quando relacionada à fundação da UNE, em agosto de 1937 (POERNER, 1979).

Martins Filho (1987) segue a mesma compreensão de Arthur José Poerner (1979). Opina que, desde a fundação da UNE, em 1938, o movimento estudantil conseguiu efetivamente se disciplinar de forma coesa em defesa de questões relacionadas aos estudantes, principalmente aos universitários. Nas palavras de Martins Filho (1987, p. 16, grifo nosso), “Antes de 1938, data efetiva de fundação da UNE, não se pode **rigorosamente** falar de um movimento estudantil no país”³⁷. Nesse sentido, a palavra “rigorosamente” é destacada, porque Martins Filho (1987), assim como Arthur Poerner (1979) e Marialice Foracchi (1982, 1977), trata o movimento estudantil como categoria abrangente de características dinâmicas (organização, organicidade, solidariedade, coletividade e autonomia), que são sociais e constituídas historicamente.

Ainda nas declarações de Poerner (1979), o que se tinha anteriormente no cenário nacional eram lutas estudantis que se mostravam transitórias e regionalizadas, perfis incongruentes com a unidade agregadora e coordenada de estudantes sucedida a partir da criação da UNE.

No entanto, como sugere Gohn (1997, 2000) não devemos negar que os conflitos no Brasil, em períodos anteriores ao século XX, possam ser tipos de movimento social. Mesmo porque – como já apresentado na seção anterior – na constituição histórica do entendimento sobre movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil, não se tem uma compreensão única da definição de sua categoria (GOHN, 1997). Existem muitos debates em processo que não apontam uma definição unitária.

Antes mesmo da entrada em cena da UNE, o movimento estudantil nacional sinalizava sua ordenação alicerçada em algumas entidades como: União Democrática Estudantil (UDE), Frente Democrática da Mocidade (FDM), Federação Vermelha dos Estudantes (FVE) e Federação Brasileira dos Estudantes (FBE), todas elas criadas na virada do século XIX para o XX. Martins Filho argumenta que essas entidades organizavam os

³⁷ Nota-se, entre Poerner (1979) e Martins Filho (1987), a não convergência a respeito da data de criação da UNE, se 1937 ou 1938. Existe debate a esse respeito e, em pronunciamento de alguns autores, apresenta-se nítida essa divergência.

estudantes de forma localizada – regionalizada – não oferecia forças para se constituírem em organismos unitários de dimensão nacional (MARTINS FILHO, 1987).

Poerner (1979) também discorreu sobre essas entidades, mas, da mesma forma que Martins Filho (1987), manteve-se em analisá-las genericamente. Segundo seus estudos, as entidades nascidas antes da UNE foram aquelas que mais se aproximaram de organizar nacionalmente os estudantes. No entanto, “a falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de uma plataforma de lutas que a motivassem tornaram dispersa e caótica a atuação política dos universitários brasileiros durante a primeira república” (POERNER, 1979, p. 78).

Destaca-se que, no quesito de movimento estudantil de ações nacionais, o Brasil partiu atrás de alguns movimentos de países da América Latina, tais como a Federação dos Estudantes no Peru (1916) e a Federação Universitária de Córdoba (FUD) na Argentina (1918), só para ficar nesses exemplos.

O destaque principal é a insurreição estudantil ocorrida em Córdoba em 1918, maior cidade do interior da Argentina, fazendo com que os estudantes universitários ocupassem a Universidade de Córdoba e depusessem o Reitor com a exigência de uma reforma na educação do continente (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2017).

Ainda segundo o portal do ANDES (2017), a Universidade de Córdoba configurava-se como extremamente elitista, dirigida pela oligarquia rural católica local³⁸, e quando se constituiu o movimento estudantil dessa universidade – majoritariamente representado pela classe média urbana –, os conflitos frente às contradições entre as classes começaram a surgir, até resultarem em uma ocupação da universidade, realizada pelos estudantes (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2017).

As principais exigências: participação da gestão da universidade, extensão da universidade para além de seus limites, difusão da cultura universitária, assistência estudantil, eleições para os cargos de gestão, autonomia de gestão, liberdade de organização estudantil etc. Foram levantadas pelos estudantes cordobeses com o intuito de reclamar por democracia,

³⁸ Em referência ao assunto, destacamos um artigo de José Alves de Freitas Neto, intitulado “A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana”, publicado na revista eletrônica *Ensino superior*, da UNICAMP (2011), no qual, entre outros assuntos, é apresentado o contexto em que a Universidade de Córdoba e sua comunidade encontravam-se inseridas. Segundo o autor, a universidade, ainda no início do século XX, portava características do período colonial. Sua ligação com os jesuítas fez da instituição um local do conservadorismo: “Córdoba era uma típica cidade medieval, se alguém quisesse conhecer algum monumento do período, estando no Novo Mundo, bastava visitar a cidade argentina com seus claustros e sua mentalidade marcada pela religiosidade católica” (FREITAS NETO, 2011, p. 63). E acrescenta: “Sarmiento identificou Buenos Aires, como sendo o exemplo da civilização, e Córdoba, da barbárie que impedia a consolidação da nação” (FREITAS NETO, 2011, p. 63).

soberania e autoridade estudantil, pois “La autoridad, en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: Enseñando” (CASA DE LA REFORMA UNIVERSITÁRIA, [2019]).

De certa forma, essa luta ocorrida na Argentina com a bandeira central de uma Reforma universitária, assentada em preceitos revolucionários de transformação da gestão, algo conflitante com as características de um movimento estudantil solidificado na classe média de Córdoba, representou, segundo Freitas Neto (2011, p. 62), “um marco na história nas universidades latino-americanas, construindo um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior”.

As práticas bem-sucedidas do movimento estudantil, realizadas na Universidade de Córdoba, por sua entidade, a FUD, influenciaram na criação da UNE no Brasil. A ousadia da FUD acompanha, ainda, as lutas nacionais dos estudantes por pautas de qualidade das universidades públicas brasileiras: ampliação dos investimentos à Educação Superior; democracia de acesso e permanência; por uma universidade que sirva ao desenvolvimento do país e ao povo etc., questões ainda presentes na educação superior pública do país (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES [2019b]).

Segundo o diretor de relações internacionais da UNE, Mateus Fiorentini, o que ocorreu em Córdoba em 1918 representou algo a ser copiado:

Foi a primeira vez que se pautou de forma mais forte o papel da extensão, da liberdade de cátedra, de uma universidade que pautasse sua produção de conhecimento, pesquisa e extensão com conteúdo popular e não elitista. Assim, os princípios da Reforma de Córdoba seguem atuais, ainda mais no momento político que vivemos. Temos que gerar independência científica e tecnológica do continente e um conhecimento livre a serviço da sociedade e o papel da UNE nesse sentido se faz necessário e imprescindível. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES [2019b])

Com efeito, na Argentina, o movimento estudantil desempenhou características fundamentais que se esperam de um movimento social, como: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia. Essa práxis estudantil ocorrida em Córdoba propiciou, não somente a UNE, mas a consideráveis países da América Latina, o espírito de transformação de que necessitavam os movimentos estudantis.

Por outro lado, mesmo que a sublevação dos estudantes da Universidade Nacional de Córdoba tivesse sido um feito de influência na constituição da UNE em 11 de agosto de 1937, tal questão não afasta outros contextos de influências, como: as experiências dos movimentos estudantis da Federação dos Estudantes Brasileiros; o avanço da urbanização; a expansão do

ensino superior, o envolvimento dos estudantes com as questões do governo e a sua politização crescente; tal como o desejo de formar uma entidade única representativa dos estudantes.

Imagem 1 – Memórias da fundação da UNE



Fonte: União Nacional dos Estudantes ([2019c]).

Como já dito, a UNE foi criada em 11 de agosto de 1937 e, segundo a própria entidade, sua fundação representou a consolidação de um grande projeto voltado para a criação da entidade máxima dos estudantes com o propósito de organizá-los autonomamente a partir de seus congressos anuais, de maneira a buscar a articulação com outras forças progressistas da sociedade³⁹. O projeto da criação se explicava pela fragmentação em que se encontrava os coletivos estudantis pelo país. Não havia uma unidade do movimento e, portanto, as suas demandas se tornavam em grande monte sem solução, e quando se tinha, se tipificava regional, como aponta Poerner:

³⁹ No regimento da UNE, têm-se exposto alguns espaços destinados a encontros nacionais entre entidades. Destaca-se o Congresso da UNE (CONUNE): “É o principal fórum deliberativo do movimento estudantil brasileiro. Realizado a cada dois anos, é o momento em que estudantes de todas as regiões do país, eleitos delegados em suas universidades, elegem a nova diretoria e presidência da UNE”. O Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG), organizado anualmente pela UNE, tem como objetivo “reunir os representantes de DCEs, UEEs, federações e executivas de cursos de todo o Brasil, para convocar as atividades da UNE, como o Congresso e a Bienal” e o Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB): Fórum deliberativo organizado de dois em dois anos pela UNE. O objetivo é “reunir os representantes dos DAS e CAs de todo o Brasil para atualizar a pauta, discutir e aprovar resoluções e ações do movimento estudantil”. Ver todas estas informações no site da UNE (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, [2019d]).

Antes de agosto de 1937, elas [organizações estudantis regionalizadas] pecavam todas pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. [...] o segundo grande vício das organizações estudantis anteriores à UNE era a regionalidade, favorecida pelo isolamento entre os estados, contra o qual se mostravam infrutíferos os esforços da Federação dos Estudantes Brasileiros (POERNER, 1979, p. 127).

Por todo o período da Era Vargas (1930-1945), a UNE manteve-se próxima ao governo. Em alguns momentos, de forma explícita, defendeu as características populistas de Getúlio Vargas e seu empenho em modernizar o país de forma autoritária; em outros, realizava uma oposição tímida frente ao cerceamento das liberdades democráticas e as tentativas de controle dos movimentos sociais⁴⁰.

Araujo (2007) indica como um primeiro conflito, entre a UNE e o governo de Vargas, quando este se alinhou ao antifascismo de Alemanha e Itália. A UNE, nesse momento, de forma categórica, começou a “exercer pressão política para que o governo brasileiro tomasse partido publicamente em favor dos aliados contra os países do Eixo” (ARAUJO, 2007, p. 35). Esse episódio resultou em passeata, a primeira realizada pela UNE, em 4 de julho de 1942 no Rio de Janeiro, cinco anos depois de sua criação. Araujo (2007, p. 37), com base em depoimento, expõe o momento:

Na passeata nós homenageávamos os EUA e repudiávamos o niponazifascismo. Fizemos três ou quatro carros que nos foram emprestados pelas associações carnavalescas. O primeiro era uma espécie de galinheiro. Nós conseguimos galinhas brancas e pintamos de verde, era contra os integralistas. Vinha o Hitler fantasiado de presidiário, Mussolini caracterizado com as coisas mais ridículas que você possa imaginar.

Entretanto, essa passeata não foi reprimida pelo governo. Houve, em certa medida, um acerto entre a direção da UNE e o ministro da Justiça do governo de Getúlio, Vasco Leitão da Cunha, o qual autorizou a manifestação (ARAUJO, 2007).

Maria P. Araujo (2007) apresenta outro episódio antifascista, no mesmo ano, realizado pela UNE: a ocupação do Clube Germânia, no Rio de Janeiro, que se tornou a sede da UNE até o incêndio do prédio em 1964. A ocupação transcorreu de forma ordeira, e com a anuência do então ministro da Educação de Getúlio, Gustavo Capanema.

⁴⁰ Como exemplo da tentativa de controle de um movimento social, Poerner (1979) e Araujo (2007) apontam a tentativa de controle pelo governo sobre a criação da UNE, no I Conselho Nacional dos Estudantes. Quando Getúlio Vargas destinou o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, com a incumbência de realizar os trabalhos da criação da UNE com o propósito político de submeter politicamente os estudantes ao regime do Estado Novo (POERNER, 1979; ARAUJO, 2007).

Além da concessão desse prédio, o governo, no mesmo ano, reconheceu a entidade da UNE como coordenadora e representativa dos estudantes do ensino superior em âmbito nacional pelo decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942⁴¹: “Art. 1º A União Nacional dos Estudantes, fundada a 11 de agosto de 1937, é considerada a entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o país” (BRASIL, 1942).

Imagem 2 – Prédio do Clube Germânia. À esquerda, já ocupado pela UNE em 1942. À direita, o mesmo prédio, ainda em posses da UNE, incendiado em 1964.



Fonte: União Nacional dos Estudantes ([2019c]).

Para a autora, a convergência entre a UNE e o governo de Getúlio Vargas expressam muito bem as contradições de um regime autoritário e o trato dele com os movimentos sociais. Ou seja, “o mesmo governo que reprimia os comunistas e que nutria notória simpatia pelo nazifascismo procurava manter o diálogo aberto com os movimentos sociais e com os estudantes” (ARAÚJO, 2007, p. 40).

E quando agia com intolerância, em prisões de estudantes simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), eram igualmente soltos por simples pedidos da própria direção da UNE, ensejo que demonstra um governo também ambíguo: “Toda vez que um colega ou

⁴¹ Interessante notar que tal decreto-lei, em algumas passagens, vincula as decisões internas da UNE – aprovação do Estatuto, convocação de assembleias – ao aval do governo, como expressam estes dois artigos 2º e 3º, respectivamente: “A União Nacional dos Estudantes reger-se-á pelos seus estatutos, aprovados por decreto do Presidente da República” (BRASIL, 1942) e “O Ministro da Educação convocará uma assembleia representativa dos diretórios acadêmicos dos estabelecimentos de ensino superior, federais, reconhecidos ou autorizados, para elaboração dos estatutos referidos no artigo anterior e eleição, para o seguinte mandato, dos órgãos de direção que forem instituídos” (BRASIL, 1942).

companheiro era preso, nós íamos ao palácio pedir e o Getúlio, de imediato, sempre atendeu”⁴².

Em outro relato exposto, um estudante aponta que a proximidade entre o governo de Vargas e a UNE não se definia de uma ambiguidade muito grande, “mordia-se e soprava-se”. Ou seja, nas palavras da própria Araujo (2007, p. 40-41),

Na verdade, a UNE sempre contou com o reconhecimento formal do Estado, era compatível com a proposta de Vargas de representação e mediação de conflitos sociais. [...] A UNE era composta por muitos estudantes comunistas ou simpatizantes do PCB – num governo que perseguia, prendia e torturava os comunistas. Daí a ambiguidade e a contradição intrínseca das relações entre a UNE e o Estado Novo.

Martins Filho (1987) e Mesquita (2006) corroboram os apontamentos de Araujo (2007) quando diz que antes de 1956 a UNE não se expressou em nenhum momento de forma radicalizada, principalmente contra o governo: “Antes de 1956, não se expressa ainda no nível da UNE um movimento de insatisfação das bases estudantis que pudesse levá-las a apoiar correntes nacionalistas e de esquerda” (MARTINS FILHO, 1987, p. 41).

Num primeiro momento, porém, em processo de organização e consolidação, esta entidade traduz-se a partir de ações tímidas e ambíguas em relação às questões políticas. Em pleno Estado Novo e com a simpatia de Vargas, a UNE, se configura como uma entidade de forte ligação com o governo. Porém, a partir da II Guerra, com uma tendência por parte deste de alinhamento ao Eixo, a entidade muda de posicionamento e inicia um processo de rompimento com o mesmo. As diferenças de posição política frente o cenário internacional terão como consequência o acirramento destes grupos e o surgimento de uma política mais incisiva da entidade frente às posições tomadas pelo governo (MESQUITA, 2006, p. 66).

Essa ambiguidade, vista na relação da UNE com o governo de Vargas – neste momento, estamos nos referindo aos dois períodos em que Getúlio Vargas esteve como presidente do país; no primeiro, compreendido ao Estado Novo 1937-1945 e, no segundo, o governo quando eleito por voto direto 1951-1954 –, é explicada por dois fatos essenciais, mas não únicos: (1) pela rejeição da aliança do governo com as potências do Eixo pelo nacionalismo; e (2) pelo nacionalismo e um ideal desenvolvimentista de construção da nação.

Quanto ao primeiro movimento, já apresentado, os estudantes realizaram passeata gigantesca em 1942 no Rio de Janeiro contra o posicionamento do governo em apoiar o Nazismo de Hitler e o Fascismo de Mussolini, reverenciavam os Estados Unidos, e exigia “que o governo declarasse guerra ao eixo nazifascista” (ARAÚJO, 2007, p. 35).

⁴² Relato de estudante que participou da direção da UNE no período. Ver Araujo (2007, p. 40).

Quanto ao segundo momento, a posição dos estudantes da UNE foi a de apoiar o governo na postura de valorizar os *commodities* nacionais, em referência à campanha “O petróleo é nosso”, uma nova luta dos estudantes que se realizava no campo da defesa do patrimônio territorial e econômico do país e pela proteção de suas riquezas minerais” (MESQUITA, 2006, p. 68).

Foi a partir de meados de 1956 que se apresentou uma UNE progressista e radicalizada, em razão da investida de uma frente única composta por setores comunistas, nacionalistas, socialistas e trabalhistas. Esta configuração permitiu que os blocos de esquerda conseguissem, um ano depois, a direção majoritária da UNE, derrotando os liberais (MARTINS FILHO, 1987).

Esse momento do movimento estudantil brasileiro, com a UNE à frente na organização, foi considerado por Martins Filho (1987) como sendo o surgimento de um novo tipo de movimento estudantil no quadro da crise final do populismo. Esse período, que se estendeu desde fins do Estado Novo, passando por toda a década de 1950, e chegando a inícios dos anos 60, caracterizou-se por um processo gradual de politização estudantil no meio universitário que contribuiu com o crescimento da esquerda no movimento estudantil.

De 1961 a 1963, no governo de João Goulart (1961-1964)⁴³, segundo relatos de Poerner ao Arquivo N (2007), a UNE viveu seus momentos mais brilhantes, principalmente na gestão de Aldo Arantes (1961-1962).

A entidade dá um impulso extraordinário, quando foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE volante. [...] isso foi possível com ajuda do governo. [...] Ele [o governo] disponibiliza aviões para que as teses da UNE pela reforma universitária sejam levadas pela UNE a diversos Estados do país, de norte a sul (UNE 70 ANOS, 2007, 9 min. 45 seg., acréscimo nosso).

Esse movimento com a UNE volante, o qual perdurou por dois meses em todos os Estados do Brasil, colaborou com a unificação do movimento estudantil. A medição dessa união dos estudantes por todo o país, nas bases da UNE, foi sentida quando na época se deflagrou a “Greve de Um terço”, uma das maiores greves da história do movimento estudantil brasileiro, ocorrida no dia 01 de junho de 1962 (JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO, 2012).

⁴³ Nota-se, segundo artigo de Marisa Bittar e Mariluce Bittar (2014), intitulado “Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira”, que esse presidente foi o primeiro a visitar a sede da UNE, reinstalada no prédio da Germânia, no Rio de Janeiro, depois de um período curto de funcionamento em Porto Alegre por causa da crise institucional ocasionada pela renúncia do presidente Jânio Quadros (BITTAR; BITTAR, 2014).

As lutas foram centralizadas na pauta da reforma universitária, que pretendia modificar a representação estudantil nos colegiados das universidades – Congregação e Conselhos Universitários – tornando-os democráticos. Nesse sentido, a denominação de “Um terço”, levantada como pauta na reforma universitária, explicava-se pela luta dos estudantes em garantir por todo país a representação de 1/3 dos discentes. Contudo, tal ensejo se tornou greve, pois a UNE não obteve aceitação de sua pauta pelos gestores nas universidades⁴⁴.

A representação de 1/3 dos discentes nos colegiados universitários, pauta que compreende a Reforma universitária, é algo de anúncio constante desde a década de 1930 e não sessou atualmente. Correntemente observamos este tema em universidades públicas e privadas, por exemplo, na Universidade Federal do Pará (UFPA), que ainda prevê em seu Conselho Universitário (CONSUN) a representatividade de 70% de docentes, enquanto o restante (30%) é dividido entre técnicos administrativos e estudantes do DCE/UFPA.

Na UNAMA, o cenário indica ser mais pernicioso. Segundo o Regimento Geral da Universidade, aprovado pelo Conselho Superior (CONSUN) em 29 de outubro de 2014, sob o número REG-84, é garantido participação da representatividade estudantil tanto nos Colegiados dos cursos quanto nos Superiores. No entanto, para utilizar-se desse instrumento o DCE/UNAMA deverá atuar com ressalvas, como aponta o Artigo 121, §3º: “Ficam vedadas, no âmbito da Instituição, as atividades de natureza político-partidária e a participação em entidades estranhas ao propósito da Instituição” (SER EDUCACIONAL, 2014b, p. 62). Essa previsão exterioriza, dentre outros entendimentos, a não permissão de movimentação orgânica das entidades estudantis pela busca da criticidade em suas ações.

No tocante à representação democrática, citamos o Artigo 23 do respectivo regimento, que dispõe sobre a composição do Colegiado dos cursos da UNAMA: “O Colegiado do Curso é composto pelo Coordenador, seu presidente nato, por três representantes do corpo docente do Curso e por um representante discente” (SER EDUCACIONAL, 2014b, p. 17). Deduzimos com isso, que a representação estudantil é de 1/5, aspecto estrutural que não agradava o movimento dos estudantes da UNAMA, rejeitado por alguns membros da Direção do DCE como espaço desproporcional na busca de direitos, como é nítido na fala de um dos entrevistados:

⁴⁴ Poerner (1979), na obra *O poder jovem*, discorre sobre todos os momentos que circundam a “Greve de Um terço”. Segundo o autor, o evento alcançou a maior parte das 40 universidades brasileiras da época: 23 federais, 14 particulares e três estaduais. Além de diversas ocupações públicas (POERNER, 1979). Contudo, a greve não atingiu seus objetivos principais. Um dos fatores para o insucesso foi que a UNE manteve o seu movimento estudantil de forma isolada, não atuando organicamente com outros movimentos sociais. Por outro lado, a greve conseguiu aumentar a consciência política dos estudantes e inculuiu forte solidariedade nesse movimento, além de sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas das universidades (POERNER, 1979).

A participação dos estudantes nos conselhos tinha, no regimento da UNAMA, a participação do DCE como representante estudantil. Só que, assim, era totalmente antidemocrático, não tinha democracia. A gente ia vez ou outra para estas reuniões quando a gente achava que iria ser decidido algo importante, mas na maioria das vezes a gente não ia. A gente não priorizava este espaço. Porque era um espaço de fachada, pra dizer que existia, pra dizer que tinha representação estudantil. E a gente não priorizava isso. A gente priorizava passar em sala, mobilizando os alunos. A democracia de fato pra gente, pra UNAMA ouvir a gente, era na sala de aula. Porque a gente passava em sala e os professores ouviam as coisas e iam falar lá para eles. Tinha nosso panfleto e tinha tudo o que a gente queria lá. A gente fazia assembleias públicas e eles ouviam o que se falava e o que se votava e tudo mais. Sempre tinha alguém deles lá para filmar, a reitoria sempre fez isso. Filmava as coisas, ouvia as pessoas, gravavam. Não participávamos a fundo mesmo porque era antidemocrático, não tinha paridade nos conselhos. Aí nós falávamos ‘vamos ficar presos nisso aí?’. [...] Aí a gente pensava ‘vamos priorizar a base do que ficar em reunião no ar condicionado com esses caras que não vão resolver nada, não vamos ganhar nada’ (SANTOS, 2018).

Essa situação ainda não resolvida demonstra que a estrutura administrativa não acompanhou o processo de acesso da diversidade e a entrada de indivíduos das classes subalternas. Parece que os conselhos superiores, ressalvadas as exceções, encontram-se ainda prostrados em uma esfera conservadora, não atingível pela democratização do acesso da pluralidade das classes baixas.

A elaboração mais detalhada de um projeto de universidade, sob a égide do governo federal, ocorreu pela primeira vez em 1930, originando o decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931). Em seu Artigo 22, Alíneas *a* e *b*, a organização administrativa previa a representação estudantil de apenas um membro, o presidente do DCE, no Conselho Universitário (BRASIL, 1931). Enquanto que a maioria absoluta da composição destes colegiados eram formados por docentes, diretores e representantes de institutos (BRASIL, 1931). Além disso, não existia a previsão de composição estudantil na Assembleia Geral Universitária, segundo os Artigos 24 e 25 (BRASIL, 1931).

Estas perspectivas de representação estudantil, democratização nas universidades, defesa da escola pública e gratuita, estamparam como pautas centrais nas lutas da UNE nesses momentos antecedentes ao Golpe militar (1964). Essa demanda e a radicalização dos estudantes em contrapor os interesses da classe dominante, a fim de construir uma universidade para as massas populares, atrelada à proposta de Goulart pelas reformas de base, e nutrindo um sentimento anti-imperialista, fizeram da UNE um alvo em potencial para o regime ditatorial.

Imagem 3 – Tanques do Exército nas ruas do Rio de Janeiro – 1964



Fonte: retirada da obra de Maria Paula Araujo (2007, p. 143).

O Golpe militar de 1964, depondo o Presidente João Goulart, impôs imediatamente medidas de supressão dos direitos da UNE em se constituir coletivamente, e instituiu uma organização nas universidades de acordo “com o modelo empresarial taylorista, cuja principal finalidade deveria ser o rendimento e a eficácia” (CHAVES, 2009, p. 18).

Essa primeira *blitz* do regime militar, tanto na imobilização dos movimentos estudantis como na preocupação com as universidades, justifica-se, nas palavras de Laura L. Luciani: “La dictadura consideraba que la universidad constituía un espacio de proliferación de la “subversión” y por ello articulaba em ese espacio represión, control y disciplinamiento” (LUCIANI, 2011, p. 83). Nessa linha, o primeiro *control y disciplinamiento* foi, efetivamente, a aprovação da lei nº 4.464⁴⁵, de 9 de novembro de 1964, conhecida por Lei Suplicy de Lacerda, em que dispõe “sobre os órgãos de representação dos Estudantes e dá outras providências” (BRASIL, 1964).

A respectiva lei, introduzida no primeiro ano do governo militar, caracteriza-se por atingir três pontos principais: (1) limitar a abrangência do movimento estudantil, implantando medidas conservadoras que condenem qualquer ato de mobilização contrária às tradições⁴⁶; (2) mudar a nomenclatura da representação estudantil nacional, de UNE para Diretório

⁴⁵ Revoga o decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942).

⁴⁶ O Artigo 1º apresenta a finalidade das entidades de representação estudantil, informa, na linha C, que sua tarefa é preservar as “tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar” (BRASIL, 1964).

Nacional Estudantil (DNE), com o propósito de desorganizar a entidade e imbuir outros significados de atuação⁴⁷; (3) Tornar um movimento estudantil despolitizado, de maneira a não autorizar suas investidas de caráter político nas universidades e no âmbito dos secundaristas⁴⁸, como infere claramente o Artigo 14 dessa lei: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares” (BRASIL, 1964).

Nessa continuação, a introdução da Lei Suplicy de Lacerda fez com que o movimento estudantil recuasse nas lutas e mobilizações nacionais realizadas no período anterior pela UNE. Temas como “defesa da escola pública e gratuita” e “reforma universitária e democratização da representatividade estudantil nos colegiados” foram desqualificados pelo governo militar, entendidos como subversivos e contrários aos interesses do governo.

Contudo, mesmo com essa lei, o movimento estudantil poderia ainda estruturar-se de forma nacional, mesmo com as limitações impostas pelo governo. Tanto a UNE, na arrumação dos estudantes universitários, quanto a União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES), conseguiram manter uma vida pública bem visível. A organização, de fato, partia da base, pois as direções já tinham sido dissolvidas pela opressão policial e levadas ao exílio ou à clandestinidade. Assim como ocorreu com as direções dos sindicatos e do movimento operário (ARAUJO, 2007).

Nesse sentido, a UNE e a UBES caíram em uma situação de “semiclandestinidade”, permitia-se representar os estudantes nos parâmetros contidos na Lei Suplicy de Lacerda, a qual excluía formas de mobilização radicais que levassem as entidades a greves, ou mesmo a qualquer atividade política de sublevação. Entretanto, mesmo assim, o posicionamento das entidades indicava em manter a ofensiva contra o governo ditatorial.

Frente à oposição estudantil que forçosamente se mantinha nesse período, o governo militar, por força presidencial, resolveu dissolver por completo os movimentos estudantis de

⁴⁷ Tal modificação encontra-se presente no Artigo 2º: “São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior [alínea d] o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal” (BRASIL, 1964).

⁴⁸ “Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor” (BRASIL, 1964). Importante destacar, a respeito do movimento estudantil dos secundaristas, que sua previsão na lei ocorreu por sua postura de extrema radicalização. Araujo (2007) dedica capítulo em sua obra para debater quanto aos secundaristas, discorre que suas posições nas manifestações pautavam-se, em grande medida, pela disposição ao confronto: “muitas vezes era difícil segurá-los” (ARAUJO, 2007, p. 205). E completa: “Os secundaristas cariocas tiveram um papel importante nos protestos pela morte de Edson Luís, já que eram grandes frequentadores do restaurante Calabouço” (ARAUJO, 2007, p. 205). Por tais motivos, o regime militar entendeu que sua limitação em uma lei seria importante.

âmbito nacional, mediante o decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o qual “Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências” (BRASIL, 1967)⁴⁹.

A partir desse momento, os órgãos de representação estudantil do ensino superior eram, segundo o Artigo 2º da lei: o Diretório Acadêmico (DA) de cada curso de nível superior e o Diretório Central de Estudantes (DCE) de cada universidade (BRASIL, 1967). As entidades de representação estadual e nacional foram excluídas, dissolvidas pela nova legislação. Depois dessa previsão legal do período ditatorial, a UNE se tornou uma organização clandestina. Mesmo assim, segundo Araujo (2007, p. 156), os estudantes:

[...] mantiveram uma atividade política intensa, criando as “entidades livres” – diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes pela Lei Suplicy, estavam sob controle direto do governo [...]. Greves, manifestações e passeatas eram convocadas em nome da entidade [UNE] que continuava elegendo os seus presidentes e realizado clandestinamente os seus congressos. Como também, em vários estados, tinham vida ativa, as UEE's.

Mantendo-se ativos, mesmo na clandestinidade, os movimentos estudantis da UNE e da UBES insistiram na mobilização de sua base, enfrentando o governo. O contra-ataque mais duro foi no ano de 1968, quando o governo militar decretou o Ato Institucional (AI) de número 5, de 13 de dezembro de 1968, permitindo ao Presidente cassação irrestrita dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos. O AI 5 foi implementado, centralmente, para interromper por completo as mobilizações que ainda se mantinham, mesmo na clandestinidade. Por esse ângulo, o Artigo 5º da respectiva norma foi o mais utilizado na perseguição dos direitos individuais de estudantes e coletivos dos movimentos estudantis, e demais movimentos sociais.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; § 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados (BRASIL, 1968a).

⁴⁹ Conhecida por Lei Moniz de Aragão, tal decreto-lei revoga, em partes, a Lei Suplicy de Lacerda, de 9/11/1964.

No mesmo período de implementação do AI 5, outra discussão importante veio à tona, envolvendo tanto os estudantes, como a estrutura educacional do país, principalmente a organização da educação superior brasileira: a Reforma universitária de 1968.

Cientes de que as universidades caracterizavam-se como centros de insurgências de estudantes e professores, o governo militar propôs a abertura do diálogo para encaminhar uma propositura reformista das universidades, convidando para o grupo de trabalho a representação dos estudantes dos DAs e DCEs – apenas os permitidos segundo a Lei Muniz de Aragão –, os quais se recusaram a participar⁵⁰.

Mesmo assim, a Reforma universitária de 1968, fundamentada na lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, ajustou, entre outros pontos, a respeito da **representatividade** estudantil e da **autonomia** do seu movimento nas universidades, de forma a não garantir nenhum dos dois componentes. Situação já prevista, conforme registra Martins Filho (1987, p. 127): “O objetivo imediato era fornecer uma resposta à crescente pressão do movimento estudantil, propondo uma reforma da universidade a partir de cima, a fim de retirar às vanguardas estudantis as suas palavras de ordem de mais eficácia política”.

Sobre tais considerações, apresenta-se no texto da lei, Art. 38º, § 3º, tanto a representação estudantil antidemocrática (BRASIL, 1968d), como a falta de autonomia do movimento estudantil, no Art. 39, § 2º § 3º (BRASIL, 1968d), expressas de forma direta conforme grifos nossos:

Art. 38. O corpo discente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior [...]

§ 3º **A representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões.**

Art. 39. Em cada universidade [...] do ensino superior poderá ser organizado diretório para congregar os membros do respectivo corpo discente.

§ 2º **Os regimentos elaborados pelos diretórios serão submetidos à aprovação da instância universitária** ou escolar competente.

§ 3º **O diretório cuja ação não estiver em consonância com os objetivos para os quais foi instituído, será passível das sanções previstas nos estatutos.**

Nota-se claramente que a Reforma universitária do Regime militar segue na contramão das lutas históricas encampadas pelos estudantes por democratização da representatividade estudantil, quando impõe uma representação fracionada de 1/5, em

⁵⁰ Segundo Bittar (2001), os estudantes não quiseram participar dos grupos de trabalhos sobre tal Reforma, com a justificativa de que sua presença não influenciaria em nada nas decisões, as quais partiriam de forma autoritária de cima para baixo. A decisão dos estudantes em não participar fez com que se tornasse “aberto declaradamente o confronto entre o governo militar e o movimento estudantil” (BITTAR, 2001, p. 126).

substituição a proposta do movimento estudantil de 1/3. Ou seja, não garante a representatividade dos estudantes, da mesma forma como não houve atenção da democratização paritária na década de 1930, com a reforma proposta pelo decreto-lei nº 19.851/1931 (BRASIL, 1931).

Essas ocorrências históricas ainda podem ser vistas atualmente na representação estudantil nos colegiados superiores da UNAMA, por exemplo. Como exposto anteriormente, é permitido ao DCE participação nesses espaços, mas com limitações. A primeira delas é a garantia de um membro estudantil em colegiado de cursos, tendo na totalidade desse órgão quatro professores pertencentes (SER EDUCACIONAL, 2014b), isto é, equivale a 1/5 de representação, garantia que se expressa nos moldes da Reforma universitária de 1968, em seu Artigo 38 § 3º.

Quando a análise passa para o espaço institucional, o CONSU/UNAMA, verificamos que a representação estudantil é mais insignificante. Reserva-se assento apenas ao diretor da entidade estudantil, em contraste com a garantia de representação para dois conselheiros de cada curso, mais os pró-reitores e o reitor. Condição que refletimos como próximas ao delineado pela reforma universitária da década de 1930 – decreto de nº 19.851, de 11 de abril de 1931 – que previa, conforme Art. 22, Alínea *d*, a representação estudantil de apenas um membro no Conselho Universitário (BRASIL, 1931).

Além disso, a segunda limitação que consideramos relevante é a vedação de atividades político-partidárias e a participação orgânica do movimento estudantil da UNAMA com outros organismos sociais que não estejam coerentes com as determinações e propósitos da administração da universidade (SER EDUCACIONAL, 2014b). Um completo despautério, quando mediado com as propostas do decreto de nº 19.851/1931, o qual, a respeito desse ponto, entendemos ser mais democrático e proporcionador de formação política e crítica.

Artigo 107 [...] § 1º Ao Directorio Central dos Estudantes caberá: 1º, defender os interesses geraes da classe perante as autoridades superiores de ensino e perante os altos poderes da Republica; 2º, promover a approximação e maxima solidariedade entre os corpos discentes dos diversos institutos de ensino superior; 3º, realizar entendimento com os directorios dos diversos institutos, afim de promover a realização de solenidades academicas e de reuniões sociaes; [...] 5º, promover reuniões de caracter scientifico, nas quaes se exercitem os estudantes em discussões de themas doutrinarios ou de trabalhos de observação e de experiencia pessoal, dando-lhes oportunidade de adquirir espirito de critica (BRASIL, 1931).

Retomando as análises da Reforma universitária do Regime militar, além desses pontos relacionados aos estudantes, a elaboração dessa Reforma – instrumento prático a partir

do acordo MEC-USAD⁵¹ – produziu efeitos inovadores para o futuro da educação brasileira quando propiciou abertura ao setor privado para atuar no ensino superior, como apontam Bittar e Bittar (2014, p. 152): “Começa aí a expansão da universidade com abertura para a iniciativa privada e o seu controle pelo pensamento tecnocrático”⁵².

Nesse sentido, a Reforma universitária de 1968, além de ser um marco regulatório para a iniciativa privada no país – mesmo que nesse momento ainda seja sem fins lucrativos – imprime uma “Política Educacional autoritária voltada principalmente à modernização da Universidade” (MARTINS FILHO, 1987, p. 129), atendendo aos princípios da racionalização, da eficiência, da tecnicidade, e com proximidade ao “modelo empresarial taylorista” (CHAVES, 2009, p. 18).

Essas características surgidas no período ditatorial firmaram padrões privatizantes que submeteram a educação superior, no seu compasso histórico, aos fundamentos lucrativos do sistema capitalista. Os quais contribuíram sobremaneira para a constituição do perfil empresarial de fins lucrativos que dominam o ensino superior privado atualmente. Este, portanto, foi o legado transmitido pela Ditadura Militar às gerações futuras.

Como descrito, o ano de 1968 no Brasil representou aos movimentos sociais forte repressão da Ditadura Militar – primeiramente pela instauração do AI 5 e depois pelo decreto

⁵¹ Acordo estabelecido entre o Ministério da Educação do Brasil (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em 23 de junho de 1965, com o intuito de reformar o ensino brasileiro de acordo com padrões impostos pelos Estados Unidos. Possibilita sua entrada e permanência na educação superior brasileira como orientadores das políticas ao setor, com o viés privatizante (ARAUJO, 2007; MARTINS FILHO, 1987; ALVES, 1968). Marcio Moreira Alves (1968), em sua obra *O beabá dos MEC-USAID*, expõe de forma irônica seu espanto em relação aos efeitos desse acordo. Diz ele: “É a primeira vez, ao que se saiba, que o planejamento educacional de um país é objeto de sigilo para o próprio povo que o utilizará” (ALVES, 1968, p. 8). E completa: “A tentativa de dominação do futuro das gerações brasileiras pela imposição de um sistema de ensino baseado nos interesses norte-americanos” (ALVES, 1968, p. 17). Essas considerações demonstram que o acordo MEC-USAID, além de entregar a educação do país ao domínio Norte-americano, representa a nascente dos acordos entreguistas sempre realizados pelo Brasil com o estrangeiro, propagados pelos anos seguintes. Tem-se, atualmente, as orientações dos organismos internacionais – em sua grande maioria ligados aos EUA –, principalmente, a do Banco Mundial (BM), que, como no passado, emite orientações ao governo brasileiro a respeito de como gastar com a educação do seu país, e torná-la um serviço eficiente. Como exemplo, exibimos a mais recente orientação do BM, documento que não se conteve em discorrer somente sobre a educação, dissertou também sobre previdência e saúde pública. Referimo-nos ao documento: “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, elaborado em meados de 2017.

⁵² Em artigo de Valdemar Sguissardi (2008), o autor apresenta em uma tabela dados sobre a evolução das matrículas da educação superior privada brasileira por categoria administrativa (públicas e privadas), dos anos de 1964 e 1974. Mesmo sendo bem antes da Reforma universitária de 1968 e o outro ano bem depois, pode-se ter uma ótima noção do crescimento do setor privado nessa etapa de ensino. Segundo suas informações, as matrículas privadas em 1964 tinham o total de 54.721 alunos. Dez anos depois, em 1974 – passados seis anos da Reforma universitária – o total de matriculados no ensino superior privado se compunham de 596.565 alunos. Ou seja, um crescimento de 990,1% no período compreendido, enquanto as matrículas do setor público no ano de 1964 representavam mais do que o setor privado, total de 87.665 alunos. Situação inversa no ano de 1974, no qual o setor público possuía, de alunos matriculados, o total de 341.028, menos da metade das matrículas do setor privado. Mesmo assim cresceu 289,1% (SGUISSARDI, 2008, p. 997).

nº 477, de 26 de fevereiro de 1969⁵³ –, período em que se torturou, assassinou e extraditou mais militantes do que em todo o pretérito do regime (ARAÚJO, 2007).

Contudo, na década de 1970, o movimento estudantil, mesmo com forte repressão, manteve-se em pontos de resistência. Os estudos detalhados de Angélica Müller (2010) demonstram que as atividades estudantis continuavam sendo realizadas nas universidades, e a repressão “não resultou na desarticulação do movimento como um todo: seus representantes encontraram novas maneiras para se fazer representar” (MÜLLER, 2010, p. 30).

A base dos estudantes, mesmo em não dispor sua entidade articulada nacionalmente, enfrentava o regime de forma cautelosa, e em partes radicalizada, conscientizava a população sobre o autoritarismo desse regime e das limitações impostas à liberdade de expressão e posicionamento crítico.

Nesse cenário, o movimento estudantil universitário organizou pequenas ações, buscando diferentes formas de atuação – e porque não dizer de “sobrevivência” –, que variaram de acordo com a realidade local. Na UERJ, por exemplo, o DCE e todos os CAs foram fechados, restando aos estudantes somente as representações por turma. Na UFMG, após um período de readaptação, já em 1971 foram organizadas eleições para presidência da entidade. Na USP, o “grande pilar” do movimento durante esse tempo foi o Conselho dos Centros Acadêmicos (MÜLLER, 2010, p. 30).

Nessa continuidade, os estudos de Müller (2010), Araujo (2007) e Bittar (2001), a partir dos quais se observa diversas medidas de composição e articulação do movimento estudantil pelo Brasil, revelam que tal categoria encontrava-se ainda móvel e viva⁵⁴. Em análise desses estudos, podemos identificar quais eram as atividades dos estudantes: invasões

⁵³ Em linhas gerais, esse decreto-lei se dirigia à comunidade acadêmica das universidades públicas e privadas, coibindo os possíveis levantes radicalizados, efetuados por professores, estudantes, funcionários e empregados (BRASIL, 1969). Os artigos dessa normativa transformavam, de forma objetiva, as liberdades de expressão em infrações passíveis de punições, como, por exemplo, o Artigo 1º em suas alíneas I: “Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento”; III: “Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados”; IV: “Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza”; VI: “Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública” (BRASIL, 1969).

⁵⁴ Importante destacar a respeito dos estudantes desse período, atuantes do movimento estudantil, que alguns não se restringiram apenas às ações urbanas, nas universidades e grandes cidades, alguns partiram para a luta armada na Guerrilha do Araguaia (MÜLLER, 2010). Essa postura de radicalização possui paralelo com a história do movimento estudantil em diversos países, questão já pontuada na seção anterior. A respeito dessa radicalização, tratamos dos estudantes como uma categoria disposta ao enfrentamento, tanto na França das Revoluções de 1848, como foi observado por Marx (1982, 2000), quanto no Brasil das primeiras décadas do século XX, apontado por Martins Filho (1987, p. 28) como sendo “um potencial revolucionário”. Da mesma forma, a radicalização fora tratada por Araujo (2007) nas jornadas estudantis da França de 1968, momento em que o movimento estudantil foi protagonista de revoltas e protestos pelo país, montando barricadas e enfrentando a repressão policial, quase nos mesmos moldes do proletariado nas Revoluções de 1848 descritas por Marx. Isto posto, para Mellucci (1997) o movimento estudantil, mais precisamente sua categoria central, os estudantes, é caracterizada por uma postura contestadora, ela reflete os conflitos e as contradições de sua sociedade, em verdade é formada por “atores-chaves” (MELLUCI, 1997, p. 5).

de espaços universitários fechados pelos militares; resistências e mobilizações contra determinações do exército; agitações contra expulsões de alunos nas universidades; greves por causa de assassinatos de estudantes pelos agentes da repressão, como, por exemplo, o caso “do estudante Cândido Pinto, presidente da UEE local” (MÜLLER, 2010, p. 32); produção de panfletos e jornais para distribuição em datas festivas: “O suplemento especial do Jornal da UEE/SP apresentou um pequeno histórico sobre os operários franceses em fins do século XIX, associando suas lutas com as que tinham sido travadas pelos operários brasileiros da greve de Osasco em 1968” (MÜLLER, 2010, p. 32), atitude para se elevar o nível de consciência; críticas públicas a ministros do governo, como Jarbas Passarinho etc.⁵⁵

Esses aspectos engendrados por toda a década de 1970 ocasionaram ao movimento estudantil a oportunidade de rápida articulação logo após o término do regime militar e retorno à redemocratização. Essa conexão imediata, segundo Müller (2010), foi resultado da permanência da movimentação dos estudantes na década de 1970, mesmo quando não organizados por uma estrutura central e sofrendo por forte repressão do regime.

Cabe lembrar que os movimentos sociais começaram a florescer ainda em fins do governo Médici, entre eles [...] o ME, que tinha uma tradição de luta política, modificada, mas não abandonada durante os “anos de chumbo”, foi o primeiro ator, dentro do conjunto de movimentos sociais, a se reorganizar e a retomar o espaço público na luta pelas liberdades democráticas (MÜLLER, 2010, p. 96).

Essa conjuntura de retomada, iniciada pelos DCEs e CAs nos Estados, levou o movimento estudantil a ampliar suas bases e a atuar de maneira mais contundente contra o regime. Essa disposição pontual e orgânica, iniciada pelos movimentos estudantis regionais, efetivou a possibilidade da reconstrução da UNE (ARAÚJO, 2007; MÜLLER, 2010).

Além disso, Müller (2010) dedicou diversas laudas de seu estudo à exposição da associação do movimento estudantil com os partidos políticos e correntes internas desses

⁵⁵ Existe, aqui, uma limitação relatada por Müller (2010) que consideramos importante ser explanada. Mesmo garantindo a sobrevivência do movimento por meio dessas estratégias apresentadas, sem muita organização e unicidade do coletivo, agindo nos esconderijos da clandestinidade e enfrentando enorme repressão militar, inclusive com riscos de morte, os estudantes sofriam por algo ainda não sentido na história do movimento no país: até aquele momento, o movimento estudantil em nenhuma ocasião esteve em situação de forte repressão governamental. Como sublinhado anteriormente, existiram pressões no governo de Vargas, mas não chegou a representar o esfacelamento das entidades estudantis como em fins da década de 1968. Nesse sentido, Müller (2010) assinala que os estudantes estavam habituados à atuação nos parâmetros legais, e quando inseridos nessa situação de forte repressão pelo AI 5, por exemplo, a vanguarda do movimento não conseguiu adaptar-se, aspecto que representou no desmembrar organizativo, orgânico e coletivo da mobilização nacional, restando apenas as sublevações pontuais (MÜLLER, 2010). Circunstância aparente ao período anterior à criação da UNE, momentos no qual se manifestavam ações esparsas e regionalizadas.

partidos, que, naquele momento, encontravam-se na clandestinidade, fato que colaborou para a reedificação do movimento.

A autora destaca a presença dos seguintes partidos e correntes na construção do movimento estudantil: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), o recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT), Ação Popular Marxista Leninista (APML), Associação Libertadora Nacional (ALN), Política Operária (POLOP), Refazendo, Liberdade e Luta, Tendência, entre outras menores (MÜLLER, 2010)⁵⁶.

Os eventos apontados acima fazem presumir que a relação entre partidos políticos e movimento estudantil se torna importante tanto para a unicidade do coletivo, organicidade com outros movimentos sociais, como para a politização dos estudantes. À vista disso, pela experiência histórica, consideramos válida tal aproximação estratégica, a qual colabora para a organização das lutas por direitos, como apontaram Gohn (1997) e Mesquita (2001, 2003), cada autor em seu período histórico de análise.

Desse modo, a partir da configuração orgânica entre os movimentos sociais e a escalada de enfrentamentos contra a ditadura, que perdurou por todo o restante da década de 1970, a UNE retomou não somente a sua identidade, mas também suas pautas históricas, como a Reforma universitária, que tinha tomado um atraso no regime militar, e introduziu outras pautas mais atualizadas como: mais recursos para as universidades, a defesa do ensino público e gratuito etc., assim como a exigência da libertação de estudantes presos no Brasil (CHAVES, 2009).

⁵⁶ Angélica Müller (2010) trata dessa associação entre partidos políticos e movimento estudantil, assim como informa os bastidores da dinâmica configuração das correntes políticas dentro desses partidos e o movimento delas na construção dos DCEs e CAs pelas universidades, entre as páginas 115 e 129.

Imagem 4 – Diretas já! (1984) – Fora Collor! (1992)



Fonte: União Nacional dos Estudantes (2019c).

A redemocratização do país representou ao movimento estudantil a saída definitiva da clandestinidade e a retomada de seu posicionamento na vanguarda dos movimentos sociais urbanos no país.

Tal ocorrência somente foi possível, como dito, pela permanência, mesmo na clandestinidade, do movimento na mobilização nas universidades e nos espaços públicos, conscientizando as massas, condição que motivou primeiramente a reconstrução dos DCEs nos Estados (ARAÚJO, 2007), depois a composição do Congresso da UNE em 1979, na cidade de Salvador (BA), e os elementos para a proposição e a aprovação do Projeto de lei nº 5.192 de 15 de abril de 1985, do deputado federal Aldo Arantes (BRASIL, 1985a), o qual foi transformado na lei nº 7.395 de 31 de outubro de 1985, norma que tratava sobre a legalização dos órgãos de representação dos estudantes de nível superior (BRASIL, 1985b).

Em seus poucos artigos, a respectiva lei, além de legalizar a atividade da UNE no âmbito nacional (Artigo 1º), reconhecia a organização dos movimentos estudantis dos Estados (Artigo 2º), das Instituições de Ensino Superior (Artigo 3º) e dos cursos superiores (Artigo 4º), revogando todas as disposições contrárias do período ditatorial que limitavam a atuação do movimento estudantil (BRASIL, 1985b). Assim, depois de muitos anos na clandestinidade, a UNE retomou seu papel de representação nacional dos estudantes de nível superior.

Outras mobilizações dos movimentos sociais outorgaram o tom desse período de redemocratização, como “Diretas já” e “Fora Collor”, contra a ascensão do neoliberalismo e privatizações de vários segmentos e serviços sociais. Estes dois últimos elementos –

neoliberalismo e privatização – se avolumaram, principalmente na década de 1990, quando entraram em cena governos que possibilitaram a introdução dessas políticas econômicas, ainda em pleno vigor no cenário político atual.

Mesquita (2006) confessa que os estudantes, frente a esse novo contexto que invadiu como avalanche as estruturas dos Estados e governos pela América, atuaram na defesa do público em oposição aos interesses mercadológicos das grandes corporações multinacionais em: educação, saúde, previdência etc.

Nesse sentido, o movimento estudantil, com a UNE à frente, mostrou-se, por exemplo, contra a mercantilização da educação superior do país, contrário à gestão de FHC: “Durante este governo foram privilegiadas as instituições particulares de ensino com o sucateamento das universidades públicas e atrito constante com os professores, funcionários e estudantes das federais de todo o país” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, [2019e]). Mas nem sempre se portou assim. Conforme nossas alegações nestas páginas, desde o início da UNE em 1937 até a instauração do Regime militar em 1964, a entidade sempre esteve próxima aos governos, fossem eles ditatoriais populistas, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, ou democráticos, como o de João Goulart. Posição da UNE que exprimi uma configuração não radicalizada frente a estes governos.

No entanto, a perda parcial dessa autonomia se apresentou novamente na UNE quando a entidade se estabeleceu próximo aos governos de Luiz Inácio e Dilma Rousseff, atrelamento que não foi aceito por grande parcela dos movimentos estudantis da base da UNE, como DCEs e CAs⁵⁷, e representou desmobilização do movimento estudantil.

Os estudantes não concordavam com tal aproximação, pois acreditavam que esses governos do Partido dos Trabalhadores (PT) se revelavam contraditórios: anunciavam serem de esquerda e a serviço dos trabalhadores, mas continuavam a seguir as medidas neoliberais antipopulares do governo FHC (1995-2002), como aponta Juliana Oshima Franco (2010), no artigo “A UNE e a Reforma Universitária no governo Lula”:

Durante o governo Lula, a conviência da UNE com o governo permitiu a desmobilização dos estudantes e a ampliação do processo de privatização do ensino superior e mercantilização da educação, na medida em que a entidade, ao apoiar as políticas educacionais neoliberais em curso, vai contra as históricas bandeiras do movimento estudantil (FRANCO, 2010, p. 7).

⁵⁷ Ainda no documento da UNE, “A UNE e a nova democracia brasileira”, tem-se o registro de tal aproximação: “os estudantes reabriram o canal histórico de interlocução com o governo federal. Assim como Jango, Lula, por duas vezes, visitou pessoalmente a sede da UNE na mesma Praia do Flamengo 132” (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, [2019e]).

Desse modo, mesmo com a publicação contrária da UNE à mercantilização da educação – como é o caso do artigo “A UNE e a nova democracia brasileira”, apresentado em parágrafo anterior – quando Luiz Inácio assumiu a presidência da república (2003-2011) a entidade se localizou politicamente em defesa desse governo, ocorrência que configurou em um papel de negligência desta entidade com os estudantes e suas pautas históricas.

Em outras palavras, mesmo dando prosseguimento às políticas neoliberais de FHC, mas reconfiguradas para transparecerem medidas destinadas à classe trabalhadora, a UNE defendeu o governo PT em todos os seus momentos, como afirma novamente Franco (2010, p. 9), exemplificando o posicionamento da UNE frente ao Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que, em suas considerações, é neoliberal.

Ainda que em diversos momentos o discurso contra a mercantilização e a privatização do ensino superior apareça nas publicações da entidade, ele nunca está relacionado ao PROUNI, que é visto simplesmente como uma forma de democratização do acesso. A UNE não reflete sobre a qualidade do ensino superior oferecido aos alunos mais pobres através do programa, nem sobre a privatização que causa no sistema de educação superior, nem sobre a quantidade de vagas públicas que poderiam ser criadas com o dinheiro “perdido” nas isenções fiscais das particulares. O PROUNI é visto pela UNE como um programa que tem mudado a realidade da universidade brasileira e que tem tudo a ver com as bandeiras históricas que essas entidades estudantis defendem.

E concluiu: “através de uma postura omissa em relação aos impactos em curso no Brasil, a UNE é conivente com medidas que promovem apenas a privatização do sistema de ensino superior e sua adequação aos preceitos neoliberais” (FRANCO, 2010, p. 13)⁵⁸.

Por fim, a construção deste primeiro capítulo se pautou, entre outros pontos, em aprofundar o debate a respeito das categorias centrais desta pesquisa, a saber: movimento social e movimento estudantil. Da mesma forma, tratou do movimento estudantil no contexto social brasileiro do século XX, de maneira a informar suas características que partiram da teoria para serem colocadas em movimento.

Este estudo teórico conceitual propiciado por tais escritos serão importantes na mediação com o movimento estudantil da UNAMA, em suas relações sociais do contato com a práxis e suas disputas de poder com o contexto interno e externo da universidade. A mediação e a apresentação do movimento do DCE/UNAMA serão insumos constitutivos do

⁵⁸ Corroborar com tal constatação o artigo: “Vamos à luta: não há o que comemorar no aniversário da UNE”, no qual se tem um trato histórico das lutas da UNE, mas que indica o atrelamento da entidade estudantil com o governo de Lula. “No passado a UNE ajudou a organizar a campanha pelo petróleo é nosso! Hoje apoia o governo de Lula que privatiza nosso petróleo e as áreas sociais! [...]. No passado a UNE lutou contra a ditadura! Hoje a UNE reúne com Lula para atacar universidade pública!” (VAMOS À LUTA, 2008c).

próximo capítulo, no qual teremos a oportunidade de conhecer esse movimento estudantil e demonstrar se ele carrega, no período destacado, as características ideais de um movimento social: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia.

3 MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (UNAMA): A PRÁXIS DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES (DCE) DE 2006 A 2014.

Este capítulo focará na análise da práxis⁵⁹ do movimento estudantil da Universidade da Amazônia, representado pelo DCE/UNAMA, no período de 2006 a 2014, intervalo temporal que constitui o antes e o durante da venda da Universidade para o Grupo Ser Educacional.

Trataremos em expor o protagonismo do movimento estudantil de forma a relacioná-lo com o momento subsequente ao seu declínio, mediações que permitirão a comprovação da nossa hipótese de que as repercussões na organização do DCE/UNAMA remetem a fatos resultantes do processo de compra da Instituição em 2014.

Para essa tarefa, dividiremos o capítulo em três seções. Na primeira, focaremos no momento anterior à venda, com o enfoque em investigar as ações orquestradas pelo movimento e suas principais pautas de mobilização. Na segunda, investigaremos o período transitório da negociação, e na última seção demonstraremos o Grupo Ser Educacional, sua trajetória até o mercado financeiro e a discussão da categoria financeirização.

Serão utilizados documentos internos do DCE/UNAMA⁶⁰, Estatuto da entidade estudantil, publicações em seu Blog das ações executadas, notícias em jornais, Blogs de jornalistas, portal eletrônico de partidos políticos e correntes políticas, documentos oficiais e partes convenientes das entrevistas efetuadas.

⁵⁹ Retomamos as reflexões divulgadas anteriormente sobre *práxis* no “Dicionário do pensamento marxista”, apresenta-se como expressão de “ação livre, universal, criativa e auto criativa por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres” (BOTTOMORE, 1988, p. 460). Em outra passagem do mesmo Dicionário os organizadores exibem a compreensão de Herbert Marcuse (1898-1979), para o qual a práxis se refere a uma atividade em que se tem ação humana no sentido de assegurar sua sobrevivência: “é uma forma privilegiada que a própria práxis da existência humana, da necessidade, exige” (Ibidem, p. 465). Na mesma linha de argumentação Gisele Masson (2016), em artigo “O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social”, considera a práxis social como fundamento ao trabalho e possui função social ontológica (MASSON, 2016). E completa, a práxis social refere-se ao “intercâmbio entre homem e homem [...] com a finalidade para a satisfação de uma necessidade, a qual requer um momento de planejamento, de prévia-ideação” (Ibidem, 2016, p. 32).

⁶⁰ Quanto aos documentos internos do DCE/UNAMA tivemos conhecimento de que não se encontram mais em posses dos estudantes. Segundo entrevista de C.G.J., dirigente do DCE atualmente, o espaço antes ocupado pela entidade estudantil, de domínio da UNAMA, mas cedido ao movimento estudantil desde 1996, foi tomado pela atual gestão após a venda da Universidade para o Grupo Ser Educacional. Os documentos da entidade, juntamente com outros pertences dos estudantes, mantidos nas dependências do espaço, tiveram destinos desconhecidos dos estudantes, circunstância somente explicada pela administração. C.G.J. esclarece que os cadeados foram trocados pela atual gestão com o intuito de não permitir o acesso aos estudantes do movimento: “[...] as coisas que estão lá, nossas coisas, eles não vão nos devolver, eles deram algum fim. Nossos documentos, nossa história tá lá dentro” (C.G.J., 2018). Desse modo, frente à situação posta não conseguimos aproximação aos documentos da entidade, somente a alguns poucos em posses dos próprios estudantes do ME.

3.1 O DCE/UNAMA DE 2006 A 2013: O AUGÉ.

O Movimento Estudantil da UNAMA é representado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia (DCE/UNAMA), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 29 de outubro de 1996. Este movimento objetiva organizar e mobilizar os seus estudantes com a responsabilidade de coordenar as lutas em defesa de sua categoria, com o intuito de ampliar os seus direitos e interesses frente à gestão institucional.

Segundo o Blog da entidade, a razão de ser do DCE/UNAMA tem por finalidade: “[...] organizar democraticamente as lutas dos estudantes por melhorias e conquista de direitos, dentro e fora da nossa universidade. Organizar o movimento estudantil da UNAMA e coordenar as lutas em nossa defesa, por nossos direitos e interesses” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, [2019]).

O objetivo desta seção é compreender a estrutura do ME da UNAMA, com base nas diretrizes definidas em seu Estatuto. Longe de esgotar descritivamente este documento, nossa proposta se pauta em externar algumas características fundantes da entidade que justificam sua laboração abrangente, reconhecida por seus pares como um movimento estudantil de amplo desempenho e mobilização de sua categoria.

O Estatuto que rege o DCE/UNAMA tem a finalidade de constituir legalmente a Entidade, de forma a regulamentar sua natureza, atuação e finalidades (BELÉM, 1996). Com nosso suporte neste documento, permite identificarmos tanto os atributos e princípios deste coletivo estudantil, de maneira a alcançar os aspectos necessários para nossas considerações a seu respeito, como responder a questão fundamental desta seção: O DCE no período de análise (2006 a 2013) consegue garantir, com base em sua mobilização, características essenciais de um movimento social: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia?

Em seu Artigo 1º, o Estatuto descreve a entidade estudantil e expõe algumas informações.

Art. 1º O DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES – DCE da Universidade da Amazônia – UNAMA é a entidade máxima de representação estudantil, associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 29 de outubro de 1996, com sede e fórum na Av. Alcindo Cacela, 375, bairro Umarizal, cidade de Belém, Estado do Pará (BELÉM, 1996).

Não tivemos acessos a registros documentais a respeito da criação do DCE/UNAMA, tampouco relatos das negociações entre a entidade e a universidade quanto ao espaço ocupado pelos estudantes, cedido pela Universidade na gestão do Professor Edson Franco. Desde a década de 1990 o movimento estudantil organizava-se neste local, indicado em seu próprio Estatuto, conforme o exposto na Imagem 5.

Imagem 5 – Mutirão de Limpeza e Pintura na Sede do DCE-UNAMA, Gestão 2013-2014 - "A Luta Não Pára: Quem Sabe Faz a Hora!".



Fonte: Publicado pelo DCE em 28 de abril de 2013 (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013h).

Em sequência à análise dos principais pontos do Estatuto, têm-se no Artigo 2º as finalidades estatutárias e atribuições do DCE/UNAMA:

I – Representar e defender os interesses da comunidade discente junto à UNAMA [...] visando à formação de profissionais capazes de atender as exigências do mercado de trabalho; II – Planejar e promover o direcionamento de esforços para ações integradas que atendam as demandas da comunidade; III – Preservar as condições acadêmicas e incrementar a formação do espírito universitário [...]; IV – Promover o aprimoramento técnico, social, cívico e democrático dos estudantes da UNAMA; V – Promover, em ação conjunta com a Universidade da Amazônia, a adequação dos cursos à realidade regional, como forma de adaptá-lo ao desenvolvimento sustentado da Amazônia (BELÉM, 1996).

Apoiado na citação, em todos os incisos, a finalidade central do DCE se manifesta em prezar pela formação crítica, democrática e humanística dos estudantes. A formação compreende a preparação do indivíduo ao trabalho, atender ao mercado de trabalho. Desta feita, não poderá ser alienadora, tampouco desconectada da realidade social e regional onde os estudantes estão inseridos (BELÉM, 1996).

Essa formação crítica possibilita aos estudantes a ampliação do seu universo perceptível, enxergar a diversidade social que os cercam. Neste ponto, adequar os “cursos à realidade regional” (Inciso V) é a expressão máxima da importância em formar o coletivo na perspectiva humanitária, conectada ao seu contexto social.

Na colaboração para a compreensão da perspectiva humanitária e emancipatória da educação, Anita Helena Schlesener (2016) cuida do entendimento de educação como algo permeado pelos escritos de Karl Marx, ou seja, como: “modo de produção das relações materiais de vida, que se traduzem na estrutura econômica-social, até o esclarecimento das formas ideológicas que constituem a consciência dos homens sobre si e sobre a realidade na qual vivem” (SCHLESENER, 2016, p. 46). Em conformidade, a educação para a autora necessita acometer, em sua práxis social, o conjunto das relações sociais e seus determinantes, da mesma forma, expressar, descortinar, a estrutura do processo vital da sociedade e de seu processo de produção material (Ibidem, 2016).

Tratar a educação nestes parâmetros, humanitária e emancipadora, conforme disposta nas finalidades estatutárias do DCE/UNAMA, mesmo que indireta, objetiva defender um tipo de educação de nível superior que seja crítica, algo contrário aos avanços sistematizados do conservadorismo neoliberal, o qual encontra na alienação um suporte para sua perpetuação no sistema capitalista.

Com a intensão de concluir esta análise, torna-se considerável ilustrar que por detrás destes incisos podemos observar um movimento estudantil que assegura uma organização transformadora, mesmo que em bases reformistas. Seja no sentido da mobilização dos estudantes, internamente, para representá-los e defendê-los obrigando a instituição a fornecer uma formação que não aliene, desumanize e nem aprisione os estudantes, os quais serão futuros trabalhadores. Ou mesmo, na busca da representatividade destes estudantes de forma a ampliar seu senso crítico e visão de mundo. Em resumo, a finalidade do movimento estudantil exposta neste Estatuto, direciona-se no sentido de oferecer ferramentas educativas aos estudantes que não termine com a graduação, mas se estenda por boa parte de suas vidas.

Ainda sobre o Estatuto, na parte que expõe sobre a possibilidade de arrecadação financeira pela Entidade estudantil (capítulo III: Do “Fundo social”, Artigo 3º) anunciam-se

maneiras legais de arrecadação financeira: auxílios sociais, doações de pessoas físicas e jurídicas, dentre outras contribuições não vedadas em lei (BELÉM, 1996). Possíveis recebimentos destinados (Artigo 4º) à manutenção da sede, atividades culturais e sociais, ações desenvolvidas pela entidade DCE/UNAMA.

A Entidade estudantil da UNAMA, entre 2006 a 2013, possuía como principal fonte de recursos o chamado “repasso”, instituído em 1997 por meio de acordo entre a mantenedora da universidade e o DCE, sucedido que resultou no documento denominado: “Termo de convênio da UNAMA/UNESPA com DCE-UNAMA” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013i). Esse Termo é renovado anualmente conforme a prestação de contas emitida pelo DCE indicando a alocação dos recursos. Caso não realize as prestações, a instituição, unilateralmente, bloqueia o repasse⁶¹.

As indagações que surgem com o “repasso” de recursos da UNAMA para o DCE podem ser interpretadas por possíveis perdas de autonomia do movimento estudantil. Todavia, a partir dos indicativos nas publicações das ações orquestradas pelo DCE/UNAMA, e nas falas dos estudantes entrevistados, este movimento manteve sua autonomia em relação à Universidade onde atua, mesmo com o recebimento deste “repasso”.

No tocante à organização da Direção do DCE/UNAMA, o Estatuto expõe a seguinte estruturação no Artigo 12º: “O conselho Diretor é o órgão formado pela Comissão Executiva que compor-se-á de 08 (oito) membros, auxiliados pela Diretoria composta de 19 (dezenove) membros, eleitos por voto direto e secreto” (BELÉM, 1996). Segue no “Quadro 2” a composição:

⁶¹ O Termo informado refere-se ao repasse do ano de 2013, homologado mediante a Resolução CONSUN Nº 003/2013 (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013i). A prestação de contas detalhada, emitida pelo DCE/UNAMA, referente ao ano de 2013, pode ser acessada a partir do referencial DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA (2013j). Quanto ao histórico do repasse das verbas por meio do Termo de convênio entre a Universidade e o DCE, tanto os documentos publicados pelo DCE, no qual informa os valores e a prestação de contas anualmente, como as falas dos entrevistados por esta pesquisa, expõem que desde o início dos repasses em 1997 até 2014, não houve bloqueio destas verbas. Os valores transferidos neste período seguiam parâmetros determinados por índice equivalente a R\$ 0,90 centavos por mensalidade de cada estudante que possuía matrícula na Universidade. No ano de 2013, por exemplo, a soma do repasse foi de R\$ 8.489,56 (Ibidem, 2013i; 2013j).

Quadro 2 – Disposição da Estrutura do Diretório Central dos estudantes – Comissão Executiva e Diretoria (Cargos/Quantidade de membros).

Comissão Executiva		Diretoria	
Cargos	Quantidade de membros	Cargos	Quantidade de membros
Coordenador Geral	01	Diretoria de Aperfeiçoamento Profissional	02
1º Vice Coordenador	01	Diretoria Sociocultural	02
2º Vice Coordenador	01	Diretoria de Assuntos Estudantis	02
3º Vice Coordenador	01	Diretoria de Divulgação e Imprensa	02
Secretário geral	01	Diretoria do Setor Socioeconômico	03
Tesoureiro Geral	01	Diretoria do Setor de Humanas	03
Tesoureiro Adjunto	01	Diretoria do Setor Tecno-Científico	03
		Diretoria do Setor Sócio-Esportivo	02

Fonte: Construído pelos autores com base nas informações contidas no Estatuto do DCE/UNAMA: Título II/Capítulo II/Artigo 12/I e II (BELÉM, 1996).

De 2006 a 2013, o DCE/UNAMA realizou inúmeras atividades com sua base estudantil. As suas ações foram publicadas em meio eletrônico de divulgação *lato senso*, bem como em jornais de circulação na capital, Belém/PA. Nesta época houveram 77 publicações realizadas pela entidade de múltiplas temáticas: mobilizações, assembleias, protestos, solidariedades, campanhas, denúncias, audiências públicas, eventos acadêmicos, notas públicas, fóruns estudantis etc.

Separamos no “Quadro 3” parte significativa das publicações que demonstra as pautas construídas e colocadas na prática, assim como permite identificar a atuação do DCE/UNAMA na observação das características fundamentais que envolvem um movimento social: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia. O corte temporal realizado orientou-se pelo objeto, no sentido de responder quais foram as repercussões que contribuíram para o declínio do Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia.

Quadro 3 – Relação das principais atividades do DCE/UNAMA, realizadas entre o período de 2006 a 2013⁶².

Data	Título da publicação	Objetivo da atividade	Resumo da atividade/ação
03/09/2008	Estudantes da UNAMA vivem clima de incerteza	Renúncia do Prof. Edson Franco/ Mobilização dos estudantes.	Divulgação de uma possível venda da UNAMA. O DCE nas mobilizações por audiências públicas. Pontos de lutas: mensalidade, contratação de professores, investimento em pesquisa, não demissão de funcionários.
23/10/2008	Todos à marcha nacional em Brasília	Participar da marcha à Brasília em defesa da liberdade e autonomia dos MS.	Ida à Brasília para participar de ato em conjunto com outros MS, ME e sindical. Pautas: defesa do serviço público, contra a criminalidade dos MS, democracia universitária, etc.
22/12/2008	DCE/UNAMA participa de atividade no Consulado da Venezuela.	Entregar documento no Consulado da Venezuela em Belém.	Entidades sindicais, políticas e estudantis entregaram no Consulado da Venezuela em Belém notas de repúdio ao assassinato de dirigentes sindicais venezuelanos.
30/01/2009	Seminário no Fórum Social Mundial	Participação e coordenação do seminário sobre auditoria da dívida pública no Fórum Social Mundial.	Em conjunto com outros MS e ME o DCE/UNAMA ordenou tal evento. Deliberações aprovadas: mobilização das entidades para acompanhamento da CPI da Dívida no Congresso, pressionando os parlamentares para investigar o endividamento.
24/05/2009	Estudantes da UNAMA/PA organizam um dia de protestos	Organização de ato com pautas internas universitárias e nacionais.	Ato em frente à reitoria, com o DCE peticionando reivindicações. Unidade com as lutas da FSA e PUC-SP. Ato marca nova era nas Universidades pagas, derrotar as privatizações e a direção majoritária da UNE atrelada ao governo e aos reitores.
13/04/2010	Campanha da Biblioteca	Campanha para melhoria da Biblioteca da UNAMA.	“Vimos pedir a todos [estudantes] que possam ajudar o DCE a montar a relação dos livros que vocês acham necessários em sua turma ou que precisem ser atualizados e adquiridos” ⁶³ .
18/09/2010	Por que os estudantes dizem que a taxa de estacionamento é um roubo?	Campanha contra o pagamento da taxa do estacionamento.	Campanha contra a ganância da reitoria: “é com o dinheiro da nossa mensalidade que são pagos TODOS os gastos infra-estruturais do estacionamento. Por isso, não há necessidade dos estudantes pagarem mais esta taxa” ⁶⁴ .
27/01/2011	Impedir o novo aumento na	Mobilização e atos contra o aumento	Atuação em conjunto – SINTSEP e o DCE/UNAMA – nos atos e mobilizações

⁶² Informamos que mesmo o período visitado seja de 2006 a 2013 não conseguimos documentos dos anos de 2006 e 2007. Também não adquirimos publicações no Blog do DCE em 2008. No entanto, em alguns Portais eletrônicos – Vamos à Luta, Espaço Aberto, Corrente Socialista dos Trabalhadores – tivemos acesso a ações da Entidade, as quais incluímos na análise.

⁶³ Cf. em (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2010a).

⁶⁴ Cf. em (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2010b).

	passagem!	da passagem de ônibus.	para se conseguir derrubar o aumento da passagem.
23/02/2011	Vitória: Aumento da passagem é barrado em Belém!	Informativo sobre mobilizações e atos na defesa do transporte público de qualidade.	O DCE/UNAMA em conjunto com centrais sindicais e outros MS na movimentação contrária ao aumento do valor da passagem de ônibus, e por melhoria das condições do transporte.
22/09/2011	Audiência pública na UNAMA, Campus da Senador Lemos	Mobilização e ato dos estudantes em defesa de direitos e exigências à Reitoria.	O DCE realizou mobilização para fazer audiência Pública com os estudantes e a Reitoria, para que fossem dadas soluções aos problemas do Campus Senador Lemos, palco de episódios de insegurança. Além da solicitação de diversas outras pautas.
16/02/2012	DCE/UNAMA apóia a luta dos estudantes da PUC-Minas	Publicação em apoio.	Apoio aos estudantes da PUC-Minas contra o aumento das mensalidades. Solidariedade estudantil. Crítica aos “tubarões” do ensino superior privado. Crítica ao governo do PT.
06/04/2012	VIII Semana acadêmica acalourada DCE-UNAMA	Atividade acadêmica do DCE e mobilização estudantil.	As atividades realizadas pelo DCE na semana acadêmica foram realizadas em todos os campi da UNAMA. Se pautaram em debates como: caos social e transporte público, solidariedade aos diversos ME e MS pelo país, etc.
17/05/2012	Todo apoio à luta dos professores da rede particular de ensino	Divulgação e apoio às ações dos professores da rede particular.	Divulgação da assembleia geral dos professores da rede privada. Apoio e disposição de unificar nas lutas contra o patronado.
23/05/2012	Todo apoio à greve dos professores das federais!	Apoio à greve dos professores das federais!	Apoio a greve dos professores das federais. Defesa das universidades públicas, gratuita e de qualidade. Crítica ao governo Dilma. Unificar as lutas dos trabalhadores.
31/05/2012	DCE-UNAMA contra as opressões!	Manifestação dos estudantes contra o machismo, racismo, homofobia, etc.	Manifestação para a construção de uma grande campanha contra as opressões. Criação de espaços de debate com participação de diversos movimentos sociais.
09/11/2012	Alcindo Cacela: Reitora foge dos estudantes!	Manifestação sobre a precarização da universidade.	Mobilização e protestos contra as atitudes arrogantes da Reitora Ana Célia e exigência para que cumpra as promessas: compra de 200 computadores, implantação de vestiário, etc.
11/03/2013	Nota Pública de 11/03/2013.	Nota pública de repúdio à eleição do Dep. Marco Feliciano para presidir a Comissão de Direitos Humanos.	O DCE da UNAMA em conjunto com outras entidades e movimentos representativos assinaram Nota Pública de repúdio contra a eleição do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais.
12/07/2013	Fórum estadual de lutas/Pará nas ruas de Belém!	Manifestação contra os governos e os patrões.	Manifestação que reúne diversas organizações populares, sindicais, estudantis e políticas, visava às diversas

			lutas dos trabalhadores.
08/08/2013	Repúdio aos vereadores de Belém que votam contra a juventude e o povo pobre.	Nota de repúdio a alguns vereadores.	Mobilização dos estudantes e união com outros MS para defender transporte público de qualidade, passe livre, gratuidade aos estudantes e desempregados.
04/09/2013	Estudantes da UNAMA vão cobrar qualidade de ensino e transparência da Reitoria!	Assembleia e início de mobilização.	Assembleia dos estudantes para construção de mobilização e preparação da categoria contra as ameaças de aumento das mensalidades e pela resolução de pendências acordadas pela reitoria e ainda não resolvidas.
12/09/2013	Estudantes querem audiência pública com a Reitoria e Coordenações para discutir suas reivindicações e a venda da UNAMA	Manifestação dos estudantes decidida em assembleia anterior.	Dia de manifestação por todos os espaços da UNAMA, em pauta a exigência do DCE/UNAMA para que a reitoria resolva os problemas que se estendem desde reuniões passadas e por audiência urgente com a reitora Ana Célia Bahia para explicações sobre a venda da UNAMA anunciada por jornal em Belém/PA.
19/09/2013	Grande manifestação na UNAMA contra Reitoria omissa questiona venda, cobra melhorias e delibera...	Mobilização, assembleia, ocupação.	Grande mobilização dos estudantes de vários cursos da Universidade, junto ao DCE/UNAMA e CA's, contra a intransigência da Reitora Ana Célia. Ocupação da reitoria. Pauta principal: contra a venda da universidade a "tubarões" do ensino.

Fonte: Quadro produzido com base nas informações do Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia ([2019]), e outros documentos correlatados.

Assentado nas publicações destacadas, observa-se que a possibilidade da venda da UNAMA é presente desde 2008. Na matéria intitulada “Estudantes da UNAMA vivem clima de incerteza”, percebemos que os estudantes se mobilizam para assegurar seus direitos e dos trabalhadores da instituição frente a notícia de possível venda. Da mesma forma, o DCE exige da reitoria audiências com a representação estudantil para garantir suas pautas mesmo em processo de negociação da sua universidade: “congelamento das mensalidades, contratação de professores com dedicação exclusiva, mais professores mestres e doutores, mais investimento em pesquisa e extensão. Também exigimos que não haja a demissão de funcionários, mas a contratação de um efetivo maior” (ESPAÇO ABERTO, 2008a).

A tentativa de venda da UNAMA para o Grupo Anhanguera não se efetivou, mas plantou a crise institucional nos sócios tendo, inclusive, o reitor Édson Franco renunciado ao cargo: “A decisão foi tomada depois de uma reunião-jantar no Hilton Hotel, da qual participaram todos os seis sócios da Universidade: o próprio Édson Franco, Antonio Vaz,

Etiane Arruda, Marlene Vianna, Paulo Batista e Ana Paula Mufarrej” (ESPAÇO ABERTO, 2008b). Porém apenas o Reitor Édson Franco se posicionado contrário à venda.

No meio desta briga entre os sócios,⁶⁵ os estudantes se posicionavam em favor de sua categoria e na defesa dos trabalhadores da UNAMA, em um sinal de solidariedade, unicidade e coletividade. Tanto que, após uma semana da reunião dos sócios para decidirem a respeito da venda da UNAMA, os professores anunciavam greve geral com apoio do DCE/UNAMA: “a falta de esclarecimentos dos sócios sobre os rumos da UNAMA gerou protestos e paralisações – que não eram comuns – e que agora fazem parte do cotidiano da universidade” (ESPAÇO ABERTO, 2008a).

Com outras pautas e demandas a encampar, o movimento estudantil da UNAMA empreende ações em conjunto com outros movimentos sociais, sindicatos classistas, movimentos estudantis e outras organizações populares e sociais, com estratégias de ações diversificadas: (1) Defesa dos serviços públicos e dos direitos sociais dos estudantes e dos trabalhadores; (2) Contra qualquer discriminação étnica, de gênero ou classes; (3) por democracia nas universidades; (4) contra o processo de privatização da universidade pública (VAMOS À LUTA, 2008a).

Pondera-se que estas pautas defendidas pelo DCE/UNAMA não se fixam somente no campo do ensino privado, elas vão além. Englobam em sua mobilização coeficientes estruturais do ensino superior brasileiro, por políticas universais de Estado, democratização das universidades e mais investimentos no setor. Essa postura de ampliação das pautas de suas lutas, deslocando-se dos limites das instituições privadas, corrobora com as indicações de Gohn (2011) a respeito da expressividade coerente de um movimento social: “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. [...] não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana” (GOHN, 2011, p. 333).

⁶⁵ Imprescindível destacar que o referido atrito entre os sócios Édson Franco e Paulo Batista perdurou por mais de um ano, desvencilhando-se da esfera privada institucional para os tribunais de justiça. Em 2008, como informado, o professor Reitor Édson Franco renunciou o seu cargo por divergências quanto à venda da UNESPA, mantenedora da UNAMA (ESPAÇO ABERTO, 2008c). Após a desistência da pretensão de venda por grande parte dos sócios, Édson Franco retoma o cargo de Reitor ainda em 2008. Contudo, dois dias depois o Conselho Diretor da UNESPA decidiu pela não aceitação do professor, afastando-lhe da função. No ano seguinte, Édson Franco, empossado novamente no cargo de Reitor, aciona a justiça agora para destituir Paulo Batista do cargo de Diretor Financeiro da UNESPA, pedido acatado pela mesma (ESPAÇO ABERTO, 2009). Este imbróglio, entre os principais sócios e fundadores da UNAMA, além de não se resolver nos anos seguintes, se espalhou para os demais sócios, ocorreu que a relação entre todos se deteriorou expressivamente. Consideramos que estes desacordos representaram as bases da futura venda efetivada para o Grupo Ser Educacional em fins de 2013.

Isto posto, estas configurações permitem a compreensão de que as ações dos movimentos sociais são calcadas por um caráter educativo com vistas a criticidade a partir de práticas organizativas e orgânicas destinadas ao coletivo, às vezes no preliminar exercício de abarcar em seus argumentos os fatores mais macros que demarcam suas vidas, aspecto presente no DCE/UNAMA como se nota em trecho desta mesma publicação.

Estamos assistindo a uma nova crise do mercado financeiro mundial, cujas proporções assemelham-se a da crise de 1929. Bilhões de dólares são destinados aos especuladores, através do pacote do governo americano. [...] nenhum banqueiro propôs repartir os lucros, porém agora querem que os contribuintes e a juventude paguem pela crise que eles criaram. Isso é inaceitável! Ao invés de salvar os especuladores, os governos deveriam salvar os milhares de trabalhadores dos Estados Unidos e do mundo que perderam seus postos de trabalho e suas casas (VAMOS À LUTA, 2008a).

Esta citação, retirada de uma publicação sobre o movimento estudantil da UNAMA, é algo que dialoga tanto com a postura crítica de caráter político social de um movimento social (GOHN, 2011), quanto com o objetivo investigativo deste trabalho. Da mesma forma, acompanha nossa hipótese edificada nesta Dissertação, a saber: o declínio do DCE/UNAMA foi determinado por lógicas empresariais ditadas pelo mercado financeiro, local onde se transforma tudo em mercadoria (SILVA Jr. & SGUISSARDI, 2005; SGUISSARDI, 2008; CHAVES, 2010).

Nesse trecho, percebe-se similarmente, que o movimento estudantil da UNAMA compreende o mercado financeiro como campo em expansão, com os governos brasileiros tratando-o como “deus” mercado, reverenciando-o. Destarte, os estudantes da Universidade da Amazônia não aceitavam a liquidação de trabalhadores⁶⁶ e da juventude para sustentar os planos do capital, esses litígios mostraram-se presentes quando se anunciava, nos anos de 2008, a possibilidade da venda da UNESPA para o Grupo Anhanguera, empresa educacional de capital aberto.

⁶⁶ As demandas da classe trabalhadora são centrais na pauta destes estudantes. Ainda no ano de 2008, ação destacada no “Quadro 3”, o DCE assinou, em conjunto com outras entidades estudantis, sindicais e partidos políticos, nota de repúdio ao assassinato dos dirigentes sindicais venezuelanos: Richard Gallardo, Luis Hernández e Carlos Requena: “Na ocasião foram entregues a nota nacional da CONLUTAS, nota das entidades paraenses e nota da executiva do PSOL. Os movimentos declaram seu repúdio aos assassinos e o apoio aos dirigentes classistas da União Nacional dos Trabalhadores” (VAMOS À LUTA, 2008b). Este aspecto do movimento estudantil da UNAMA, seja na defesa de sua categoria, os estudantes, como da classe trabalhadora, assevera atributos essenciais na consolidação de um movimento social, motivo de intenso debate em seção do capítulo anterior: a consideração de seus conflitos estarem relacionados estritamente com as contradições emanadas pelo sistema capitalista, e oriundas das lutas históricas das classes sociais, como defende (WOOD, 1999; 2003; CHAVES, 2009; MONTAÑO, 2005; VIANA, 2016). Mesmo na apresentação de pautas plurais internas que remetem a minorias sociais, como está posto no Estatuto do DCE/UNAMA, a luta íntima remeter-se “à totalidade da sociedade, mesmo quando se limita aos interesses imediatos” (VIANA, 2016, p. 127).

Em 2009, duas atividades destacadas representaram ações centrais do DCE/UNAMA: (1) Seminário de debate sobre a auditoria da dívida pública na América Latina e a (2) organização de um dia de protestos envolvendo diversos movimentos estudantis de Belém/PA. Estas mobilizações e ações do DCE/UNAMA abrangem a maturação de duas características centrais que acompanham tal movimento: organização e organicidade.

No primeiro documento, tem-se a coordenação de um acontecimento destinado a não somente permitir a instrumentalização política dos estudantes, de forma a contribuir em sua ampliação de visão de mundo, mas, igualmente, ressaltar as circunstâncias principais que fazem do neoliberalismo dispositivo de acumulação de capital e de transferência de fundos públicos para uma parte mínima de pessoas, detentoras da maior parte da riqueza do planeta (PARTIDO SOCIALISTA E LIBERADADE, 2009). Além disso, é um debate que admite nossa compreensão a respeito das bases do mecanismo da dívida pública e seu alicerce em demandas do conflito entre as classes sociais.

O segundo evento apresenta a eclosão da paralisação em uma universidade privada organizada pela direção do DCE/UNAMA. A publicação anuncia os entraves e insucessos nas negociações entre a entidade estudantil e a reitoria da instituição, que se desenrolou por quase todo o segundo semestre do ano de 2009. Além desse ponto interno, o texto comunica a disposição do DCE/UNAMA em promover a organicidade entre os movimentos estudantis, sejam de universidades públicas ou privadas, no sentido de criticar a Reforma universitária do governo Lula (2003-2010)⁶⁷ e a passividade da UNE frente a tal governo (CORRENTE

⁶⁷ A crítica que o coletivo estudantil do DCE/UNAMA tece a respeito da Reforma universitária de Lula encontra-se alinhada com as observações de: Carvalho (2013); Chaves (2010) e Mancebo, Silva Júnior e Schuguresky (2016). Para a direção do movimento estudantil da Universidade da Amazônia o governo Lula pretendia ampliar a possibilidade de atuação do segmento empresarial no ensino superior brasileiro (CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES, 2009). O caráter da política de governo destinada ao ensino superior, com vistas a ampliação ao segmento privado, segue uma constante desde Reforma Universitária do governo militar, instituída pela Lei nº 5.540 de 28/11/1968. Contudo, é na década de 1990, com o governo de FHC (1995-2002), que a abertura do ensino superior abrangiu o segmento privado com fins lucrativos, principalmente, a partir da LDB/96: “A aprovação da LDB favoreceu não apenas as instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial, que almeja somente o lucro com as atividades educativas” (CHAVES, 2010, p. 487). Na sequência, o governo Lula além de continuar com as políticas neoliberais de FHC no segmento educacional, pretendeu aprovar sua Reforma universitária, por meio da qual se promovia a privatização e internacionalização do setor. Todavia, mesmo não concretizando sua reforma, este governo editou inúmeras legislações que “regulava o trabalho docente, os currículos, as avaliações [...] o incremento à educação à distância (EAD), a proliferação de cursos mais rápidos, o redirecionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a generalização das isenções fiscais pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI)” (MANCENO, SILVA JÚNIOR E SCHUGURESKY, 2016, p. 210). Somente no Ensino À Distância (EAD) “a quantidade de alunos matriculados nessa modalidade nos grupos de capital aberto saltou de 87.915 em 2010 para 666.146 em 2014, um crescimento de 657,7%” (GHIRARDI, KLAFKE, 2017, p. 55). Todas estas modificações, com a introdução de novos instrumentos legais, favoreceram a expansão do setor educacional privado (CHAVES, 2010) para um fenômeno recente de mercantilização da educação superior (CARVALHO, 2013).

SOCIALISTA DOS TRABALHADORES, 2009). Na citação seguinte podemos examinar o debate conjuntural posto, bem como a dimensão em que alcançou o ato dos estudantes.

Seguindo o calendário nacional da frente de luta contra a reforma universitária, organizamos na UNAMA/PA um forte ato contra o aumento das mensalidades, pela qualidade na formação e contra a reforma universitária. Os estudantes, impulsionados pelo DCE e CA'S fizeram um grande ato com cerca de 400 estudantes [...]. O ato fez uma parada em frente à reitoria onde se abriu para as falas e depois o DCE entrou na reitoria para protocolar o documento com nossas reivindicações que giram em torno de: congelamento da mensalidade já, restaurante universitário, mais bolsas de pesquisa, extensão e monitoria, contra as taxas extras mensalidade, melhorias estruturais, democracia interna, rematrícula aos inadimplentes, entre outras [...]. Depois da entrega da pauta, os estudantes terminaram o ato na rua em frente a universidade para dialogar com a sociedade sobre os problemas da UNAMA, que são os problemas de um projeto neoliberal para a educação em nosso país e para dizer que o movimento estudantil vive um novo momento de lutas e que não passará a reforma universitária de Lula (CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES, 2009).

Essas mobilizações do DCE/UNAMA em 2009 demonstram que suas estratégias repousam em ordenamentos bem estruturadas, e prezam pelo atrelamento orgânico com outros organismos sociais. Nesses termos, a organicidade é uma prática do movimento social que permite a criação de novas sociabilidades e articulações entre organizações sociais, designa-se na ampliação da unicidade e fortalecimento do coletivo face às imposições do capital na busca do mais-valor, pois o “mais-valor está na raiz do lucro monetário” (HARVEY, 2018, p. 23).

No ano de 2010 e 2011, o DCE/UNAMA estimulou profusas ações que acompanharam a lógica dinâmica de tempos passados. As atividades deste coletivo estudantil procuraram dialogar tanto com assuntos internos ligados a assuntos econômicos e de qualidade na formação – diminuição e eliminação de taxas, congelamento de mensalidades, ampliação de bolsas de pesquisa e permanência, melhoria da biblioteca, contratação de professores com titulação de mestrado e doutorado etc. –, como organizaram mobilizações externas perante os governos Estadual e Federal na defesa de suas pautas e da classe trabalhadora. A título de exemplo destacamos ações do DCE/UNAMA em conjunto com movimentos sociais para impedir o aumento da passagem dos coletivos de Belém/PA.

Imagem 6 – Marcha pelo centro de Belém/PA em 28/01/2011 dos estudantes da UNAMA em conjunto com diversas entidades e movimentos populares contra o aumento da passagem de ônibus.



Fonte: Imagem retirada da publicação “Vitória da população: aumento de passagem é barrado em Belém!!!” (PARTIDO SOCIALISTA E LIBERDADE, 2011).

As ações desenvolvidas em Belém/PA contra o aumento da passagem de ônibus foram organizadas e praticadas no período de dezembro/2010 até meados de fevereiro/2011, com intensa participação do DCE/UNAMA: colagens de cartazes, panfletagens, agitações, criação de bloco de carnaval etc. (PARTIDO SOCIALISTA E LIBERDADE, 2011).

Nessas mobilizações, que tiveram como público alvo a população belenense, o movimento estudantil da UNAMA desempenhou papel de divulgador informativo sobre as circunstâncias em que se assentava o sistema de transporte urbano da capital, de forma a divulgar as pretensões empresariais deste seguimento: “o aumento da tarifa serve apenas para aumentar o lucro das empresas” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2011).

Os empresários mentem: não há renovação da frota. Quem anda de ônibus sabe: os ônibus estão sucateados, velhos, sujos, não dão conta da demanda e vivem quebrando [...]. Ano passado os empresários obtiveram perdão de dívida fiscal com o município no valor de R\$ 84 milhões [...]. **Prefeito Duciomar e empresários de ônibus são inimigos do povo!** [...] Os motos-taxistas e as vans são perseguidos pela CTBEL. Ao invés de criminalizar os trabalhadores que tentam ganhar a vida honestamente, a prefeitura deveria legalizar e qualificar os trabalhadores alternativos, pois eles são os únicos que atendem as áreas periféricas, onde as linhas de ônibus não existem. Por outro lado, são uma saída para quem deseja evitar a espera interminável por um coletivo nas paradas de ônibus. Quando é para expulsar ambulantes e

prender o transporte alternativo são rápidos, mas quando é para regulamentar a lei que beneficia a população como a gratuidade em todos os ônibus aos domingos não têm nenhuma pressa. **Isso tem que acabar!** (Ibidem, 2011, grifos da publicação).

A atuação do DCE/UNAMA, com todas as estratégias utilizadas, conseguiu impedir o aumento da passagem de ônibus e assegurou conquistas não somente ao seu grupo de estudantes que utilizavam o transporte público, mas a totalidade dos trabalhadores belenenses.

Internamente a Universidade da Amazônia, o movimento estudantil alcançava neste período conquistas socioeconômicas a sua categoria representativa. Destaca-se a crítica da entidade à taxa de estacionamento cobrada aos estudantes da instituição. A ação estampou campanha com passagens em salas, assembleias estudantis, reuniões com a reitoria, conscientização, panfletos, cartazes etc., como este reproduzido a seguir.

Imagem 7 – Cartaz representativo da campanha do DCE/UNAMA em 2010 contra o aumento da taxa de estacionamento na instituição.



Fonte: Imagem retirada da publicação “Por que os estudantes dizem que a taxa de estacionamento é um roubo?” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2010b).

Em referência a campanha do estacionamento livre, Eduardo Rodrigues apresenta-nos relatos interessantes a respeito da atividade do movimento estudantil. Segundo o entrevistado, a estratégia principal se pautava na liberação forçada da “catraca” de entrada do local para que os estudantes não pagassem as taxas:

[...] fazíamos o protesto do tipo liberar a catraca e os estudantes entravam de graça e causa prejuízo, assim, de muita grana, porque ficavam vários dias durante a semana. E chegou a cair a taxa da tarifa de estacionamento, da mesma forma que outras tarifas nós conseguíamos derrubar. Pela ação [...]” (RODRIGUES, 2019).

Os assuntos principais abordados pelo DCE/UNAMA não se restringiam em apenas mobilizar contra a taxa de estacionamento, referenciavam com maior intensidade os aumentos injustificáveis das mensalidades, e às possibilidades de demissões de trabalhadores da universidade. Da mesma forma, os estudantes se mobilizavam também em direção da qualidade da formação de sua Universidade. Em suma, todos estes tópicos se manifestavam centrais pelos estudantes quando em reunião com a reitoria.

As atuações desenvolvidas pelo Diretório dos estudantes, neste período de 2010 a 2011, impõem outras características do movimento social que irão fundamentar sua postura de movimento estudantil: a permanência da coletividade e solidariedade em suas ações. São notórios tais atributos na dinâmica deste movimento estudantil, quanto demonstram apoio a outros organismos sociais, como o ocorrido com a sua campanha contrária ao aumento da passagem de ônibus, momento que não se limitou ao simples fator econômico, mas primou pela crítica ao Prefeito de Belém por ter criminalizado os trabalhadores de outros meios de transporte urbano – moto-taxistas, vans etc. –, perseguindo-os em seus serviços (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2011).

O DCE/UNAMA inicia o ano de 2012 com ações de solidariedade⁶⁸ aos estudantes da PUC-Minas que lutavam contra o aumento das mensalidades, assim como crítica o governo de Dilma Rousseff por suas políticas públicas de liberalização e desregulamentação da educação superior. Ação destinada a empresas e oligopólios de forma a beneficiar suas operações no mercado financeiro.

O DCE UNAMA apóia a luta dos estudantes da PUC-Minas contra o aumento das mensalidades. Os reajustes abusivos impostos pelas mantenedoras do ensino superior privado no Brasil são parte de um problema maior: a total falta de regulamentação do ensino pago em nosso país. O grande responsável por essa farra dos tubarões do ensino é o governo Dilma que não coloca em prática uma política de valorização do Ensino, seja pelo descaso com o ensino privado ou pelo sucateamento do setor público,

⁶⁸ Além da emissão de solidariedade a entidades estudantis de outros estados, o movimento estudantil da UNAMA também lança solidariedade a personalidades de convicção do seu Estado. A exemplo, apresenta-se o apoio do movimento estudantil ao paraense Lúcio Flávio Pinto, jornalista investigativo; “Hoje, dia 6 de Março, às 18h, haverá um ato em solidariedade ao jornalista Lúcio Flávio Pinto, que vem sendo alvo de processos judiciais e ameaças por simplesmente continuar a exercer o bom jornalismo, em defesa do direito de informação do cidadão e por denunciar os criminosos e sucessivos ataques dos poderosos contra a Amazônia” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012f).

com o corte de R\$ 55 bilhões do orçamento (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012a).

Além da solidariedade aos estudantes da PUC-Minas, pelos abusivos aumentos de mensalidades, os quais ocorriam também na UNAMA, conforme outro trecho da mesma publicação: “Na PUC o reajuste foi de 9,8%, na UNAMA foi de 7,08%” (Ibidem, 2012a)⁶⁹. Podemos perceber, na mesma medida, o discurso político do movimento estudantil da UNAMA no tocante aos “tubarões do ensino”. Para o DCE estes atores compõem os verdadeiros oligopólios educacionais que ampliaram seus lucros quando partiram para negociar a educação na bolsa de valores como mera mercadoria comparável com outros insumos: soja, gado, minério etc. Esta narrativa encontra-se alinhada com os estudos de diversos autores centrais desta pesquisa: Chaves (2016; 2010), Malvessi (2017), Mancebo (2015), Sguissardi (2008, 2015), Santos Filho (2016).

No mês de maio de 2012, o DCE/UNAMA se solidariza com as lutas dos professores da rede privada e pública. A Direção do coletivo estudantil descreve em seus documentos as condições de trabalho destes professores nas instituições de ensino superior. Adverte que esta situação é resultado de políticas públicas educacionais do governo federal que libera o setor para a livre atuação lucrativa do empresariado, transformando-o em mercadoria⁷⁰.

Quanto ao apoio à greve dos professores das universidades federais, o coletivo estudantil da UNAMA exprimi sobre as condições do ensino superior brasileiro, afirma que o cenário educacional é pautado pelo seu desmonte contínuo⁷¹. Em resposta ao contexto, o ME

⁶⁹ O DCE/UNAMA impetrou, em 2012, ação no Ministério Público contra o aumento das mensalidades. Realizou denúncia com a intensão de sua divulgação pública em jornais de grande circulação de modo a possibilitar crescimento da indignação dos estudantes contra esta pauta que se apresenta permanente. Segue trecho da chamada: “O DCE UNAMA convida todos os estudantes da UNAMA para se concentrar amanhã, dia 19/01, às 10h, em frente ao Ministério Público (Praça Felipe Patroni) para em seguida protocolar Ação Civil Pública contra o aumento das mensalidades que a UNAMA impõe há 18 anos” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012b).

⁷⁰ É expressão corrente dentro da Direção do DCE/UNAMA a caracterização do avanço do segmento privado mercantil como sendo “tubarões do ensino”, configuração apoiada pelo governo “que cada vez mais sucateia a Educação e permite que esta deixe de ser um direito para converter-se em Mercadoria” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012c).

⁷¹ Os estudos de Luiz Fernando Reis anunciam que nos governos de Lula e Dilma, 2003 a 2014, os investimentos na educação se direcionavam, principalmente, ao setor básico. Esta lógica tem amparo em orientações de organismos internacionais, como o Banco Mundial que considera os gastos com universidades públicas algo não prioritário: “Nessa perspectiva, os gastos sociais indicados como de maior poder de superação da pobreza e das desigualdades sociais seriam os gastos com a educação básica” (REIS, 2017, p. 27). Acima disso, estes governos, em continuidade a política econômica de FHC, priorizaram pela destinação de recursos públicos ao pagamento da dívida pública como demonstra o autor nesta outra passagem: “Os governos Lula e Dilma destinaram cumulativamente, por meio do Orçamento da União, R\$ 11,643 trilhões para a dívida pública [...]. o montante de recursos destinados à dívida pública representou 18 vezes mais que os recursos destinados para a educação (R\$ 638,031 bilhões)” (Ibidem, 2017, p. 28). Além da “continuidade à política de privatização de nossas riquezas minerais, portos, aeroportos e ferrovias, por meio das chamadas concessões ao setor privado” (Ibid., p. 44). Por tudo isso, para o autor, os governos do PT priorizaram a ampliação do acesso da educação

busca ações organizadas nacionalmente “com vistas a fortalecer a luta dos professores e por uma universidade pública e de qualidade!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012c).

Ainda em 2012, o DCE/UNAMA desenvolve condutas não muito presentes em anos anteriores, mesmo que constituídas em seu Estatuto. As pautas das minorias e contra discriminações produziram mobilizações consideráveis, iniciada pela publicação: “DCE-UNAMA contra as opressões!”.

Imagem 8 – Panfleto elaborado pela Direção do DCE/UNAMA propondo campanha contra qualquer tipo de opressão.

DCE - Unama **CONTRA A HOMOFOBIA**

O DCE-UNAMA vem publicamente denunciar os inaceitáveis casos de violência e discriminação homofóbica que ocorrem em nossa Universidade e exigir que a instituição se pronuncie e tome providências efetivas quanto a esses absurdos. Debate que precisa ser aberto aqui no espaço máximo de formação educativa e socialização de ideias que constitui o ambiente universitário. É sabido que em todo o Brasil, grupos de ódio têm intensificado ações de violência e desmoralização, casos como a emblemática situação de 2010, na Avenida Paulista, onde um grupo homofóbico quebrou lâmpadas fluorescentes no rosto de um jovem que passeava com seu namorado. Ainda há os grupos que espancam homossexuais nas ruas do Rio de Janeiro e aqui mesmo em Belém. Brutalidades desumanas consequência de preconceitos retrógrados que devem ser veementemente combatidas para defesa da dignidade humana e da cidadania da pluralidade social, sem discriminações!

Semana passada na Alcindo Cacela, num momento de emergência, um acadêmico homossexual foi ao banheiro com suas amigas para que trocassem o short de uma delas pela calça dele, para que a moça pudesse apresentar um trabalho onde, por conta de sua roupa, havia sido barrada pela professora. Ao sair do banheiro, o referido acadêmico foi surpreendido por estudantes de Engenharia Civil, gritando nos corredores agressões verbais referentes à roupa e sua sexualidade, se utilizando de palavras pejorativas como: “Vai aprender a ser homem, viadinho; Eu não sou obrigado e ver isso aqui...”. Mesmo que não seja permitido alguém do sexo masculino entrar no banheiro feminino, este não é o mérito da questão e nem de longe serviria de justificativa para esse ataque moral.

Os estudantes de Arquitetura amigos e amigas do acadêmico agredido, depois de um bate-boca em sua defesa com os agressores, foram até a Pró-Reitoria denunciar o ocorrido e exigir providências. Denunciando, inclusive, que já haviam ocorrido casos de espancamento dentro da UNAMA por motivações homofóbicas. No entanto, a própria administração superior minimizou o caso, tomando a ridícula atitude de colocar agressor e agredido frente a frente para um mero pedido de desculpas, como se fosse um caso de mero desentendimento casuístico entre estudantes, sem sequer criticar a postura dos estudantes de engenharia, e os mandando depois dar meia volta, “pois aqui não é delegacia”. Desse modo, varrendo para debaixo do tapete um problema que deve ser seriamente discutido, uma vez que existem casos até de monitores ignorarem estudantes em sala de aula, por puro preconceito com homossexuais.

O DCE-UNAMA se posiciona **CONTRA** todo e qualquer tipo de opressão (racismo, machismo, homofobia, etc) e defende que seja iniciada na Universidade uma larga campanha contra todas estas opressões, para a conscientização e denúncia do crime que constitui a discriminação!

HOMOFFOBIA
DESLIGUE ESSA IDEIA!

REUNIÕES NO DCE
Sábado às 16hs
Quarta às 13hs
(sede alcindo cacela)

DCE UNAMA
@DCE_UNAMA

Fonte: Imagem retirada da publicação “DCE-UNAMA contra as opressões!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012d).

A mobilização do DCE/UNAMA, ao permitir a introdução de pautas identitárias e culturais, apresentava-se coerente com a conjuntura da diversidade, as quais estavam sendo pulsadas nos movimentos estudantis por todo o país. As considerações destas temáticas no movimento estudantil são, da mesma forma, relacionadas aos episódios de discriminação que manifestavam-se internamente na universidade, como demonstrado em sua publicação.

superior por meio de instituições privadas, propiciaram ao segmento a possibilidade de sua financeirização e operações de todo o tipo em mercado de ações. A consequência do feito é – como asseveram Chaves (2016, 2010), Mancebo (2015), Sguissardi (2008, 2015), Santos Filho (2016) – a transformação de um serviço público em mera mercadoria.

O DCE da UNAMA fez hoje uma manifestação no hall de entrada do campus Alcindo Cacela, distribuindo sua nota pública de repúdio aos casos recentemente denunciados pelos estudantes da Universidade e exigindo ação da Administração Superior. Este é um primeiro passo para a construção de uma grande campanha do DCE contra as Opressões (machismo, racismo, homofobia, etc.) [...]. Não adianta botar estudante frente a estudante para meros pedidos de desculpas, é necessário um acompanhamento sério com profissionais e discussões pedagógicas em toda a Universidade para o avanço na consciência! O DCE se compromete em trazer os movimentos LGBTs, de Mulheres e Negros para discutir na UNAMA, criando espaços democráticos de diálogo, para que seja, de fato, construído um ambiente de conscientização e organização de luta por igualdade e respeito em nossa Universidade (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012d).

Esses temas de opressão a grupos minoritários, crescentes nas IES públicas e privadas por todo o país, são frutos – como certificado em seção de capítulo anterior – do crescimento da admissão de estudantes das mais variadas camadas sociais às universidades públicas e privadas, configuração que caracteriza a ampliação da democratização do acesso ao ensino superior⁷². Esta ascensão, de indivíduos oriundos principalmente das chamadas “camadas subalternas”, evidência transformação positiva no modelo universitário, o qual serviu no passado recente a classe dominante deste país.

Isto posto, o DCE/UNAMA atribui-se a necessidade de abarcar em suas estruturas tal diversidade, de forma a incorporar suas bandeiras de lutas, pautas e mobilizações. A este novo aspecto, Mesquita (2001) designa como a representação de uma *nova sociabilidade militante* (MESQUITA, 2001). Contudo, diferentemente do entendimento deste autor, esta atualizada sociabilidade dos movimentos estudantis não representa a negação que os conflitos existentes na sociedade capitalista sejam oriundos das relações contraditórias entre as classes sociais. Pelo contrário, o DCE, a partir de suas publicações e atuações, reconhece que suas demandas são resultados da contradição, por exemplo, entre capital e trabalho.

No fim do ano de 2012, o movimento estudantil da UNAMA focaliza em outra campanha de mobilização de sua categoria, retoma os protestos contra a reitoria pela exigência do cumprimento de suas demandas levadas à administração superior.

⁷² Constatamos, apoiado no “Gráfico 1”, em seção de capítulo anterior, que no ano de 2016 tivemos nas IES públicas e privadas o acesso de 30% de estudantes negros em contraste com pouco mais de 38% de brancos, algo próximo da divisão social brasileira pela cor (WAISELFISZ, 2016). Além disso, tem-se o acesso de indígenas que representa um total de 49.026 alunos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2017). Soma-se a isso, o acesso de quilombolas.

Imagem 9 – Assembleia dos estudantes organizada pelo DCE/UNAMA e Centros Acadêmicos no hall de entrada do campus da Alcindo Cacela, próximo à reitoria da UNAMA.



Fonte: Imagem retirada da publicação “Alcindo Cacela: Reitoria foge dos estudantes!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012e).

Novamente em pauta estão conteúdos sobre os trabalhadores, precarização dos espaços da universidade, formação dos estudantes, investimentos, mensalidades etc. Em seguida, citamos parte da publicação que exhibe a mobilização dos estudantes e registra a possível “fuga”, segundo o documento, da reitora Ana Célia Bahia, em desacordo na recepção da direção do movimento estudantil.

Dia 7/11, o DCE e os CA’s organizaram um grande dia de protesto e de denúncia do quadro de precarização da universidade. Desde às 9h, os estudantes começaram a se concentrar no hall de entrada, com cartazes, painéis e faixas. Por três vezes, o movimento ocupou a Avenida Alcindo Cacela como forma de chamar atenção da reitoria para os problemas. A reitora Ana Célia Bahia que estava no evento sobre estágios e empregos, numa demonstração de arrogância, fingiu que o protesto não era com ela e ignorou os estudantes. Durante a noite, os estudantes, em massa, caminharam rumo à reitoria para cobrar da Ana Célia as promessas que fez no início do ano sobre a compra de mais de 200 novos computadores, implantação de vestiários e outras demandas, porém sua secretaria disse simplesmente que a mesma havia viajado e fomos recebidos pelo intransigente pró-reitor de ensino, professor Evaristo Rezende, que se recusou a participar de reunião com mais de 50 estudantes dentro da reitoria, desrespeitando os estudantes. Diante da política de cortes, intransigência e do descaso total com a comunidade acadêmica, o movimento convoca audiência pública para terça feira, às 19h no hall de entrada. **Vamos à luta**

por qualidade sem aumento de mensalidade!! (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012e, grifo da publicação).

Dentre os períodos tratados até este momento, a partir da organização do “Quadro 3”, o ano de 2013 representou para o DCE/UNAMA seu momento de maior práxis estudantil. Dessas ações, destacamos a nota de repúdio encaminhada pelo movimento estudantil contra a eleição do Deputado Federal Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos: “não podemos permitir que um importante canal de representação dos interesses da sociedade e de defesa dos direitos humanos seja tomado por uma pessoa que defende posições de cunho violento e discriminatório, atentando principalmente contra a população negra e LGBT” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013a).

Na sequência, a organização estudantil da Universidade da Amazônia participou do Fórum Estadual de Lutas, em conjunto com outros movimentos sociais, aspecto que indica sua capacidade de solidariedade e organicidade com sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos, minorias culturais etc.

Nesse Fórum, além da presença na manifestação (Imagem 10), o DCE/UNAMA atuou na conscientização da população, denunciou as manobras políticas do Governo petista de Dilma Rousseff que reproduzia políticas públicas benéficas ao setor financeiro. Assim como, a “banqueiros e empresários, e nada altera na política econômica do Brasil com a entrega de 47% do PIB a bancos, enquanto saúde e educação públicas caem aos pedaços com cortes de bilhões, para depois serem privatizadas” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013b).

Imagem 10 – Manifestação do Fórum Estadual de Lutas/Pará pelas ruas de Belém/PA em 11/07/2013.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “11/07: Fórum Estadual de Lutas/Pará nas ruas de Belém!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013b).

Nas atuações do DCE/UNAMA, em mobilizações, passeatas, manifestações etc., tem-se fortemente a junção do coletivo estudantil com partidos políticos. Contudo, em referência a essa aproximação algo carece ser pontuado, que envolve debate previamente realizado nesta Dissertação: o fato da prevalência da autonomia do coletivo estudantil.

Foracchi (1977) quando discorreu acerca da juventude e do movimento estudantil na década de 1960, observava com simpatia a organicidade entre partidos políticos e movimentos estudantis. Esse contato se pautava no sentido de buscar lideranças e quadros de destaque no meio dos estudantes para o movimento de esquerda (FORACCHI, 1977). Todavia, em grande parte, não se prezava pela percepção, por parte dos partidos políticos, de fortalecer o coletivo estudantil, estes se acercavam com o interesse de trazer os estudantes para o movimento partidário, de forma a não respeitar suas subjetividades (FORACCHI, 1977). Este ponto, refletido pela autora, é o fator negativo da relação que implica na perda de autonomia do movimento estudantil quando inserido na correlação de forças.

Em ocasiões atuais, Mesquita (2003) além de analisar a respeito da aproximação entre partidos políticos e movimentos estudantis, considerava, da mesma forma que Foracchi

(1977), uma associação importante para a unicidade e fortalecimento simultâneo dos dois coletivos. Ressalta Mesquita, que a perda de autonomia de um dos lados implicaria em fenômenos contrários aos reais objetivos de tais coletivos, prejudica, dessa forma, a coletividade. Ou seja, a proximidade é importante, colabora para a organização frente às contradições sociais, mas o respeito à autonomia dos movimentos se apresenta como fundamental.

Mesquita (2003) identificou como fenômeno mais recorrente, com esta relação, o aparelhamento burocrático do movimento estudantil pelo partido político, algo condenado por este autor: “O partido é um espaço político que organiza, orienta e estimula os estudantes. A prática do aparelhamento da entidade estudantil pelos partidos é que condena a atuação estudantil em seu movimento” (MESQUITA, 2003, p. 127).

Contudo, ressaltados esses casos, presentes nos dias de hoje, temos acordo tanto com Foracchi (1977), quanto com Mesquita (2003), em considerarem válida a associação entre estes movimentos sociais. É uma ligação que possibilita mais do que a politização da juventude estudantil, oferece insumos estratégicos de disposição na luta por seus direitos, bem como engloba as categorias em um arranjo coletivo e orgânico na mobilização.

Isto posto, a relação que pudemos notar entre o movimento estudantil da UNAMA e partidos políticos se expressaram em um sentido de não interferência na autonomia em ambos os movimentos sociais. Não conseguimos perceber, por via dos documentos, qualquer manobra de aparelhamento deste movimento estudantil por algum partido político.

Na sequência, tem-se em 2013 a retomada pelo DCE/UNAMA de mobilizações que são quase permanentes: (1) defesa de transporte público de qualidade, contra o aumento das passagens; e (2) ações internas na Universidade da Amazônia, por melhorias e diminuição das mensalidades. Em referência à primeira, o DCE/UNAMA empreendeu campanha contra alguns vereadores de Belém/PA que se posicionaram contrários à votação do projeto do “Passe livre”.

Foi a omissão de "representantes do povo" - que NÃO NOS REPRESENTAM! - que impediu a aprovação deste projeto nesta data! Agiram como completo obstáculo à ampliação de direitos do povo, todos [...] aliados do Prefeito Zenaldo e do Governador Simão Jatene (ambos do PSDB), que se abstiveram de aprovar este projeto que garantiria transporte público gratuito à estudantes e desempregados, fundamentado na necessidade de garantia da locomoção para o acesso à educação e usufruto do direito à cidade, bem como afim de reduzir o grande peso das tarifas de ônibus que consome alto valor do orçamento familiar da parcela da população das classes desfavorecidas (a grande maioria da população vive com um salário mínimo ou menos em Belém), bem como visando garantir o

acesso àqueles que, por falta de emprego, não possuem renda fixa. A mensagem da Câmara de Vereadores é a de preferir garantir o lucro e o enriquecimento dos empresários dos transportes (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013c).

Nota-se claramente nesta postagem as relações de poder entre as classes sociais antagônicas, por meio da qual uma parte majoritária da camada política beneficia os empresários do transporte, a burguesia. Em contrapartida, as classes subalternas não possuem as mínimas garantias. Neste conflito, os estudantes que compõem o DCE/UNAMA se prostraram ao lado dos trabalhadores pertencentes às classes menos favorecidas.

O posicionamento dos estudantes em relação às classes sociais carrega, novamente, o debate desenvolvido em seção de capítulo anterior, momento em que se debateu, historicamente, a composição classista dos movimentos estudantis pelo país: se eram representados pela classe dominante, média pequena burguesa ou pelas camadas baixas da sociedade. Encontramos nas ponderações de Martins Filho (1987), Foracchi (1977, 1982) e Mesquita (2006) análises complementares sobre a temática, demonstraram o comportamento classista que os movimentos estudantis seguiram.

Para esses autores, ressalvados os tempos históricos, o movimento estudantil se organizou majoritariamente por influências da classe média, longe de ser pequeno burguês, ou mesmo de composição autêntica das forças revolucionárias (FORACCHI, 1977, 1982; MARTINS FILHO, 1987).

Contudo, um aspecto característico é que o movimento estudantil se firmou na sociedade como um “potencial revolucionário”, tal aspecto permite ao movimento compreender tanto a fragmentação dos coletivos sociais, quanto às contradições das classes sociais inerentes ao sistema capitalista.

Atualmente, pela diversificação do público universitário, temos um movimento estudantil muito menos ligado à classe média. Como dito anteriormente, e frente a esta postura do DCE/UNAMA na ação exposta na última citação, refletimos ser um coletivo policlassista (IANNI, 1968) de indivíduos que comungam a condição de estudantes e trabalhadores.

Na sequência, ações permanentes são desenvolvidas internamente na UNAMA: lutas por qualidade do ensino, melhorias em sua universidade e diminuição dos valores das mensalidades. Além disso, ressurgem as ameaças de venda de sua instituição para algum “tubarão do ensino”. Destacamos três atividades principais: (1) Estudantes da UNAMA vão cobrar qualidade de ensino e transparência da Reitoria!; (2) Estudantes querem audiência

pública com a Reitoria e Coordenações para discutir suas reivindicações e a venda da UNAMA e (3) Grande manifestação na UNAMA contra Reitoria omissa questiona venda, cobra melhorias e delibera campanha de paralisação de cursos.

Imagem 11 – Chamada geral e assembleia no hall de entrada da UNAMA Alcindo Cacela no dia 04/09/2013.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Estudantes da UNAMA vão cobrar qualidade de ensino e transparência da Reitoria!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013d).

A partir da assembleia realizada no dia 04/09/2013, ilustrada nas imagens acima, a direção do coletivo estudantil da UNAMA iniciou sua mobilização com a premissa de organizar sua pauta principal, que seria instrumento de cobrança à reitoria, representada naquele período pela Professora Ana Célia Bahia. Na construção da pauta, os estudantes subscreviam demandas ainda não cumpridas pela reitoria, acertadas por acordos firmados no passado, assim como novos assuntos mais atualizados.

Pela instalação dos Vestiários prometidos em 2012 pela Reitora Ana Célia. - Não ao Corte na Bolsa de Monitoria! - Fim da Taxa de Estacionamento para estudantes! - Mais investimento na Biblioteca! - Duplicação do número de Bolsas de Pesquisa e Extensão! - Reitoria, Cadê o dinheiro do Fundo de Apoio Estudantil à Congressos!?! - Chega de fila: Contratação de mais funcionários para a Xerox! - Ampliação do Restaurante dos Funcionários também pra estudante! Queremos Restaurante Universitário pra poder

estudar direito! (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013d).

A pauta publicada pela entidade estudantil contém pontos antigos não resolvidos, como a instalação de vestiários prometidos em 2012 (Ibidem, 2013d), como requisições mais atuais, as quais influenciam na permanência estudantil e combatem à evasão: aumento de número e valor das Bolsas de Monitoria e pesquisa, apoio aos estudantes em congressos, restaurante universitário etc. (Ibidem, 2013d). Além destes conteúdos, por ser um documento exposto com os dizeres “Lista (EM CONSTRUÇÃO) de reivindicações dos estudantes” (Ibidem, 2013d), consente na cogitação de que outros itens seriam ainda acrescentados, situação ocorrida na manifestação realizada no dia 12/09/2013, o “dia D”, justamente o chamado da assembleia anterior.

Imagem 12 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA, agendada na assembleia geral do dia 04/09/2013 com o propósito de apresentar pauta dos estudantes à reitoria.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Estudantes querem audiência pública com a Reitoria e Coordenações para discutir suas reivindicações e a venda da UNAMA” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013e).

A manifestação preparada pelo DCE/UNAMA em 12/09 transformou-se em uma passeata que circulou por todos os blocos do campus da Alcindo Cacela, onde se localiza a Reitoria da Universidade. O propósito consentia em aglomerar um grande número de

estudantes de forma a ampliar o coletivo estudantil e, a partir disso, forçar a reitoria a receber tanto representantes dos CAs, que estavam na organização da mobilização, como da direção do Diretório dos estudantes, com o intuito de discutir a pauta de reivindicações, previamente aprovada em assembleia dos próprios estudantes.

Vários estudantes se somaram, turmas saíram de sala e professores chegaram a convidar os manifestantes a passar em suas turmas, dadas as indagações sobre o sucateamento no tripé da educação superior, a precarização das relações de trabalho e uma bomba: a denúncia no jornal Diário do Pará sobre a venda da UNAMA, que levanta inúmeras inseguranças aos estudantes e trabalhadores da instituição. Após algumas salas visitadas ao canto de palavras-de-ordem que exigiam qualidade, transparência e não aumento das mensalidades, os estudantes foram à Reitoria buscar a reunião e as respostas concretas aos problemas (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013e).

O crescimento da mobilização obrigou a reitora Ana Célia Bahia enviar representante de seu gabinete para informar que reuniria com a comissão dos estudantes, com única ressalva: a comitiva deveria ser composta por no máximo 12 estudantes (Ibidem, 2013e). Para os alunos isso retratou postura antidemocrática, que não pretendia ao diálogo. Esta limitação, segundo os estudantes: “não abarcaria nem sequer a representação da totalidade de cursos da universidade, nem os membros da gestão do DCE” (Ibidem, 2013e). Face ao episódio, os estudantes reagiram pela não aceitação das imposições autoritárias da reitora, e insistiram em reunião pública, negada, novamente, pela mesma.

Na citação a seguir, são demonstrados os problemas tanto de diálogo entre movimento estudantil e reitoria, quanto às faltas de insumos e precarização da UNAMA, demandas denunciadas pelos estudantes.

Isto é reflexo do agravamento da crise que prejudica nossa comunidade acadêmica, com demissão de professores e funcionários e cortes orçamentários na UNAMA. Ana Célia tornou-se a representante mais autoritária que já passou pela Reitoria para poder aplicar estas orientações de casar aumento de mensalidade com redução de investimentos. Por isso se nega a dialogar com os estudantes para não dar respostas aos problemas e ainda aplica cortes, como o da Bolsa de Monitoria, que caiu de R\$ 300,00 para R\$ 214,00. [...] não se importa com os baixíssimos índices de Bolsas de Pesquisa e Extensão, a falta de Restaurante Universitário e Vestiários com chuveiros para higiene dos estudantes, a evasão estudantil causada pelo aumento das mensalidades, da taxa de estacionamento, ou a própria falta de estrutura para abrir cursos novos que iniciam sem livros e com poucos professores, superlotando salas. [...] cortou metade do repasse do DCE e dos CA's (que serve para realizar congressos, seminários e atividades dos estudantes em geral). Um ataque à um direito dos estudantes e uma forma de tentar punir e calar as lutas e denúncias do DCE! No início do ano, impediu que as entidades estudantis participassem da Aula Magna, trancando-nos

para fora do Auditório David Mufarrej. Agora, a Reitora não quis sequer sair de seu confortável gabinete para falar aos estudantes, o que derruba por terra o discurso de boas-vindas feito por ela no início das aulas, em que se declarava "à completa disposição dos estudantes" (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013e).

Segundo as publicações estudantis, a intransigência da reitoria em não receber a comitiva democrática dos estudantes (composta pelos CAs e DCE/UNAMA) ocasionou em nova assembleia neste mesmo dia, na antessala da reitoria, com o intuito de estabelecer nova audiência pública para o dia 18/09. Agora uma reunião mais ampliada, com a reitoria, coordenações de cursos, professores e estudantes. Além do mais, os estudantes definiram sua pauta de exigências: entram os pontos objetivos mais estruturais – apresentados na publicação anterior –, explicações quanto à venda da UNAMA e sobre o indicativo de mais um aumento nas mensalidades.

Imagem 13 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA no dia 18/09/2013, semana seguinte após a negativa da Reitora Ana Célia Bahia em receber a comitiva dos estudantes composta por representantes dos CA's e DCE/UNAMA.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Grande manifestação na UNAMA contra Reitoria omissa questiona venda, cobra melhorias e delibera campanha de paralisação de cursos” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013f).

A negativa da Reitora da UNAMA, Ana Célia Bahia, de reunião com os representantes estudantis na semana anterior, acarretou em maior apoio dos estudantes da universidade, episódio que resultou em uma manifestação crescente, incluiu outros campi da UNAMA, concentrando-os todos próximos à reitoria. Segundo estimativas dos estudantes, participaram da mobilização em torno de 500 alunos que se aglomeravam em espaços internos da universidade e agiam de maneira diversificada: panfletagem, passagens em salas, conscientização, palavras de ordem⁷³, cantos de sua pauta, reuniões setoriais, assembleias, ocupações etc. E, às vezes, estes estudantes radicalizavam, fechavam as ruas de acessos a Universidade.

Além dos problemas infraestruturais conduzidos pelos estudantes do DCE/UNAMA, e as previsões de mais aumento das mensalidades, retornam os fatos que circundam a venda da mantenedora da UNAMA, a UNESPA, para um oligopólio educacional. Perante estes assuntos, não dialogados com a comunidade acadêmica, os estudantes produziram estratégias de mobilização e permanência das ações.

Os estudantes realizaram Assembleia Estudantil que deliberaram pelo fortalecimento do movimento, aprovando uma campanha de paralisação de cursos da universidade e a mobilização das turmas através de um Comando de Paralisação de Cursos da UNAMA, que em reunião, indicou o dia 17 de Outubro como dia de paralisação das aulas para pressionar a Administração Superior e a Reitoria a dar respostas imediatas sobre a venda de nossa universidade e apresentar soluções concretas às pautas apresentadas pelos estudantes desde o dia 12/09 (fim da taxa de estacionamento, construção de vestiários e restaurante universitários, mais bolsas de pesquisa e extensão, redução de mensalidades, fim do isolamento do campus BR, segurança para o campus Senador Lemos, entre outras pautas) (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013f).

Novamente, os estudantes não tiveram sucesso em reunir com a reitoria. Contudo, suas ações foram colocadas em prática, de sorte a aglutinar mais pessoas, da comunidade acadêmica, para defesa de seus pontos de pauta.

Além destas ações, o DCE/UNAMA focava, no ano de 2013, em inúmeras outras atividades em conjunto com outros movimentos sociais: solidariedade à luta dos professores da rede estadual; ocupação da Secretaria de Educação do Pará e da Assembleia Legislativa; Contribuição na mobilização dos estudantes do IESAM na construção do seu DCE e CAs;

⁷³ Em entrevista com o estudante Felipe Melo dos Santos, o mesmo relatou que: “uma das palavras de ordem que não esqueço e foi motivo de aborrecimento da Reitora. Eu sei que ela aborreceu porque falou pra gente em um dos contatos depois, não me lembro quando. Era assim: **Alerta, alerta, alerta juventude! A luta é que muda, a Ana Célia só ilude!**”. (SANTOS, 2018, grifo nosso).

dentre outras atuações (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013L; 2013m; 2013n).

De todas as ações apresentadas nesta seção, registradas no “Quadro 3”, perquirimos no sentido de não apenas resolver o nosso objetivo específico: de analisar a construção e constituição do movimento estudantil da UNAMA em período antes da compra desta instituição pela Ser Educacional S.A. Anunciamos, também, que este coletivo estudantil é exemplo de movimento social, pois expende em suas bases o reconhecimento que seus conflitos são oriundos das contradições entre as classes sociais, entre o capital/trabalho.

Dito isso, podemos responder à pergunta inquirida inicialmente nesta seção: se o DCE/UNAMA, no período limitado (2006 a 2013), conseguiu garantir, com base em sua mobilização, as características essenciais de um movimento social: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia?

Portanto, a partir deste estudo analítico realizado nas publicações da própria entidade, com imagens ilustrativas e documentos jornalísticos, consideramos que o DCE/UNAMA prezou pela observação de tais características centrais. Seja na sua forma de organização com vistas ao questionamento do sistema capitalista, de maneira a implantar em seu coletivo a criticidade e visão de mundo; ou mesmo na compreensão de que o enfrentamento social ocorre de maneira coletiva, e não fragmentada, como entende os NMS, mas empenhando-se pela unicidade, entendemos que o DCE/UNAMA conseguiu abarcar em suas atividades estes elementos centrais dos movimentos sociais.

Por fim, a autonomia foi algo levado à risca por tal movimento estudantil. Mesmo dispondo de recursos financeiros, repassados pela administração superior da UNAMA, o DCE sempre se posicionou na defesa de sua categoria, de modo a enfrentar, por vezes, e de forma radicalizada, os reitores.

Fundamentado neste estudo, realizado por toda esta seção, poderemos compreender o período da venda da UNAMA para o Grupo Ser Educacional, foco da próxima seção.

3.2 DO BOATO À VENDA: OS NOVOS DESAFIOS AO DCE/UNAMA

Uma coisa é certa, esta venda foi realizada no período de férias na tentativa de se driblar o movimento estudantil da universidade (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013g).

Quando a direção do DCE/UNAMA declara que a venda da instituição ocorreu nas férias e foi às “escuras”, como insinua a publicação “Na calada da noite: vendida a Universidade da Amazônia ao grupo Ser Educacional! [...]”, de onde foi retirado o trecho acima, é porque de fato as negociações foram realizadas às escondidas, sem debate e participação da comunidade acadêmica, e a dois dias do natal de 2013.

Nesse dia 23/12, **foram confirmadas as preocupações do Diretório Central de Estudantes da UNAMA**, com a publicação da compra da Unespa, mantenedora da UNAMA, e ISES, mantenedor da FIT - Faculdades Integradas do Tapajós, pelo grupo Ser Educacional numa negociação de valor aproximado de R\$ 152 milhões (de acordo com a "InfoMoney", 23/12/13). Uma coisa é certa, essa venda foi realizada no período de férias, na tentativa de se driblar o movimento estudantil da universidade (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013g, grifo nosso).

O destaque da citação retrata uma circunstância perpassada por todo o período do ano de 2013, com o DCE/UNAMA sempre a divulgar: que a instituição estava em ritmo de venda, e os compradores eram um dos, como designavam, “tubarões do ensino”. Em muitos momentos o movimento estudantil alertava para as operações no país de empresas que almejavam lucros estratosféricos, permutando um serviço público em mercadoria⁷⁴.

Dessa forma, o movimento estudantil teceu críticas contundentes ao Grupo Ser Educacional, antes mesmo da consumação do negócio. Em inúmeros documentos, assembleias e reuniões, os estudantes noticiavam os danos que poderiam desencadear com a compra da Universidade por um oligopólio educacional: “ocorrerá sucateamento da Universidade, demissões, cortes de investimentos e mais aumento nas mensalidades” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA,

⁷⁴ Em últimas publicações apresentadas na seção anterior se mostraram claras as mobilizações efetuadas pelo movimento estudantil da UNAMA na exigência de explicações à comunidade acadêmica a respeito dos boatos de venda da instituição. De forma a comunicar os estudantes, o DCE/UNAMA passou nas salas de aulas, realizou assembleias, reuniões, panfletagens etc., tencionava na promoção do diálogo com a comunidade acadêmica a respeito das possíveis transações que estavam ocorrendo na surdina. Por tudo feito, demonstra que as preocupações, como menciona a publicação do coletivo estudantil, não se tratou de “nenhum boato irresponsável [...]. A realidade dos fatos comprova mais uma vez que não se deve ter confiança na Reitoria [...] já que não foi realizada nenhuma comunicação ao conjunto dos estudantes e trabalhadores que sustentam a instituição” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013g).

2013g). O estudante Felipe Melo dos Santos, em entrevista para pesquisa, relata com exatidão aquele momento:

Estavam se iniciando os grandes conglomerados de educação. Não existia em Belém, por exemplo, a entrada da Estácio. Era a FAP, IESAM, etc., a UNIP não existia aqui. Aí estes grupos vieram comprando estas faculdades menores aqui. E compraram a UNAMA também. Na época que a UNAMA foi vendida, que anunciaram que foi vendida, que a gente fez essa onda. A discursão era que ela seria vendida para o grupo KROTON, e a gente já denunciava. A gente antes falava tudo isso aí que tá acontecendo – neste momento o entrevistado fica eufórico – sério! Pega o nosso material velho. A gente falava: ‘eles vão demitir os professores doutores, eles vão acabar com as bolsas que temos, eles vão demitir funcionários, eles vão cobrar as taxas novamente, eles vão fazer tudo isso’. E eles fizeram mano! É fato! (SANTOS, 2018).

Mesmo com a divulgação do negócio de compra e venda da UNAMA nos últimos dias do ano de 2013, a efetivação da transação somente foi concretizada em 19 de maio de 2014, como registra o documento emitido aos investidores pela Companhia⁷⁵:

A SER EDUCACIONAL S.A. [...] vem a público informar que em continuação ao informado em Fato Relevante divulgado de 23 de dezembro de 2013, foi celebrado, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças (“Contrato”) por meio do qual sua subsidiária ICES – Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda. (“ICES”) acordou: (a) adquirir 100% do capital social das sociedades (i) União de Ensino Superior do Pará – UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia – UNAMA, sediada em Belém-PA (SER EDUCACIONAL, 2014a).

Efetivamente, foi a partir do segundo semestre de 2014 que a UNAMA iniciou concretamente suas atividades sob a gestão do Grupo Ser Educacional. Este empreendimento educacional, mediante a sua Governança Corporativa (GC), induz com rigor uma lógica de eficiência, profissionalismo, racionalidade e produtividade que são alinhados às orientações do mercado de capitais. Isto posto, a lógica empreendida pela Companhia necessita ser

⁷⁵ A repercussão nos jornais de grande circulação na capital foi intensa, assim como por outras regiões onde o Grupo Ser Educacional tem entrada no segmento educacional. Destacamos alguns deles para que possamos compreender o contexto da compra, além do que as reportagens trazem informações complementares: (1) A Ser Educacional fechou nesta segunda-feira um contrato de compra de 100% do capital da UNESPA, mantenedora da UNAMA [...]. O valor da compra é de R\$ 151,2 milhões (MEIBAK, 2014); (2) De acordo com a assessoria, após a compra, os cursos e os programas de extensão e pesquisas serão incorporados aos “valores e missão do Grupo Ser Educacional”, “A aquisição da UNAMA faz parte da continuidade do projeto de expansão do Grupo nas regiões Norte e Nordeste (SANTOS, 2014); (3) Objeto de especulações já há pelo menos dois anos, mas nunca admitida por seus controladores, a venda da Unama, a primeira universidade particular a ser colocada em funcionamento no Pará, foi selada ontem para o Grupo Ser Educacional [...]. Procurados, os dirigentes da universidade se mantiveram inacessíveis à imprensa durante toda a tarde de ontem (DIÁRIO ONLINE, 2013).

direcionada para a busca de investidores, ampliação da empresa no mercado educacional e criação de valor aos acionistas (SER EDUCACIONAL, 2017a).

Por outro lado, em oposição a estes acontecimentos mercadológicos, que interferiram nas vidas e na formação de todos os estudantes da UNAMA, o movimento estudantil continuou em 2014 com seus embates, agora com algo novo a ser confrontado: o Grupo Ser Educacional. Destacamos algumas das principais medidas do coletivo estudantil que resumem o período de transição das gestões e o início da nova administração profissional: (1) a divulgação da política de abandono da Reitoria quanto ao campus da UNAMA da BR 316; (2) o aumento absurdo das mensalidades; (3) o corte do “Repasse” ao movimento estudantil e (4) a superlotação dos espaços no campus da Alcindo Cacela, como sinal de diminuição dos gastos para aumento dos lucros.

Imagem 14 – Prédio do campus da BR 316 na região metropolitana de Belém/PA.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Conquistas estudantis de abril e críticas do DCE à omissões da Reitoria da UNAMA” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014a).

“Antes o Campus “carro chefe” da UNAMA, hoje um campus BR abandonado!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014a). Estas foram as manifestações feitas e publicadas pelo DCE/UNAMA em relação ao descaso da reitoria com o espaço da UNAMA/BR, como é conhecido um dos maiores prédios, em estrutura física, da Universidade da Amazônia.

Os estudantes ponderam que a postura de sucateamento é resultado da transição entre gestões e a completa falta de interesse dos novos donos em manter a estrutura total da UNAMA. Visão empresarial que designa ao contingenciamento de despesas, por meio da qual

atua em múltiplos setores: reconfiguração das estruturas, demissões de professores antigos e funcionários, retorno das taxas antigas e criação de novas, aumento de mensalidades, superlotação de salas de aula, reutilização de espaços voltados para auferir lucro etc. Estas são medidas que serão tomadas de forma lenta e gradual, acreditavam os estudantes (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014a).

[...] foi um movimento deles contra o DCE, contra os recursos dos estudantes, um movimento contra a pesquisa, o ensino, a extensão, a monitoria, maior lotação em sala de aula, deu um salto enorme, promessas de FIES 100% e ilimitado, taxas abusivas, foi um tsunami de violência mercadológica (RODRIGUES, 2019)⁷⁶.

De certo, são essas medidas que serão efetivadas em espaço de tempo adequado, segundo as boas práticas de Governança Corporativa. A estratégia central levada pela GC é justamente, na primeira ordem, o aumento do valor da companhia reduzindo seus custos imediatos para aumentar sua receita (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002).

Como tendo em sua estrutura empresarial a GC, ligada aos ditames do mercado de ações, o Grupo Ser Educacional é obrigado a atuar nesses parâmetros para poder se manter ativo e atraente a futuros investidores na companhia, com a previsão de alavancar sua aceitabilidade entre os acionistas na bolsa de valores. Portanto, essas medidas, dirigidas ao campus da UNAMA/BR, entendidas pelo DCE como sucateamento, representam manobras mercadológicas para manter a competitividade da empresa no mercado de capitais.

O ano de 2014 não se deteve em apenas rearranjar os espaços da universidade para aumentar a eficiência, mesmo que para isso a superlotação de estudantes nas salas de aulas de outros polos da universidade tenha sido a solução, como ficou demonstrado na fala de Eduardo Rodrigues. Representou, também, a instauração de outras organizações e medidas, como o aumento das mensalidades e a eliminação inicial de algumas taxas como o “repasso” de recursos financeiros para o DCE/UNAMA utilizar em suas ações estudantis.

Esse “repasso” é instituído desde 1997, por intermédio de um acordo entre a mantenedora da universidade e o DCE, circunstância que resultou no documento denominado: “Termo de convênio da UNAMA/UNESPA com DCE-UNAMA”, episódio abordado anteriormente. Sem os recursos a entidade estudantil iniciou o ano de 2014 com dificuldades

⁷⁶ Trecho da entrevista concedida por Eduardo Rodrigues para esta pesquisa, na cidade de Belém, em 01 de junho de 2019.

financeiras de toda ordem. No entanto, mesmo com a situação difícil, o DCE/UNAMA, como focaliza Eduardo Rodrigues, não deixou de existir, pelo contrário, seguiu em sua mobilização:

É lógico que o repasse fez diferença, mas mesmo assim os estudantes estavam organizados, independente de recurso. [...] Foi um ataque, uma tentativa de desorganização do movimento, só que ele seguiu. Vários meses seguimos fazendo muita luta, muito enfrentamento, muita disputa contra a Ser Educacional (RODRIGUES, 2019).

Estes enfrentamentos, advertidos por Eduardo Rodrigues em trecho de sua entrevista, podem ser notados nas publicações seguintes das mobilizações do coletivo estudantil, como também é visível na “Imagem 15” a seguir.

Imagem 15 – Protesto da direção do DCE/UNAMA em frente ao Procon/PA contra o aumento da mensalidade proposto pela administração da UNAMA e demais IES privadas. Destaque da reunião entre entidades patronais, representantes da UNE e UBES para firmarem acordo da taxa de reajuste.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Vamos à Luta para barrar o aumento de mensalidades nas particulares no Pará!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014b).

Quanto ao aumento das mensalidades, as primeiras movimentações ocorreram na sede do Procon/PA sem a participação da direção do DCE/UNAMA, mas com estudantes da direção local da UNE e UBES, assim como representantes de empresários educacionais que atuam na região metropolitana de Belém (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014b). Como anunciado pelo movimento estudantil da

UNAMA, as próximas medidas dos chamados “tubarões do ensino”, em destaque a Ser Educacional S.A, seriam justamente o aumento das mensalidades.

O reajuste proposto na reunião – com os estudantes da UNAMA em protesto do lado de fora do prédio do Procon/PA – resumia-se a 8% nas mensalidades para o ano de 2015. Os representantes da UNE e UBES negociavam para que o reajuste se mantivesse no patamar da inflação projetada para o ano em torno de 6%.

Contrário a tudo isso, os estudantes do DCE sinalizavam como principal proposta: “nenhum aumento!” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014b). Justificavam que durante os últimos anos, o acumulado dos aumentos ultrapassava, em muito, a inflação de todo o período: “[...] é um grande absurdo! Todos os anos, nessas últimas duas décadas, a referida mesa aprova reajustes acima do índice da inflação, já acumulando mais de 40% de aumentos abusivos nas mensalidades dos estudantes!” (Ibidem, 2014b).

Quanto ao posicionamento da UNE e UBES, os dirigentes do DCE/UNAMA foram categóricos na recusa das decisões da reunião que contava com representantes do Grupo Ser Educacional. Para os estudantes deste DCE a tentativa de acordo do movimento estudantil nacional com os representantes empresariais do segmento privado no Estado do Pará se conduziu no sentido contrário as lutas por educação superior de qualidade, da mesma forma que não representavam um ato a favor dos trabalhadores paraenses pois atacava “ainda mais o bolso das famílias paraenses para aumentar os seus lucros! [lucros das empresas]” (Ibidem, 2014b, acréscimo nosso).

Portanto, o DCE/UNAMA teceu críticas contundentes à direção majoritária da UNE e UBES que mesmo em seus posicionamentos contrários aos aumentos acima da inflação, propostos pelo setor empresarial presentes, não tomaram nenhuma medida concreta para o enfrentamento: “Não chamaram a mobilização de estudantes, não convocaram a organização da luta unificada das entidades estudantis, nada” (Ibidem, 2014b). Ao invés disso, segundo a publicação, propuseram o ajuste no limite da inflação, sem compreender que o acumulado dos aumentos nos últimos anos foi muito acima do total inflacionário no mesmo período.

Entendemos que essa velha mesa de negociações é um espaço onde sempre se negocia em favor dos empresários, portanto não é o espaço privilegiado do movimento estudantil. Só a mobilização nas ruas e a organização da luta dos estudantes que pode enfrentar e parar os sucessivos aumentos! Portanto é culpa dos governistas imóveis da UNE e UBES a tranquilidade dos empresários nas suas farras de mensalidades! (Ibidem, 2014b).

No período transitório da venda da UNAMA e a instalação da nova gestão do Grupo Ser Educacional, o DCE manteve-se na oposição em favor de sua categoria, os estudantes. Até esse momento, os representantes da entidade não possuía o conhecimento mais apurado da empresa que comprou a UNESPA, mantenedora da UNAMA, tampouco sabiam dos propósitos mais fundamentais de sua atuação no mercado de ações, e a quem verdadeiramente a Companhia servia, que não eram para a qualidade da formação, mas para o rentismo de seus acionistas, fatos que iremos compreender melhor na próxima seção.

3.3 SER EDUCACIONAL S.A E SUA TRAJETÓRIA AO MERCADO FINANCEIRO.

O Grupo Ser Educacional se autodeclara no setor educacional e no mundo empresarial como empreendimento que valoriza o ser humano e sua realização pessoal e profissional, com o compromisso de formar pessoas visando à trabalhabilidade⁷⁷ e ao empreendedorismo, com a premissa de construir um projeto nacional com atenção às características e culturas regionais (SER EDUCACIONAL, [2019]).

Segundo dados disponibilizados na Bovespa (B3 SEER3) e em documento próprio, o Grupo Ser Educacional se configura como “um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e líder nas regiões Nordeste e Norte em alunos matriculados [...] presente em 26 estados e no Distrito Federal” (SER EDUCACIONAL, 2018a, p. 17).

De acordo com o fundador e principal acionista, José Janguiê Diniz, a marca “Ser Educacional” surge em 2010 com a finalidade de mudar o nome da Companhia do empresário, denominada desde 2003 de “Grupo Universitário Maurício de Nassau” – Este nasceu para aglutinar suas outras empresas: Ensino Superior Bureau Jurídico Ltda, Colégio BJ e Faculdade Maurício de Nassau (SER EDUCACIONAL, 2018b). A estratégia desse movimento de troca de nomenclatura é um trabalho de *branding* (Ibidem, 2018b), trabalho com Marketing pesado na construção de ‘marcas’ para torná-la mais conhecida, mais desejada entre as pessoas e acionistas no âmbito nacional e internacional (GABRIEL, 2019).

O crescimento do Grupo Ser Educacional ocorreu mediante o movimento empreendedor, em âmbito nacional, de aquisições de faculdades isoladas e universidades menores, gestadas principalmente por grupos familiares e de capital fechado. É a partir desse crescimento orgânico que a “Ser Educacional está presente nas regiões Norte, Nordeste e

⁷⁷ O conceito de trabalhabilidade é a capacidade de gerar renda a partir de talentos pessoais e individuais, independente do vínculo com carteira assinada que este profissional possua. Ele é valorizado por aquilo que faz de melhor para as empresas. Na trabalhabilidade, o sucesso e fracasso dependem, exclusivamente, de aspectos de foro pessoal. Ver conceito de trabalhabilidade em (SABINO, 2018; BRASILEIRO, 2017; SOUTO, 2015).

Sudeste do Brasil, em uma base consolidada de mais de 152 mil alunos” (SER EDUCACIONAL, 2018c, p. 03), com a plataforma total do Grupo composta por 73 unidades credenciadas até 31 de dezembro de 2017, as quais são mantidas por empresas do tipo limitadas (Ltda)⁷⁸.

Contudo, no período inicial, a empresa de Janguiê se caracterizava como Sociedade Anônima de capital fechado, com apenas dois acionistas e um investidor: o proprietário, com 88,7%, a “Cartesian Capital Group (CCG)” com 11,3% e a investidora “Corporação Financeira Internacional (IFC)” pertencente ao Banco Mundial (BM) (SER EDUCACIONAL, 2018b). Por outro lado, nestes princípios, destaca-se a preparação da Ser Educacional com vistas a sua ação na bolsa de valores, ou seja, abrir seu capital para buscar acionistas⁷⁹. Nesta tarefa, realizou antecipadamente duas ações centrais.

Primeira, pela introdução da Governança Corporativa (GC) na administrativa da companhia, algo necessário para que um empreendimento tenha boa aceitação e rentabilidade no mercado de ações (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2014, 2015; COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002; POLIZEL, STEINBERG, 2013; BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, [2019c]).

O entendimento sobre GC se apresenta como algo técnico e objetivo. Segundo o documento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), intitulado “Código das melhores práticas de Governança Corporativa” a GC seria um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015, p. 20). Esse sistema quando em prática, objetiva alinhar interesses no sentido de otimizar o seu valor econômico (Ibidem, 2015).

Caio Polizel e Herbert Steinberg afirmam que a GC é o caminho correto de renovação e modernização das instâncias de poder de uma corporação, os “valores tradicionais e preconizados anteriormente pelas IES necessitam refutação” (POLIZEL,

⁷⁸ Destaca-se que as informações a respeito da quantidade de alunos da empresa foram atualizadas por este documento. Segundo os relatórios, houve crescimento na base discente de aproximadamente 8% em oito meses, quantificação que representa 163 mil alunos. Ainda o relatório, a evolução da base de alunos foi carregada pela graduação de Ensino à Distância (EAD), 99%. Partindo de 7,4 mil alunos no 2T/17, para 14,7 mil alunos no 2T/18. Houve decréscimo na graduação presencial de 2,7%, de 142,5 para 138,7 mil alunos no mesmo período (SER EDUCACIONAL, 2018c).

⁷⁹ Este ano, 2010, foi o primeiro passo do projeto de expansão da empresa de Janguiê com vistas a abertura de capital. A estruturação inicia-se em 2008 quando o movimento do empresário se destina na consolidação da Governança Corporativa, fator exigível pelo mercado de ações (SER EDUCACIONAL, 2018b).

STEINBERG, 2013, p. 13), incorporando, no lugar, a técnica, o profissionalismo, a eficácia, enfim, mecanismos objetivos (Ibidem, 2013).

A cartilha da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nomeada “Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa”, postula sobre a GC como algo a serviço primordialmente do mercado financeiro e dos acionistas que nele atuam. Para tal entidade a GC se define centralmente como “conjunto de práticas que tem por finalidade [...] proteger todas as partes interessadas, tais como investidores e credores, facilitando o acesso ao capital” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2002, p. 02). E completa:

O objetivo [da Governança Corporativa] é o aumento do valor da companhia, pois boas práticas de governança corporativa repercutem na redução de seu custo de capital, o que aumenta a viabilidade do mercado de capitais como alternativa de capitalização. [...]. Companhias com um sistema de governança que proteja todos os seus investidores tendem a ser mais valorizadas, porque os investidores reconhecem que o retorno dos investimentos será usufruído igualmente por todos (Ibidem, 2002, p. 02, acréscimo nosso).

Nesta mesma linha de entendimento, as “Diretrizes de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA” centram como objetivo da GC a otimização do capital aos acionistas: “o objetivo principal da governança corporativa é contribuir substancialmente para o alcance de suas metas estratégicas e a criação de valor para todos os seus acionistas” (BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, [2019c], p. 02).

A segunda ação de preparação da Ser Educacional com vistas a atuação na bolsa de valores é sua associação com uma empresa global estadunidense de *private equity*, representada pela Cartesian Capital Group. Esta financeira tem como prática investir capital em empresas, assim como geri-lo de forma conjunta com os acionistas proprietários, transformando tais empreendimentos em empresas globais e, desta forma, retornar o investimento inicial maximizado.

Há 20 anos, construímos empresas em mercados emergentes. Temos trabalhado em estreita colaboração com famílias, empresários e outras partes interessadas para construir empresas líderes de mercado em mais de duas dúzias de países em todo o mundo. Nossa equipe comprometeu mais de US\$ 2,5 bilhões para mais de 50 empresas em mais de 20 setores. Essa é nossa prática. Seja por meio de crescimento, combinações, agregação ou transformação, construímos negócios (CARTESIAN CAPITAL GROUP, 2019).

Ainda nesta segunda ação, destaca-se o recebimento massivo pela Ser Educacional S.A de investimento da IFC/BM, no valor de R\$ 80 milhões (SER EDUCACIONAL, 2018b).

Entretanto, esta linha de crédito oportunizada pelo BM destinava-se a processos de aquisições, para projetos de infraestrutura complexa, serviços de consultoria, equipamentos, até a contratação de bens e serviços simples. Para o alcance destes recursos necessitava que o mutuário seguisse regras e orientações do próprio Banco, através de seus documentos e funcionários auditores (BANCO MUNDIAL, 2016).

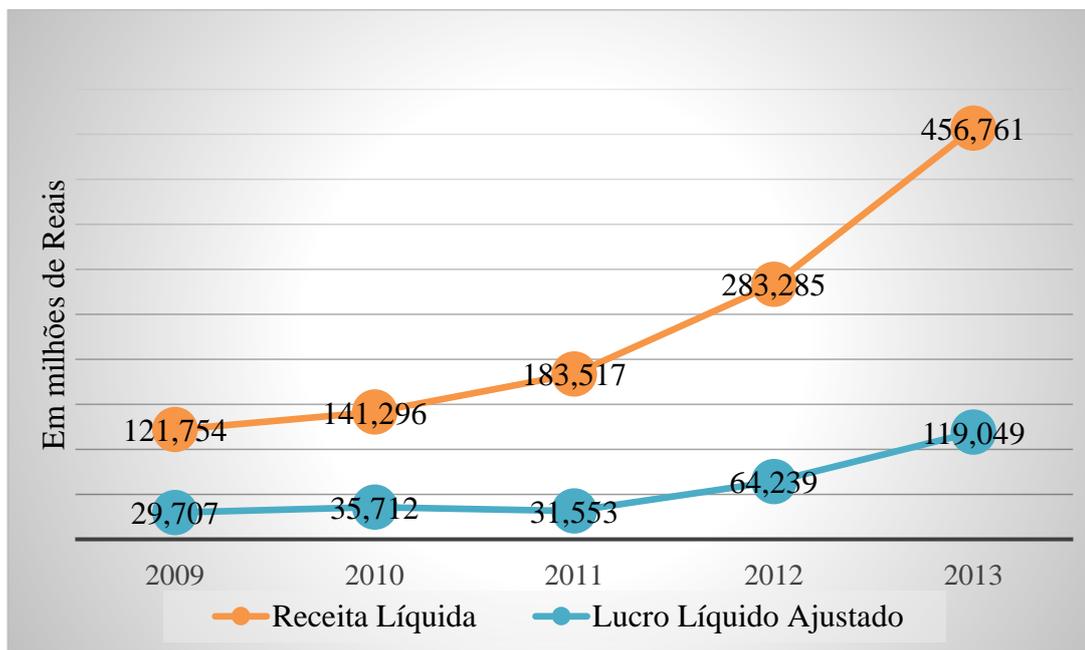
Logo, estas duas ações apontadas – introdução e fortalecimento da Governança Corporativa e relações com acionistas e investidores estrangeiros de grande atuação no mercado de capitais – representaram os fundamentos essenciais para que o Grupo Ser Educacional modificasse sua categoria de Companhia S.A, de capital fechado, para aberto. Esta mudança de perfil empresarial permitiu que o Grupo de Janguiê Diniz negociasse na bolsa de valores suas ações e angariasse investidores para a ampliação dos seus negócios educacionais por todo o país.

Tais caracterizações, que mostram a essência das condições do crescimento desta empresa encontram-se descritas, de forma generalizada, no livro de Janguiê Diniz “Transformando sonhos em realidade”, ocorrência que comprova a relação da expansão do Grupo Ser Educacional com esses dois fatores tratados acima:

Junto com o aporte financeiro do Cartesian Group, vieram também os trabalhos para transformar o Grupo Ser em um grande grupo de educação. O primeiro passo era implantar uma governança corporativa. Esse processo já tinha sido iniciado anteriormente, antes da entrada do Cartesian, com a contratação da Mesa Corporate, responsável por criar as bases e fundamentos de nossa governança corporativa. [...]. Juntos ao Grupo Ser, foram responsáveis por abrir o nosso apetite pelo mercado de capitais e pelo modelo de crescimento que almejávamos (DINIZ, 2017, p. 146).

Sem embargo, com suporte em dados concretos, o crescimento do Grupo Ser Educacional, antes mesmo da abertura de seu capital, demonstrava que o trabalho incipiente de gestão se mostrou fundamental no preparo da empresa. O Gráfico 2, exposto em seguida, informa um crescimento de aproximadamente 60% em Receita Líquida, em período de 1 (um) ano, 2012 a 2013, acompanhado por um Lucro Líquido Ajustado (LLA) de 83%.

Gráfico 2 – Resultados da Ser Educacional de 2009 a 2013, referente aos índices da Receita Líquida e Lucro Líquido Ajustado.



Fonte: Construído pelos autores com base nas informações em documentos da Ser Educacional relações com investidores: Fundamentos e Planilhas (SER EDUCACIONAL, 2019a); Demonstrações financeiras consolidadas de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

À vista disso, em 18 de outubro de 2013, o Grupo Ser Educacional, mediante oferta pública inicial de ações (IPO)⁸⁰, passou a negociar suas ações na bolsa de valores mobiliários brasileira “B3”, no segmento de listagem “Novo Mercado”⁸¹. Além disso, o crescimento da RL e do LLA, exposto no gráfico 2 e descrito no parágrafo anterior, permitiu que a empresa se expandisse por intermédio de aquisições e fusões de pequenas e médias instituições de ensino: Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Faculdade Maurício de Nassau, Faculdade Joaquim Nabuco, Universidade da Amazônia (UNAMA), Faculdade do Tapajós (FIT), Universidade Universus Veritas (UNIVERITAS). E diversos outros institutos e Faculdades menores, ligadas às marcas principais.

⁸⁰ Autorização da oferta de ações da Ser Educacional S.A registrada na CVM sob o nº 23.221 em 18/10/2013. Dias antes, a IPO da companhia foi autorizada pelo seu Conselho Administrativo em reunião datada em 30/09/2013, tendo o fato da abertura de capital como primeiro ponto de pauta segundo Ata da reunião (SER EDUCACIONAL, 2013). Conhecida por sua expressão em inglês Initial Public Offering, é o termo técnico que designa o primeiro movimento de uma empresa na direção de abrir seu capital no mercado de ações. Conforme a Price Water House Coopers, Auditores Independentes, este procedimento é solicitar à CVM autorização para realizar a venda de ações ao público (PRICE WATER HOUSE COOPERS, 2011, p. 07). Com a aprovação do órgão regulamentador, a empresa emite e vende as ações no mercado. Os recursos obtidos são destinados ao caixa da empresa (Ibidem, 2011, p. 08).

⁸¹ Os segmentos de listagem da B3 - Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1 – seguem padrões diferenciados de Governança Corporativa com o intuito em atrair investidores. Cada segmento possui regras que visam assegurar direitos aos acionistas, bem como dispor sobre a divulgação de informações aos participantes do mercado (BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, [2019b]).

Juntamente com o processo de crescimento do Grupo Ser Educacional, Janguê Diniz trilhou por outros caminhos com a perspectiva de fortalecer e defender os interesses de suas empresas e de seus parceiros⁸².

Em primeiro momento, iniciou sua participação na Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e, posteriormente, criou – em conjunto com outros empresários do setor educacional – a Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI). De modo geral, estas duas instituições compreendiam no desenvolvimento de atividades aproximadas, contudo, com perspectivas na burocracia estatal diferentes⁸³.

A ABMES, fundada em 1982, representa nacionalmente as entidades mantenedoras particulares atuantes no ensino superior privado brasileiro, seu objetivo, segundo a sua página eletrônica, é consolidar os empreendimentos de seus membros e atender a princípios éticos que norteiam a economia, a liberdade, o empreendedorismo educacional e a livre iniciativa. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR, 2016a). Atualmente a entidade ABMES é presidida pelo próprio Janguê Diniz, o qual estará como Presidente por três anos, gestão 2016/2019 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR, 2016b).

A ABMES manifestava espírito conciliador em demorado, não agia incisivamente nos litígios de seus associados perante o governo, como expõe, em uma das passagens de sua obra, Janguê Diniz (2017, p. 111): “mesmo quando era necessário judicializar algumas questões para defender o setor, ela [ABMES] preferia tentar resolver na forma da conciliação. Mas nem tudo podia ser resolvido sem uma discussão jurídica perante os tribunais”.

A ABRAFI, criada em 2005, conserva atribuições próximas da ABMES, no entanto, tem uma participação mais atuante judicialmente frente ao Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Segundo Janguê Diniz, fundador e primeiro presidente da ABRAFI, sua criação se justificou pelo desapontamento de alguns empresários da área educacional pela falta de atenção do governo e menosprezo de associações de classe

⁸² Fato a considerar é que Janguê Diniz não age exclusivamente como investidor no setor educacional. Segundo suas informações, possui investimentos em vários segmentos, sempre em atenção “às oportunidades de mercado”. São empresas de seu domínio: JJ Participações, hoje Ockuts Holding Imobiliária – proprietária dos imóveis que a Companhia Ser Educacional utiliza –, portal de comunicação LeiaJá.com, IBS holding de tecnologia, Cenário Inteligência – empresa ligada ao mercado – (DINIZ, 2017, p. 129).

⁸³ Apresentamos estas entidades representativas dos interesses empresariais sem aprofundá-las em sua práxis orgânica nos governos federais, menos ainda, o desempenho delas nos bastidores do MEC e do CNE, as quais criaram, para este fim, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP). Para uma investigação mais apurada ver a Dissertação de Mestrado de Ana Paula Batista da Silva Brito, intitulada “O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular: um novo intelectual orgânico de base coletiva”. (Cf. em BRITO, 2019).

com a atuação das faculdades isoladas (DINIZ, 2017). Tal relato é comprovado pela própria entidade jurídica: “A ABRAFI surgiu com o intuito de defender e postular legitimamente os interesses das faculdades Isoladas, Integradas e os Institutos superiores, uma vez que até então esse segmento encontrava-se em desvantagem e sem defesa legítima junto aos órgãos do poder público responsáveis pelo segmento” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DAS FACULDADES, [2019]).

A operação da ABRAFI se aproxima em semelhança com a atividade realizada pelos sindicatos representativos de categorias diversas dos trabalhadores – professores, operários, servidores públicos, etc. –, não no sentido de atuarem nas ruas, em protestos radicais, longe disso. Mas na diligência institucionalizada, próximo à burocracia estatal, com o propósito de resolver os atritos de sua categoria administrativamente e, caso não possível, por meios judiciais.

Tratamos a pouco a respeito da configuração da Governança Corporativa em seu comportamento generalizado. Necessitamos apresentar o comportamento deste instrumento no Grupo Ser Educacional. Com base em informações de sua página eletrônica destinada aos investidores (SER EDUCACIONAL, 2017a), e replicada no site da BM&FBOVESPA, a GC desta Companhia, em visão geral, encontra-se alinhada às recomendações do “Código de Melhorias Práticas de Governança Corporativa”, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), principal fomentador das práticas sobre este tema no Brasil, condição que o posiciona como orientador da BM&FBOVESPA.

Segundo este documento, alguns quesitos objetivos de estruturação necessitam de observação por parte de empresas que almejam permanecer atraentes aos investidores do mercado de ações. Principalmente, adotar o uso técnico e organizado de instrumentos gerenciais que visam à essência de boas práticas de governança com o foco no cuidado no processo de **tomada de decisão** (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015).

A tomada de decisão é um dos arranjos primordiais para se alcançar, por exemplo, as razões concretas que impactam na organização do movimento estudantil da UNAMA, pois, tais decisões tomadas, geralmente, referem-se a temas subjetivos e ambíguos, que afetam o cotidiano das pessoas e o ambiente das empresas. Fundamentalmente, quando o coletivo estudantil encontra-se inserido em instituição que conteve alterações em sua gestão – de familiar para profissional –, e na qual nutre oposição a esta lógica empresarial, a qual utiliza da instrumentalização completa da boa prática de Governança Corporativa, caso do Grupo Ser

Educacional, este movimento estudantil se torna foco de ataque institucional com o intuito de sua liquidação.

Nesta linha de raciocínio, podemos deduzir que a tomada de decisão de uma empresa educacional, seu perfil de atuação e reconfiguração gerencial, encontra-se atrelada, umbilicalmente, a configuração acionária do oligopólio. Neste sentido, a composição acionária do Grupo Ser Educacional, atualizada em 31 de maio de 2019, possui a seguinte disposição (detentor/ações): José Janguiê Bezerra Diniz 57,36%; Administradores 0,42%; VELT Partners Investimentos Ltda 5,41% e ações em circulação 36,81% (SER EDUCACIONAL, 2019b).

A partir desta configuração acionária, torna-se possível analisarmos a participação da VELT Partners, fundo de investimento que além de obter seus lucros tem a necessidade de gerar mais-valor aos seus investidores. Como informa a própria companhia: “A nossa essência é unir um grupo de pessoas que têm como objetivo principal a **construção de valor**” (VELT PARTNERS investimentos, [2019], grifo nosso).

Esta estrutura acionária do Grupo Ser Educacional demonstra que suas ações devem ser pautadas não somente na boa aceitação dos acionistas diretos, mas permitir que empresas de investimentos possam emitir altos lucros aos seus investidores, secundários em relação a Ser Educacional. Em outros termos, a Companhia educacional necessita atuar com rigor para ser plataforma de lucro tanto para acionistas diretos, como para os indiretos.

Para cumprir com este papel, Janguiê cerca-se de renomados intelectuais da área da Governança Corporativa como Herbert Steinberg. Autor de diversos livros de GC, Steinberg detém experiência de mais de 20 anos como executivo para grandes corporações, e há 13 anos como empresário e consultor de Grupos como: Famastil, Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistar Indústrias Farmacêuticas, Banco Santander, Banespa, Banco Crefisul, Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa (SER EDUCACIONAL, 2019c).

Steinberg é o atual conselheiro independente da Ser Educacional S.A., e Vice-Presidente da Companhia. Portanto, são nessas bases que o ensino superior oferecido pelo Grupo Ser Educacional está sendo organizado. Ou seja, destinado a um fim que não é a valorização humanística dos indivíduos, tampouco para uma formação ao mercado de trabalho que não aliene, mas que constitua uma consciência nos estudantes sobre si e sobre a realidade na qual vivem, conforme acentua Schlesener (2016).

Por tudo, até o momento abordado, a constituição histórica do Grupo Ser Educacional, a energia do seu presidente Janguê Diniz em diversos seguimentos, a implementação de sua organização administrativa/corporativa seguindo à risca as orientações das principais entidades brasileiras que tratam sobre Governança Corporativa, permitiu evidenciarmos que a Companhia segue a lógica empresarial de perquirir, primordialmente, o sucesso econômico. Em outros termos, a estratégia é rastrear sempre os lucros e a competitividade no ambiente financeiro e mercadológico.

Toda esta configuração, circundante ao empreendimento nacional do Grupo Ser Educacional, encontra-se inserido em uma conjuntura macro que marca uma nova configuração do sistema capitalista, agora em bases estritamente financeiras, ajustado em mecanismos econômicos não vistos no passado.

Na compreensão de François Chesnais (1996), em sua obra *Mundialização do capital*, a configuração atual, do conjunto das relações internacionais, que de certa maneira modelam a vida social, não se encontra prostrada apenas no plano econômico, mas interfere em todas as dimensões da vida (CHESNAIS, 1996).

Embora tenham ressurgido alguns dos aspectos característicos daquela época (extrema centralização e concentração do capital, interpretação das finanças e da indústria etc.), o sentido e o conteúdo da acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes: o capitalismo parece ter triunfado e parecer dominar todo o planeta (CHESNAIS, 1996, p. 12).

Para Chesnais (1996) estamos em um momento de prevalência de um contexto característico do “Darwinismo social” em que as disputas ocorrem sejam em ambientes imensuráveis, entre nações, até em contextos micros entre empresas, em uma constante de enfrentamentos onde quem se salva é considerado como o mais capaz, o mais apto.

No entanto, esta disputa se desenvolve mais presentemente no campo da economia e com efeitos diferentes de tempos atrás, quando o lastro real do mais-valor, o lucro monetário (HARVEY, 2018), encontrava-se atrelado à “produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações” (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Atualmente, é a esfera financeira que dita os rumos da economia mundial, ela que, como diz Chesnais, representa o fenômeno mais marcante dos últimos anos, e estimula, a passos largos, o crescimento econômico e de investimentos no mundo, no entanto, com algumas problemáticas estruturais. Chesnais (1996) irá descortinar inicialmente duas delas: (1) o crescimento da economia mundial sustentado em capital fictício, ou seja, “inflação do

valor dos ativos” (Ibidem, p. 15); e (2) a transferência de riquezas da produção real para a esfera financeira por meio do mecanismo da dívida pública (Ibidem, 1996).

Quanto a primeira problemática, Leda Paulani (2009) irá divulgar números atualizados que corroboram e confirmam os estudos de François Chesnais. Seus dados denunciam o movimento de transferência da riqueza produtiva para a esfera financeira. Segundo a Pesquisadora, para um estoque mundial de ativos financeiros em torno de US\$ 12 trilhões e um Produto Nacional Bruto (PNB) mundial de US\$ 11,8 trilhões em 1980, chega-se em 2006 a um estoque de ativos financeiros de US\$ 167 trilhões, enquanto que o PNB mundial foi quase US\$ 49 trilhões (PAULANI, 2009).

Nessa diferença de 26 anos entre os períodos informados, 1980 a 2006, o PNB de todas as nações, com lastro real vinculado à produção e serviços, cresceu 314%. Enquanto que a riqueza financeira mundial, sem lastro real, cresceu 1.292% (Ibidem, 2009). Tal aspecto, de modo geral, explica as bolhas econômicas que produzem crises financeiras, as quais se alastram mundialmente, como ocorreu em 2007 nos EUA, com a crise do subprime pela concessão desmedida de créditos imobiliários. É o que David Harvey (2016) intitula como “desfecho da financeirização global hiperendividada [...] que desencadeou uma cascata de colapsos financeiros” (HARVEY, 2016, p. 10).

Quanto ao segundo problema, identificado por François Chesnais, teremos na explanação de Maria Lucia Fattorelli o assunto verificado nos pequenos detalhes. Com rigor econômico na análise, Fattorelli (2013) aprofunda não somente sobre a dívida pública, mas, principalmente, a respeito dos mecanismos financeiros que geram e perpetuam o endividamento público.

De modo geral, a autora expõe algumas estruturas fundamentais que consolidam o poder do setor financeiro, os quais atuam na busca de fundos públicos⁸⁴ para serem transferidos ao mercado financeiro: “Desregulamentação financeira e crises, Organismos financeiros internacionais, Agências qualificadoras de risco, grandes bancos privados”

⁸⁴ O fundo público representa toda a capacidade orçamentaria do Estado (SALVADOR, 2010). A partir da lógica neoliberal, o fundo público se tornou importante nicho de disputa do mercado financeiro: “A característica comum a todas as crises financeiras dos últimos trinta anos é o comparecimento do fundo público para socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos” (SALVADOR, 2010, p. 606). Segundo Francisco de Oliveira (1998), o Estado utiliza-se da mais-valia, como fundo público, para garantir as políticas públicas, fato que irá contribuir para a manutenção da força de trabalho e do próprio sistema capitalista. Contudo, algo transgrediu nas últimas décadas, com a financeirização da riqueza a partir do baixo retorno dos investimentos produtivos e fuga do capital para a esfera financeira de forma especulativa, sem lastro real (OLIVEIRA, 1998).

(FATTORELLI, 2013, p. 23). Cada qual opera como engrenagens no mecanismo da dívida pública, admite que o fundo público seja alimento principal do capital financeiro mundial⁸⁵.

Quando colocadas em prática, cada engrenagem utiliza diversificados subterfúgios – sejam da ordem política, lobby e corrupção, ou pela grande mídia – para que a partir da dívida pública esorra, massivamente, o fundo público do país a meia dúzia de rentistas banqueiros atuantes no mercado financeiro, sem que ocorra a contrapartida desta dívida em benefícios sociais (FATTORELLI, 2013).

Dentre estas estruturas fundamentais, destacadas por Fattorelli (2013), a desregulamentação normativo-legal do mercado financeiro se situa como central. De certa forma, ela permite, por exemplo, que grandes bancos mundiais, operadores financeiros internacionais, grupos industriais etc., consigam agir no meio financeiro de forma livre e em escala global, sem impedimentos na aquisição de seus lucros. Ou melhor, possibilite “recuperar uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Contribui para a desregulamentação e participação nas decisões políticas de segmentos públicos dos países, a interferência dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial (BM) que executa orientações economicistas com vistas ao fundo público. A ideia central do BM seria oferecer aos países “pacotes de reformas”⁸⁶ que possibilitassem a abertura dos serviços públicos ao empreendimento privado/mercantil.

Nesta linha de raciocínio, podemos apresentar inúmeros documentos criados que tiveram a intenção de orientar as políticas educacionais do país, no sentido à descentralização, privatização e desregulamentação (CHAVES, 2010; OLIVEIRA, 2009; SGUISARDI, 2008; ALTMANN, 2002). Alguns são utilizados como reformadores, projetando modelos administrativos de gestão educacional com viés neoliberal, camuflado por intenções de “melhorar a eficácia” e “crescimento econômico” (WORLD BANK, 1990; 1995a; 1995b), ao ponto de encobrir a constante abertura do país ao capital financeiro.

O documento “The dividends of learning” deixa evidente: “O Banco é agora a maior fonte de financiamento externo para a educação em países de baixa e média renda” (WORLD

⁸⁵ Os escritos apresentados neste parágrafo fazem recordar a metáfora descrita por Harvey (2016). O Autor simboliza, de forma didática, como um mecanismo atuante para favorecer o sistema financeiro para o capital. Segue a relação que o autor realiza entre o motor e o navio: “Nas entranhas do navio há um motor econômico que trabalha dia e noite para lhe fornecer energia e propulsá-lo pelo oceano. Tudo que acontece no navio depende do funcionamento contínuo do motor. Se ele quebrar ou explodir, o navio para de funcionar.” (HARVEY, 2016, p. 21).

⁸⁶ Em Altmann (2002) observa-se a referência do pacote do BM destinado a orientar a educação dos países emergentes. São orientações que não contemplam as especificidades de cada país. A prioridade é impulsionar o setor privado, o mercado financeiro. Para a autora, as prioridades do BM “são os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa dentre os quais assume grande importância a descentralização” (ALTMANN, 2002, p. 80).

BANK, 1990, p. 13). Por outro lado, o apoio do BM à educação vai além da assistência financeira, é um fornecedor de técnicos econômicos que se envolvem na política: “[...] o Banco junta-se ao governo para analisar o setor educacional do país, incluindo uma avaliação de seu desenvolvimento, políticas educacionais, prioridades de investimento” (Ibidem, 1990, p 24).

Contudo, para concretizar seus interesses carece realizar reformas estruturais. Em “Priorities and strategies for education” (WORLD BANK, 1995a, p. 16), tal necessidade se torna fato: “Os empréstimos bancários apoiam não apenas projetos de educação, mas também reforma institucional no setor educacional. Cerca de metade dos empréstimos para a educação em 1987 foi para mudanças significativas na política educacional”. Entretanto, é segundo o documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia”, que o olhar do BM se direciona ao nível superior. Para a Instituição, este nível de ensino não é prioritário, os Estados gastam demais com pouco retorno social (WORLD BANK, 1995b).

Nessa perspectiva, a orientação é ampliar à privatização e diminuir a atuação do estado. Atualmente, este Organismo financeiro encaminha novas orientações no recente documento “Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, em que tenciona atenções não apenas à educação superior, mas em áreas consideradas estratégicas para a ampliação do capital financeiro: previdência privada, saúde e funcionalismo público. Com a conclusão “O Governo Brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 07), enfatiza o enxugamento das receitas do governo, com o propósito de destinar estes fundos públicos ao pagamento da Dívida pública, algo presente nos governos de FHC, LULA, Dilma, Michel Temer e, no atual, de Jair Bolsonaro.

É nesse cenário, que a materialização de reformas, aprofundamento das privatizações, liberalização das negociatas financeiras, tornam-se instrumentos neoliberais que atuam em setores institucionais consolidados como bens públicos, transformando-os em serviços comercializados. Esse é o caso da educação superior privada brasileira, que desde a década de 1990 sofre forte atuação do mercado financeiro, permite a inserção de um contínuo processo de expansão e mercantilização do setor, da mesma maneira que desnacionaliza a educação e contribui para a consolidação de um novo mercado educativo global (CHAVES, 2016).

A estruturação do cenário da educação superior privada brasileira, apoiada em bases estritamente financeiras, repercute na consolidação de grandes empresas educacionais, verdadeiros oligopólios que se utilizam da educação como mercadoria negociável em bolsas

de valores, ambiente incompatível e contraditório com os pressupostos norteadores do processo educativo.

Em Chesnais (1996, 1998), a financeirização é tratada como uma lógica de ação atualizada pelo novo contexto do sistema capitalista. Ela é sistêmica e de escopo mundial, influencia quaisquer relações econômicas internacionais, e seu regime de acumulação pauta-se pela dominação financeira (CHESNAIS, 1998). O autor se torna categórico em transparecer que de uma vez por todas, as transações financeiras, o fenômeno mais atualizado do sistema capitalista, a financeirização, representa o movimento principal da economia mundial.

O crescimento espetacular das transações financeiras foi um dos fatos mais significativos da década de 80 e já marcou os primeiros anos da década de 90. Efetivamente, a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que a sua mobilidade é maior; é aí que aparentemente, os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa, em relação ao Estado (CHESNAIS, 1998, p. 11).

Em David Harvey (2005, 2011, 2016), não conseguimos observar diretamente o seu debruçar sobre a categoria financeirização. Seu estudo apresenta as relações que o sistema capitalista e sua atualizada propensão à financeirização impõem nas áreas sociais, explica os motivos dos impactos às populações desprovidas dos direitos mais básicos, impondo a esses transtornos sociais e a miséria humana (HARVEY, 2016). Da mesma forma, empreende em suas análises, a relação entre Estados em desenvolvimento que competem em completo desequilíbrio com Estados desenvolvidos, os quais definem os arranjos financeiros internacionais transferindo aos primeiros a sustentação do capital financeiro, e este, por sua vez, transfere a sua população.

Nesse debate, a desproporcionalidade entre o capital financeiro e a educação, ou mesmo, a imposição que o capitalismo financeiro impõe a área educacional são imperiosas. As colocações trazidas por Sguissardi (2014), enfatiza que “o objetivo, mais que nunca, é o lucro, ao qual se soma, com o objetivo de crescer e durar” (SGUISSARDI, 2014 p. 96).

Neste prisma, o Grupo Ser Educacional, pela sua posição no mercado, e suas estratégias corporativas orientadas pelo seguimento mercadológico, introduz todo esse debate na Universidade da Amazônia após sua compra. Isto posto, faz clarificar as contradições entre os seus anseios financeiros com os princípios da formação educacional, resultando em fenômenos educacionais antes não vistos de forma nítida, como a formação para a trabalhabilidade. Portanto, esta configuração é determinante na mobilização do

DCE/UNAMA em momento posterior à instalação definitiva de sua gestão na UNAMA, cenário que será analisado no próximo capítulo.

4 O PROCESSO DE DESCONSTRUÇÃO DO DCE: “EM VERDADE QUEM PERDE NÃO É O DCE/UNAMA, MAS TODOS OS ESTUDANTES DESTA UNIVERSIDADE!”.⁸⁷

A epígrafe empregada como parte do título deste capítulo, evoca os acontecimentos ocorridos na Universidade da Amazônia em fins de 2014 e por todo o ano de 2015, ocasião em que se efetivam as bases da gestão do Grupo Ser Educacional S.A na Instituição. Como externamos na seção 3.2 do capítulo anterior, principalmente no documento Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia (2013g), são demandas que além de inserir novas lógicas ao contexto total da UNAMA, fixam atualizados desafios ao seu movimento estudantil.

Estes novos desafios ao DCE/UNAMA, seguem desde assuntos que circundam a qualidade da formação dos estudantes, pelo decréscimo qualitativo da Universidade, até motivos mais objetivos, como os fatores socioeconômicos. Todas essas causas são salutares quando se tem como nova gestora o Grupo Ser Educacional, Companhia de capital aberto com a lógica de obter lucros a seus acionistas por intermédio da utilização do ensino superior como mercadoria.

Este último capítulo, como previamente anunciado, pretende prosseguir à análise da práxis estudantil do movimento estudantil organizado, no instante posterior à venda da UNESPA, mantenedora da UNAMA, para o oligopólio Ser Educacional S.A.

Na sequência, desenvolvemos as análises das entrevistas realizadas com os estudantes que fizeram parte, no período de 2006 a 2018, da direção do DCE/UNAMA, mesmo com a compreensão que por volta de 2017, o movimento sequer possuía direção composta, algo que ainda se mantém.

Por meio da análise das entrevistas conseguimos abstrair resultados que respondem à questão central da pesquisa, a saber: Quais foram as repercussões concretas que determinaram o declínio da organização e participação do movimento estudantil da UNAMA nas lutas estudantis por direitos dentro e fora da universidade?

⁸⁷ Frase pronunciada por Felipe Melo dos Santos em entrevista para esta Pesquisa. O tom deste destaque era expressão comum quando os Coordenadores do DCE/UNAMA iam conscientizar sua base estudantil, chamando atenção para o negócio que iria prejudicar a todos os estudantes da Universidade da Amazônia caso se concretizasse, fato ocorrido pouco tempo depois.

4.1 O DCE/UNAMA DE 2015 A 2018: O DECLÍNIO

A primeira identificação que abordaremos nesta seção é quanto à quantidade de publicações realizadas pelo DCE/UNAMA no período de 2015 a 2018. A partir de seu Blog encontraremos o registro total de 19 artigos que demonstram a atuação deste coletivo estudantil: 16 publicações em 2015, 1 em 2016, 3 em 2017 e nenhuma em 2018.

Em relação ao período compreendido do “antes” da venda da Universidade da Amazônia para o Grupo Ser Educacional, com o total de 77 publicações, o momento do “depois” retrata um declínio organizativo e participativo deste movimento estudantil, que se apresentará contínuo nos anos seguintes. Por outro lado, deduções retiradas apenas da análise deste quantitativo, mesmo que indique algo revelador, não permite sozinho elucidar o declínio do coletivo. É necessário abstrair-se de distintas informações com a finalidade de constatar os fatos geradores que repercutiram no declínio do DCE/UNAMA, algo alcançado no término deste capítulo.

Segundo nossos apontamentos no capítulo anterior, afirmamos que a dinâmica do movimento estudantil da UNAMA esteve alicerçada nas características dos movimentos sociais: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia. Todas elas estavam presentes na ação do movimento estudantil no período antecedente e contemporâneo à venda da Universidade da Amazônia para o Grupo Ser Educacional.

Neste sentido, apoiado nos elementos identificados na práxis do movimento estudantil, no momento do antes e durante a compra, poderíamos ainda visualizá-los no período depois da negociação? Quer dizer, o DCE/UNAMA conseguiu sustentar a mesma práxis depois da venda de sua instituição? Estas são questões que iremos responder ao longo desta seção. Para tal finalidade, separamos algumas atuações do coletivo ocorridas no ano de 2015, disponibilizadas no “Quadro 4” a seguir.

Quadro 4 – Relação das principais atividades do DCE/UNAMA, realizadas no ano de 2015.

Data	Título da publicação	Objetivo da atividade	Resumo da atividade/ação
26/01/2015	Estudantes impedem reajuste pela 2ª vez e exigem audiência pública	Manifestação do DCE com a interdição da reunião entre empresários no prédio da Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).	Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA frente a SEJUDH com a intensão de participar da reunião com os empresários do ensino para barrar a tentativa de aumento que se estende desde o ano anterior. Estavam presentes na reunião a UNE e UBES, com propostas que o movimento estudantil não tem acordo.

02/03/2015	DCE mobiliza estudantes para Assembleia estudantil e manifestação contra política de cortes, reajustes e sucateamento da UNAMA.	Mobilização, passagem em salas, agitação, para informar aos estudantes a respeito da situação da universidade e cobrar melhorias do Reitor Janguê Diniz. Foi distribuído Informativo do DCE/UNAMA nº 01 de 2015.	Mobilização do DCE/UNAMA e divulgação do panfleto informativo nº 01 de 2015 que além de dar boas vindas aos calouros, informa a situação de sucateamento, cortes, superlotação das salas de aula, junções de turmas, queda da qualidade do ensino da universidade etc. Além disso, denúncia da política permanente do aumento das mensalidades. Todas essas questões, segundo denúncia dos estudantes, é fruto da chegada do Grupo Ser Educacional e do Reitor Janguê Diniz.
09/03/2015	Defender os calouros dos cortes do governo Dilma na educação e FIES! Contra o sucateamento aplicado pelo Reitor Janguê na UNAMA!	Assembleia dos estudantes da UNAMA para aprovação de estado de mobilização na universidade. O DCE/UNAMA exigiu que o Reitor responda sua pauta de reivindicações.	Na assembleia foi aprovada pauta de exigências e estado permanente de mobilização. Quanto à pauta, foi protocolada na Reitoria para cumprimento imediato. Preparação de estratégias caso as reivindicações não sejam aceitas, como: radicalização, intensificação da manifestação, fechamento da universidade, acionamento do ministério público etc.
26/03/2015	DCE convoca ato pela educação no dia 26/03 durante audiência pública sobre FIES na ALEPA	Participação de audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará.	A participação teve como pauta denunciar as ilegalidades e desmonte patrocinado pelas grandes empresas educacionais, debater os problemas do FIES e defender maiores recursos para sua garantia.
23/07/2015	Carta pública de solidariedade do DCE aos estudantes autores da “Preferia NÃO SER”, ameaçados de processo pela UNAMA e Grupo Ser Educacional	Declaração de solidariedade aos estudantes ameaçados de processo por representantes do Reitor Janguê Diniz.	O DCE/UNAMA, com base em sua Coordenação, emite carta pública de solidariedade aos estudantes da Universidade coagidos, autoritariamente, por representantes de Janguê Diniz, em suas posições de opinião divulgadas democraticamente. Através deste instrumento, a entidade estudantil declara apoio solidário a estes estudantes.
26/07/2015	Nota do Fórum Estadual de Lutas: Lutar em defesa da Educação Pública não é crime!	O DCE/UNAMA assina em conjunto com outras entidades, nota em apoio aos defensores da educação pública do estado.	Por meio do Fórum Estadual de Lutas, o DCE/UNAMA assinou Nota em apoio aos professores da rede pública, e sindicalistas, que foram privados de sua liberdade e tiveram seus salários cortados por ordem da justiça paraense.
02/10/2015	Estudantes denunciam crise da UNAMA em reunião de professores, coordenadores e reitoria.	Participação do DCE em reunião com professores, coordenadores e reitoria para tratar a respeito da universidade.	A comunidade acadêmica reuniu-se para tratar tanto do sucateamento da universidade e intransigência da governança da instituição, como para divulgar o prejuízo financeiro que a Ser Educacional teve em suas ações na bolsa de valores. Ao fim, o DCE exigiu audiência pública com o Reitor

			Janguiê Diniz, contudo ele administra a UNAMA à distância, em Recife.
--	--	--	---

Fonte: Quadro produzido com base em informações disponíveis em Diretório Central dos Estudantes da universidade da Amazônia ([2019]).

Algo presente em todo momento histórico do DCE/UNAMA é a luta contra o aumento da mensalidade. No ano de 2014, analisado na seção 3.2 do capítulo anterior, o movimento estudantil da Universidade da Amazônia obteve uma conquista: conseguiu barrar o aumento das mensalidades que se anunciavam⁸⁸.

Em janeiro de 2015 as empresas educacionais do Pará se articulavam novamente para aprovar reajustes não obtidos no ano anterior. Contudo, os estudantes organizados impediram, mis uma vez, a reunião dos empresários e, por conseguinte, o aumento da mensalidade que estavam negociando, conforme se observa em parte da publicação divulgada pelo coletivo: “Os estudantes das faculdades e universidades particulares do Pará conseguiram mais uma importante vitória na luta contra o aumento das mensalidades. Com a 2ª manifestação organizada pelo DCE UNAMA, conseguimos evitar novamente o aumento” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015a)⁸⁹. Em referente ao trecho desta publicação, os estudantes das universidades não foram convidados a participarem da reunião, sequer avisados de sua ocorrência. As conclusões dos estudantes para o não convite remontam ao seu posicionamento contrário a qualquer proposta de aumento das mensalidades, mesmo se estivessem no limite da inflação, como queriam a UNE e UBES.

E foi cantando as palavras-de-ordem contra o aumento nas mensalidades, com faixas e bandeiras nas mãos, que o nosso movimento estudantil adentrou o prédio da SEJUDH e a sala onde reuniam as entidades com o Secretário do Governo do Estado. Lá, apresentamos a nossa pauta em coro: *(...) Já são 19 anos de aumentos nas mensalidades, sempre acima do índice*

⁸⁸ Cf. a publicação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia (2014b): “Vamos à Luta para barrar o aumento de mensalidades nas universidades particulares do Pará!”.

⁸⁹ Registramos que a direção do DCE/UNAMA no ano de 2015 correspondeu à última composição deste coletivo. O que se verifica, a posteriori, é a tentativa de reerguer o movimento estudantil da UNAMA na figura do seu Diretório Central. Na entrevista de C.G.J. observamos que em 2016 ocorreu a preparação para a eleição de nova direção do DCE. Contudo, a Comissão Eleitoral, escolhida em assembleia para estabelecer a eleição, não conseguiu empossar à chapa vencedora, eleita pelos votos da base estudantil. Atualmente, ainda nas palavras de C.G.J., o que se expressa de movimento estudantil parte das organizações dos CAs, principalmente, o Centro Acadêmico de História (CAHIS). Outra informação, quanto à composição da última direção do DCE/UNAMA, é a participação de partidos e correntes políticas na construção da chapa vencedora do pleito: “a chapa foi construída por estudantes militantes do coletivo de juventude Vamos à Luta!, da Corrente Socialista dos Trabalhadores/CST-PSOL, combativos colegas das lutas da universidade e simpatizantes” (VAMOS À LUTA, 2014). A ligação entre partido político e movimento estudantil é muito próximo ao debate realizado por Foracchi (1977) e Mesquita (2001, 2003), desenvolvido em seções de capítulos anteriores deste trabalho. Consideramos tal confluência positiva, desde que não recorra em burocratização e perda da autonomia de ambos os movimentos sociais, como também ressaltam os autores citados.

da inflação. Portanto, muito acima do aumento recebido nos salários de trabalhadores e estudantes, que nunca crescem nessa proporção. O índice de evasão estudantil já bate quase 30%, pois já está caro demais, e os empresários ainda querem seguir nos arrancando mais dinheiro?! Não viemos aqui para implorar um reajuste abaixo da inflação, mas exigir o congelamento das mensalidades. Não dá mais, não aceitamos mais!’ (Ibidem, 2015a, grifo da publicação).

Na seleção de fotos que compõem a “Imagem 16”, a seguir, dispomos de uma noção da organização e participação dos estudantes na mobilização contra o aumento das mensalidades. Podemos perceber, pela ampla cobertura da imprensa local, a proporção da ação alcançada pelos estudantes do DCE/UNAMA.

Imagem 16 – Manifestação organizada pelo DCE/UNAMA em 26/01/2015, contra a tentativa do aumento de mensalidade nas IES privadas do Pará. Ato em frente e dentro do prédio da Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).



Fonte: Imagens retiradas das publicações do DCE/UNAMA. Cf. em (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015a; 2015b).

Em conjunto com os desafios que se tornaram presentes em todo momento histórico da atuação do DCE/UNAMA, como as tentativas e aumentos persistentes das mensalidades, outros mais novos começaram a ser vivenciados, principalmente, a contar do processo de consolidação das estratégias administrativas do Grupo Ser Educacional. Identificados pelos estudantes, estes recentes problemas manifestavam-se frequentes: sucateamento; cortes de verbas; superlotação das salas de aula; junções de turmas de diferentes semestres; transformações de espaços ditos “ociosos” para utilização lucrativa; retorno da cobrança de taxas; fechamento da sede do DCE/UNAMA; eliminação do chamado “Repasse” para a entidade estudantil; laboratórios fechados; obras nos campus inacabadas; falta de estrutura básica; banheiros desativados; demissões de professores e técnicos⁹⁰ etc. Estes fatores representaram, de certo modo, a decadência da qualidade do ensino da Universidade da Amazônia, que em épocas passadas sustentava o status de referência de ensino superior no Estado do Pará⁹¹ (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015c; 2015d; 2015e).

A desorganização e o transtorno são a marca da chegada do Grupo Ser Educacional e do Reitor Janguê Diniz, presidente do grupo [...]. Estão em curso alterações nas grades curriculares, no funcionamento das coordenações de cursos, demissões de professores e funcionários, bem como cortes na pouca Pesquisa e Extensão que existiam na universidade, como os projetos “*Criança Amazônia*”, “*Liberdade Assistida*” [...]. Também ocorreu no último período, a saída dos estudantes da Rádio UNAMA. Tudo isso compreendemos como um claro ataque à qualidade em nome dos lucros, pois a abertura de 19 mil vagas no último vestibular demonstra a irresponsabilidade da nova administração e o objetivo de massificar a instituição sem a devida estruturação dela para os estudantes. Ainda há a preocupação com o título de “universidade” de nossa instituição, uma vez que se mudarão os critérios, aumentando o número de mestrados, doutorados e outras condicionantes que não são atendidas pela UNAMA. De fato, o Grupo Ser Educacional nunca teve a experiência de dirigir uma universidade, apenas faculdades (DIRETÓRIO CENTRAL DOS

⁹⁰ Quem permaneceu na Universidade após as demissões exerceu atividades a mais do que previam os seus contratos, em uma relação com traços de precarização e exploração da força de trabalho, como relata em entrevista C.G.J.: “Este professor, na maioria das vezes, tem que trabalhar em casa, às 11 da noite, com celular do lado para resolver problemas da universidade. É um trabalho quase que integral, é um assédio que eles sofrem também, por conta dessa dinâmica. Você sai do trabalho, mas ele chega na sua casa, e não recebe nada a mais por isso. [...] Então o cara vai ser sugado a todo momento. Alguns deles ainda são requisitados para fazer a propaganda da UNAMA nas escolas particulares, para encher a UNAMA. [...] às vezes, no sábado e no domingo” (C.G.J., 2018).

⁹¹ Importante relacionar estes fatos abordados nas publicações do DCE/UNAMA, também presentes nas falas dos entrevistados, com a proposta financeira do Grupo Ser Educacional para o ano de 2016. No documento intitulado “Resultados do 4T15”, a Companhia divulga ações técnicas de eficiência no corte de gastos e enxugamento, com a finalidade de obter receita para o próximo ano, 2016: “Redução de R\$16 milhões em custos em 2015 serão importantes para a recuperação de margens” (SER EDUCACIONAL, 2016, p. 15). Esta estratégia elaborada pela Companhia e os problemas apresentados pelos estudantes são ligados umbilicalmente.

ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015c, grifos da publicação).

Estes anseios conduzidos pela citação fizeram parte da mobilização que percorreu por todos os campi da Universidade, com a intensão de não somente conscientizar o alunado, mas trazê-los para o ambiente da participação, com a pretensão de massificar o movimento estudantil que, apesar dos ataques, ainda se mostravam atuantes, como podemos observar nas imagens a seguir⁹².

Imagem 17 – Mobilização estudantil organizada pelo DCE/UNAMA chamando para assembleia geral dos estudantes de todos os campi da Universidade da Amazônia.



Fonte: Imagens retiradas das publicações do DCE/UNAMA. Cf. em (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015c; 2015d).

Na assembleia geral mobilizada pela direção do DCE/UNAMA, os principais pontos de pauta construídos pelos estudantes, para serem objetos de debate e, posteriormente, produzir ações, direcionavam-se para cinco ocorrências centrais: (1) sucateamento da

⁹² Além dos novos ataques, o movimento estudantil representado pelo DCE não mais participava dos Conselhos Superiores da instituição, principalmente a partir do primeiro semestre de 2015. À vista disso, o conjunto das decisões introduzidas a contar de 2015 pelo Grupo Ser Educacional: As alterações da realidade acadêmica, da estrutura física dos *campis*, demissões em massa, sobre recursos da universidade, investimentos, outros dados financeiros, eram discutidas em reuniões alheias à organização universitária, e sem a participação da representação estudantil: “Nesse marco antidemocrático é que está sendo aprovada uma série de medidas drásticas. O maior dos exemplos ocorreu nesse dia 26/06, quando o Grupo Ser Educacional aplicou uma massiva demissão de professores. Em torno de 48 trabalhadores, entre mestres, doutores e especialistas, incluindo coordenadores de cursos com larga experiência e história na UNAMA. Sem nenhuma comunicação ao conjunto da comunidade acadêmica” (LUTA SOCIALISTA, 2015).

universidade, aplicado pelo Reitor Janguê Diniz; (2) redução no valor das mensalidades e “nada de aumento!”; (3) por ampliação do Financiamento Estudantil (FIES); (4) garantir o direito dos estudantes seguirem frequentando as aulas e demais atividades acadêmicas, mesmo com problemas financeiros oriundos dos valores das mensalidades; e (5) retomar as gratuidades das taxas conquistadas pelo DCE/UNAMA antes da entrada desse representante dos “tubarões do ensino” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015c; 2015d; 2015e).

Entre os pontos apresentados, a defesa da ampliação do FIES, por parte do DCE/UNAMA, torna-se o item controverso que necessita análise. Manifesta-se contraditório ao próprio posicionamento da entidade estudantil quando defende o ensino público de qualidade. Nas entrevistas realizadas é nítido, nas falas dos estudantes, que a direção do DCE/UNAMA se mostrava contrária aos programas de financiamento estudantil do governo federal, pois compreendiam como sendo canais de fluxo dos recursos públicos para maximizar ainda mais os cofres das empresas educacionais. Apesar disso, quando houve o corte no FIES em 2015, este movimento estudantil se manteve contrário à redução dos recursos.

Contudo, a contradição apresentada pelo coletivo estudantil não permite ao entendimento da defesa cega ao programa, mas, como apoio a sua categoria estudantil que necessitava destes recursos imediatos para permanência na universidade. Em outras palavras, empenhava-se mais ao resguardo dos direitos dos estudantes em prosseguir seus estudos, e alguns também a militância, visto as ameaças de expulsão pelo Grupo Ser Educacional, do que salvaguardar a política pública de financiamento estudantil.

Ao compreendemos a finalidade da política do FIES avistamos que a relação público/privado nestes termos, na destinação de fundos públicos a empresas educacionais pelo uso de financiamento estudantil, favorece na alavancagem financeira desses seguimentos lucrativos, como o Grupo Ser Educacional. É neste contexto, com a participação do Estado na destinação de recursos públicos, pela via do financiamento estudantil, que os maiores oligopólios educacionais do mundo se estruturam no país: Kroton, Estácio, Anima e Ser Educacional (Sguissardi, 2015; Carvalho, 2013; Ghirardi; Klafke, 2017)⁹³. Quer dizer,

⁹³ Em estudo realizado, Reis (2017) identifica que a destinação de fundo público para o setor educacional brasileiro priorizou na ampliação do acesso ao ensino superior pela via das instituições privadas em detrimento às públicas, por meio do financiamento estudantil: FIES e PROUNI (REIS, 2017). Segundo os dados apresentados em sua pesquisa, as despesas da União com as universidades federais tiveram um crescimento percentual, entre 2003-2014, de 144,10%. Em contrapartida, as despesas com os programas FIES e PROUNI cresceram, no mesmo período, em 880,42% (REIS, 2017, p. 41). Quando focamos no Grupo Ser Educacional, a base de estudantes total que possuem o financiamento estudantil do FIES, desde 2015 até 2017, nunca foi menor

favorecem a expansão da financeirização e a consolidação do setor educacional privado mercantil (SANTOS FILHO; CHAVES, 2017). Estas mesmas empresas denominadas pelo DCE/UNAMA de “tubarões do ensino”.

Em julho de 2015, o movimento estudantil da UNAMA expressou sua solidariedade aos estudantes que construíram a página “Preferia NÃO SER”, na plataforma Facebook, um meio de comunicação alternativo utilizado por estes estudantes para expressar suas críticas à gestão tecnicista do Grupo Ser Educacional. O DCE se solidarizou, em razão das ameaças de processo sofridas por tais estudantes, oriundas do Reitor Janguê Diniz.

Graves transtornos e todo tipo de novos problemas surgiram desde a chegada do Grupo Ser Educacional na UNAMA. A paciência dos estudantes, corretamente, já chegou aos limites e a indignação tem explodido. Assembleias, protestos, mobilizações, reportagens de TV e denúncias de todo tipo se dão desde então. Nós do DCE UNAMA estivemos buscando ajudar a unificar, coordenar e fortalecer a luta pela qualidade em nossa educação [...]. Foi em meio a essa realidade caótica que um grupo de estudantes construiu a página "Preferia NÃO SER" e realizou campanha de denúncias das demissões de professores, coordenadores de curso, a má estrutura e dos problemas acadêmicos. O desdobramento do movimento de nossos colegas foi que tiveram uma reunião com representantes da Reitoria, em que foram [...] ameaçados de ser processados! Um absurdo! Nós, da diretoria do DCE Unama, estamos vindo à público declarar solidariedade à luta desses estudantes, uma vez que coincidem com as lutas que nossa entidade constrói e porque é inaceitável a postura autoritária da Reitoria/UNAMA e do Grupo Ser Educacional (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015g)⁹⁴.

O mesmo gesto de solidariedade emitido pelo DCE/UNAMA aos estudantes de sua universidade realizou em apoio aos trabalhadores professores da rede pública de ensino, presos injustamente por reivindicarem direitos de sua categoria frente ao governo do Estado do Pará (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015h). De forma orgânica e coletiva, a direção do DCE/UNAMA em conjunto

do que 40%. Somente em 2018 o índice decaiu para o patamar de 32% de alunos com este tipo de financiamento estudantil (SER EDUCACIONAL, 2019a). Os números de Reis (2017) e da Ser Educacional (2019a) demonstram duas situações centrais: (1) as políticas sociais “têm sido transformadas em ações pontuais e compensatórias. [...] se opõem radicalmente ao padrão público e universal de proteção social” (REIS, 2017, p. 43); e (2) com a política de destinação do fundo público para oligopólios educacionais (financeiros), propicia a ampliação do espaço de valorização do capital (Ibidem, 2017).

⁹⁴ Em página da internet do jornalista Lúcio Flavio Pinto, tem-se o registro de todos os fatos a respeito do imbróglie entre os representantes do Grupo Ser Educacional e os estudantes do "Preferia NÃO SER". Pinto (2015a) destaca que disponibilizou seu meio de comunicação para publicar a Carta dos estudantes envolvidos, a qual foi destinada também a Defensoria Pública do Estado, pois compreende “a necessidade de que a liberdade de expressão e opinião devem prevalecer em um estado democrático de direito” (PINTO, 2015a). Além disso, o jornalista entende que a atuação do Grupo Ser no Pará merece um aprofundamento investigativo, percebe que a filosofia do Grupo educacional não segue critérios de qualidade, mas está ligado ao interesse puramente empresarial (Ibidem, 2015a).

com outros movimentos sociais, assinaram a nota do Fórum Estadual de Lutas que exigia o “imediato arquivamento do processo que priva de liberdade os dirigentes do Sintepp e combativos professores!” (Ibidem, 2015h).

Além do apoio aos professores da rede estadual de ensino, destaca-se igualmente a emissão de notas de solidariedade do movimento estudantil da UNAMA aos estudantes e professores que se organizavam na Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2015, contra o governo de Dilma Rousseff e seu corte de 30% nas verbas de custeio desta universidade:

A “Pátria Educadora” anunciou o aumento do corte na Educação de R\$ 9 bilhões! [...] A universidade já sucateada, vai ficar ainda mais! [...] A UFPA está em greve agora! Devemos cobrir de solidariedade a luta dos técnicos e docentes, construindo a unidade de todos os lutadores e firmando nossa aliança estudante-trabalhador [...] contra a política neoliberal do Governo Dilma (PT/PMDB/PCdoB) (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015f).

Nos meses finais do ano de 2015, o coletivo estudantil da UNAMA retorna suas atenções quase que exclusivamente aos problemas internos da Universidade. Estimula, novamente, forte campanha de aglutinação entre os trabalhadores da instituição e estudantes contra as medidas intensificadas da gestão do Grupo Ser Educacional.

Imagem 18 – Participação do DCE/UNAMA em reunião com professores, técnicos educacionais, Coordenadores de cursos e representantes da reitoria, para tratar a respeito da Universidade da Amazônia.



Fonte: Imagens retiradas da publicação “Estudantes denunciam crise da UNAMA em reunião de Professores, Coordenadores e Reitoria” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015i).

Os problemas na instituição se intensificaram em fins de 2015, demissões de professores e funcionários, aumento das mensalidades e taxas se tornaram mais frequentes. Inclusive, algo novo começou a ser praticado pela empresa: “Agora a SER Educacional também quer impedir os estudantes irregulares de fazer suas provas. Todos aqueles que tiverem pendências e não estiverem financeiramente regularizados serão ‘convidados a se retirar’ da sala de aula” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015i).

Partes das denúncias realizadas pelo movimento estudantil e Sindicato dos Professores da Rede Privada (SINPRO) produziram os conteúdos de jornais de grande circulação no Estado do Pará. Na reportagem em destaque é vinculado estudo da quantidade de professores demitidos e outros recontratados em seus lugares, com baixos salários, e de qualificação e experiência menores:

[...] cerca de 40 docentes foram liberados das atividades na universidade para contratação de profissionais com menor tempo de experiência e salários menores. ‘A Unama possuía uma estrutura de professores com vasta experiência, boas qualificações. O que vemos, em todo Brasil, é a chegada do capital estrangeiro quebrando essa estrutura. Temos a substituição dos antigos professores por novos, em início de carreira, com salários menores’, afirma Antônio Penela, um dos representantes do SINPRO” (DIÁRIO ONLINE, 2015).

Estas medidas instituídas pela gestão do Grupo Ser Educacional foram resultados da desvalorização de suas ações na BM&FBOVESPA, ocorrendo em mais ajustes financeiro em suas instituições mantidas. O fator principal que gerou a perda, somente da Ser Educacional S.A de 1,79 bilhões de reais, e o total de 4,5 bilhões de reais de todas as principais empresas educacionais de capital aberto, motivou-se pela mudança das regras do FIES orquestrada pelo governo de Dilma em 2015 (POLI, 2015)⁹⁵. Condição que demonstrou a importância do fundo público na receita destes oligopólios educacionais, como revelado por Reis (2017) e Santos Filho; Chaves (2017).

As ações de cortes encontram-se também divulgado nos Resultados da Ser Educacional de 2016, publicado aos seus investidores. Neste documento, podemos ter acesso às propostas de controle dos gastos da empresa, da mesma forma que as pretensões futuras de contingenciamento, aumento das receitas e lucro acionário. Por exemplo, a perspectiva para o ano de 2016 ressaltava reduzir o capital em 16 milhões de reais em relação aos gastos de

⁹⁵ Na base total de alunos do Grupo Ser Educacional, que em fins de 2015 representava 123.988 mil alunos, um pouco mais de 45% de alunos eram financiados pelo FIES (SER EDUCACIONAL, 2019a). Índice que representa quase a metade da receita da Companhia sustentada somente pelo fundo público. Não consideramos na conta a renúncia fiscal do PROUNI, e outros tipos de financiamentos como o EDUCRED e PRAVALER.

2015, medidas expostas como urgentes para recuperação de margem (SER EDUCACIONAL, 2016). Despesas correntes com pessoal são as mais afetadas, assim como a eliminação de investimentos no ensino. Pudemos notar que estas ocorrências se apresentam frequentes nas falas dos estudantes entrevistados para esta pesquisa.

Esta ação empresarial da Ser Educacional S.A, de enxugamento de sua máquina, tem explicação satisfatória em Harvey (2018). O autor afirma, a partir de Karl Marx, que o único meio de possibilitar o mais-valor de uma companhia, o seu lucro monetário, é pela redução da força de trabalho e sua exploração (HARVEY, 2018), algo praticado por excelência na Universidade da Amazônia⁹⁶. Outra oportunidade de lucratividade que o Grupo Ser Educacional implanta profissionalmente é a destinação de sua riqueza para a esfera financeira. Este mecanismo de criação de mais-valor, atrelado à especulação financeira, permite a transferência da riqueza produtiva para a esfera financeira, de maneira a empreender rendimentos pela via da dívida pública brasileira, e outros mecanismos econômicos.

Neste cenário vivenciado pelos estudantes da Universidade da Amazônia, de cortes e sucateamento de sua instituição, assim como as injustiças praticadas pela administração do Grupo Ser Educacional aos estudantes que não conseguiam mais manter sua permanência na universidade, por conta da eliminação de parte dos programas de financiamento, representaram fundamentos de denúncias encaminhadas pelo DCE/UNAMA à Defensoria Pública do estado do Pará. Este órgão, por sua vez, notificou o Grupo Ser Educacional por intermédio de “recomendações extrajudiciais” para serem cumpridas pela Companhia. Dentre as medidas recomendadas, estão: (1) efetuar a rescisão dos contratos de prestação de serviços educacionais com os alunos que assim o desejarem, sem cobrança de quaisquer valores; (2) o valor pago pelos alunos desejosos do cancelamento da matrícula deverá ser devolvido; (3) garantir a vaga na instituição para todos os alunos que optaram pelo pagamento através do FIES até a obtenção do mesmo; (4) assegurar as bolsas de estudos até o final do curso para os alunos que possuem o documento “Termo de garantia de vaga”; (5) garantir que todos os alunos matriculados a partir de 1º de dezembro de 2014 até a presente data tenham o direito

⁹⁶ Esta prática de exploração e demissões da força de trabalho para aumentar o mais-valor dos empresários, como indicado por Harvey (2018), com demissões em massa e contratação do mesmo quantitativo, mas com salários menores, é prática recorrente de grandes grupos nacionais do segmento educacional. A Ser Educacional S.A, por meio de sua gestão, aplicou na Universidade da Amazônia, demitiu mais de 40 professores e contratou outros com baixa qualificação (DIÁRIO ONLINE, 2015). Tempos depois, em 2017, a Estácio também implantou em suas mantidas o mesmo processo, nacionalmente, como informa Lúcio Flávio Pinto: “A empresa explicou que estaria demitindo 1,2 mil professores e contratando outros 1,2 mil. A Estácio teria justificado a decisão com o fato de que os professores ganhavam uma remuneração acima do mercado” (PINTO, 2017). O jornalista afirma, por fim, que estas decisões visam apenas o lado lucrativo, em último estágio a qualidade do ensino, resultado da própria mercantilização do ensino (Ibidem, 2017).

de frequentar as aulas, realizar provas, testes e demais avaliações sem a cobrança de taxas (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, 2015). Estes quesitos conquistados pelo DCE, em seu enfrentamento com o Grupo Ser Educacional, ainda conseguia garantir conquistas a sua base estudantil, de forma a incomodar a administração superior da Companhia.

As justificativas alegadas pelo Grupo Ser Educacional, com a intensão de combater as denúncias realizadas pelos estudantes, informavam que a Companhia de Janguê Diniz encontrava-se insustentável economicamente. Segundo os dados quantitativos, houve perdas financeiras neste período, quando se retirou minimamente o fundo público destas instituições por conta das alterações na regulação do FIES.

Diferente do declarado, detectamos por meio dos resultados informados pela própria Companhia (balancetes financeiros aos acionistas) que a mesma encerrou ano de 2015 com quase 362 milhões de reais de Lucro Líquido Ajustado (LLA) (SER EDUCACIONAL, 2019a). Índice que exprimi o mais-valor a ser repartido entre os acionistas.

Portanto, ao confrontar os dados com as alegações, percebemos que não é compreensível com a finalidade do Grupo Ser educacional os constantes cortes e ajustes impopulares implantados na UNAMA cotidianamente. Pois, se mostra completamente contraditório com os princípios descritos na missão da própria Companhia, como informamos nesta Dissertação⁹⁷, de que a instituição preza por: “valorizar a qualidade da educação e a valorização do ser humano [...] com a premissa de construir um projeto nacional com atenção às características culturais e regionais” (SER EDUCACIONAL, [2019]). Deste modo, com a retirada de recursos ano após ano torna-se inviável garantir a qualidade que prometem. Situações que, em tempos anteriores à venda, não eram visíveis na Universidade da Amazônia, indicada no passado como uma das melhores instituições privadas do norte do país, como comprova Lúcio Flávio Pinto em outra publicação que resume em qualidade as questões sempre defendidas pelos estudantes:

A Universidade da Amazônia passa por profundas modificações. Infelizmente, modificações que degeneram um dos seus mais importantes legados. De uma Universidade que sempre primou pela qualificação, pela experiência de seus professores e pela qualidade de seu ensino, agora degenera em populismo educacional, quantificação de alunos e multiplicação de salas de aula. Quadros que representavam aquilo que a Unama tinha de melhor estão sendo extirpados, totalitariamente e sem justificativas plausíveis a não ser a aceitação bovina “dos novos” discursos pautados na

⁹⁷ Ver no primeiro parágrafo da seção 3.3 “Ser Educacional S.A e sua trajetória ao mercado financeiro”, no capítulo anterior, página 129.

ameaça e acha que é pela metrificação do ensino. A pesquisa foi jogada às traças; os pesquisadores, aos cangaceiros do saber. Hoje vemos profissionais estupefatos, não só os que foram demitidos, mas também os que agora têm que acumular funções para cortar custos e lidar com a imprevisibilidade e a desorganização como regra. [...]. Tendo em vista esta situação, fica uma pergunta: **a Unama, que já foi “Educação para o desenvolvimento da Amazônia”, agora é educação para o desenvolvimento de quê e de quem?** (PINTO, 2015b, grifo nosso).

A pergunta guiada pela citação (destacada) é salutar e encontra-se alicerçada em nossa problemática central de pesquisa, assim como dialoga com nossa hipótese: que aponta como principal fator do declínio do movimento estudantil da Universidade da Amazônia as repercussões advindas da compra da UNAMA pelo Grupo Ser Educacional, questão que ainda não será respondida neste momento.

Na sequência, os anos de 2016 e 2017 se resumem em 4 publicações: nenhuma relacionada com a mobilização do coletivo, ou mesmo com qualquer enfrentamento ao Grupo Ser Educacional. Neste meio tempo, houve o término regimental da direção do DCE, dispondo da necessidade de novas eleições para a próxima direção, de 2017. Contudo, conforme as publicações, ocorreu a formação da Comissão eleitoral e a disputa entre chapas, com o êxito de uma delas. Entretanto, a mesma não tomou posse, e desde então o DCE/UNAMA não possui concretamente sua direção composta.

Corroborando com esta informação, o relato de C. G. J. em entrevista para a pesquisa, o mesmo participou das tentativas de mobilização depois de 2016 e foi designado, em 2017, como Presidente da Comissão eleitoral. O estudante inicia seus argumentos de modo a indicar que em meados de 2015 o DCE encontrava-se em processo de desestruturação, e termina sua fala com a comprovação de não mais haver a composição da principal organização estudantil da Universidade da Amazônia.

O movimento estudantil da universidade sofreu uma evasão depois de 2015 [...] A direção do DCE em 2017 já tinha se esgotado do seu mandato. E a direção não aparecia, não reunia. Mesmo tendo se expedido o tempo da direção, ela era responsável de chamar novas eleições e assembleias. Porém não chamava e ficou um tempo vago. [...] Quando a gente vai pra construir o DCE eu não vou como direção do movimento, eu vou como comissão eleitoral. Aí na assembleia a gente elegeu uma comissão e o calendário de eleições, isso já vai ser no final do primeiro semestre de 2017. [...] Aí a gente fez tudo certo, houve disputa, seguimos todo o protocolo da eleição, mas não conseguimos empossar uma direção. [...] eles ganharam eleição, saíram como mais de 60% dos votos, mas eles nunca se organizaram para assumir. Mas em contrapartida a gente, no ano passado, já começou a organizar, sempre participamos, sempre fizemos as atividades dentro da universidade, de discussão, de debate, mas não assumimos a gestão, e não podíamos, apesar de termos a vontade, de impulsionar, mas eu era comissão eleitoral,

não fazia parte da gestão. Aí tentávamos atrair, indo atrás de quem ganhou a eleição para contribuir e dá uma organicidade (C.G.J., 2018).

Em 2018 não sucedeu nenhuma publicação no Blog oficial do DCE/UNAMA. A começar de 2017, a organização do movimento estudantil se desenvolve na instituição pelos Centros Acadêmicos de alguns cursos da Universidade. Um destes cursos, o Centro Acadêmico de História (CAHIS) é o mais sistematizado. Empenha-se na construção coletiva de um movimento estudantil abrangente, como o DCE, procura desenvolver novamente, como ocorria em poucos anos passados, o debate a respeito das condições estudantis e trabalhistas de sua universidade, além do fato de produzir ações que visem a comunidade acadêmica em relação aos assuntos sobre a qualidade do ensino.

Dentre os diversos eventos propiciado pelo CAHIS, destacamos o debate: “O Financiamento do ensino privado no Brasil”, do qual nós participamos, tendo na mesa do evento a Professora Dra. Fabíola Bouth Kato, integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Educação Superior (GEPES/UFPA). Na “Imagem 19”, a seguir, apresentamos algumas fotos que antecederam o evento.

Imagem 19 – Fotos do Evento “O Financiamento do ensino privado no Brasil”, realizado pelo Centro Acadêmico de História (CAHIS) em 21 de novembro de 2017 no Auditório Salomão Mufarrej na Universidade da Amazônia, campus da Alcindo Cacela.



Fonte: Imagens produzidas pelos autores da pesquisa, em 21 de novembro de 2017, na cidade de Belém, no hall de entrada da Universidade da Amazônia, campus da Alcindo Cacela. Ações de divulgação do evento, momentos antecedentes ao seu início.

O debate compreendido pelo evento centrava-se a respeito dos problemas da financeirização e mercantilização do ensino superior privado brasileiro. Em grande parte, conduzia os exemplos ocorridos na UNAMA depois de seu processo de compra pelo Grupo Ser Educacional. Todavia, por conta do assunto principal em discussão, e o local onde se desenvolvia o evento, naquele momento, apresentaram-nos diversas dúvidas e inquietações que somente foram possíveis de serem respondidas neste momento, uma delas é a seguinte: como os estudantes conseguiram trazer para a Universidade da Amazônia um tema que é contrário aos próprios interesses da administração dessa instituição? Nós conseguimos as respostas a partir das entrevistas.

Nas falas, percebemos que o evento ocorreu por conta da pressão e disposição dos estudantes que ainda tentam erguer a entidade do DCE. Além disso, tiveram (os estudantes coordenadores) de cumprir alguns termos de censura impostos pela administração da universidade, e combater algumas estratégias de desmonte do evento, articuladas pela reitoria. Estas polêmicas encontram-se nos bastidores do evento, e torna-se importante divulgá-las. Este trecho da entrevista de C. G. J. apresenta a censura, intransigência e o autoritarismo antidemocrático da administração superior da instituição.

Nós organizamos o debate que discutia sobre a mercantilização do ensino, levamos a Fabiola. Fizemos o material, e este material fazia referência aos tubarões do ensino. Uma crítica a essa nova modalidade de ganhar dinheiro. Inclusive tinha uma faixa na entrada da UNAMA da Alcindo Cancela. Tinha também o material impresso. No decorrer do processo de divulgação, e de construção da mesa, fomos chamados pelo Pró-reitor Jeferson Basselar e ele bateu o martelo dizendo que não ia mais haver o evento, que estava cancelado. Aí você imagina, nós somos uma organização que a maioria das pessoas que estavam construindo o evento são de estudantes, e nós que financiamos tudo. Então tudo que estava ali, de material, de artista, fomos nós que conseguimos com nossos contatos. E ele chegou, dois dias antes de iniciar o evento dizendo que não poderia ter porque o material expressava uma política totalmente contrária à universidade. Nós fomos censurados. [...]. Ele falou assim, “se vocês quiserem fazer o evento dentro desta universidade vão ter que pagar”. Aí perguntamos para ele o valor do auditório. Só sei que daria um valor de 800 reais e teríamos que encher um auditório de 60 lugares. E quando a gente se deparou com isso todo mundo ficou assustado, aí saímos putos com ele e fomos tentar resolver a situação ligando para várias pessoas: deputado, vereador, enfim, várias pessoas. Mas não conseguimos. Aí decidimos interromper as ligações e voltar lá com ele. Reunimos novamente, todos mais calmos, e falamos que queríamos resolver a situação. Apertamos ele. E ele mesmo já tinha falado que não poderia cobrar de aluno. Aí o que foi que a UNAMA fez, ela girou todo o seu material humano, para construir um outro evento com tema muito importante sobre consciência negra no mesmo horário do nosso evento. Aí tivemos um evento extremamente esvaziado. Foi

um evento que eles patrocinaram, deram a estrutura, trouxeram gente. Então essa é a forma como eles atuam, uma censura descarada (C. G. J., 2018).

O trecho da fala de C. G. J. divulga que o empenho dos estudantes para manterem o evento sobre financeirização do ensino superior, por eles próprios organizados, estampa a iniciativa de enfrentamento contra as determinações autoritárias do Grupo Ser Educacional. Além disso, percebemos que a articulação do movimento estudantil desta universidade ainda mantém características de resistência no empenho de organização do coletivo.

Face ao exposto, a constatação do movimento ainda sustentar indícios de radicalização latente, permite consideramos que, mesmo não estabelecida a composição do DCE/UNAMA, a mobilização estudantil não se mostra eliminada, encerrada. Longe disso, as tomadas de decisões do Grupo Ser Educacional por um lado, e as contradições potencializadas advindas das correlações de forças no sistema capitalista por outro, fazem com que nada fique adormecido na Universidade da Amazônia.

Por tudo até o momento desenvolvido, possibilita-nos a responder à pergunta levantada no início desta seção, elaborada da seguinte maneira: “O DCE/UNAMA sustentou sua atuação de movimento social, de forma organizada, orgânica, coletiva, solidaria e autônoma depois da venda da mantenedora de sua Universidade?”. Nossa resposta a questão é no sentido afirmativo, de que houve a permanência de sua postura ativa até o final do ano de 2015. Ou seja, quando o movimento estudantil encontrava-se inserido na atual gestão do Grupo Ser Educacional.

Observamos neste período um DCE/UNAMA organizado, na diligência da organicidade com outros movimentos sociais, valorizando a coletividade como bem mais volumoso que a individualização e a fragmentação do grupo. Para isso, solidarizou-se com os organismos sociais e personalidades críticas, com vistas à unicidade como primazia de enfrentar o empresariado. Além disso, manteve o caráter autônomo de sua ação.

Contudo, em meados de 2015 para a virada de 2016, é quando se constata o declínio de fato. Por intermédio de documentos e entrevistas, identificamos que o DCE/UNAMA não realizou mobilização, tampouco uma ação contundente (interna ou externamente).

Com base nesta configuração, refletimos que, para o declínio do DCE/UNAMA, o simples fato da negociação de compra e venda da Universidade da Amazônia não representou a imediata derrocada deste movimento estudantil. As ações oriundas desta negociação, a forma administrativa e suas tomadas de decisões, em uma ação conjunta, se mostraram essenciais para tal conformação. Entretanto, esta percepção, ainda a *priori*, não nega nossa

hipótese desenvolvida em inícios desta Dissertação. Pois, estes fatores são determinados, fundamentalmente, pelos efeitos do processo de compra e venda da Universidade.

Isto posto, as razões que culminaram na desarticulação deste coletivo e seu processo de declínio serão o nosso foco na seção seguinte, última do capítulo e da Dissertação, momento em que apresentaremos os resultados desta pesquisa.

4.2 PRINCIPAIS REPERCUSÕES PARA O DECLÍNIO DO DCE/UNAMA

O desenvolvimento desta pesquisa, como indicado, pretende examinar o movimento estudantil da Universidade da Amazônia, com intuito em verificar a organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia da entidade estudantil DCE em seu período histórico, dispendo como objetivo central examinar: quais foram às repercussões que atingiram a estrutura organizativa deste coletivo estudantil de forma a implicar em seu declínio, ao ponto de, em 2018, não dispor sequer de direção composta.

Este aspecto de declínio tão abrupto é algo incomum para um movimento estudantil extremamente atuante em sua base estudantil, único nas instituições privadas de ensino superior do norte do país que converge às características teóricas de um movimento social em práxis. Configuração que, por exemplo, transcende a ordenação dos estudantes em sua universidade, e permite estruturar movimentos em outras faculdades, sinal claro de solidariedade e a unicidade entre os coletivos⁹⁸.

Somam-se a isso, os relatos de alguns estudantes não participantes das entrevistas, os quais afirmaram que a organização do movimento estudantil da UNAMA se apresentava extremamente atuante dentro e fora de sua instituição, aglutinava forças com outros movimentos sociais por pautas diversas, sejam centradas em sua categoria, ou mesmo pela causa da classe trabalhadora.

Assim, face à problemática destacada no movimento estudantil da UNAMA, convergiremos, nesta última seção, em analisar quais as repercussões que atingiram

⁹⁸ Na publicação, “Cresce a luta nas particulares: Fundação do DCE IESAM em Belém. Todo apoio!”, percebemos o movimento estudantil da UNAMA em demonstração de unicidade, organicidade, coletividade e solidariedade, a estudantes de outra universidade privada. O processo de mobilização se materializou a partir de demandas objetivas como o aumento da mensalidade que indignou grande parte dos estudantes do Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESAM). “Sem Centros Acadêmicos ou Diretório Central de Estudantes na faculdade, os estudantes passaram a reunir e discutir a necessidade da luta e criando uma rede de contatos nas salas de diversos cursos, nos três turnos” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013L). A ação gerou bons resultados, a administração do IESAM, além de receber a comitiva dos estudantes para a reunião, retirou a sua proposta do aumento.

diretamente as estruturas organizativas deste coletivo estudantil após o processo de venda da instituição para o Grupo Ser Educacional.

Para tal dinâmica investigativa, lançamos mão de entrevistas semiestruturadas e de documentos do DCE/UNAMA, que demonstraram a práxis da entidade em seu período histórico de atividade, encontrados principalmente no Diretório Central dos Estudantes da Universidade da Amazônia ([2019]). Assim como, utilizaremos dos documentos institucionais e de gestão da Ser Educacional (SER EDUCACIONAL, [2019]; 2018a; 2018c; 2016; 2017a; 2017b; 2014a; 2014b), que normatizam a política gerencial da referida Companhia.

A seguir, no “Quadro 5”, exibiremos a caracterização dos 4 sujeitos da pesquisa que, segundo o critério metodológico, devem ter sido estudantes da Universidade da Amazônia em algum momento entre o período de 2006 a 2018. O intervalo temporal refere-se ao antes, durante e depois da compra da UNAMA pela Ser Educacional S.A.

Quadro 5 – Exposição de informações básicas dos entrevistados utilizados nesta pesquisadas: nome, idade, período no DCE, formação e detalhes da entrevista⁹⁹.

Nome	Idade (anos)	Período no DCE/UNAMA	Formação	Detalhes da entrevista		
				Local	Dia	Tempo
Felipe Melo dos Santos	33	2006 a 2009	Jornalismo	Sede da CST/PSOL	18/09/2018	48m 49s
C. G. J.	22	2015 a 2017**	História*	Sala nº 231 do PPGED/ICED	20/09/2018	1h 36m 44s
Luís Lucivaldo	28	2015 a 2016	História*	Faculdade de Direito da UFPA	13/03/2019	51m 33s
Eduardo Rodrigues	29	2010 a 2015	Direito*	Escola Cordeiro de Farias	01/06/2019	1h: 42m 55s

Fonte: Quadro produzido a partir das entrevistas realizadas para esta Dissertação de Mestrado. Cf. em SANTOS (2018); C. G. J. (2018); LUCIVALDO (2019) e RODRIGUES (2019).

⁹⁹ As indicações dos asteriscos (*) apontam as disciplinas não integralizadas pelos estudantes até a realização das entrevistas. Eduardo Rodrigues trancou o Curso de Direito e, atualmente, cursa Geografia no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Luís Lucivaldo não conseguiu integralizar o Curso de História. C.G.J. ainda continua cursando o último semestre de História na UNAMA. O ano de participação no DCE indicado em C.G.J. contraria nossas observações em partes anteriores, onde afirmamos que a entidade estudantil não estava mais composta a partir de 2016. Consideramos a participação do estudante como Presidente da última Comissão eleitoral, a qual elegeu a Direção do DCE para o ano de 2016 (nota-se que a direção vencedora do pleito não tomou posse. Assim, pela vacância dos cargos a Comissão Eleitoral é a representante da entidade estudantil).

Constatamos previamente, por meio da análise do perfil dos entrevistados, que são estudantes inseridos em uma lógica de estudantes/trabalhadores, os quais possuem experiências e cosmovisões atreladas à condição da classe trabalhadora. E mesmo quando assentados em uma posição que insinuava pertencerem à classe média, “pequeno burguesa”, pudemos notar que sua condição militante não condizia com tal *status* social. Aparência próxima às considerações de Otavio Ianni realizadas na década de 1960, o qual afirmava que os jovens desenvolvem atuações políticas “geralmente incompatíveis com os interesses de suas classes” (IANNI, 1968, p. 226).

Felipe Melo dos Santos nos comunica que no início de sua entrada na Universidade da Amazônia, o mesmo não desempenhava nem um tipo de trabalho remunerado. E que somente conseguiu cursar a universidade, pagar as mensalidades, por uma espécie de “combo” em forma de contribuição entre sua mãe, avô e tio: “minha mãe não tinha condições de pagar sozinha, e aí a gente fez um rateamento entre três pessoas da família para ajudar a pagar” (SANTOS, 2018). Segundo o entrevistado, o mesmo ainda tentou aderir ao programa de financiamento estudantil (FIES), sem sucesso.

Quando iniciou na universidade para cursar Publicidade – alterou posteriormente para Jornalismo, no semestre seguinte – observou que o DCE estava em processo de eleição. Neste primeiro momento, sua participação se circunscreveu à condição de ouvinte dos debates e no ato de votar.

[...] eram duas chapas. Uma chapa era da galera do PSOL e uma chapa da situação, que era do PT, PPS etc. E eu votei nessa galera do PT, PPS. Eu não era do movimento porque foram os únicos que conversavam comigo, e aí eu votei porque queria participar do movimento estudantil, queria conhecer. Quer dizer, queria participar daquele processo, eu tinha uma visão crítica, mas nunca tinha me envolvido em nada assim, de política de nada (SANTOS, 2018).

Felipe Melo dos Santos somente se envolve na construção do movimento estudantil da UNAMA no ano seguinte, em 2006. Contudo, o fato interessante de sua participação na direção do DCE, é que suas orientações para o envolvimento em movimento estudantil partiu de partido político. Situação que demonstra a aproximação entre estes dois movimentos sociais, como informado em sua entrevista: “Primeiro conheci o partido, o partido direcionou a ação pra lá, para o movimento. Mas não foi, tipo, como é a maioria das pessoas: primeiro as pessoas conhecem o movimento e depois entram nos partidos. Eu fui ao contrário” (SANTOS, 2018).

A informação mais regular nas outras entrevistas concedidas à pesquisa – de C. G. J., Luís Lucivaldo e Eduardo Rodrigues – indicou que a participação deles no movimento estudantil ocorreu assente nos seus contatos diretos com a mobilização estudantil. Mesmo eles estarem, naquele instante, filiados a partidos políticos, percebemos que suas decisões não foram dirigidas pelos partidos, diferente de Felipe Melo dos Santos. Destaca-se o envolvimento de C. G. J. com o movimento estudantil antes mesmo de ser estudante da UNAMA, como secundarista no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Aos demais entrevistados, o conhecimento do movimento estudantil, a sua participação coletiva, somente ocorreu na UNAMA.

Nos relatos de C. G. J., o entrevistado informa que seu acesso ao ensino superior se tornou possível pela via do PROUNI. Além disso, desde o início de seus estudos na UNAMA trabalhava de carteira assinada, condição que se tornou insustentável pelo estudante, pois não mais conseguia conciliar as duas tarefas (estudo e trabalho). Atualmente, C.G.J. ainda é estudante da universidade e cursa História, explica, em meio a sua situação financeira, que para conseguir manter-se na UNAMA se põem indispensável o trabalho remunerado para pagar impressão de material, passagem de ônibus, alimentação, taxas diversas etc. Em seu relato, ele alega mais elementos em relação ao trabalho.

Hoje eu não trabalho, não de carteira assinada, mas eu dou aulas particulares. Eu pego algumas oportunidades para dar aula no interior, em alguns cursinhos, aulas para preparar para o Enem. **[Reinaldo] Mas de qualquer forma você trabalha e estuda?** [entrevistado] É, eu sempre precisei fazer isso. Eu fui também de abril de 2017 a fevereiro de 2018 fui bolsista PIBID. Porque os alunos de licenciatura que são do Prouni eles tem direito a uma bolsa. Temos que fazer um processo para conseguir essa bolsa. E aí a gente conseguiu e participou desse último edital que encerrou também em fevereiro e começou outro que tem validade de quatro anos (C.G.J., 2018).

Nas falas de Luís Lucivaldo, seu acesso à Universidade ocorreu para cursar Licenciatura em História, com o tempo trocou para Geografia. Sua situação na UNAMA é de inúmeros trancamentos e ainda não conseguiu concluir este último curso. Argumenta que esta situação ocorre por condições financeiras: “Não peguei nem o FIES e nem o PROUNI. Enquanto eu estava trabalhando, conseguia pagar minha universidade, quando não, precisava da ajuda da minha mãe” (LUCIVALDO, 2019)¹⁰⁰. Contudo, o mesmo relata que sua mãe não conseguiu manter as mensalidades em dia, incorrendo em desistência. Lucivaldo adverte que procura constantemente a Ser Educacional para tratar das pendências e retomar os estudos. No

¹⁰⁰ Trecho da entrevista concedida por Luís Lucivaldo para esta pesquisa, na cidade de Belém, em 13 de março de 2019.

entanto, a Companhia não expressa sensibilidade, inviabiliza qualquer possibilidade de acordo.

Para Eduardo Rodrigues, seu começo na Universidade da Amazônia representou, assim como Lucivaldo, em acréscimo significativo nas finanças da família. Inicialmente, contava com a contribuição de seus pais no pagamento das mensalidades, mas, a partir da metade do curso em diante o estudante foi obrigado a contribuir nos custos e, quando não conseguiu mais ajuda, teve que arcar sozinho. Face às condições, Eduardo Rodrigues não prosseguiu com seus estudos, optou, forçosamente, pelo trancamento do curso, largando-o tempos depois. Sobre tais circunstâncias, torna-se necessário exibir parte da fala do estudante, em que constatamos as angústias deste estudante, como o descaso da Instituição frente à situação:

[...] até hoje ainda penso na possibilidade de concluir aquele curso de Direito. Eu tranquei o curso faltando completar 1 ano e meio, mais ou menos. Porque quando a Ser Educacional comprou a universidade, teve mudança na grade curricular, teve alteração administrativa, pedagógica. **[Reinaldo] Pesou a questão das mensalidades, do fator econômico?** [Entrevistado] A questão das mensalidades sempre foi um dos debates principais do nosso movimento estudantil, porque a evasão estudantil na época, a gente pegava os dados levantados, e era sempre em torno de 30% na educação em geral. Com certeza, teve o peso das mensalidades, muito grande, das tarifas extras que existem dentro de instituições privadas, abusivas, às vezes ilegais como conseguimos constatar. Depois da venda da universidade, a gente viu várias cobranças de insumos que a lei proíbe, o Ministério Público Federal inclusive, naquele período de 2014, 2015, 2016, estava entrando com ações contra várias instituições de ensino privadas que cobravam estas tarifas. Então, sempre foi uma realidade que pesava (RODRIGUES, 2019).

A discussão a respeito do valor das mensalidades, como expresso na fala de Eduardo Rodrigues, é algo que interfere na permanência acadêmica de quase todos os estudantes universitários pelo Brasil. Em relação à Universidade da Amazônia, discorrido nos capítulos anteriores, a carga das mensalidades e taxas administrativas se manifestava como pautas centrais do movimento estudantil, pois 30% dos estudantes não conseguiam permanecer na instituição, quadro indicativo de que grande parcela destes estudantes compunham as classes subalternas, logo, conciliavam estudo e trabalho, e não possuíam condições objetivas para arcar tranquilamente com as mensalidades. Retornaremos com este assunto mais adiante.

Com início nestes relatos iniciais, possibilitamos revelar a dificuldade financeira destes estudantes entrevistados, os quais, de maneira complementar, informaram que os coeficientes econômicos significavam a realidade de muitos estudantes da UNAMA,

representavam as dificuldades objetivas enfrentadas cotidianamente, como evidência Eduardo Rodrigues:

A maioria dos universitários brasileiros está nas privadas, e essa maioria não é rica. São trabalhadores que tiram do bolso, suando a camisa. São estagiários que pagam do seu bolso, gente que trabalha no supermercado, que é comerciário, que tem situações de vida muito ruins, e tem que pagar porque é o único jeito de ter o diploma e almejar uma ascensão social. Então a base social do movimento estudantil dentro de uma universidade privada em muitos aspectos, é de trabalhadores. E não é juventude, porque tem muito senhor, muita senhora que precisa de uma formação. Então, é muito a classe trabalhadora real ali dentro, e fazer o movimento estudantil dentro de uma instituição privada é uma coisa muito barra pesada (RODRIGUES, 2019).

Este ponto socioeconômico será retomado à frente, todavia a temática evidência ser um pretense campo que permite nossas reflexões como uma das repercussões negativamente no declínio do DCE/UNAMA, pois inviabilizou naquele período a mobilização destes estudantes que enfrentaram dificuldades imediatas, por condições objetivas de permanência na universidade.

Outra dimensão que aparece com frequência nas falas de todos os estudantes entrevistados, refere-se à contribuição financeira destinada pela administração da Universidade da Amazônia ao seu Diretório Central Estudantil.

Com base nas falas e documentos comprobatórios dessa política, pudemos detectar que antes da compra da UNAMA pelo Grupo Ser Educacional, o DCE recebia mensalmente uma quantia proveniente de cada mensalidade de todos os estudantes da Universidade. Este acordo foi regulamentado mediante a Resolução do CONSUN nº 003/2013 (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013i).

O “Repasse” segue parâmetros concretos que para serem renovados devem preceder da obrigação contábil da prestação de contas pela entidade estudantil, de forma mensal. Os valores repassados equivalem a R\$ 0,90 centavos por mensalidade de cada estudante matriculado na Universidade. No ano de 2013, único demonstrativo de prestação de contas que tivemos acesso, a soma do repasse foi de R\$ 8.489,56 (Ibidem, 2013i; 2013j).

Contudo, o montante total desse repasse dividia-se em duas rubricas com destinação certa dos valores: (1) 50% para aplicação em custeio e (2) os outros 50% para um fundo de apoio acadêmico aos estudantes da UNAMA (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2013i).

A metade do valor total destinado aos custeios da entidade estudantil, voltava-se, em grande parte, para manutenção do espaço reservado ao DCE, prédio de dois pavimentos

pertencente à universidade cedido ao movimento estudantil para sua organização e atividades. A direção, em posse deste valor financeiro, utilizava-o para pagamento de energia elétrica, conta de água, telefone, pintura, limpeza, papel, impressão etc. (Ibidem, 2013i).

Quanto aos outros 50% do valor total, não se tinham os recursos disponíveis em dinheiro ao DCE, mas pela forma de crédito. Necessitava para sua utilização, a prévia solicitação em conjunto com a comprovação da aplicação dos valores. Essa parte do recurso designava-se a eventos acadêmicos, ajuda de custos a estudantes em congressos, palestras, semana acadêmica, ações culturais etc. (Ibidem, 2013i).

Por outro lado, quando se tem uma entidade estudantil recebendo valores financeiros da instituição que se incumbe a enfrentar para garantir os direitos de sua base, poderíamos supostamente considerá-lo como um movimento estudantil com certo grau de atrelamento. No entanto, conforme as nossas análises em diversas publicações da entidade estudantil e artigos jornalísticos, identificamos que o “repasso” não exprimiu, no período indicado da pesquisa, qualquer aspecto de ligação que prejudicasse a defesa dos estudantes, ou mesmo, algum sinal da perda de autonomia da entidade estudantil frente à reitoria da Universidade da Amazônia. Por intermédio das análises, visualizamos um DCE/UNAMA de atuação radicalizada, com pautas concretas de exigência da sua categoria estudantil.

Os coordenadores [dos cursos] diziam que o DCE “pegava dinheiro da universidade”, por isso não eram confiáveis, como se nós fossemos ter automaticamente um rabo preso com a instituição. [...]. Então isso [o repasse] foi considerado uma vitória do movimento, porque como a universidade era muito grande, se tu quiseses rodar um panfleto, se tu quiseses fazer um evento acadêmico, se tu quiseses trazer um palestrante de fora, se quiseses fazer uma viagem para algum congresso estudantil, sempre a despesa em cima dos estudantes é muito violenta. Porque a grande maioria não é de trabalhadores que tenha um salário. É um estagiário precarizado, com dinheiro da passagem contado que aumenta todo o ano, é uma vida complicada. Todo mundo sabe que ser universitário é viver sem grana até para xerox. Então a gente acreditava que o movimento estudantil ter aquele repasse, que foi forçado por assembleia estudantil, que saia do lucro da universidade, que deixa de ir para o bolso do dono, para ser revertido para que o movimento estudantil se auto organize e aplique onde achar que deve [...]. Porque aquilo ali podia virar uma lixeira de ouro de reitor como a gente viu na época de 2007 na UNB. Então a gente achava que tirar recursos dos lucros do empresário pra auto organizar o movimento estudantil, víamos como algo positivo. E sempre a prestação de contas era pública, porque se não saísse a prestação de contas, era bloqueado o repasse. [...]. **Esse repasse auxiliava de forma muito grande, quando a gente queria um ônibus para um protesto** tinha como pagar, telefone na sede, pagar contas da sede, internet, computador para fazer nossas atividades, enfim, ter um funcionamento mínimo como entidade, ter um espaço próprio que recebia os estudantes, onde podíamos reunir, que tá aberto para todos, era para isso que servia o repasse (RODRIGUES, 2019, acréscimo e grifo nosso).

O trecho da fala de Eduardo Rodrigues permite-nos comprovar que o movimento estudantil da UNAMA, mesmo recebendo recursos da administração para suas tarefas organizativas, não perdeu suas características autônomas¹⁰¹. A nossa explicação para isso é respondida pela práxis deste coletivo evidenciada nos argumentos do estudante, quando, segundo fragmento grifado, utilizava-se fração dos recursos para o aluguel de ônibus com intuito de trazer mais estudantes de outros campis da UNAMA, de modo a pressionar a reitoria na conquista de mais direitos aos estudantes¹⁰².

Além disso, quanto ao corte do repasse, consideramos que não representou algo diretamente relacionado com o declínio do DCE/UNAMA, mas, um fator particular dentre o conjunto dos motivos da situação final. Isto é, uma ação do Grupo Ser Educacional que não eliminou o DCE/UNAMA, mas enfraqueceu-o como aponta Luís Lucivaldo:

[...] a gente já não tinha mais o repasse financeiro, então já não tínhamos como movimentar muito o movimento estudantil. Eles cortaram o repasse por volta de 2014. [...] Então, este repasse era uma enorme ajuda e cortaram. É ruim porque quem constrói o movimento estudantil não tem dinheiro, são na grande maioria pessoas que têm a grana contata para semana. [...] tínhamos que ter grana para material básico, cartaz, folhetos, gastávamos muito em impressão. Fora que tinha o gasto com nosso material das disciplinas, ainda mais a gente que era das humanas, muita xerox. **E só pra lembrar, não tinha mais a cota gratuita da xerox, a Ser Educacional quando entrou foi a primeira taxa que implantou. Ela de início encheu os estudantes de taxas, todas as conquistas que nós conseguimos se perdeu.** Então, retomando, sem grana ficava difícil movimentar o DCE e com a grande maioria dos estudantes militantes que dependiam da grana do estágio, aí ficava complicado. Então quando a gestão passada tinha esse repasse, eles conseguiam fazer essa movimentação, de fazer panfleto, de cartaz, de alugar ônibus para lotar os atos, para carro som, ficava bem mais articulado. Quando cortou esse dinheiro a movimentação diminuiu (LUCIVALDO, 2019, grifo nosso).

Como esclarecido por Luís Lucivaldo, o repasse compôs um elemento dentre os cortes que o Grupo Ser Educacional concretizou imediatamente à implantação do atualizado modelo de gestão da instituição. A não cobrança de taxas, conquistadas em tempos passados

¹⁰¹ Utilizamos a categoria autonomia no mesmo sentido que é trabalhada na Dissertação de Fabiola Bouth Grello, como sendo a “faculdade de se governar por si mesmo [...] liberdade ou independência moral ou intelectual” (GRELLO, 2008, p. 106, *apud* FERREIRA, 2004, p. 233). Também seguimos o entendimento de Vicente Zatti (2007) na abordagem da autonomia como algo homogêneo, coletivo e autêntico. O autor defende a autonomia no sentido de transformar o sujeito. Deve levá-lo à tomada de consciência da própria condição social e, por meio de sua conscientização reflexiva, possibilitá-lo a ação através da práxis em sociedade (ZATTI, 2007).

¹⁰² Copiosas são as ações que comprovam a utilização de verba do DCE para custear atividades contrárias as decisões da reitoria, circunstância que evidência o não atrelamento do movimento estudantil a administração da instituição, assim como comprova a atuação autônoma deste coletivo. Ver em (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2012b, 2012d, 2012e, 2013d, 2013e, 2013f).

pelo DCE/UNAMA – estacionamento, cota gratuita da xerox, prova substitutiva, segunda chamada, documentos, empréstimo de livros na biblioteca – foram todas reestabelecidas pela nova administração que assumia¹⁰³.

Apesar destas concretizações, o DCE/UNAMA ainda esteve à frente com suas mobilizações e atuações fortes na universidade. Em 2015, já com todos estes ataques financeiros aplicados, o movimento estudantil desempenhava suas ações envoltas as características centrais de um movimento social, como demonstrado na fala de Eduardo Rodrigues.

O movimento estudantil, com o tanto de ataque da Ser Educacional, e com uma conjuntura política onde as instituições privadas estavam apertando o cinto no país todo, [...]. Ou seja, quando começou a apertar a crise econômica no país todo, tem esse aspecto econômico nacional, o movimento estudantil deu uma série de demonstrações de força, teve muitas assembleias massivas, muita manifestação, insatisfação sendo detonada dentro da UNAMA, então teve espasmos de enfrentamento que, inclusive, eu pude coordenar. É lógico que o repasse fez diferença, mas mesmo assim os estudantes estavam organizados, independente de recurso. [...]. Foi um ataque, uma tentativa de desorganização do movimento, só que ele seguiu. Vários meses seguimos fazendo muita luta, muito enfrentamento, muita disputa contra a Ser Educacional (RODRIGUES, 2019).

Em seguida ao corte das taxas, garantidas pelo movimento estudantil no passado recente, e posterior ao corte do “repasse”, a estratégia de gestão do Grupo Ser Educacional pautou-se pela implantação do chamado Conselho dos Representantes de Turmas (CRT) da Universidade da Amazônia, em um sinal claro de tentativa do desmonte do movimento estudantil autônomo.

O Chamado CRT, ao que parece, é uma política de desmobilização, descaracterização e fragmentação do movimento estudantil tradicional, orientando-o para uma estruturação dos estudantes atrelada à reitoria. É a institucionalização de algumas características do movimento estudantil, como autonomia, para colocar a serviço dos interesses da gestão da universidade.

Neste sentido, o DCE que abrangia o coletivo estudantil de toda a universidade, atuando dentro e fora da instituição, com princípios claros de movimento social, é substituído por representantes estudantis setorizados, sem extensividade e permanência, organizados em

¹⁰³ Um dado interessante apontado por Eduardo Rodrigues em sua entrevista informa que as taxas, antes abolidas por conta das mobilizações, eram meios eficientes de aumentar a receita da instituição. Segundo seus relatos, somente de tarifas das provas “substitutivas”, as quais custavam em torno de R\$ 13,00 cada prova, a UNAMA recolhia o montante de aproximadamente R\$ 500.000,00. Por tal motivo, todas as taxas foram retomadas na gestão da Ser Educacional (RODRIGUES, 2019).

conselho de representantes de cursos. Com esta configuração, além do atrelamento à reitoria, possibilita a individualização e a fragmentação das atividades estudantis, um arranjo influenciado pelo neoliberalismo como descrevem Gohn (2011) e Montaña (2005). Em acréscimo, além de alterações na morfologia de composição deste novo coletivo, há um trabalho de modificação no âmbito da introdução de uma nova cultura de individualização muito bem apanhada sob a forma das estratégias de gestão, a partir dos cursos de formação para líderes como veremos adiante.

Este tipo de movimento estudantil, apoiado na gerência administrativa do Grupo Ser Educacional, compreendia a característica primordial de atrelar a ele alguns estudantes, os quais eram escolhidos como chefes de turma, a favor da reitoria. E quando atuavam como representantes estudantis, não se emitia qualquer ação crítica às medidas administrativas da Universidade. C. G. J. em uma passagem de sua entrevista discorre com detalhes sobre o CRT:

[...] eles chamam de Conselho de Representantes de Turmas (CRT), não é Centro Acadêmico (CA). É cada representante de turma, são dois que eles elegem, representante e vice, de cada turma. Então se tem hoje na UNAMA 300 turmas, teremos como representante deste conselho 600 alunos. Aí estes chefes de turmas acabam sendo cooptados pela política de organização da universidade. Eles não têm o senso crítico, mas são eleitos pelos estudantes na sala. É igual o chefe de turma da escola (C. G. J., 2018).

Neste sentido, os representantes de turma, escolhidos pelos estudantes, com a participação de professores ligados à administração da Universidade, fazem com que a representatividade deste coletivo seja diferente da atuação de um movimento estudantil como o DCE. Elementos como organicidade entre diversos movimentos, por pautas estratégicas mais amplas, a diligência com vistas ao coletivo estudantil frente às decisões tecnicistas do Grupo Ser Educacional, as quais visam claramente o lucro de seus acionistas, e a postura autônoma que observamos estarem presentes no histórico do DCE/UNAMA, são negligenciados por esta nova faceta de coletivo estudantil institucionalizado (CRT).

Luís Lucivaldo registra que a empresa educacional utilizou do CRT para fragilizar o DCE da Universidade, pois este movimento estudantil conseguia “[...] mexer com a estrutura da universidade, enquanto que o CRT não. Foi algo que eles trouxeram pra domesticar o movimento estudantil.” (LUCIVALDO, 2019).

Eduardo Rodrigues comenta informações novas sobre o CRT. Segundo seus relatos, os alunos eram cooptados pela administração do Grupo Ser Educacional por promessas de bolsas e estágios remunerados, até cursos de empreendedorismos. Além disso, percebemos

em sua fala, a preocupação do DCE em relação ao crescimento deste tipo de representação estudantil.

Hoje, existe uma política muito evidente, até tosca, de a universidade ganhar a simpatia do representante de turma querendo que o representante de turma não cumpra com esse papel de base, mas que seja uma representação da própria instituição dentro da sala de aula. Ele viraria o representante da Ser Educacional, ele é o representante da UNAMA. Por isso ele tem acesso a um coquetel de vez em quando, ele é convidado a ir assistir um filme especialmente marcado com algum grande cinema. Então eles fecham uma sala do cinema (muitos risos), um monte de mimos e agrados. Inclusive teve até uma política de formação a mais para os representantes, como se fosse um privilégio, chamavam de algo como uma escola de líderes. [...]. A liderança era formada por sua lealdade à empresa, ao negócio, ao fundo de investimento. Muito evidente que é uma disputa política. E a gente vê que o capitalista que lucra com o negócio ele tem política para ganhar as pessoas, ele quer convencer. Todas as ideologias meritocráticas eles implementaram posteriormente com a Ser Educacional. E foi uma coisa que, inclusive, a gente passou a debater no DCE. Eles sabiam que nosso movimento passava de sala em sala, por mais trabalho que dava, nós fazíamos este trabalho. [...] e aí passávamos a debater: “o CRT tá virando a burocratização absoluta”. Essa é a demonstração máxima do que é ser burocrata. Porque eles tentavam, na verdade, que os representantes parassem de representar propriamente o estudante. Por exemplo, se tivesse problemas na sala e demandas, ele não ia ser o representante que vai brigar pelos estudantes, ele vai ser um negociador. É uma tentativa de evitar ter gente “rebelde” internamente (RODRIGUES, 2019).

As imagens reproduzidas na sequência, comprovam os relatos confessados pelos estudantes nas entrevistas. São quatro as publicações que demonstram as inúmeras ações promovidas pela UNAMA em relação ao CRT: (1) divulgação da posse dos Novos Representantes de Turmas de 2018.¹⁰⁴; (2) encontro de líderes 2017.2, com palestra motivacional para formar lideranças no ambiente acadêmico, “na oportunidade fora servido

¹⁰⁴ Em 2018 a UNAMA empossou os novos representantes de turmas. Foram nomeados os líderes de turma de todos os cursos de Saúde, Exatas, Humanas e Direito da Instituição: “O trabalho deles é dar apoio aos professores, orientar sobre as atividades e eventos do curso e representar os colegas em reuniões com a coordenação de curso. Durante o evento, palestraram os professores Eduardo Vasconcellos, do curso de Administração, e Tiago Magela, coordenador das Engenharias Mecânica, Elétrica e de Produção e Geologia. Eles falaram sobre liderança e deram orientações sobre o manual interno dos discentes” (ROOIJEN, 2018). No mesmo período, dois meses depois, foi noticiado no Blog Ver-o-fato que a Faculdade de Direito estava sofrendo por desmonte orquestrado pela Ser Educacional: “O Grupo Ser Educacional, mantenedor da instituição, decidiu fechar o Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), localizado no Campus da Senador Lemos. Sob a justificativa de falta de segurança para docentes e discentes” (VER-O-FATO opinião e denúncias sobre fatos de interesse público, 2018). Ainda segundo a reportagem os estudantes do curso de Direito não terão mais sua infraestrutura: laboratórios de informática, biblioteca, dezenas de salas de aula, dois auditórios, Núcleo de Prática Jurídica, Tribunal do Júri, Juizado Especial etc. No final da reportagem, é perguntado “Cadê o Centro acadêmico?” (Ibidem, 2018). E logo em seguida é respondido que não existe mais. Concluindo, os representantes de turmas do Direito sequer fizeram uma organização, ou ato contrário ao desmonte do seu Curso, pois se encontram atrelados, cooptados pelo Grupo Ser Educacional, por meio desta estratégia de articulação do movimento estudantil institucionalizado por intermédio do CRT. Este fato demonstra uma contradição latente na instituição.

um café da manhã para os presentes” (VIDONHO, 2017); (3) reunião de líderes da UNAMA Santarém com a palestra da Professora Vera Fidalgo, intitulada “Importância do líder de turma”, com o enfoque em “identificar os diferentes perfis de alunos para poder negociar melhor com cada estilo e fez um teste para identificar qual o perfil predominante em cada aluno” (ANTÔNIO, 2017); (4) Encontro de alunos representantes de turma para assistir ao filme “Guardiões da Galáxia II no Cinépolis Boulevard, no Shopping Boulevard”, com a presença da Vice-reitora Betânia Fidalgo (CORREA, 2017; DARC, 2017).

Imagem 20 – Fotos representativas dos eventos envolvendo estudantes representantes de turmas que compõem o Conselho de Representantes de Turmas da UNAMA.



Fonte: Imagens retiradas de publicações oportunizadas pela Revista eletrônica Leia Já, vinculada ao Grupo Ser Educacional. Ver em (VIDONHO, 2018, 2017; ANTÔNIO, 2017; CORREA, 2017; DARC, 2017).

A partir das publicações, constatamos que as atividades desenvolvidas eram organizadas pela administração da Universidade, com a presença da Vice-Reitora e dos estudantes pertencentes ao coletivo estudantil, CRT. Essa relação, aparentemente, ocorria – e talvez ainda se mantenha – de forma harmoniosa, aspecto que corrobora com os relatos dos estudantes entrevistados, os quais identificaram a perda da autonomia, coletividade,

organicidade e solidariedade do movimento estudantil da UNAMA, características tão relevante ao coletivo.

Neste sentido, a disposição dos estudantes que compõem o CRT, com uma propensão de subordinação aos ditames da administração superior da universidade, diferente do movimento estudantil estruturado no DCE, mostra-se contraditório com a própria perspectiva formativa que se deseja de estudante universitário, ou seja, inserido em instituição que sustenta as características de universidade, “lugar da dúvida, da crítica, da investigação, da reflexão e da busca *desinteressada* pela verdade” (GRELLO, 2008, p. 104, grifo da autora).

A autonomia perdida com a estruturação institucionalizada do CRT é substituída pela elevação de sua contraposição real, o princípio da heteronomia que será a determinação da práxis estudantil desta faceta do movimento estudantil cooptado, burocratizado, atrelado a administração da Ser Educacional.

Daniel Schuguresky (2002), Marilena Chauí (2003) e Fabiola Grello (2008) tratam a respeito do conceito de heteronomia em uma percepção voltada ao contexto da universidade pública, mas que influencia nos arranjos institucionais das universidades privadas, e por consequência, na organização estudantil.

Neste segmento, Chauí indica que a perda da autonomia das universidades públicas afetou, decididamente, nos objetivos e métodos das pesquisas, as quais eram processadas com o viés de comprometimento com a vida de sua sociedade (CHAUÍ, 2003). Agora, transfigurou-se em uma ordem que atrela a produção científica, realizada em universidades públicas, ao aumento de “informações para o capital financeiro, submetendo-se às suas necessidades e a sua lógica” (CHAUÍ, 2003, p. 9).

Para Grello (2008) esta nova concepção de universidade subserviente ao capital, tem suas bases solidificadas no Brasil desde o documento PDRAE, o qual tratou de reconstruir a administração pública com bases racionais e tecnicistas. A partir deste momento, legaliza-se o mais atualizado projeto de universidade, não mais repousado na produção de conhecimento de alguma coisa, “mas a posse de instrumentos cujo objetivo seria de intervir e controlar alguma coisa” (GRELLO, 2008, p. 116).

Schuguresky (2002) levanta a hipótese que esta nova configuração, demarcada nas universidades, residiria na transição de um modelo calcado na autonomia para outro repousado na heteronomia. Para este autor, tal modelo se referiria “à subordinação a uma ordem imposta por agentes externos. [...] devem adequar grande parte de suas atividades às demandas do mercado [...]” (SCHUGURESKY, 2002, p. 112).

Acrescenta-se a isso, as análises de Grello (2008), apoiada em Valdemar Sguissardi, a qual afirma que neste modelo heterônomo, de crescimento em escala nas universidades do Brasil, permite a introdução de atualizados elementos que reconfiguram os espaços públicos em ambiente neoprofissional e competitivo (GRELLO, 2008, p. 118), ocasionando o definhamento do modelo neo-humboldtiano de universidade (Ibidem).

Em fragmentos da entrevista de C. G. J. é perceptível a regressão do sentido de universidade que Grello (2008) aponta, suas considerações em relação a Universidade da Amazônia/Ser Educacional, seguem nesta linha de entendimento.

Isso é muito visível [a perda da identidade de universidade da UNAMA] quando a gente vai pensar os projetos da UNAMA de extensão. Qual o programa de projeto de extensão? A maior parte deles é concentrada para as pessoas virem para a universidade. Vai ser voltada para dentro do campus, destinada aos estudantes de classe média do bairro em torno que vão conhecer a estrutura da universidade. Só que lá, o que eles vão fazer? Vão colocar um bilhar, alguma coisa tecnológica, câmera e tal. Alguma coisa assim, jogos, dar sorvete. Esse é o projeto de extensão da UNAMA. Você vai pensar pesquisa dentro da universidade, não há um incentivo à pesquisa. Outra coisa, a UNAMA não tem professores de dedicação exclusiva, o único professor de dedicação exclusiva é o coordenador. Então isso não é uma universidade! Se você pede para um professor te orientar em um artigo, ele vai dizer que não terá tempo, porque tem um monte de coisa para fazer. Então a gente não cria nada, só reproduzimos. Então, agora na UNAMA é só reproduzir conhecimento e repassar aos alunos, e estes só vão receber nada mais que isso. Nada de produção (C. G. J., 2018, acréscimo nosso).

Retomando, este movimento realizado para se compreender os aspectos de autonomia e heteronomia na concepção de universidade, possibilita dialogar com todas as relações sociais que se desenvolvem dentro destas instituições, sejam elas públicas ou privadas. Pois a função pretendida de uma universidade é a investigação da sua sociedade, não em termos teóricos apenas, mas assente em “um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos e encaminhamento de soluções dos problemas” (GRELLO, 2008, p. 104).

Neste sentido, no tocante à Universidade da Amazônia, pelas modificações ocorridas nos últimos anos, principalmente a partir da sua venda para o Grupo Ser Educacional, a lógica gerencial será pautada não mais na busca da reflexão *desinteressada* (GRELLO, 2008), ou mesmo por um ensino que busque a emancipação humana (WOOD, 2003). O que se observa é uma lógica administrativa voltada, primeiramente, a maximizar o mais-valor (HARVEY, 2018) dos investidores, condição conduzida pelo empresariado educacional como estratégia imprescindível.

Destarte, visando sempre a sua meta financeira, o Grupo Ser Educacional vale-se do Conselho de Representantes de Turmas para desmobilizar o movimento estudantil estruturado no DCE. Atua na eliminação da contraposição, pois, segundo relatos de Eduardo Rodrigues, o DCE/UNAMA visava à defesa de seu coletivo, o estudantil, presava “a independência do movimento estudantil em relação a administração superior. O movimento é autônomo, auto organizado, não tem rabo preso” (RODRIGUES, 2019).

Para o entrevistado C. G. J., a ação articulada do Grupo Ser Educacional, seu empenho em inviabilizar as críticas, e os coletivos que as fazem, parece seguir uma cartilha previamente definida, organicamente instituída.

Não é para fazer uma comparação, mas a Ser Educacional parece seguir uma cartilha, um pacote de ajustes de um modelo que está sendo implementado. Então, na UNAMA se não tem incentivo ao DCE é porque ele tem mais autonomia, mais respaldo e prestígio histórico, então anulam isso. E da mesma forma, não tem nenhum outro DCE nas outras instituições privadas. Porque tem a possibilidade de uma insurgência por causa das medidas deles [fala em relação as medidas impopulares das administrações das instituições privadas com fins lucrativos]. Quando se tem a demissão dos professores da Estácio, e a justiça teve que intervir por ser ilegal, tivemos também um levante dos estudantes que se mobilizaram contrários à atitude daquela gestão. Eles pararam a universidade, os espaços e responderam que não concordam com tal medida: “Nós não concordamos que demitam todos os nossos professores”. Então, existe uma manifestação, uma movimentação, eu não posso dizer que não existe, porque o ser humano é político em todos os seus gestos e atitudes. Então quando nós temos indignação, nós conseguimos ver um movimento. Dentro da universidade não conseguimos retomar o DCE como movimento estudantil institucional, como era antigamente, mas o movimento acontece. Não de forma sistematizada, por dentro de um organismo como o DCE, mas a galera, mesmo assim, se articula, se mobiliza, utiliza das redes sociais para esse fim. Consigo ver as articulações (C. G. J., 2018, acréscimo nosso).

Este trecho da entrevista de C. G. J. certifica que existem movimentações de estudantes de modo a engendrar a crítica contra o tipo de gestão implantada nestas instituições educacionais, as quais também atuam no mercado financeiro. Neste sentido, as estratégias de eliminação das possibilidades de organização, constantemente insufladas nestes espaços, de forma a destruir qualquer autonomia do movimento estudantil, não podem ser vistas como algo que finalize a disposição dos estudantes, tampouco suas condições de oposição, elas continuam latentes.

Na compreensão dessa permanência da oposição estudantil latente, a Companhia de Janguê Diniz empreende outras manobras administrativas de maneira a impossibilitar, ainda mais, as possíveis ações coletivas dos estudantes. Além da estratégia de eliminação da

autonomia do DCE/UNAMA, o Grupo Ser Educacional recorreria a subterfúgios ilegítimos, o principal: a implantação da cultura do medo. Nas palavras de C. G. J., a referida ação institucional agia coordenada com outros mecanismos de pressão, como o fator econômico.

Aí nós tivemos pra ajudar mais ainda no desmantelamento do movimento estudantil diversos mecanismos e processos de ataques, perseguições, não abertas, mas veladas, nas entrelinhas que os estudantes sofrem. Meio que implantaram o medo para aqueles estudantes que são vulneráveis economicamente, e a grande parte destes vulneráveis atuavam no DCE ou nos CAs que ajudavam a construir o movimento. Hoje a universidade, nos últimos anos, tem uma dinâmica de tratar o movimento estudantil e usar o Coordenador, o chefe de turma contra o estudante militante. É algo mesquinho e covarde. E por isso o estudante sente medo, fica intimidado, porque pode ser expulso da universidade, não pela militância, porque ficaria feio para a universidade, mas pelo bolso, porque não terá meios para pagar uma taxa de prova, caso reprove uma disciplina por conta de perseguição. [...]. O estudante preto, trabalhador, que é beneficiário de programa estudantil, ele não exige, porque ele tem medo de perder os benefícios, tem medo da represália. Então ele rouba nossa capacidade de resistir. Então, você que vive a universidade, sabe os problemas, e pensa: “que apatia é essa”. Se colocarmos um som ali, as pessoas irão entrar e sair de fone, vão pegar o seu carro, vão andar oito quarteirões para pegar o ônibus. E aí? Então os estudantes eles estão com medo, assim como os professores estão com medo. Porque a guilhotina que vai cortar o pescoço de um, pode cortar o pescoço do outro (C. G. J., 2018).

Em companhia à política de implantação do medo, na fala seguinte, de Luís Lucivaldo, é possível notar a previsão na Universidade da Amazônia de outras possíveis culturas de vigilância, com a finalidade urgente de conter a mobilização estudantil. Citamos algumas ações: inserção da censura; pressão nos trabalhadores da Instituição para enfrentar os estudantes do DCE e CAs; eliminação dos mecanismos democráticos de reunião, mobilização e de expressão, seja de estudantes organizados em pequenos grupos, ou mesmo no Diretório Central e Centros Acadêmicos.

Era isso, os funcionários a mando da reitoria sempre impediam nossa atuação internamente, não podíamos colar cartaz, fazer reunião com alguns alunos de curso específico. Porque nós fazíamos as assembleias gerais, com pautas destinadas a todos os estudantes, mas também tinha a pauta com determinado curso, respectivo a ele. Aí os seguranças não permitiam fazer essas pequenas reuniões nos corredores, ou mesmo nos espaços que dava. Basicamente era isso. As vezes os funcionários que chegavam “olha vocês não podem fazer isso”. Mas nós sempre debatíamos com eles, porque eram trabalhadores, a culpa não era deles, eles cumpriam ordens, nós não nos enfrentávamos. Em nenhum momento teve o enfrentamento. Talvez fosse isso que a reitoria quisesse, que ocorresse briga para jogar em cima das costas do DCE (LUCIVALDO, 2019).

Essa não permissão de atuar nos espaços internos da Universidade, informado por Lucivaldo, principalmente a contar da gestão do Grupo Ser Educacional, de forma a limitar o debate, a opinião, a crítica, de modo a implantar a cultura do medo, os *dogmas do autoritarismo* (CIAVATTA, 2017), em uma demonstração contrária à universalidade do pensamento e dos aspectos universitários, é corroborada, com a mesma intensidade, por Eduardo Rodrigues.

[...] a perseguição a direitos democráticos, de não poder falar, de não poder acessar, de não poder ocupar determinados espaços mesmo que solicitados com antecedência, isso começou a acontecer, de fato, quando a administração da Ser Educacional se instalou. A partir do momento que ela se instalou, todo tipo de problema democrático teve. Foi um retrocesso democrático na universidade. Colar cartaz na parede, os caras arrancavam os cartazes, a gente pedia autorização para colocar em um mural de vidro que eles abriam e fechavam. Solicitação de auditório, eles não respondiam aos e-mails. A gente pedia reunião com a reitoria, reunião com o Pró-reitor de ensino: não era atendido, nunca! (RODRIGUES, 2019).

Em outro excerto, Eduardo Rodrigues revela a respeito da relação conflituosa entre o movimento estudantil e a administração da UNAMA, anuncia que todas as tentativas de reuniões com representantes do Grupo Ser Educacional, ou mesmo, qualquer possibilidade de pedido e solicitação de espaços internos da universidade, eram ignorados.

Nosso diálogo era pessoalmente cortado, diziam na administração, porque chegava aos meus ouvidos através de alguns funcionários assim “se for o Eduardo, se for do DCE, não tem que falar nada. Se vierem com algum pedido, nem responde”. Então já estava assim, o nível já era muito tenso, o nível era declarado, era guerra declarada contra o movimento estudantil e pra tentar desconhecer a representação. Não importava que nós tivéssemos sido eleitos, não importava que o DCE fosse reconhecido no regimento da universidade e pela própria UNESPA, não importava que nosso documento estatutário tivesse reconhecimento no Fórum Cível de Belém, então, tudo isso eles tentavam a todo momento deslegitimar e tornar o DCE uma coisa inexistente. E era na contra maré que a gente seguia (RODRIGUES, 2019).

De fato, a censura, vigilância, perda do ambiente democrático de expressão, da universalidade de ideias e com o diálogo cortado com a administração da universidade, representam situações que não eram vistas antes da compra da UNAMA pelo Grupo Ser Educacional, como relata Felipe Melo dos Santos em trecho seguinte de sua entrevista.

Todo o semestre tinha uma mobilização grande que nós fazíamos, e tinha uma participação grande dos estudantes, grande mesmo. A gente diz assim que ‘nós conquistamos o direito de se manifestar e se expressar na universidade’. Porque antes tinha muita repressão e aí depois que o DCE estava forte nós colávamos cartazes onde nós queríamos. Tipo, se tinha

somente um espaço para colar cartaz, nós colávamos na universidade inteira. A universidade inteira ficava cheia de cartazes do movimento estudantil. O movimento estudantil podia se expressar, a gente conquistou esse direito. A UNAMA da BR tem cinco andares, a gente fazia uma faixa que descia do 5º andar até o térreo, colocando todas nossas propostas do DCE. Nós conquistamos isso, hoje eles não deixam colar nenhum cartaz lá. A gente conseguia local de fazer reunião (SANTOS, 2018).

A imposição da censura e limitação dos espaços democráticos com o enfoque de se implantar a cultura do medo, possibilita atentarmos para o contexto educacional brasileiro que padece com inúmeros ataques neste sentido. Para tal, podemos relacionar as arbitrariedades observadas na Universidade da Amazônia – a partir dos relatos dos estudantes – com as pretensões normativas que tentam impor no ensino básico do país, principalmente, a “Escola sem partido”.

Em livro ordenado por Gaudêncio Frigotto, *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*, abordou-se a temática da Escola sem partido por diversos ângulos com a intencionalidade de oferecer aos professores, pais e estudantes, a gênese, o contexto, o sentido político e o significado do Projeto de lei que cria o referido Programa (CIAVATTA, 2017, p. 7).

A estrutura central observável no conjunto da Escola sem Partido é a pretensão de se implantar o medo apoiado na legalização da denúncia, da delação, situações que se interligam com o autoritarismo das ações de empresas do ensino superior privadas mercantis, ocorrências repercutidas nas organizações estudantis.

Frigotto (2017) irá compreender a proposta da Escola sem partido como sendo uma ameaça velada “[...] à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade” (FRIGOTTO, 2017, p. 17). Alicerçado nesta citação, poderíamos questionar que a proposta estimula uma ação de intolerância voltada para as escolas públicas, e de ensino básico. Contudo, o mesmo autor reitera.

As teses do projeto Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais (Ibidem, 2017, p. 18).

Como dizíamos anteriormente, as propostas encontradas em nosso contexto social, agora mais que antes, são conectadas em projetos amplos, estrategicamente articulados que tem como marco legal o Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995). Com base

nesta reforma, as políticas públicas de todas as ordens foram definidas para um fim maior: tornar o Estado minimamente abrangente (CHAVES, 2010). Por conseguinte, dirige todas suas forças e fundos públicos para o setor financeiro, fazendo do Estado brasileiro plataforma de valorização financeira, onde se concretiza ordenamentos jurídicos e políticas públicas voltadas para o bem do mercado (SGUISSARDI, 2014).

Neste sentido, utilizando-se de políticas ideológicas orientadas pelo sistema capitalista de configuração neoliberal como a Escola sem Partido, faz com que possamos verificar as mesmas estratégias sendo colocadas em prática em IES privadas, impondo os mesmos princípios autoritários aos estudantes organizados em movimentos estudantis.

Estas relações e aproximações que configuram tal cenário brasileiro tem a finalidade de reverenciar o “deus” mercado, eliminando os movimentos sociais: “avança-se na criminalização dos movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos que se opõem à violência da desigualdade, exclusão de direitos e do pensar divergente. Daí deriva-se para o que é científico neutro e deve ser ensinado nas escolas” (FRIGOTTO, 2017, p. 30).

Fundamentado neste ponto de vista, as ações focais na Universidade da Amazônia são influenciadas pelo “deus” mercado, o mesmo que o Grupo Ser Educacional reverencia. Portanto, as interligações são produtos decretórios na condução destas políticas que servem para um fim alheio ao ensino, tampouco na ampliação da cosmovisão dos estudantes, ou mesmo sua criticidade, mas a cultura do individualismo, da fragmentação de seu coletivo, ou seja, a transfiguração da autonomia para a heteronomia.

Neste sentido, a cultura do medo, o autoritarismo, a censura, são fatores que infringem os estudantes organizados no movimento estudantil da UNAMA, antes com o DCE a frente, hoje, com alguns CAs. E estes mecanismos de controle e vigilância que ocorrem no ensino superior privado não são descolados das propostas pretendidas em outros segmentos do ensino brasileiro. Segue, como aponta Grello (2008) e Frigotto (2017), a determinação de um projeto mais profundo de sociedade, embasado em preceitos neoliberais de livre mercado, e os estudantes que atuavam na direção do DCE tinham essa compreensão.

Em uma instituição privada tu vives em uma ilha, desligada de parte da realidade concreta do mundo. Cada negócio, cada empresa de educação é um mundo paralelo, onde tu estás desligado dessa consciência solidária, coletiva de luta. Inclusive é uma tentativa ideológica de te barrar, é o capitalismo em si (RODRIGUES, 2019).

A presença do coletivo estudantil do DCE em conselhos superiores acadêmicos de deliberação na UNAMA, se tornaram alvos de reconfiguração pela gestão do Grupo Ser

Educacional. A administração da empresa educacional não proíbe a participação de estudantes no conselho superior da instituição, no entanto, com a entrada da nova gestão a escolha dos representantes estudantis ocorre por critérios convenientes. Não seria mais um estudante definido pelo movimento estudantil, como ocorria em tempos anteriores à compra da UNAMA, ou mesmo por eleição, mas por indicação da reitoria, como informa C. G. J.: “Na universidade, são necessários dois estudantes como Conselheiros, tá no estatuto, é o Conselho superior da instituição, seria o DCE que deveria indicar. Hoje, quem indica é a reitoria [risos]. Essa é a política do grupo, não tem eleição para isso quando deveria ter”. (C. G. J., 2018).

Em conjunto com estas ações da Ser Educacional S.A, que repercutiam no coletivo do movimento estudantil desarticulando-o, seguiram outras implementações de menos visibilidade, mas com o mesmo empenho. Citamos duas como principais: o reitor profissional e a reconfiguração dos espaços físicos para obtenção de maiores lucros.

Para Silva Júnior e Sguissardi (2000), o reitor profissional representa um professor com reconhecida experiência na área educacional e administrativa. Este docente realiza a “mediação entre a Mantenedora e a mantida, administrando-a sob as diretrizes da política estratégica da mantenedora, cujo objetivo principal tenderá a ser o lucro financeiro e o aumento e estabilidade patrimoniais” (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI, 2000, p. 165).

Na prática, a administração da Universidade da Amazônia é feita pelo reitor profissional à distância. Além disso, diferentemente do que aponta Silva Júnior e Sguissardi (2000), sua escolha não ocorreu fora da Companhia, é o próprio acionista majoritário: Janguê Diniz. Pelo menos desde a compra da universidade em 2013¹⁰⁵. Os estudantes entrevistados nunca o viram pessoalmente, Eduardo Rodrigues reitera que somente teve contato com o rosto do reitor da UNAMA via internet (RODRIGUES, 2019); Luís Lucivaldo afirma: “eu nem sei como é esse reitor (risos)” (LUCIVALDO, 2019); C. G. J., além de corroborar com os outros entrevistados, detalha com maior precisão:

[...] não tem a figura do reitor, têm os coordenadores que não mandam, só resolvem as coisas ligadas ao ensino, e só! Como se fosse um diretor de

¹⁰⁵ Em 19 de setembro de 2018, Janguê Diniz esteve na cidade de Belém para o lançamento de seu livro *Transformando sonhos em realidade: a trajetória do ex-engraçate que chegou à lista da Forbes* na Universidade da Amazônia. Na oportunidade, aproveitou sua estada na capital paraense para transferir seu cargo de Reitor da UNAMA para a Professora Betânia Fidalgo. Ainda no evento, depois de empossar a nova Reitora, Janguê se autoproclamou Chanceler da Ser Educacional, um cargo por ele criado que demonstra ainda ser o principal articulador acadêmico da UNAMA. C.G.J., em sua entrevista registrou: “[...] de fato é o que vai ocorrer, pode ter a presença da reitora na universidade, mas quem ainda continua mandando é Janguê Diniz à distância” (C.G.J., 2018). E completa: “Mas se o centro das decisões da UNAMA for aqui, que acho improvável, vai ser daquele jeito: da pipoca, do cinema e da camisa. Não vai ser dentro de uma visão que debata a universidade, que debata o investimento que a universidade irá fazer, que debata com os conselhos, vai ser sempre a decisão partindo de lá “nós administramos nós decidimos” (Ibidem, 2018).

escola. Na verdade quem é o reitor? É o dono. E ele não fica aqui. Fica em Recife, e acho que só veio umas três vezes em Belém (C. G. J., 2018).

Por outro lado, antes da venda da universidade, segundo relatos de Felipe Melo dos Santos, se mostrava constante a presença dos reitores, inclusive o DCE sempre quando reivindicava audiência com a reitoria conseguia ser recebido pelo próprio reitor.

[...] a gente não vivia na sala do reitor, tomando café, não tínhamos nem uma benesses, nada disso. Nós íamos para a mesa com o reitor para negociar nossas pautas. Fazíamos reuniões com o reitor, mas só depois de nossas decisões na base, entre os estudantes. E acontecia varias vezes, pelo menos uma vez por semestre tínhamos reunião com a reitoria. E o próprio reitor nos recebia, ele mesmo em pessoa, o Edson Franco, com alguns assessores. Estes acordos de vitórias ele chancelava, assinava na nossa frente (SANTOS, 2018).

Esta modificação gerencial ocorrida na Universidade da Amazônia, de uma gestão familiar, geralmente composta por representantes das 2^a e 3^a gerações das famílias proprietárias, para uma gestão profissional, representa a primeira estratégia fundamental das empresas educacionais (POLIZEL; STEINBERG, 2013).

Em conjunto com esta modificação, outras mais estruturais completam o cenário: mudança de cultura, respeito às regras, funcionamento com metas, monitoramento das ações, órgãos de controle, maior nível de exigência, prestação de contas, incorporação de ferramentas de qualidade, todas com vistas a um crescimento financeiro sólido (Ibidem, 2013, p. 104-113). Por intermédio de uma visão crítica, este crescimento é orientado para a maximização de lucros, “chegando ao paroxismo em algumas situações” (OLIVEIRA, 2009, p. 743).

A reconfiguração estrutural dos espaços físicos da universidade, com o sentido de aumentar a rentabilidade da Companhia, anuncia-se como uma medida urgente, da mesma forma que as outras medidas percorridas. Pois espaços ditos ociosos, na lógica empresarial, precisam ser reconfigurados para entrarem na contabilidade da empresa como receita.

Na Universidade da Amazônia, não é diferente. Segundo Eduardo Rodrigues, com a entrada da gerência da Ser Educacional S.A, os espaços que serviam para a convivência social, entre os estudantes, foram resignificados para obtenção de lucro.

Existe uma ilusão ainda muito grande nesse país achando que instituição privada de ensino é melhor que a pública, uma grande mentira. São instituições sem ensino, pesquisa e extensão, sem estrutura, onde o ar condicionado pega fogo sim que nem nas áreas precárias da UFPA. Quando o CESEP foi alugado, com um monte de sala escura para enfiar estudantes até lotar as salas, eles fecharam laboratórios, fecharam auditórios, para poder

transformar em salas de aula. Se fores lá no bloco F tem umas salas gigantônicas lá que não eram aquilo, era um auditório para evento acadêmico. Então, os caras mexeram até na estrutura física dos prédios. Arreventaram com um monte de espaço produtivo, importante, só para socar estudantes pra fazer dinheiro (RODRIGUES, 2019).

A transformação do espaço físico da UNAMA, depois da chegada do Grupo Ser Educacional, resultou em diversas denúncias à imprensa e órgãos controladores. Representou objeto principal de carta aberta, redigida pelo coletivo de estudantes da UNAMA “Preferia NÃO SER”, direcionada ao reitor e principal acionista, Janguê Diniz. Este coletivo é o mesmo que em outra oportunidade denunciou as demissões dos professores, e chegaram a ser ameaçados de processo por representantes da Ser Educacional S.A, episódio que gerou publicação do DCE em solidariedade e apoio a estes estudantes¹⁰⁶.

Deste modo, torna-se necessário trazer alguns pontos dessa carta que foi transmitida por diversos meios, inclusive, pelo Blog jornalístico de Lúcio Flávio Pinto, o qual anunciou o documento da seguinte maneira: *“É um documento que merece ser lido porque retrata a transição de uma universidade privada e local para controladores de fora do Estado, numa transação polêmica, problemática e significativa, mas à margem do debate necessário”* (PINTO, 2015c). Ressaltamos que o trecho é um pouco longo, mas indispensável para o nosso debate.

Você, Magnífico Reitor Dr. Janguê Diniz, sequer envia algum representante, nem a Vossa Magnífica Vice Reitora, Prof.^a Maria Bethânia Fidalgo, que veicula nos meios de comunicação que a UNAMA está as mil maravilhas, o que pode ser constatado com uma simples visita à própria instituição em questão que a situação é totalmente diferente, basta perguntar aos discentes. Os alunos não têm conhecimento de quem você é, Magnífico Reitor Dr. Janguê Diniz, é preciso pesquisar na internet para conhecer seu rosto. [...]. Sempre achamos que a universidade precisava de mudanças, se modernizar, se qualificar e avançar sempre em direção à excelência na educação, porém não da forma como estão sendo conduzidas. [...]. No início do semestre, chegamos à Unama e encontramos as salas com um forte odor de tinta e todas empoeiradas, prejudicando o rendimento de alunos que sofrem com problemas alérgicos, entre outros. [...]. E com a quantidade de alunos que o Grupo Ser admitiu na instituição, visando apenas o lucro e não a qualidade do ensino se tornou difícil achar uma sala com equipamento necessário para as aulas [...]. Com a promessa de que encontraríamos uma estrutura diferente para melhor atender as necessidades dos acadêmicos, as aulas começaram com um mês de atraso (24 de fevereiro de 2015), ou seja, os alunos estavam pagando para não ter aula [...]. Os antigos laboratórios foram demolidos para dar espaço a novas salas de aula e nossos professores tiveram que suar a camisa e utilizar as ferramentas que tinham disponíveis,

¹⁰⁶ Ver publicação abordada em seção anterior desta Dissertação: “Carta pública de solidariedade do DCE aos estudantes autores da “Preferia NÃO SER” ameaçados de processo pela UNAMA e Grupo Ser Educacional” (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2015g).

muitas das vezes utilizando equipamentos pessoais, para passar o conteúdo da melhor forma e não prejudicar, mais ainda, os seus alunos. E antes que a direção desta universidade pense que os professores estavam reclamando, eles se preocuparam em achar soluções para esta mudança que foi feita sem planejamento, fazendo com que o prejuízo para os alunos fosse menor. O mérito desse semestre não ter sido um desastre maior é todo desses professores, que são de uma extrema competência e comprometimento [...]. Ainda temos algumas novas salas de aula que foram criadas com pilares no meio impedindo o campo de visão do aluno dentro da sala de aula. [...]. Vocês pediram através das mídias que tivéssemos paciência, pois as coisas melhorariam na Unama. Estamos tendo paciência até demais, porém mexer com os nossos professores e orientadores, isso não vamos admitir. [...]. Queremos deixar claro, que não estamos diminuindo a nossa Universidade, a instituição que escolhemos e de nossa preferência, mas a dificuldade no diálogo, a burocracia e até mesmo a falta de conhecimento de quem é nosso Reitor nos obriga a tomar uma atitude como esta em protesto por uma educação de qualidade (PINTO, 2015c, *Carta do coletivo “Preferia NÃO SER”*).

De forma bem resumida, a carta emitida pelo coletivo apresentou algumas mazelas enfrentadas pelo movimento estudantil da UNAMA. O documento ressalta que as mudanças ocorridas na Universidade da Amazônia estavam orientadas por determinações financeiras, acima do objetivo social desta instituição, com o intuito de se enxugar as despesas para aumentar os lucros de seus investidores.

Por outro lado, percebemos, por meio das críticas dos CAs e do DCE, que as estratégias do Grupo Ser Educacional se empenhavam em eliminar a unidade dos estudantes, com a prerrogativa de empregar quaisquer meios para esse fim. Explica-se, pois os estudantes que se organizavam em coletivos e movimentos estudantis (DCE, CAs) estavam em “pé de guerra” com a administração de sua instituição, e de certa forma prejudicavam os seus negócios com a educação.

Além destes aspectos de reestruturação dos espaços para aumentar sua receita financeira, identificamos indícios de exploração dos trabalhadores da universidade, seja de professor ou funcionário administrativo. C. G. J. apresenta relato que demonstra tal precarização e intensificação do trabalho.

[...] aquilo [ele fala da secretaria] é um caos, a ponto das pessoas discutirem. Por ser poucos funcionários na UNAMA e uma grande leva de solicitações, os funcionários não dão conta, eles estão exaustos, estressados. **[Reinaldo] Há uma precarização de trabalho?** [entrevistado] Total!! E vai desde o terceirizado até os professores. [...]. [o] professor na maioria das vezes tem que trabalhar em casa, às 11 da noite, com celular do lado para resolver problemas da universidade. É um trabalho quase que integral, é um assédio que eles sofrem também, por conta dessa dinâmica. Então, depois de dar aula, o professor tem que organizar a turma, ver nota, e de noite ficar resolvendo coisas da universidade. Você sai do trabalho, mas ele chega na

sua casa, e não recebe nada a mais por isso. Tem um professor que foi demitido que falava assim: “0800 não vou fazer”. Ele sempre teve um bom currículo, doutor, sempre bom professor, sempre respeitou a UNAMA, uma figura importante, mas foi demitido. [...]. Então o cara vai ser sugado a todo o momento. Além disso, alguns deles ainda são requisitados para fazer a propaganda da UNAMA nas escolas particulares, para encher a UNAMA. Eles fazem isso. Eles levam alunos que ganham hora complementar. Aí você vai para o Santa Rosa, Santa Catarina. Eles levam toda a equipe de marketing, eles vão [professor e alunos] montam barraquinha, dão caneta, dão lanche, camisas. E aí? Os estudantes têm que estar lá de graça, só ganhando hora complementar, e os professores no “0800” como se estivessem recebendo, sem reclamar e, às vezes, no sábado e no domingo (risos). Porque prova do ENEM é no domingo, de concurso é no domingo (C. G. J., 2018, acréscimos nossos).

Por todos os elementos abordados nesta seção, concluímos que as ações impetradas em conjunto pelo Grupo Ser Educacional representaram as efetivas repercussões que contribuíram para o DCE/UNAMA declinar. Medidas como: exclusão do financiamento do movimento estudantil, mediante o chamado “repasso”; a perda de sua autonomia com a cooptação do CRT pela instituição, implantando a heteronomia; instauração da censura, vigilância e da cultura do medo; escolha pela administração da representação estudantil em Conselhos Superiores e órgãos colegiados; inauguração da figura do reitor profissional; reconfiguração estrutural dos espaços físicos da universidade; dentre outras providências, representaram o conjunto de execuções primordiais para o respectivo declínio. Da mesma forma, conseguimos alcançar a comprovação de nossa hipótese inicial, momento em que afirmamos, como resultados do declínio, que os arranjos produzidos pela disposição da nova gestão implantada a partir das estratégias da Governança Corporativa permitiu na liquidação das características centrais dos movimentos sociais: organização, organicidade, coletividade, solidariedade e autonomia, as quais eram essenciais para a dinâmica do DCE/UNAMA.

Todas as ações concretas, minimamente observadas na universidade: demissões de professores, modificação de estrutura, junção de turmas, até questões estruturais, fusões e aquisições, passam pelas orientações de sua GC, tendo o Conselho Administrativo da instituição como seu órgão encarregado do processo de decisão e direcionamento estratégico.

O Conselho Administrativo é o guardião do objeto social e do sistema de governança. É ele que decide os rumos do negócio, conforme o melhor interesse da organização. A missão do Conselho de Administração é proteger e valorizar a organização, otimizar o retorno do investimento no longo prazo e buscar o equilíbrio entre os anseios das partes interessadas, de modo que cada uma receba benefício apropriado e proporcional ao vínculo que possui com a organização e ao risco que está exposta (POLIZEL; STEINBERG, 2013, p. 20).

A partir desta citação, nota-se que palavras como: negócio, valorizar, otimizar, investimento, risco, demonstram que a GC, e seus aparelhos estratégicos, firmam-se no campo financeiro e mercadológico. Nada se diz sobre qualidade educacional, formação crítica, democratização nos estabelecimentos de ensino etc., nem uma menção voltada aos interesses dos estudantes inseridos nestas empresas educacionais.

O Conselho Administrativo de uma empresa educacional – órgão que coloca em prática as determinações da GC – compõem-se por acionistas, principalmente aqueles detentores da maior parte das ações. No caso do Grupo Ser Educacional seriam: Janguê Diniz com 57,36%; Administradores 0,42% e VELT Partners Investimentos Ltda. 5,41% (SER EDUCACIONAL, 2029b). Portanto, nesta configuração quais serão os interesses defendidos, dos acionistas ou dos estudantes?

O documento da BOVESPA, “Diretrizes de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA”, irá responder nossa pergunta. Segundo ele, os interesses substanciais serão no sentido de otimizar o capital dos acionistas: “o objetivo principal da governança corporativa é contribuir substancialmente para o alcance de suas metas estratégicas e a criação de valor para todos os seus acionistas” (BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO, [2019c], p. 02).

Nestes termos, a Governança Corporativa se caracteriza por ser um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015, p. 20). Esse sistema quando em prática, objetiva alinhar interesses no sentido de maximizar o seu valor econômico (Ibidem, 2015).

Em resumo, a GC para o mercado financeiro é o caminho correto de renovação e modernização das instâncias de poder de uma organização, refuta qualquer valor tradicional preconizado anteriormente pela IES e incorpora no lugar a técnica, o profissionalismo, a eficácia, enfim, mecanismos objetivos (POLIZEL, STEINBERG, 2013, p. 13).

Em conjunto com as repercussões apresentadas que confluíram para o declínio do movimento estudantil da Universidade da Amazônia, entendemos que a posição da direção majoritária da UNE a qual, segundo os relatos dos entrevistados, não atuou de forma orgânica, coletiva, tampouco solidária, no sentido de retomar a organização do DCE/UNAMA, contribuiu, do mesmo modo, para a situação declinante.

Um elemento que eu agregaria e colocaria como algo fundamental, porque tu tens uma equipe coordenadora local, de uma universidade, mas tu tens outro tipo de equipe que é superior e ainda mais importante. A equipe que coordena as outras equipes. Então, se eu estudo na UNAMA, e tu estuda na FACI e o outro estuda na Estácio, no IESAM, o isolamento desses estudantes vai tender a que eles fracassem. Essa é a culpa que a gente cobra muito abertamente da União Nacional dos Estudantes. A UNE poderia ter criado um espaço que congregasse esses estudantes e evitasse que na queda de um grupo de alguma universidade, pudesse existir um movimento maior que rearticulasse lá. O PT e o PC do B, que dirigiram a UNE aqui, eram tão traidores contra o movimento que a gente fazia, que a gente já tinha uma raiva da postura política deles nas privadas, porque eles sentavam na mesa do Procon e assinavam o aumento da mensalidade. E ainda falavam assim “pelo menos aumentou pouco”. Mas todo o ano era acima da inflação! [...] Teve um ataque direto de uma empresa privada, de um fundo de investimento, de um governo. Foi um exército para derrotar aquele movimento estudantil, e a burocratização de entidades como a UNE, como a UBES, como os partidos políticos, com toda essa galera vendida, foram exatamente o que sufocou o movimento estudantil da UNAMA. O que estava em jogo ali envolvia uma conjuntura local, porque uma empresa estava assumindo a gestão com toda sua estrutura em uma transformação profunda. Mas estávamos de frente também com uma conjuntura nacional que era uma crise econômica, uma política do governo e uma omissão das entidades estudantis. Então, foi um congegado de tantos elementos bombásticos que atingiu o DCE e dividiu sua equipe coordenadora. Se existisse mais força social para enfrentar tudo isso, vários DCEs organizados em privadas, com muita **solidariedade**, com espaços de **unidade**, retaguarda, enfim, se tivesse uma **coletividade** que tirasse do isolamento a UNAMA, com certeza, aquilo ali não seria suficiente para derrotar as equipes coordenadoras, para desagregar algo que não conseguiu se renovar e assim impor uma derrota aos estudantes da UNAMA (RODRIGUES, 2019, grifos nosso).

Além dos ataques internos realizados pelo Grupo Ser Educacional, apresentados neste trecho da entrevista de Eduardo Rodrigues, com a utilização do instrumento da Governança Corporativa, temos a principal repercussão externa que combinou para o desmonte do DCE/UNAMA: a postura da UNE.

Há indícios que esta entidade vem atuando em defesa dos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff, e de suas políticas direcionadas ao ensino superior do país que destinava fundo público a empresas do segmento. Ao que parece, a UNE se burocratizou e não atuou de forma orgânica de modo que se elevasse a coletividade dos movimentos estudantis das universidades privadas. Menos ainda se solidarizou com estudantes que articulavam para manterem-se ativos, como ocorrido na UNAMA.

Esta mesma característica burocratizada, institucionalizada, hierarquizada, partidarizada, que acompanha a UNE, era criticada por Foracchi (1977) e Mesquita (2006, 2003). Uma posição política que relacionamos com a história recente da UNE, desenvolvida

no primeiro capítulo deste trabalho, momento de argumentação em que divulgamos a vinculação da UNE a governos, no início de sua criação com Getúlio Vargas e mais recentemente com os governos petistas¹⁰⁷.

Por outro lado, estes fatores políticos que circundam a UNE e as críticas políticas do DCE/UNAMA à entidade nacional não serão pontos debatidos neste trabalho. Não se manifesta, neste momento, como nosso objetivo adentrar nesta seara, mesmo sabendo que são questões importantes de investigação.

Outro tópico importante de ressaltar, baseado nas publicações documentais e entrevistas, é que a atuação histórica do DCE/UNAMA, no período destacado (2006 a 2018), não sofreu por resultados advindos do crescimento dos novos movimentos sociais e suas pautas que rejeitam as relações modernas de classe, ou mesmo desconsideram o conflito entre capital e trabalho e acreditam em uma visão pós-moderna que despreza a possibilidade de um projeto de transformação social (WOOD, 1999).

É muito presente, nas publicações e nas falas dos entrevistados, o posicionamento do movimento estudantil da UNAMA na defesa da classe trabalhadora. O que se verifica é uma ação coletiva para a realização de objetivos previamente organizados, sob a orientação consciente de princípios valorativos comuns, mantendo em suas bases o entendimento de que os conflitos e as contradições da sociedade advêm do antagonismo entre as classes sociais.

Importante destacar que os resultados alcançados neste estudo são determinados pela ordem mercadológica que alcança grande parte os serviços essenciais em que até certo período histórico eram oferecidos essencialmente pelo Estado.

A partir da década de 1990, observamos uma verdadeira introdução das bases da administração gerencial, com a necessidade de enxugar o aparelho estatal e estabelecer parcerias entre o setor público e privado, desobrigando este mesmo Estado da função de prover os direitos e serviços sociais. Em sentido favorável, diversos mecanismos foram introduzidos que proporcionaram a movimentação aberta do capital financeiro no setor educacional, mais preeminente na Educação Superior. Situação não revertida nos governos seguintes do PT, Lula e Dilma.

No entendimento de Chaves (2016), tais características advindas da década de 1990 são frutos do projeto neoliberal, oferecidas por organismos internacionais a países periféricos, podendo ser identificado a partir de elementos comuns em diversas regiões pelo mundo, por exemplo, temos:

¹⁰⁷ Ver em Poerner (1979) e Araujo (2007).

[...] aprofundamento da privatização pela desnacionalização da educação e [...] por uma série de reformas educativas na América Latina, imposta por meio de “acordos comerciais” estabelecidos entre esses organismos e os governos, com a finalidade de submeter a educação às exigências da lucratividade do capital. É nesse contexto de reformas e de formação de mercados educativos em que a educação é incluída como serviço comercializável e sujeita a condições de competição que se insere o processo de expansão e mercantilização da educação superior (CHAVES, 2016, p. 02).

Sendo este projeto neoliberal enraizado em todos os setores da vida, em um mesmo sentido apresentado por François Chesnais em reconhecer que o sistema capitalista, em bases financeiras, não se encontra mais prostrado apenas no plano econômico, mas interfere em todas as dimensões (CHESNAIS, 1996, p. 14), faz-se considerar o verdadeiro sentido de uma empresa educacional que negocia o ensino no mercado de ações.

Nesse sentido, qualquer movimento social que busque a organização coletiva em prol da criticidade do sistema capitalista, que consiga atuar de forma orgânica interligando diversos outros movimentos e organismos sociais, solidarizando-se e apoiando a construção e permanência de outros movimentos sociais, conformando os indivíduos e os pequenos coletivos fragmentados em uma “semântica coletiva” (HONNETH, 2003, p. 258), assim como a permanência da autonomia, representam (todas estas características) uma ameaça ao poder constituído dos oligopólios educacionais.

Portanto, nessa mesma linha de entendimento, é incompatível no modelo de Governança Corporativa, um movimento estudantil que expressa as características de organização, organicidade, solidariedade coletividade e autonomia, todas juntas e interligadas, porque as lógicas são diferentes e contraditórias. Enquanto que o movimento estudantil analisa a realidade de forma coletiva, implicando para uma melhoria do seu grupo, de sua categoria estudantil, a GC é utilizada como instrumento para adequar uma empresa, principalmente a de capital aberto, como o Grupo Ser Educacional, com o objetivo de maximizar os seus lucros e dos investidores, uma lógica individualizada, fragmentada.

Por fim, mesmo por todas as repercussões que resultaram no declínio do DCE/UNAMA, isso não permite ser interpretado como uma conformação definitiva. Os entrevistados Eduardo Rodrigues e C. G. J. afirmam que os arranjos objetivos e subjetivos destes estudantes fazem com que, em certo sentido, não consigam se libertar das correntes que lhe aprisionam, mas estas mesmas questões objetivas e subjetivas irão fazer com que ele sinta essas correntes e possa se libertar, ou tentar se mover para este sentido. Esta questão faz referenciar o que aponta Pericás (2010) na afirmação de que os fatores conflitivos nunca irão

ficar mantidos, imóveis. Na sociedade capitalista, isso se mostra impossível, a correlação de forças nunca se dissipará, sempre estará em estado latente, podendo a qualquer momento se reconstituir a partir de elementos novos (PERÍCAS, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Seminário da Rede Universitas/Br., ocorrido em maio de 2019 em Foz do Iguaçu (PR), a professora Deise Mancebo, em sua explanação de abertura, chegou a seguinte consideração: “os estudantes representam o apito da panela de pressão”.

A autora empregou a expressão de forma metafórica para explicar que face à conjuntura política e social atravessada pelo país, de incertezas socioeconômicas, com decisões austeras no plano orçamentário do Estado, por exemplo, em cortes financeiros dos investimentos da educação pública e de outras áreas de proteção social, como: saúde e previdência, os estudantes, como atores principais de atuação, se posicionaram como protagonistas na organização coletiva.

De certa maneira, percebemos no discurso de Mancebo a proximidade de diálogo com a abordagem temática desenvolvida em relação ao movimento estudantil nesta Dissertação. Estudo que evidenciamos não somente o protagonismo do movimento estudantil pela história brasileira, e também mundial, mas um modelo de movimento social que expressa em sua práxis estratégias, manifestadamente, radicais, mesmo que assentadas em bases reformistas.

Colabora neste entendimento de radicalismo a socióloga Marialice Mencarini Foracchi, a qual compreendeu o movimento estudantil como coletivo que reúne grande capacidade de arregimentação e organização, configurando-se como um produto social e político influenciado pelas tensões latentes da sociedade. O seu estilo radical não somente traduz estes conflitos difusões socialmente existentes, como permite a introjeção, nas lutas e mobilizações, da indignação nas relações que os setores marginalizados, das classes subalternas, sustentam contra o sistema de poder (FORACCHI, 1982, p. 42-43).

Neste sentido, mesmo com a presença neoliberal na tentativa de implantar formas novas de sociabilidade militante, fragmentando-as, como evidenciado em Mesquita (2001), consideramos que o posicionamento do movimento estudantil se pautou no reconhecimento de que seus conflitos, e da sociedade como um todo, são provocados por elementos impostos pelo sistema capitalista. Esta percepção, todavia, conseguimos identificar na práxis do DCE/UNAMA, a entidade reconhecia como causadoras de seus embates as influências oriundas da contradição entre capital e trabalho, como salienta Eduardo Rodrigues no fragmento de sua fala.

Odiávamos a ideia de “antipolítica”, a gente dizia que as nossas lutas eram parte de um processo superior – que envolvia padrões, governo e tudo mais, inclusive, estudantes. Tínhamos que lutar, as mensalidades tinham a ver com a falta de uma regulação dos negócios, que o governo permitia os aumentos, que financiavam os aumentos e que a juventude governista também ia nesse caminho enquanto nós queríamos o caminho oposto! (RODRIGUES, 2019).

Com base nestes argumentos, compreendemos que esta forma de sociabilidade militante, a qual reconhece as classes sociais e seus conflitos, possibilita-nos esclarecer os motivos, por exemplo, da preocupação movida por um dos principais organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, ao ponto de prever em seus documentos o cuidado com a organização e mobilização dos movimentos estudantis, ou melhor, ao “activismo de los estudiantes” (WORLD BANK, 1995b, p. 28). Talvez esta menção aos estudantes seja por conta da sua presença histórica nos conflitos sociais, radicalismo, reconhecimento de que suas deliberações são advindas dos conflitos entre as classes sociais, dentre outras formas de atuação emancipadora que os caracterizam.

A inquietação do BM com o *activismo* estudantil apresenta-se justificável, também, pelo contexto da austeridade que tal Banco anuncia por intermédio de orientações a governos para o enxugamento dos gastos públicos em áreas sociais, com a finalidade de destinar estes fundos ao capital financeiro mediante instrumentos econômicos, como a dívida pública, assunto discorrido por Maria Lúcia Fattorelli (2013). Ainda mais quando se aprova no Brasil a Emenda Constitucional nº 95, vista com simpatia por estes organismos financeiros, normativa que atua de duas formas: minimiza os gastos primários do governo, por um lado, e liberalizar os gastos com a dívida pública do país, por outro.

Isto posto, por estas questões de orientação, de forma a minimizar a participação do Estado no social, uma clara política neoliberal, presente em alguns documentos do BM, se mostra como possíveis empecilhos a organização coletiva de movimentos sociais, em nosso caso, os movimentos estudantis, pois estes movimentos unitários, coletivos, autônomos, se colocam em contraposição a tais políticas. Ainda mais, quando tivemos na prática o movimento estudantil, nestes primeiros meses de 2019, como protagonista nas manifestações de rua, de modo que aglutinou milhões em mobilizações pelo país, e expressou ser o movimento social de retaguarda das lutas pela educação brasileira, como informou Deise Mancebo na expressão em que destacamos no início destas considerações.

Nesta linha de cuidado com a organização do movimento estudantil pelo BM, observamos a cautela também por parte do Grupo Ser Educacional com a Entidade estudantil da Universidade da Amazônia. Antes da venda da UNAMA para este Oligopólio do ensino

superior, os estudantes que compunham a direção do DCE conseguiam garantir sua participação nos espaços de decisão acadêmica e administrativa da instituição, como: colegiados, conselhos superiores etc. Como exemplo desta presença representativa temos o documento da UNAMA “Avaliação institucional – auto estudo – Relatório final ano 2011”, que na composição da Comissão Própria de Avaliação estavam presentes 4 estudantes que compunham a direção do DCE/UNAMA (UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2011). Ou seja, a participação dos estudantes, escolhidos pela sua entidade, estavam presentes nas decisões e avaliações institucionais. Mesmo que tais colegiados não fossem paritários, mas tínhamos a garantia, por parte da gestão, da participação do movimento estudantil.

Esta representação do coletivo estudantil esteve presente no período de transição da gestão familiar para a empresarial. No documento “Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA)”, de 2014, se garantia a participação dos estudantes no grupo de trabalho institucional da autoavaliação da universidade. Inclusive, na composição da referida Comissão encontrava-se um dos estudantes que participou das entrevistas para esta pesquisa: Eduardo Rodrigues (UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA, 2014). Nota-se, que neste ano de 2014, o processo de compra já tinha sido finalizado, no entanto, a gestão do Grupo Ser Educacional ainda não estava instalada, fato ocorrido somente no ano seguinte, momento que identificamos as repercussões para o declínio do DCE/UNAMA.

Contudo, posteriormente ao negócio de compra e venda, uma das medidas da Governança Corporativa do Grupo Ser Educacional foi à limitação desta representatividade, reportando a administração das unidades acadêmicas a escolha desta representação estudantil. No caso da UNAMA, além da composição estudantil ser decidida privativamente pela gestão institucional, o perfil deste estudante escolhido reveste-se por características acrílicas, de visão limitada de mundo e sem o propósito de defender os direitos estudantis de forma a abranger a totalidade do coletivo estudantil. Somam-se a isso, o atrelamento dos estudantes, diferentemente do passado, com às decisões da reitoria, ou seja, perda da autonomia para decidir ou propor.

Por esse ângulo, poderíamos questionar no seguinte sentido: Por que o Grupo Ser Educacional, por intermédio de sua GC e Conselho Administrativo, da mesma forma que o BM, se preocupa com a organização de simples estudantes? Por que esta empresa majoritariamente nacional se empenhou em articular no sentido de inviabilizar um coletivo estudantil?

Consideramos que o DCE da UNAMA, por todo o movimento analítico realizado nesta pesquisa, comprovou que não se tratava de um punhado de estudantes organizados em

prol de desejos imaturos, ou de perspectivas idealistas desconectadas do real. Pelo contrário, vimos que suas ações eram estritamente organizadas e estruturadas com base em fatos concretos, os quais eram transformados em pautas específicas para serem apresentadas, como negociação, à administração da instituição.

Esta organização tática sempre se portou desta forma, seja no período anterior a venda da UNAMA para o Grupo Ser Educacional, ou mesmo depois, quando a GC da companhia já se encontrava em funcionamento. Inclusive, na última direção do DCE, já com o Grupo de Janguê Diniz na administração, os estudantes conseguiram por três vezes impedir os aumentos das mensalidades das instituições privadas, não somente da sua universidade, mas de todas as escolas particulares de Belém (PA). Em outras situações, estes mesmo estudantes organizados realizavam denúncias a órgãos competentes, fatos que resultavam em prejuízos a receita financeira da companhia. Enfim, não era uma preocupação atoa, tinham bases para o desmembramento deste movimento estudantil.

A limitação imposta ao movimento estudantil da Universidade da Amazônia, por intermédio de medidas antidemocráticas e autoritárias do Grupo Ser Educacional, orientadas, de certo modo, pelos organismos financeiros que atuam no mercado de ações, e pelo próprio investidor que injeta capital na empresa e espera retorno desejável, fazem com que medidas sejam impostas, urgentemente, de maneira a liquidar organizações (como o DCE/UNAMA) que se colocam contrárias aos seus reais objetivos.

Neste sentido, o foco em investigar a categoria movimento estudantil se pautou no sentido de externar as causas que repercutiram no declínio do DCE/UNAMA, de maneira a demonstrar não somente a essência lucrativa que sustenta o empreendimento oligopolista de uma companhia de capital aberta, como o Grupo Ser Educacional, mas, discorrer quais suas medidas concretas, por meio da Governança Corporativa, que inviabiliza qualquer ação coletiva oposta aos seus anseios.

O DCE é um coletivo estudantil reconhecido no norte do país por sua mobilização radicalizada, poucos em universidades privadas que conseguem garantir as características de um movimento social: organização, organicidade, solidariedade, coletividade e autonomia. Menos ainda quando inserido em uma instituição privada de lógica financeira. Mesmo nesta conjuntura, soube se posicionar em favor de sua categoria, os estudantes, e empreendeu inúmeros enfrentamentos contra a gestão do Grupo Ser educacional, sempre visando a conquista dos direitos estudantis e pela qualidade do ensino.

Transmitimos de maneira intensa, por todo o segundo capítulo e parte do terceiro, a práxis deste movimento estudantil, abarcando o período antes, durante e depois da compra da

UNESPA, mantenedora da Universidade da Amazônia, pelo Grupo Ser Educacional, companhia de capital aberto que negocia ações no mercado e capitais.

Fizemos este empirismo com a intensão em demonstrar a dinâmica do DCE, algo que tínhamos a compreensão apenas nas falas de militantes que em algum momento participou daquele movimento estudantil, ou mesmo soube de sua atuação, mas nada concreto cientificamente.

Desta feita, nossa pretensão desde o início era de não apenas construir algo com o rigor acadêmico, mas constituir um instrumento de compreensão dos determinantes que infringiram do declínio do DCE, para que os estudantes ainda organizados em CAs, como C. G. J., que ainda mantem o contraponto, a crítica, frente às decisões do Grupo Ser Educacional.

A instrumentalização proposta pela Dissertação também cumpre o papel de esclarecer para alguns desavisados que o declínio da principal entidade desta universidade não ocorreu por conta de questões objetivas e subjetivas dos próprios estudantes. Ou seja, a culpa não foram deles!

Comprovamos que o declínio do DCE/UNAMA foi resultado de diversas estratégias orientadas pelo instrumento da Governança Corporativa, cérebro artificial ligado ao mercado financeiro que transmite regras objetivas para que companhias, como o Grupo Ser Educacional, possam introduzir as boas práticas gerenciais com a finalidade de maximizar os lucros de seus investidores.

A relação da GC do Grupo Ser Educacional com o declínio do DCE/UNAMA pode ser observada por meio de alguns mecanismos técnicos implementados na Universidade, como: retenção de gastos, reconfiguração estrutural dos espaços, demissões, massificação de matrículas etc. Por exemplo, depois da compra da UNAMA pela Companhia, o espaço destinado às reuniões da Direção do DCE foi tomado pela administração e transformado em espaço rentável. Os documentos da entidade estudantil que ali se encontravam sumiram, o próprio movimento desconhece sua destinação.

Neste sentido, a GC se torna como meio técnico que orienta as decisões dos Conselhos Administrativos de empresas educacionais de capital aberto. O Grupo Ser Educacional, a partir do seu Conselho Administrativo, encaminha tais orientações para suas instituições educacionais que resultam desde estratégias de demissão/contratação de profissionais, que visam à diminuição dos gastos com pessoal, até modificações estruturais das instituições que buscam pela rentabilidade de espaços ditos ociosos. Por este motivo, da procura do lucro de forma incessante, que alguns estudantes nomeiam o Grupo Ser Educacional como “Ser LUCRACIONAL” (C.G.J., 2018).

Estas modificações, dentre outras, foram implementadas na Universidade da Amazônia. Apontamos especificamente seis ações que repercutiram, direta ou indiretamente, no declínio do movimento estudantil. São elas: (1) corte do “repasso”; (2) liquidação da autonomia e representatividade do DCE para introduzir o chamado CRT, este cooptado pela instituição; (3) instauração da censura, vigilância e da cultura do medo; (4) representação estudantil Conselhos Superiores e órgãos colegiados, atrelados a administração; (5) inauguração da figura do reitor profissional; (6) reconfiguração estrutural dos espaços físicos da universidade, transformando-os em receita para o Grupo Ser Educacional. Logo, consideramos estas medidas técnicas como primordiais para o declínio do DCE/UNAMA.

Indicamos também, como ações que repercutiram negativamente no movimento estudantil da UNAMA, a postura burocratizada da UNE que se portou de forma induzida em defender as políticas públicas dos governos dirigidos pelo partido do PT, naquele momento sob a presidência de Dilma Rousseff.

A entidade nacional dos estudantes não contribuiu para o erguimento organizativo do movimento estudantil da UNAMA, sequer articulou meios orgânicos para tal tarefa. Segundo os estudantes entrevistados, ela se manteve alheia aos ataques que ocorriam naquela universidade.

Este posicionamento nos sugere que a UNE se comportou de forma institucionalizada, não contribuindo com um movimento que fazia a crítica pública ao governo, inclusive aos próprios posicionamentos da UNE. Este talvez fosse um fator que não aproximou a UNE com o movimento estudantil da UNAMA, solidarizando-se, algo a ser investigado em outra oportunidade.

Com base nestes resultados, conseguiremos relaciona-los com a nossa hipótese construída antecipadamente de forma a comprová-la – fortalecido ao longo da pesquisa pelos resultados alcançados sejam por base documental, ou mesmo pelas entrevistas – de que as repercussões que atingiram o movimento estudantil da UNAMA, configurando para o seu declínio, remeteram-se aos fatos decorrentes do processo de compra desta universidade pelo Grupo Ser Educacional.

Todavia, mesmo alcançada à comprovação de nossa hipótese, adquirimos outras inferências que certamente contribuiu para o declínio do DCE, como exposto: a imobilidade orgânica e solidaria da UNE.

Além disso, existem na conjuntura questões mais estruturais que impactam não somente a atuação do DCE/UNAMA, mas as ações de diversos movimentos sociais pelo país. Podemos citar alguns fatores que estão na superestrutura: a mercantilização e financeirização

dos serviços públicos, no caso o ensino superior privado mercantil, os quais são negociados como uma mera mercadoria na bolsa de valores; as políticas públicas que em ritmo acelerado imprimem o projeto neoliberal, com apoio dos organismos internacionais; a constante fragmentação da coletividade, por pautas individualizadas da pós-modernidade, dentre outros.

Deste modo, com a nova fase do capitalismo, tendo a financeirização transformando tudo em mercadoria comercializável, qualquer serviço que possa estruturar uma sociedade, culturalmente e humanamente, como a educação, se esvai nas negociações economicistas do mercado financeiro.

Estes anseios financeiros são contraditórios com os princípios da formação educacional que se entende como fundamentais para o processo moral e crítico de um ser social. A própria condução de análise deste processo de formação se torna descompassado quando os métodos de medição educacional se coadunam com o objetivismo, desinteressando-se dos fatores humanísticos subjetivos, ou mesmo das diversas visões de mundo.

Para o mercado financeiro a criticidade é condenação perpetua ao indivíduo, valoriza-se o imediatismo, o utilitarismo, o profissional, em um processo de formação “humana reducionista” (SGUISSARDI, 2014), robotizada e alienante.

E este processo do sistema capitalista, assentado em bases da financeirização de todas as coisas (CHESNAIS, 1996), a qual se torna corpo jurídico no Brasil na década de 1990, impõe a educação brasileira, principalmente ao ensino Superior, influências decisivas do mercado financeiro, que não teve nos governos seguintes, os ditos de esquerda, qualquer impedimento para com estes interesses do mercado financeiro. Pelo contrario, se alinharam aos ditames do capital e com a primazia ideológica neoliberal, colaborando para com a finalidade lucrativa destes oligopólios educacionais – o Grupo Ser Educacional como um dos representantes.

É notório que o ensino privado superior brasileiro vem sofrendo forte influência do mercado financeiro, inserindo um continuo processo de expansão e mercantilização do setor, fatos que formam as diretrizes objetivas da Ser Educacional frente as suas mantidas. Deste modo, com a compra da UNAMA em 2014 por tal oligopólio, e a reestruturação encampada pela sua GC, fez com que declinasse a atuação do DCE/UNAMA.

Com base neste estudo consideramos que o movimento estudantil apresenta-se com destacado protagonismo social, seja na história brasileira por todo o último século, ou mesmo, nos principais acontecimentos no âmbito mundial.

Participou tanto nas mudanças políticas deste país, contra os governos autoritários, quanto na garantia de direitos fundamentais, como a defesa da educação democrática, crítica e emancipatória.

Estas atitudes da dinâmica do movimento estudantil que caracterizamos em cinco elementos fundamentais: organização, organicidade, solidariedade, coletividade e autonomia, foram observados na práxis estudantil do DCE/UNAMA, nosso objeto central de análise. Contudo, tais características se manifestaram perdidas, quando a lógica do capital conseguiu articular organicamente as suas estratégias, bombardeando de forma intensa aquele coletivo de estudantes, o qual tentava se reerguer, sem apoio, e sem solidariedade alguma de outros movimentos sociais.

Entretanto, retomando as colocações de Deise Mancebo em que pontuou que os estudantes representam “o apito da panela de pressão”, e pelo contexto do ano de 2019 em que as mobilizações de maio e junho colocaram nas ruas milhões de pessoas, tendo 80% de estudantes, fazendo mexer com as estruturas do governo. Sabendo também da preocupação que organismos financeiros e empresas do próprio mercado tem em relação a organização dos estudantes, fazem nos compreender que este representante do movimento social se apresente como fundamental na articulação dos estudantes, eles possuem as ferramentas da mudança e sabem como colocá-las em prática.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena (2002). Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 77-89, jan./jun. 2002, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ALVES, Marcio Moreira. **O beabá dos MEC-USAID**. Edições: Gernasa, Rio de Janeiro, 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

ANTÔNIO, Wladimir. Encontro de Líderes de Turma recebe palestra de administradora. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 2 out. 2017, *online*. Disponível em: <http://blogs.unama.br/noticias/administracao-ciencias-contabeis-gestao-ambiental/encontro-de-lideres-de-turma-recebe>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, Fundação Roberto Marinho, 2007. Disponível em: <https://une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

AS ABOMINAÇÕES da classe média – Marilena Chauí. Consulta Popular. São Paulo: Sindicato dos Advogados de São Paulo, jul. 2013, 1 vídeo (13 min.). Publicado por Eduardo Piza. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3MX5b3EfMAw>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Estatuto da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)**. Brasília (DF), 01 abr. 2016a, *online*. Disponível em: <https://abmes.org.br/estatuto>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Eleita nova diretoria que estará à frente da ABMES para a gestão 2016/2019**. Brasília (DF), 03 mai. 2016b, *online*. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/abmes-informa/detalhe/2/eleita-nova-diretoria-que-estara-a-frente-da-abmes-para-a-gestao-2016-2019>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DAS FACULDADES. **A criação**. Brasília (DF), [2019], *online*. Disponível em: <http://www.abrafi.org.br/index.php/site/Internasovo/chamada/quemsomos>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Brasil, Volume 1, 160p., nov. 2017, *online*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BANCO MUNDIAL. **Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento**. Primeira Edição, Washington D.C., 01 jul. 2016, 152p., *online*. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/813421487>

104372186/Procurement-Regulations-for-IPF-Borrowers-portuguese.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: Estado e movimentos sociais. **Revista da FAEBA: educação e contemporaneidade** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992) - Salvador: UNEB, 1992.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, 36p, set. 1994, *online*. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BELÉM (PA). Cartório de 1º Ofício de Registros de Títulos e Documentos Regina Célia Martins Nunes. **Registro do Estatuto do Diretório Central da Universidade da Amazônia**. Registro em: 29 de outubro de 1996, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/p/estatuto-do-diretorio.html>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 34, p. 143-159, 2014.

BITTAR, Mariluce. O Estado autoritário e a Reforma Universitária. Série Estudos – **Periódico do Mestrado em Educação da LICDB**, Campo Grande – MS, n. 12, p. 123-133, 2001, *online*. Disponível em: <file:///C:/Users/laura%20beatriz/Desktop/578-1525-1-PB.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Bolsa de Mercadoria e Futuros**. São Paulo: BM&FBOVESPA, [2019a], *online*. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 18 mai. 2019.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Segmentos especiais de listagem da B3 – Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1**. São Paulo: BM&FBOVESPA, [2019b], *online*. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobresegmentos-de-listagem/>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Diretrizes de Governança Corporativa da BM&BOVESPA**. São Paulo: BM&FBOVESPA, p. 1-09, [2019c]. Disponível em: http://ri.bmfbovespa.com.br/fck_temp/26_2/Diretrizes_de_Governanca_Corporativa_da_BM_FBOVESPA.pdf. Acesso em: 27 mai. 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora: Zahar, 1988.

BOUDON, Raymond. **Dicionário de sociologia**. Tradução de Antonio J. Pinto Ribeiro. Lisboa: Dom Quixote, 1990, *online*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/7771696/Raymond-Boudon-Dicionario-de-Sociologia>. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF: Presidência da República, 1988, *online*. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da União]**, Brasília, DF, 14 jul. 2017, *online*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, DF: **Câmara da Reforma do Estado**, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 68p, nov. 1995, *online*. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades [...]. Legislação informatizada. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, *online*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942**. Reconhece a União Nacional, dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior. Presidência da República, Rio de Janeiro, *online*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4105impresao.htm. Acessado em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, página 75, Vol. 7, *online*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, página 343, Vol. 1, *online*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-norma-pe.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968** [1968a]. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, *online*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968** [1968d]. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, página 152,

Vol. 7, *online*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, página 77, Vol. 1, *online*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-norma-pe.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL. **Projeto de lei nº 5.192 de 15 de abril de 1985** [1985a]. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. Projeto de lei do Deputado federal Aldo Arantes. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 15 abr. 1985, *online*. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=33965448C24397B4E0B39236729A882C.proposicoesWeb2?codteor=1160334&filename=Dossie+-PL+5192/1985. Acesso em: 7 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985 [1985b]. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**: Brasília, DF, Câmara dos Deputados, Coleção de Leis do Brasil, resultado do PL nº 5.192 de 15/04/1985, autoria do deputado federal Aldo Arantes 31 out. 1985, *online*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASILEIRO, Paula. Você sabe o que é trabalhabilidade? Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 11 set. 2017, *online*. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-trabalhabilidade>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRITO, Ana Paula Batista da Silva. **O Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular**: um novo intelectual orgânico de base coletiva / Ana Paula Batista da Silva Brito. – 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e política de austeridade. Editora: Zazie. Tradução de Juliane Bianchi, São Paulo, 2018.

CADERNOS SOCIAIS. Capitalismo, anticapitalismo e organização popular. **Revista eletrônica: Universidade Popular**. Rio de Janeiro (RJ), 2009, *online*. Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2018/08/Capitalismo-Anticapitalismo-e-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Popular.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. (2009). Capital fictício e lucros fictícios. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 24, 2009, p. 41-65, *online*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/acadex/sep/magazine/25/4.pdf>. Acesso em: 5 Jan. 2018.

CARTESIAN CAPITAL GROUP. **História** [da financeira]. New York, 2019, *online*. Disponível em: <https://www.cartesiangroup.com/about/>. Acesso em: 27 mai. 2019.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ**, Brasília – UNB, vol.18, n.54, ISSN 1413-2478, p.761-776, 2013, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CASA DE LA REFORMA UNIVERSITÁRIA. Manifiesto de la F.U. de Córdoba, de 21 de junho de 1918. **Página Eletrônica**: Universidade Nacional de Córdoba. Córdoba – Argentina, [2019], *online*. Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>. Acesso em: 29 mai. 2019.

C. G. J. **Entrevista** concedida a Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza e Fabíola Bouth Grello Kato, para compor a pesquisa de Mestrado. Áudio e Transcrição disponibilizados no Reservatório eletrônico do GEPES/ICED/UFGA. Entrevista realizada na sala nº 231 do PPGED/ICED. Belém (PA), 20 set. 2018, son. 1h 36min. 44seg.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Editora: Fundação Perseu. 1ª edição, 2000, *online*. Disponível em: <https://blogdorosuca.files.wordpress.com/2010/11/brasil-mito-fundador-e-sociedade-autoritaria.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.42, p. 5-11, 2003, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Financeirização e Expansão do Ensino Superior privado-mercantil no Brasil**. Brasil, 2016, *online*. Disponível em: http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2016/11/8-Vera-Jacob-Chaves_Financeirizac_a_o-e-Expansao-do-Ensino-Superior-privado-mercantil.pdf. Acesso em: 11 nov. 2018.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do Ensino Superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, vol. 31, nº 111, Campinas, p. 481-500, 2010, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Educação Superior e movimentos sociais. **Seminário Internacional Educação Superior na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP/PUCRS**, Porto Alegre, 2009, *online*. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/jacob.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. 1998.

CHIAVENATO, Júlio J. **As lutas do povo brasileiro**. São Paulo: Moderna, 1988.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 7-15, 2017.

CORREA, Rodrigo. Alunos da UNAMA Ananindeua participam do Encontro de Líderes. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 8 mai. 2017, *online*. Disponível em: <http://blogs.unama.br/noticias/fisioterapia/alunos-da-unama-ananindeua-participam-do-encontro-de-lideres>. Acesso em: 11 jun. 2019.

CORRENTE SOCIALISTA DOS TRABALHADORES. Dia 07/11 estudantes da UNAMA/PA organizam um dia de protestos. **Blog CST-PSOL**, Belém, 24 mai. 2009, *online*. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2009/05/24/arquivoid-9282/>. Acesso em: 28 mai. 2019.

COSTA, Fabio Luciano Oliveira. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, Biblioteca Depositária: FEUS, São Paulo, Resumo, 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre Governança Corporativa**. Cartilha aprovada na Reunião do Colegiado em 29/05/2002, Brasil, 13p, 2002, *online*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

DARC, Ana. UNAMA realiza encontro de Líderes no cinema. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 8 mai. 2017, *online*. Disponível em: <http://blogs.unama.br/noticias/pedagogia/unama-realiza-encontro-de-lideres-no-cinema>. Acesso em: 11 jun. 2019.

DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. Unama assina Recomendação. **Portal de notícias**. Belém (PA), 18 mar. 2015, *online*. Disponível em: http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=1256. Acesso em: 10 jun. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Quem somos nós? **Blog DCE-UNAMA**. Belém, [2019], *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/>. Acesso em: 11 jun. 2018.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Campanha da Biblioteca. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 13 abr. 2010a, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2010/04/campanha-da-biblioteca.html>. Acesso 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Por que os estudantes dizem que a taxa de estacionamento é um roubo? **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 18 set. 2010b, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2010/09/por-que-os-estudantes-dizem-que-taxa-de.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Impedir o novo aumento na passagem! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 27 jan. 2011, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2011/01/impedir-o-novo-aumento-na-passage.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. DCE UNAMA apoia a luta dos estudantes da PUC-Minas. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 16 fev. 2012a, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2012/02/dce-unama-apoia-luta-dos-estudantes-da.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Unidos Pra Lutar contra o aumento das mensalidades. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 18 jan. 2012b, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2012/01/unidos-pra-lutar-contra-o-aumento-das.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Todo apoio a greve dos professores das Federais! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 23 mai. 2012c, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2012/05/todo-apoio-greve-dos-professores-das.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. DCE-UNAMA contra as Opressões! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 31 mai. 2012d, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2012/05/dce-unama-contra-as-opressoes.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. ALCINDO CACELA: Reitora foge dos estudantes! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 09 nov. 2012e, *online*. Disponível em: http://dce-unama.blogspot.com/2012/11/alcindo-cacela-reitora-foge-dos_9.html. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Ato de solidariedade a Lúcio Flávio Pinto. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 6 mar. 2012f, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2012/03/ato-de-solidariedade-lucio-flavio-pinto.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Nota pública de 11/03/2013. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 12 jul. 2013a, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/07/nota-publica.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. 11/07: Fórum Estadual de Lutas/Pará nas ruas de Belém! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 12 jul. 2013b, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/07/1107-forum-estadual-de-lutaspara-nas.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Repúdio aos Vereadores de Belém que votam contra a juventude e o povo pobre! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 08 ago. 2013c, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/08/repudio-aos-veredores-de-belem-que.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Estudantes da UNAMA vão cobrar qualidade de ensino e transparência da Reitoria! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 05 set. 2013d, *online*. Disponível em: <http://dce->

unama.blogspot.com/2013/09/estudantes-da-unama-vao-cobrar.html. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Estudantes querem audiência pública com a Reitoria e Coordenações para discutir suas reivindicações e a venda da UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 14 set. 2013e, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/09/estudantes-querem-audiencia-publica-com.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Grande manifestação na UNAMA contra Reitoria omissa questiona venda, cobra melhorias e delibera campanha de paralisação de cursos. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 19 set. 2013f, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/09/grande-manifestacao-na-unama-contra.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Na calada da noite: vendida a Universidade da Amazônia ao Grupo Ser Educacional! Vamos à Lua por qualidade! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 24 dez. 2013g, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/12/na-calada-da-noite-vendida-universidade.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Mutirão de Limpeza e Pintura do DCE-UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 28 abr. 2013h, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/04/mutirao-de-limpeza-e-pintura.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Termo de convênio da UNAMA/UNESPA com DCE-UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 2013i, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/p/prestacoes-de-conta-e-repasse.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Prestação de contas do DCE aprovadas pela Reitoria da UNAMA (2012-2013/2013-2014). **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 2013j, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/p/prestacoes-de-conta.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Cresce a luta nas particulares: Fundação do DCE IESAM em Belém. Todo apoio! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 07 nov. 2013L, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/11/cresce-lutas-nas-particulares-fundacao.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Toda solidariedade a luta dos professores da Rede Estadual. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 03 nov. 2013m, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/11/toda-solidariedade-luta-dos-professores.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Todo apoio à ocupação da ALEPA pelos trabalhadores da educação! **Blog DCE-UNAMA**.

Belém, 05 nov. 2013n, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2013/11/todo-apoio-ocupacao-da-alepa-pelos.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Conquistas estudantis de Abril e críticas do DCE à omissões da Reitoria da UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 24 abr. 2014a, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2014/04/conquistas-estudantis-de-abril-e.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Vamos à Luta para barrar o aumento de mensalidades nas particulares do Pará! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 15 dez. 2014b, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2014/12/vamos-luta-para-barrar-o-aumento-de.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Estudantes impedem reajuste pela 2ª vez e exigem audiência pública! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 26 jan. 2015a, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/01/estudantes-impedem-reajuste-pela-2-vez.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Notícia nos jornais do Estado do Pará sobre manifestação do dia 26.01. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 28 jan. 2015b, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/01/noticia-nos-jornais-do-estado-do-para.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. DCE mobiliza estudantes para Assembleia estudantil e manifestação contra política de cortes, reajustes e sucateamento da UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 2 mar. 2015c, *online*. Disponível em: <http://dceunama.blogspot.com/2015/03/dce-mobiliza-estudantes-para-assembleia.html>. Acesso em: 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Defender os calouros dos cortes do governo Dilma na educação e FIES! Contra o sucateamento aplicado pelo Reitor Janguê na UNAMA! Grande assembleia do DCE aprova estado de mobilização na UNAMA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 9 mar. 2015d, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/03/defender-os-calouros-dos-cortes-do.html>. Acesso em 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. DCE convoca ato pela educação no dia 26/03 durante audiência pública sobre FIES na ALEPA. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 23 mar. 2015e, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/03/dce-convoca-ato-pela-educacao-no-dia.html>. Acesso em 29 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Nota pública: todo o apoio aos trabalhadores das universidades federais! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 14 jun. 2015f, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/06/nota-publica-todo-apoio-aos.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Carta pública de solidariedade do DCE aos estudantes autores da “Preferia NÃO SER” ameaçados de processo pela UNAMA e Grupo Ser Educacional. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 23 jul. 2015g, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/07/carta-publica-de-solidariedade-do-dce.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Nota do Fórum Estadual de Lutas: Lutar em defesa da Educação Pública não é crime! **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 26 jul. 2015h, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/07/nota-do-forum-estadual-de-lutas-lutar.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. Estudantes denunciam crise da UNAMA em reunião de Professores, Coordenadores e Reitoria. **Blog DCE-UNAMA**. Belém, 02 out. 2015i, *online*. Disponível em: <http://dce-unama.blogspot.com/2015/10/estudantes-denunciam-crise-da-unama-em.html>. Acesso em: 30 mai. 2019.

DINIZ, Janguiê. **Transformando sonhos em realidade**: a trajetória do ex-engraxate que chegou à lista da Forbes. São Paulo: Novo Século Editora, 2017.

DINIZ, Janguiê. Trabalhabilidade: o futuro do mercado. **Blog do Janguiê**: Educação, Direito e Empreendedorismo. [Recife], 2018, 1p. *online*. Disponível em: <http://www.blogdojanguie.com.br/trabalhabilidade-o-futuro-do-mercado/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DIÁRIO ONLINE. Venda da Unama é confirmada por R\$ 151,2 milhões. **Revista eletrônica do Diário do Pará**, Belém, 24 dez. 2013, *online*. Disponível em: [http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-267546-venda-da-unama-e-confirmada-por-r\\$-152-milhoes.html](http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-267546-venda-da-unama-e-confirmada-por-r$-152-milhoes.html). Acesso em: 29 mai. 2019.

DIÁRIO ONLINE. Alunos denunciam demissões em massa de professores. **Revista eletrônica do Diário do Pará**, Belém, 30 jun. 2015, *online*. Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-335536-alunos-denunciam-demissao-em-massa-de-professores.html>. Acesso em: 01 jun. 2019.

DUSSEL, Henrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Conferências de Frankfurt / Enrique Dussel; tradução Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DURKHEIM, Emile. **A divisão do trabalho social**. Editora: Presença. Tradução de Eduardo Freitas e Maria Inês Mansinho. Vol. II, 2ª Ed., 1984.

ESPAÇO ABERTO. Estudantes da UNAMA vivem clima de incerteza. **Blog do espaço Aberto**. Belém (PA), 03 set. 2008a, *online*. Disponível em: <http://blogdoespacoaberto.blogspot.com/2008/09/estudantes-da-unama-vivem-clima-de.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ESPAÇO ABERTO. Édson Franco renúncia. Como será a UNAMA sem ele? **Blog do espaço Aberto**. Belém (PA), 29 ago. 2008b, *online*. Disponível em: <http://blogdoespacoaberto.blogspot.com/2008/08/dson-franco-renuncia-como-ser-unama-sem.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ESPAÇO ABERTO. Édson Franco pede reintegração no cargo de Reitor. **Blog do espaço Aberto**. Belém (PA), 31 out. 2008c, *online*. Disponível em: <http://blogdoespacoaberto.blogspot.com/2008/10/dson-franco-pede-reintegro-no-cargo-de.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ESPAÇO ABERTO. A pedido de Édson Franco, justiça afasta diretor da UNAMA. **Blog do espaço Aberto**. Belém (PA), 09 out. 2009, *online*. Disponível em: <http://blogdoespacoaberto.blogspot.com/2009/10/pedido-de-edson-franco-justica-afasta.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos**. Brasília: Inove Editora, 2013.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida (2002). As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**. Campinas, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, 2002.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo. Editora: Companhia Editora Nacional, 1977.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A participação social dos excluídos**. Universidade de São Paulo – SP. Editora: HUCITEC, 1982.

FRANCO, Juliana Oshima. A UNE e a Reforma Universitária no governo Lula. **Revista eletrônica Educadores**, Brasil, p. 01-14, 2010, *online*. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/au_nerefunivers.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista ensino superior UNICAMP**, São Paulo, p. 62-70, 03 jun. 2011, *online*. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 28.ed. – Rio de Janeiro: Record, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 17-34, 2017.

GABRIEL, Lucas. Branding: Como fazer uma incrível gestão de marca. **Revista eletrônica**, Brasil: Rockcontent, 19 mar. 2019, *online*. Disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/branding/>. Acesso em: 26 mai. 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra. Estudos Latinos Americanos, Vol. 12, 2000.

GALVÃO, Marcio Antônio Moreira. Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-colônia a 1930. **Textos do departamento de Ciências Médicas/Escola de Farmácia**. Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf. Acesso em: 11 ago. 2018.

GHIRARDI, José Garcez; KLAFKE, Guilherme Forma. Crescimento dos grupos educacionais de capital aberto (2010-2014). In: **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. MARINGONI, Gilberto (org.). São Paulo: Olho d'Água, p. 55-74, 2017.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000, *online*. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo (SP), 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo, Editora: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, V. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Revista: Ser social**, Brasília, V. 15, n. 33, p. 261-384, 2013, *online*. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/eILxHih2XPito00h4990.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

GRELLO, Fabíola Bouth. **NUPEs**: protagonista da política para educação superior brasileira? (1989-2005). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 157f, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das Revoluções: Europa (1789-1848)**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4ª Ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, p. 227-269, 2003, *online*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844513/mod_resource/content/0/HONNETH-Luta-Por-Reconhecimento.pdf. Acesso em: 12 ago. 2018.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** Tradução Artur Renzo. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim o capitalismo.** Tradução Rogério Bettoni. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

IANNI, Otavio. **O jovem radical.** Sociologia da juventude, I. Rio de Janeiro/RJ, Editora: Jorge Zahar, p. 225-242, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 5ª edição. São Paulo: IBGC, 108p, 2015, *online*. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Publicacoes/Publicacao-IBGCCodigocodigosdasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Caderno de boas práticas de Governança Corporativa para empresas de capital fechado: um guia para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas.** São Paulo: IBGC, 72p., 2014, *online*. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4249295-Caderno-de-boas-praticas-de-governanca-corporativa-para-empresas-de-capital-fechado.html>. Acesso em: 9 jun. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior – 2016.** Brasília (DF): Inep, 2017, *online*. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 9 jun. 2019.

JUVENTUDE COMUNISTA AVANÇANDO. Há 50 anos era deflagrada a “greve do um terço” do movimento estudantil. **Portal JCA/BRASIL**, Brasil, 01 jun. 2012, *online*. Disponível em: <http://jcabrasil.org/ha-50-anos-era-deflagrada-greve-do-u/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução.** Editora: HUCITEC, São Paulo, 1983.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano.** Tradução: Ana Maria Chiarini e Leandro de Oliveira Galastri. Braisil, Editora: Boitempo, 2017.

LUCIANI, Laura L. Movimiento estudiantil y juventud en Brasil: una mirada desde la sociología de Marialice Mencarini Foracchi. **Historia y problemas del siglo XX**, Volumen 2, Año 2, ISSN: 1688-7638, 2011, *online*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4048374>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LUCIVALDO, Luís. **Entrevista** concedida a Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza e Fabíola Bouth Grello Kato, para compor a pesquisa de Mestrado. Áudio e Transcrição

disponibilizados no Reservatório eletrônico do GEPES/ICED/UFGA. Entrevista realizada na sala da Secretária da Faculdade de Direito da UFGA. Belém (PA), 13 mar. 2019, son. 51min. 33seg.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002.

LUTA SOCIALISTA. Em defesa dos professores e da qualidade da UNAMA. **Blog da Luta Socialista**. Belém (PA), 31 out. 2015, *online*. Disponível em: <http://lutasocialista.com.br/index/?p=76>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MALVESSI, Oscar. Análise econômico-financeira de empresas do setor de educação. In: **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. MARINGONI, Gilberto (org.); São Paulo: Olho d'Água, 2017, p. 75-104.

MANCIBO, Deise. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)., **37ª Reunião Nacional da ANPED**, Florianópolis, 2015, ISSN 2447-2808, *online*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MANCIBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SCHUGURESKY, Daniel. A educação superior no Brasil diante da mundialização do capital. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 04, p. 205-225, out./dez. 2016.

MARTINS, Fernanda de Souza; CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva. Movimento Estudantil: aspectos históricos e a atuação política na Universidade Estadual de Londrina. Londrina, **IV Jornada de didática**, III Seminário de Pesquisa do CEMAD. ISBN:978-85-7846-384-7, 2017, *online*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/IV%20Jornada%20de%20Didatica%20Docencia%20na%20Contemporaneidade%20e%20III%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD/MOVIMENTO%20ESTUDANTIL%20ASPECTOS%20HISTORICOS%20E%20A%20ATUACAO%20POLITICA%20NA%20UNIVERSIDADE%20ESTADUAL%20DE%20LONDRINA.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MARTINS, Fernanda de S.; RUIZ, Maria José F. O movimento Estudantil e a Democratização da Educação. In: **XVI Semana da Educação e VI Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação**, Londrina, p. 172-184, 2015, *online*. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/PERSPECTIVAS%20FILOSOFICAS/O%20MOVIMENTO%20ESTUDANTIL%20E%20A%20DEMOCRATIZACAO%20DA%20EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura militar 1964-1968**. Campinas – São Paulo, Editora: Papirus, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Editora: Boitempo, São Paulo, 4ª reimpressão, 2005.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1988. t. II, v. 1.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **As lutas de classes em França**. Tradução de Álvaro Pina e Fernando Silvestre. Editora: Avante, Lisboa-Moscovo, 1982.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Brasil: Ridendo Castigat, 195p, 2000, Versão para e-Book. Disponível em: <https://neppec.fe.ufg.br/up/4/o/brumario.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MASSON, Gisele. O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social. p. 19-38. In: **Marxismo [S] e educação**. / Anita Helena Schlesener, Gisele Masson, Maria José Dozza (Orgs.). Ponta Grossa; Ed. UEPG, 270p, 2016.

MEIBAK, Daniela. Ser Educacional compra universidades no Pará por R\$ 151,2 milhões. **Valor Econômico**, Brasil, 19 mai. 2014, *online*. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/3552988/ser-educacional-compra-universidades-no-para-por-r-1512-milhoes>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MELLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Trad. de Angelina Teixeira Peralva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5/6, p. 5-14, 1997, *online*. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_03_ALBERTO_MELUCCI.pdf. Acesso em: 28 mai. 2019.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Identidade, cultura e política**: os movimentos estudantis na contemporaneidade. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Juventude e movimento estudantil**: O “velho” e o “novo” na militância. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis-SC, 2001.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, p. 117-149, 2003, *online*. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/66/RCCS66-117-149-Marcos%20Mesquita.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. / Carlos Montañó. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro Setor”. (org.). São Paulo: Cortez, 2014.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MULLER, Tania Mara Pedroso. As perspectivas sobre o “estado do conhecimento” em relação étnico raciais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 164-183, 2015.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **O surgimento do antivalor**: capital força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos* nº 22, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Pereira de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educ. Soc.**, vol. 30, nº 108, Campinas: CEDES, p. 739-760, 2009, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PARTIDO SOCIALISTA E LIBERDADE. Vitória da população: aumento de passagem é barrado em Belém!!!. **Blog PSOL Rio das Ostras**. Brasil, 24 fev. 2011, *online*. Disponível em: <https://psolriodasostras.wordpress.com/2011/02/24/vitoria-da-populacao-aumento-de-passage-e-barrado-em-belem/>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PARTIDO SOCIALISTA E LIBERDADE. Seminário no Fórum Social Mundial 2009. **Blog PSOL na Câmara**. Brasil, 30 jan. 2009, *online*. Disponível em: http://www.psolnacamara.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=518:seminario-no-forum-social-mundial-2009-&catid=17&Itemid=144. Acesso em: 9 jun. 2019.

PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Revista: Estudos Avançados**, Vol. 23, nº 66, ISSN 0103-4014, p. 25-39, 2009, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PINTO, Lúcio Flávio. Unama em questão de novo. **Blog do Lúcio Flávio Pinto**: a agenda Amazônica de um jornalismo de combate. Belém (PA), 06 ago. 2015a, *online*. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/08/06/unama-em-questao-de-novo/>. Acesso em: 30 mai. 2019.

PINTO, Lúcio Flávio. Unama pede socorro. **Blog do Lúcio Flávio Pinto**: a agenda Amazônica de um jornalismo de combate. Belém (PA), 15 ago. 2015b, *online*. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/08/15/unama-pede-socorro/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

PINTO, Lúcio Flávio. A qualidade da UNAMA. **Blog do Lúcio Flávio Pinto**: a agenda Amazônica de um jornalismo de combate. Belém (PA), 1 jul. 2015c, *online*. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/07/01/a-qualidade-da-unama/>. Acesso em: 13 jun. 2019.

PINTO, Lúcio Flávio. Ensino em queda. **Blog do Lúcio Flávio Pinto**: a agenda Amazônica de um jornalismo de combate. Belém (PA), 7 dez. 2017, *online*. Disponível em:

<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2017/12/07/ensino-em-queda/>. Acesso em: 1 jun. 2019.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POLI, Marcelo. Empresas de educação já derreteram R\$ 4,5 bilhões na Bolsa. Brasil: **Revista Exame**, 06 jan. 2015, *online*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mercados/queda-das-educacionais/>. Acesso em 31 mai. 2019.

POLIZEL, Caio; STEINBERG, Herbert. **Governança Corporativa na educação superior**: casos práticos de instituições privadas (com e sem fins lucrativos). 1ª ed. – São Paulo, Saraiva, 2013.

PRESTES, Emília Maria da T. Os novos movimentos sociais no Nordeste do Brasil: histórias fragmentadas de submissão e rebeldias. *In: Educação popular e movimentos sociais*. Org.: Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine: Educação popular e movimentos sociais – João Pessoa, Editora Universitária, p. 13-36, 2006.

PRICE WATER HOUSE COOPERS. **Como abrir o capital da sua empresa no Brasil (IPO)**: início de uma nova década de crescimento. 1ª Edição. São Paulo, PWC, p. 122, abr. 2011, *online*. Disponível em: <http://vemprabolsa.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Guia-abertura-de-capital-%E2%80%93-BMFBOVESPA-e-PricewaterhouseCoopers.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

QUINJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). *In: Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise*. Org.: Vera Lúcia Jacob Chaves, Nelson Cardoso Amaral. – Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 23-46, 2017.

RODRIGUES, Eduardo. **Entrevista** concedida a Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza e Fabíola Bouth Grello Kato, para compor a pesquisa de Mestrado. Áudio e Transcrição disponibilizados no Reservatório eletrônico do GEPES/ICED/UFGA. Entrevista realizada na Escola Estadual Cordeiro de Farias. Belém (PA), 01 jun. 2019, son. 1h: 42min. 55seg.

ROOIJEN, Vanessa Van. UNAMA realiza posse dos novos líderes de turma. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 28 mar. 2018, *online*. Disponível em: <http://www.unama.br/noticias/unama-realiza-posse-dos-novos-lideres-de-turma>. Acesso em: 12 jun. 2019.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Grandes oligopólios da educação superior e a gestão do Grupo Anhanguera Educacional (2007 - 2012)**. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO, Campo Grande Biblioteca Depositária, Resumo, 2015.

SABINO, Rafaella. Você sabe o que é trabalhabilidade? Entenda e conheça exemplos! Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 08 jan. 2018, *online*. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/voce-sabe-o-que-e-trabalhabilidade-entenda-e-conheca-exemplos>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Revista: Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.104, p. 605-631, out./dez. 2010, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n104/02.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Epistemologias do Sul** / org. Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. – Lisboa: (CES), 2009.

SANTOS, Felipe Melo dos. **Entrevista** concedida a Reinaldo Antonio do Amor Divino de Souza e Fabíola Bouth Grello Kato, para compor a pesquisa de Mestrado. Áudio e Transcrição disponibilizados no Reservatório eletrônico do GEPES/ICED/UFGA. Entrevista realizada na Sede da CST-PSOL, Belém (PA), 18 set. 2018, son. 48min. 49seg.

SANTOS, Nathan. Ser Educacional assina contrato de compra da UNAMA e FIT: aquisição dá continuidade ao processo de expansão do Grupo pela região Norte do Brasil. **Revista eletrônica Leia Já** – vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, Recife, 19 mai. 2014, *online*. Disponível em: <http://m.leiaja.com/carreiras/2014/05/19/ser-educacional-assina-contrato-de-compra-da-unama-e-fit-0/>. Acesso em: 29 mai. 2019.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Financiamento da educação superior privado-mercantil**: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. O financiamento estudantil (FIES) e as implicações na financeirização de grupos educacionais. In: **Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise**. Org.: Vera Lúcia Jacob Chaves, Nelson Cardoso Amaral. – Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 71-97, 2017.

SCHLESENER, Anita Helena. Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação. p. 39-61. In: **Marxismo [S] e educação**. / Anita Helena Schlesener, Gisele Masson, Maria José Dozza (Orgs.). Ponta Grossa; Ed. UEPG, 270p, 2016.

SCHUGURENSKY, Daniel. Autonomia, heteronomia, y los dilemas de la educación superior em la transición al siglo XXI: el caso de Canadá. In: **Reformas en los sistemas nacionales de educación superior**. Roberto Rodrigues Gomes (org.), La Coruña, Es: Netbiblo, p. 109-148, 2002.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Sociedade, cultura e educação popular na Paraíba (1930-1964): histórias e memórias seletivas. In: **Educação popular e movimentos sociais**. Org.: Afonso Celso Scocuglia e Edineide Jezine: Educação popular e movimentos sociais – João Pessoa, Editora Universitária, 2006.

SER EDUCACIONAL. **Sobre o Grupo/Institucional**. Recife: Ser Educacional S.A., [2019], *online*. Disponível em: <https://www.sereducacional.com/sobre-o-grupo>. Acesso em: 26 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Ser Educacional registra EBITDA ajustado de R\$75,4 milhões e geração de caixa operacional de R\$233,7 milhões no 3T18**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A, p. 01-22, 07 nov. 2018a, *online*. Disponível em: https://www.google.com/search?q=Ser+Educacional+registra+EBITDA+ajustado+de+R%2475%2C4+milh%C3%B5es+e+gera%C3%A7%C3%A3o+de+caixa+operacional+de+R%24233%2C7+milh%C3%B5es+no+3T18&oq=Ser+Educacional+registra+EBITDA+ajustado+de+R%2475%2C4+milh%C3%B5es+e+gera%C3%A7%C3%A3o+de+caixa+operacional+de+R%24233%2C7+milh%C3%B5es+no+3T18&aqs=chrome..69i57.353j0j7&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8. Acesso em: 26 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Histórico**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A., 06 jun. 2018b, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47915. Acesso em: 26 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Resultados do 2º Trimestre de 2018**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A, p. 01-30, 08 ago. 2018c, *online*. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/pdf/28941114.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Grupo Ser Educacional assina contrato de compra da UNAMA e FIT**. Caderno de notícias. Recife: Ser Educacional S.A., 19 mai. 2014a, *online*. Disponível em: <https://www.sereducacional.com/noticias/grupo-ser-educacional-assina-contrato-de-compra-da-unama-e-fit>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SER EDUCACIONAL. **Regimento Geral da Universidade da Amazônia**. Conselho Superior da UNAMA. Belém: Ser Educacional S.A, Registro nº 84, 29 out. 2014b, *online*. Disponível em: http://www.unama.br/sites/unama.br/files/documentos/2016/10/reg-84_-_regimento_geral_da_unama.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Resultados do 4º Trimestre de 2015**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A, p. 01-16, 18 mar. 2016, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47935&id=0&submenu=0&img=0&ano=2015. Acesso em: 29 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Principais práticas de Governança Corporativa**. Visão geral/Governança Corporativa/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A., 01 jun. 2017a, *online*, Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47927. Acesso em: 11 nov. 2018.

SER EDUCACIONAL. **Grupo Ser Educacional conquista prêmio de Governança Corporativa**. Caderno de notícias. Recife: Ser Educacional S.A., 19 set. 2017b, *online*. Disponível em: <https://www.sereducacional.com/noticias/grupo-ser-educacional-conquista-premio-de-governanca-corporativa>. Acesso em: 18 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Fundamentos e Planilhas**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A., 28 mar. 2019a, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47944. Acesso em: 27 mai. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Composição acionária**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A., 31 mai. 2019b, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47928. Acesso em: 19 jun. 2019.

SER EDUCACIONAL. **Diretoria e Conselho Administrativo**. Ser Educacional/Relações com investidores. Recife: Ser Educacional S.A., 7 mai. 2019c, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47931. Acesso em: 10 jun. 2019.

SER EDUCACIONAL. Ata de reunião do Conselho de Administração, de 30 de setembro de 2013. [Dispõe sobre a realização de oferta pública inicial...]. **Registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco**. Recife: Ser Educacional S.A., 30 set. 2013, *online*. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47930&id=0&submenu=0&img=0&ano=2013. Acesso em: 6 jan. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, vol. 36, n° 133, p. 867-889, 2015, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00867.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012. **Projeto de Organismo Internacional (OEI)**. São Paulo, Piracicaba, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas: CEDES, vol. 29, n.105, p. 991-1022, 2008, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 29, p. 5-27, 2005, *online*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a02.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: **Educação superior: velhos e novos desafios** / (org.) Valdemar Sguissardi. São Paulo: Xamã, p. 155-177, 2000.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Reforma de Córdoba: um marco para o projeto de universidade latino-americana. **Portal ANDES-SN**, Brasil, 14 dez. 2017, *online*. Disponível em:

<http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9220>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SOUTO, Rafael. Empregabilidade e trabalhabilidade são conceitos diferentes? Brasil: **Revista Exame**, 27 jan. 2015, *online*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/videos/sua-carreira/empregabilidade-e-trabalhabilidade-sao-conceitos-diferentes/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

SOUZA, Reinaldo A. do Amor Divino; KATO, Fabíola Bouth Grello. Financeirização do ensino superior privado-mercantil e suas consequências para a organização do Movimento Estudantil: um Estado da arte referente ao período de 2010 a 2017. *In*: Seminário nacional da Rede UNIVERSITAS/BR, XXVI, 2018, Belo Horizonte. **Anais do Evento Políticas, Gestão e Direito à Educação Superior**: novos modos de regulação e tendências em construção, Belo Horizonte: Ed. Gabriel Bueno, 2018, ISBN 978-85-8007-127-6, Anual, p. 945, ref. 108-115.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. Campinas, Editora: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Trad. Iraci D. Poleti, p. 232-328, 1978.

UNE 70 ANOS. Julia Gutnik. São Paulo: Central Globo de Jornalismo, 29 ago. 2007. 1 vídeo (22 min.). Publicado pela UNE oficial. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a_IcDSLKElo. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Fundação da UNE e primeiras lutas. **Portal da UNE**, São Paulo, [2019a]. Disponível em: <http://www.une.org.br/memoria/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Reforma universitária: 95 anos do manifesto de Córdoba. **Portal da UNE**, São Paulo, [2019b], *online*. Disponível em: <https://une.org.br/2012/12/reforma-universitaria-95-anos-do-manifesto-de-cordoba/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Memória. **Portal da UNE**, São Paulo, [2019c], *online*. Disponível em: <https://une.org.br/memoria/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Dicionário do movimento estudantil. **Portal da UNE**, São Paulo, [2019d], *online*. Disponível em: <http://www.une.org.br/dicionario-do-me/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. A UNE e a nova democracia brasileira. **Portal da UNE**, São Paulo, [2019e], *online*. Disponível em: <https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação CPA**. Universidade da Amazônia, Belém (PA), 35p., 2014.

UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA. **Avaliação Institucional – autoestudo – Relatório final: ano 2011**. Universidade da Amazônia, Belém (PA), 263p., 2011.

VAMOS À LUTA. Todos à marcha nacional em Brasília. **Blog Coletivo Vamos à Luta**. Brasil, 27 out. 2008a, *online*. Disponível em: http://juvvamosaluta.blogspot.com/2008/10/todos-marcha-nacional-em-brasilia_27.html. Acesso em: 28 mai. 2019.

VAMOS À LUTA. Vamos à Luta participa da entrega de nota no consulado da Venezuela em Belém. **Blog Coletivo Vamos à Luta**. Brasil, 22 dez. 2008b, *online*. Disponível em: <http://juvvamosaluta.blogspot.com/2008/12/vamos-luta-participa-da-entrega-de-nota.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

VAMOS À LUTA. Vamos à luta: não há o que comemorar no aniversário da UNE. **Blog Coletivo Vamos à Luta**. Brasil, 12 ago. 2008c, *online*. Disponível em: <http://juvvamosaluta.blogspot.com/2008/08/vamos-luta-no-h-o-que-comemorar-no.html>. Acesso em 18 nov. 2018.

VAMOS À LUTA. Vitória do movimento estudantil combativo no DCE UNAMA! **Blog Coletivo Vamos à Luta**. Belém (PA), 21 nov. 2014, *online*. Disponível em: <http://vamosaluta.com.br/2014/11/21/vitoria-do-movimento-estudantil-combativo-no-dce-unama/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VECHIA, Renato da Silva Della. Movimentos Sociais e Movimento Estudantil. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 18(1): 31-54, jan.-jun./2012, *online*. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/704/628>. Acesso em: 12 jun. 2018.

VELT PARTNERS investimentos. Somos uma empresa independente de gestão de recursos focada em investimentos em empresas brasileiras. **Site: Velt Partners**, Brasil, [2019], *online*. Disponível em: <https://velt.com/>. Acesso em: 25 jun. 2019.

VER-O-FATO opinião e denúncias sobre fatos de interesse público. O desmonte do Curso de Direito da UNAMA. **Blog Ver-o-Fato**. Belém (PA), 29 jun. 2018, *online*. Disponível em: <http://www.ver-o-fato.com.br/2018/06/o-desmonte-do-curso-de-direito-da-unama.html>. Acesso em: 12 jun. 2019.

VIANA, Nildo. A contribuição de Marx para a teoria dos movimentos sociais. **Revista Despierta**, Ano 03, Núm. 03, 2016.

VIDONHO, Amadeu. Encontro reúne Líderes de turma do curso de Direito. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 5 abr. 2018, *online*. Disponível em: <http://blogs.unama.br/noticias/direito/encontro-reune-lideres-de-turma-do-curso-de-direito>. Acesso em: 11 jun. 2019.

VIDONHO, Amadeu. Unidade realiza Encontro de Líderes 2017.2. Brasil: **Revista eletrônica Leia Já**, vinculada a UNINASSAU, Grupo Ser Educacional, 7 dez. 2017, *online*. Disponível em: <http://blogs.unama.br/noticias/direito/unidade-realiza-encontro-de-lideres-20172>. Acesso em: 11 jun. 2019.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2017.

WORLD BANK. **The dividends of learning**. Washington (D.C): The World Bank, 39p., 1990, *online*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/em/10705>

1468739237693/The-dividends-of-learning-World-Bank-support-for-education. Acesso em: 28 mai. 2019.

WORLD BANK. **Priorities and strategies for education.** Washington (D.C): The World Bank, 196p., 1995a, *online*. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/117381468331890337/pdf/multi-page.pdf> Acesso em: 28 mai. 2019.

WORLD BANK. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.** Washington (D.C): The World Bank, 126p., 1995b, *online*. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER05p1rior0Box2150A1995001.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Em defesa da história:** Marxismo e pós-modernismo. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. Boitempo Editorial, 2003.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

INTRODUÇÃO: Apresentar os objetivos da pesquisa

EIXO I – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1. Nome e idade
2. Qual foi o período que você estudou na UNAMA? (início e fim)
3. Em qual curso se deu sua formação?
4. Como pagavas a mensalidade do curso? Trabalhavas na época de tua entrada na universidade? Chegou a usar o Fies e o Prouni?

EIXO II – ATUAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

5. Qual foi o período que participaste do movimento estudantil da UNAMA?
6. Caso tivesse, qual era seu cargo na direção do movimento estudantil?

EIXO III – ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

7. Como era a organização do Movimento Estudantil da UNAMA, em seu período? (montagem de chapas, eleição, divisão dos cargos, participação do alunado, debates, regimento).
 - 7.1 Existia em seu período algum tipo de perseguição da administração ao ME? Quem perseguia?
 - 7.2 Sabes algo sobre Conselho de Representantes de Turma (CRT)? Como era a relação com a administração superior?
8. Em seu período, as deliberações do Movimento Estudantil eram decididas com a participação da base discente em assembleias?
9. Em seu período, como se desenvolviam as reuniões de direção e a democratização das decisões e sua publicidade? (periodicidade das reuniões da direção)
10. Conforme registros de sua época de atuação, existia algum financiamento da gestão da UNAMA para funcionamento do movimento estudantil? Havia espaço físico destinado ao funcionamento do movimento?
 - 10.1 Me fale sobre as cobranças de taxas

EIXO IV – CONHECIMENTO DETERMINANTE

11. Você sabe o que é o Grupo Ser Educacional?
12. Você tem informações sobre o período da venda da UNAMA para o Grupo Ser Educacional?
 - 12.1 Em relação ao momento da venda da UNAMA, hoje, sobre o que aconteceu, ocorre algum debate?
13. Naquele momento, houve debate do movimento estudantil sobre o anúncio da venda da UNAMA para o Grupo Ser Educacional?

EIXO V – AUTONOMIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

14. Explique em suas palavras, como é que o movimento estudantil se desenvolve, de acordo com seu momento, dentro das universidades privadas? (comentar a partir de suas experiências e contatos com os outros movimentos estudantis)
15. De acordo com seu momento de atuação no ME, qual a relação que existia entre o movimento estudantil e a administração superior da UNAMA? O movimento conseguia ter audiências com o Reitor para deliberações de questões dos estudantes?
16. O Movimento Estudantil participava dos órgãos colegiados, ou de Conselho Universitário, dentro da UNAMA; nas deliberações acadêmicas, gerenciais e estruturantes da instituição? Existe paridade representativa? (aprovação de Regimento Geral, percurso curricular).
17. De acordo com seu momento na UNAMA, existe liberdade para desenvolver dentro da instituição eventos de interesses dos estudantes, mesmo que contrariasse os interesses da própria instituição? Vocês sofreram com alguma limitação neste sentido?
18. Quais são as principais dificuldades enfrentadas na organização do movimento estudantil em sua época?

EIXO VI – CONDIÇÕES DE REPRESENTATIVIDADE DISCENTE

19. Em suas palavras, qual é a importância do movimento estudantil em uma universidade como a UNAMA? (importância na representação discente, na efetivação de políticas na instituição, na manutenção da qualidade do ensino).
20. De acordo com seu momento, no dia a dia da universidade, você conseguia sentir entre os alunos o debate sobre as questões políticas do país? Existia forte politização entre os estudantes?

APÊNDICE B - TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO FELIPE MELO DOS SANTOS



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o Movimento Estudantil da Universidade da Amazônia, analisar a práxis estudantil do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período de 2006 a 2018 e examinar quais foram os determinantes que repercutiram em seu declínio organizativo. O estudo está sendo desenvolvida por *Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza*, aluno do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.^a Fabíola Bouth Grello Kato.

O objetivo geral do estudo é examinar as repercussões do processo de aquisição da UNAMA pela Ser Educacional na atuação do movimento estudantil desta Universidade, representado pela entidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A finalidade deste trabalho é contribuir em dois sentidos complementares: (1) demonstrar a dinâmica participativa do DCE/UNAMA em sua ação de mobilização e atuação como entidade de representação estudantil, assim como apresentar sua aproximação orgânica com outros movimentos sociais; (2) tornar a pesquisa e seus resultados como instrumento para a busca da consciência crítica dos estudantes que ainda tentam organizar coletivamente o movimento estudantil da UNAMA, da mesma forma sugerir para outros movimentos de estudantes que a unicidade e solidariedade entre os diversos movimentos pelo país tornam-se estratégias mais adequada frente ao contexto social em que estamos inseridos.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e

publicar em revista científica, em especial para a produção do meu texto de Dissertação. Informamos que essa pesquisa não tem o objetivo de trazer prejuízos a sua pessoa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Vale ressaltar, que sua contribuição é essencial para a construção de nossa pesquisa, uma vez que, trará grandes contribuições acadêmicas para a sociedade e para o meio científico.

Estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

() Não autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente. Somente as iniciais.

Autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente.

NOME:

Felipe Melo dos Santos

Assinatura do Participante da Pesquisa

Atenciosamente,

[Assinatura]

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE C – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO LUÍS LUCIVALDO



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o Movimento Estudantil da Universidade da Amazônia, analisar a práxis estudantil do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período de 2006 a 2018 e examinar quais foram os determinantes que repercutiram em seu declínio organizativo. O estudo está sendo desenvolvida por *Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza*, aluno do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.^a Fabíola Bouth Grello Kato.

O objetivo geral do estudo é examinar as repercussões do processo de aquisição da UNAMA pela Ser Educacional na atuação do movimento estudantil desta Universidade, representado pela entidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A finalidade deste trabalho é contribuir em dois sentidos complementares: (1) demonstrar a dinâmica participativa do DCE/UNAMA em sua ação de mobilização e atuação como entidade de representação estudantil, assim como apresentar sua aproximação orgânica com outros movimentos sociais; (2) tornar a pesquisa e seus resultados como instrumento para a busca da consciência crítica dos estudantes que ainda tentam organizar coletivamente o movimento estudantil da UNAMA, da mesma forma sugerir para outros movimentos de estudantes que a unicidade e solidariedade entre os diversos movimentos pelo país tornam-se estratégias mais adequada frente ao contexto social em que estamos inseridos.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e

publicar em revista científica, em especial para a produção do meu texto de Dissertação. Informamos que essa pesquisa não tem o objetivo de trazer prejuízos a sua pessoa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Vale ressaltar, que sua contribuição é essencial para a construção de nossa pesquisa, uma vez que, trará grandes contribuições acadêmicas para a sociedade e para o meio científico.

Estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Não autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente. Somente as iniciais.

Autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente.

NOME:

Luiz Luciano Samiva Sobrinho

Assinatura do Participante da Pesquisa

Atenciosamente,

[Assinatura]

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE D – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO ASSINADO PELO ENTREVISTADO EDUARDO RODRIGUES



Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre o Movimento Estudantil da Universidade da Amazônia, analisar a práxis estudantil do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no período de 2006 a 2018 e examinar quais foram os determinantes que repercutiram em seu declínio organizativo. O estudo está sendo desenvolvida por *Reinaldo Antônio do Amor Divino de Souza*, aluno do Curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof.^a Fabíola Bouth Grello Kato.

O objetivo geral do estudo é examinar as repercussões do processo de aquisição da UNAMA pela Ser Educacional na atuação do movimento estudantil desta Universidade, representado pela entidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A finalidade deste trabalho é contribuir em dois sentidos complementares: (1) demonstrar a dinâmica participativa do DCE/UNAMA em sua ação de mobilização e atuação como entidade de representação estudantil, assim como apresentar sua aproximação orgânica com outros movimentos sociais; (2) tornar a pesquisa e seus resultados como instrumento para a busca da consciência crítica dos estudantes que ainda tentam organizar coletivamente o movimento estudantil da UNAMA, da mesma forma sugerir para outros movimentos de estudantes que a unicidade e solidariedade entre os diversos movimentos pelo país tornam-se estratégias mais adequada frente ao contexto social em que estamos inseridos.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e

publicar em revista científica, em especial para a produção do meu texto de Dissertação. Informamos que essa pesquisa não tem o objetivo de trazer prejuízos a sua pessoa.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Vale ressaltar, que sua contribuição é essencial para a construção de nossa pesquisa, uma vez que, trará grandes contribuições acadêmicas para a sociedade e para o meio científico.

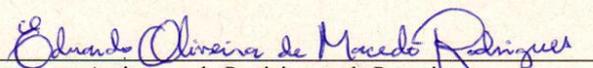
Estarei a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

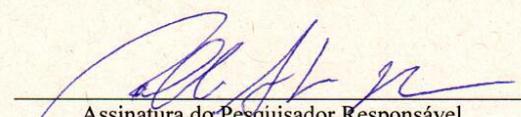
() Não autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente. Somente as iniciais.

Autorizo a divulgação de meu nome no texto da Dissertação, ou em qualquer outra publicação recorrente.

NOME:


Assinatura do Participante da Pesquisa

Atenciosamente,


Assinatura do Pesquisador Responsável